

O OURO DAS GERAIS

E

A CIVILIZAÇÃO DA CAPITANIA

no. ms. 43780
Ext. Brazilian: 43380-20

Exemplar N.º

71

1957

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

SÉRIE 5.^a ★

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

B R A S I L I A N A

★ VOL. 298

JOÃO DORNAS FILHO

O OURO DAS GERAIS
e
A CIVILIZAÇÃO DA
CAPITANIA

Edição Ilustrada

787
B823
v. 293

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SÃO PAULO

DO AUTOR

- Itaúna — Contribuição para a História do Município* — Gráfica Queirós Breiner — Belo Horizonte — 1936 — Esgotado.
- Silva Jardim* — Cia. Editora Nacional — Brasileira — São Paulo — 1936.
- Os Andradas na História do Brasil* — Gráfica Queirós Breiner — Belo Horizonte — 1937 — Esgotado.
- O Padroado e a Igreja Brasileira* — Cia. Editora Nacional — Brasileira — São Paulo — 1938.
- A Escravidão no Brasil* — Editora Civilização Brasileira S. A. — Rio — 1939.
- Bagana Apagada* — Contos — Editora Guafrá — Curitiba — 1940.
- A Influência Social do Negro Brasileiro* — Caderno Azul n.º 13 — Editora Guafrá — Curitiba — 1943.
- Eça e Camilo* — Caderno Azul n.º 21 Editora Guafrá — Curitiba — 1945.
- Júlio Ribeiro* — Cadernos da Província n. 2 — Livraria Cultura Brasileira — Belo Horizonte — 1945.
- Antônio Torres* — Caderno Azul n. 31 — Editora Guafrá — Curitiba — 1948.
- Os Ciganos em Minas Gerais* — Separata do vol. III da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais — Movimento Editorial Panorama — Belo Horizonte — 1949.
- Figuras da Província* — Movimento Editorial Panorama — Belo Horizonte — 1949.
- Discurso de Recepção à Academia Mineira de Letras* — Edições Calazans — Belo Horizonte — 1952.
- Efemérides Itauenses* — Edições Calazans — Belo Horizonte — 1952.
- Capítulos da Sociedade Brasileira* — Organização Simões — Rio — 1955.

A SAIR:

- Vultos e Fatos do Império*
Boêmios e Trovadores
Araçá e suas águas minerais
Serões dum Alfarrabista
Achêgas de Etnografia e Folclore
Figuras da Província — (2ª série)
Aspectos da Economia Colonial

O MOTIVO DÊSTE ENSAIO

OS HISTORIADORES do norte do país, a começar pelo venerando Capistrano de Abreu, sempre julgaram desprezíveis os movimentos libertários nascidos em Minas, julgando a própria Inconfidência como um acidente que nenhuma influência teria exercido nos fatos culminados em 7 de setembro.

É um ponto de vista. Como a História, porém, é hoje uma ciência à qual o materialismo histórico emprestou uma objetividade que não deixa mais lugar a simpatias românticas ou antipatias gratuitas, será um ponto de vista merecedor de refutação apenas por causa dos nomes que o defendem.

A guerra dos Mascates como a dos Emboabas, a Sabinada como a Inconfidência, a Revolução de 1817 como a de 1824, não se falando nas rebeliões de Beckman e Felipe dos Santos, fenômenos tipicamente de fundo econômico, são tôdas movimentos da maré-montaute do liberalismo cristalizado em Adam Smith ao influxo da máquina a vapor e o ouro do Brasil, que possibilitaram ao Ocidente, principalmente à Inglaterra, transformar o seu imperialismo comercial no imperialismo industrial de nossos dias.

Oliveira Lima, nas conferências que pronunciou na Sorbonne em 1911, chega a afirmar que o ouro do Brasil não teve importância na história econômica do seu país de origem, esquecendo-se de que a própria indústria açucareira de Pernambuco perdeu a primazia

da nossa riqueza de exportação por causa dos descobrimentos auríferos das Gerais...

O que explica o êxodo de braços das regiões canavieiras do norte para as lavras do sul, a ponto de lançar em crise gravíssima a sua indústria? E a transferência da Capital da Colônia, da Bahia para o Rio de Janeiro, com tôdas as suas incalculáveis conseqüências sociais e políticas? E só ter o ouro e o diamante preservado as Gerais da presença do Santo Ofício e da Companhia de Jesus, não valeria todo o drama da exploração aurífera?...

Esses historiadores, entretanto, dão uma importância que realmente não tem à invasão holandesa, por exemplo, que nenhuma influência exerceu na nossa formação de povo. Nem ao menos a influência econômica, pois a riqueza açucareira que ostentavam as Capitânicas do norte já existia ao tempo da invasão flamenga.

Dela nada ficou no nordeste senão um ou outro caboclo de olhos azuis e lanugem loura, ou uma ou outra palavra de cunho neerlandês, assim mesmo já corrompida pelo atrito do português, como "brote" e "pichilinga". E Gilberto Freire, de quem é a observação, aduz ainda: "... deve-se salientar que os próprios nomes de pessoa de holandeses que aqui ficaram, casando-se com portuguesas, aportuguesaram ou desapareceram. A diferenciação no sentido holandês dissolveu-se, em grande parte, dentro da integração no sentido português". (*)

E não pode também ser encarada como sintoma do nascente espírito de independência, pois os brasileiros não defenderam, na guerra ao invasor, a terra do seu nascimento para si próprios, mas para um povo também estrangeiro, que era o português.

(*) *Sobrados e Mucambos* — II, 584, 2ª edição.

A repulsa, sob o ponto de vista brasileiro, foi simplesmente de fundo religioso. Foi uma guerra de católicos contra hereges, como fôra a dos francêses no Rio de Janeiro e no Maranhão.

O trabalho que se segue pretende refutar a tese de Oliveira Lima, demonstrando que o metal provindo das Gerais e que por qualquer motivo aqui permaneceu (o Sr. Jaime Cortesão estima em 40% do ouro extraído a parte desencaminhada aos tributos régios) foi a origem da interessante civilização criada à beira das lavras exaustas. Artes, ciências, administração pública — todo o complexo aparelho político e social aqui suscitado pela exploração aurífera, aqui permaneceu e criou esta curiosa civilização de altiplano.

Exauridos os depósitos aluviônicos de Vila Rica, Ribeirão do Carmo, Sabarabussu e Pitanguí, os mineiros menos previdentes, aquêles que pelo depauperamento das lavras não puderam permanecer nas Minas, encetaram a bela página de bandeirismo que ainda não foi escrita — a conquista e o povoamento do vale do Paraíba e norte e oeste de São Paulo, criando o quarto ciclo da riqueza do Brasil, que seria o café.

É o bandeirismo de retôrno às fontes da nacionalidade.

Mas, os que souberam guardar lícita ou ilicitamente o produto das suas lavras, aqui ficaram para fundar, como fundaram vitoriosamente, a nossa indústria pastoril, têxtil, extrativa e siderúrgica, que é hoje das maiores do Continente.

Quanto à indústria siderúrgica, lançaram-na em sólidas bases científicas e econômicas, em Congonhas do Campo, os Monteiro de Barros, ligados a Eschwege; em Santa Bárbara, Soares de Gouvêa e o Barão de Catas-Altas, entusiastas de João Monlevade; em Itabira os

Mota e os Figueiredo, e todos êstes pioneiros estimulados pela ampla, dominadora visão de estadista que havia no Conde da Palma, governador da Capitania.

E tudo isto seria construído pelo ouro das Gerais, que Oliveira Lima compara desdenhosamente com o ouro do Reno, “como se a maldição do anão Alberico tivesse pesado sôbre todo o metal precioso da terra e das águas dos rios brasileiros”...

São Miguel em Itaúna — setembro de 1956.

J. D. F.

I

O LIVEIRA LIMA, no curso em francês que prelecionou na Sorbonne em 1911, sob o título geral de "Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira" (1) traçou algumas páginas de síntese sôbre Minas Gerais do século XVIII, dando-nos um retrato vivo e movimentado da época mais expressiva da nossa sociologia colonial, mas nem sempre fiel e justo nas suas conclusões.

O historiador pernambucano, que não acreditava muito na importância dos movimentos libertários nascidos em Minas, reafirma nessas páginas o seu velho ponto de vista sôbre o assunto, esquecendo-se, entretanto, de que o mesmo espírito que moveu em Pernambuco a rebelião da chamada nobreza contra os mascates, impeliu em Minas, entre outras, a rebelião de 1789, encabeçada pela nobreza mental da Capitania, burgueses de boas letras e melhores fazendas na sua maioria.

O nativismo de tôdas as revoluções brasileiras contra o jugo português não esconde o seu profundo e inelutável sentido econômico, quando a Colônia valia muito mais que o pequeno e estiolado reino peninsular, vivendo êste das suas conquistas num regime de gigolagem inaturável a um povo já cômico da sua superioridade, pelo menos material. Daí a importância que

(1) Oliveira Lima — *Formação histórica da nacionalidade brasileira* — (Cia. Editora Leitura — 1944 — Rio de Janeiro).

tôdas elas apresentam ao observador de hoje, que não mais se contenta com os dados tradicionais de interpretação.

Esse espírito econômico das rebeliões de Minas o próprio Oliveira Lima o reconhece implicitamente, quando afirma: “A vida em Minas Gerais tinha um aspeto inteiramente outro” — comparando-a com a Bahia do mesmo tempo. A “sensualidade ali não era mais beata: era fervorosa. As cobiças e os ódios se afirmavam pelos crimes. O ouro inspirava as ações como se a maldição do anão Alberico da lenda alemã tivesse pesado sôbre todo o metal precioso da terra e das águas dos rios brasileiros, tanto quanto sôbre aquêle que era guardado pelos filhos do Reno. E a maldição cevou-se de tal modo sôbre aquela região de uma riqueza fantástica, que poder-se-ia dizer, o anel fatal dos Niebelungen para ali havia sido misteriosamente levado.” (2)

E mais adiante:

“Batizada com o sangue dos baudos que lhe disputavam as “descobertas”, a Capitania de Minas Gerais, separada de S. Paulo como todo o oeste havia de se tornar, à medida que a colonização ali se espalhasse, povoou-se e prosperou naturalmente, ao mesmo tempo que a existência do ouro se confirmava no fundo dos vales, ou no flanco das montanhas. Mas a Capitania mesma não se enriqueceu absolutamente. A Côrte e a Metrópole puderam permitir-se custosas fantasias. Minas Gerais, de seu lado, assistiu à eclosão no seu seio de um luxo sem bem-estar. Sua sociedade chegou a cobrir-se de uma camada superficial de cultura, que, refletindo a luz crua dos trópicos, não deixou de deslumbrar. A despeito de tudo isso, seu progresso não se manifestou,

(2) Idem — pág. 100.

de maneira acentuada, senão após o ouro se ter esgotado e a agricultura ser forçada a tomar o lugar das escavações de minas para nutrir o mundo de gente que estas haviam atraído". (3)

A transcrição é longa, mas necessária para salientar o sentido mais profundo das causas e dos efeitos que condicionaram a nossa evolução colonial, porque não é verdadeira a afirmação de que a Capitania não se enriquecera com o ouro dos seus aluviões.

Apesar dos impostos e dos tributos que se pagavam à Metrópole, o metal excedente, somado ao contrabando que correspondia a outro tanto, permaneceu no local da extração para preparar a evolução material e moral do povo nos séculos seguintes.

E o volume desse metal era tão grande, que a incipiente economia da Colônia teve de suportar rudes golpes no seu frágil organismo, como a emigração maciça de braços procedentes dos canaviais do norte e das lavouras paulistas.

Jaime Cortesão, aludindo ao fenômeno com relação aos *landlords* do açúcar em Olinda e os mascates de Recife, observou que "Aqui o ouro viera alterar profundamente o equilíbrio entre essas duas classes. A carestia do braço negro, demandado nas Minas a todo o preço; as dificuldades do transporte por mar tornado inseguro pela guerra; e, como consequência, a quebra

(3) São ainda do mesmo historiador (pág. 100) estas observações, que indiretamente desmentem o que afirma depois sobre a lendária riqueza das minas de ouro — "Contudo, Minas povoou-se tão rapidamente que por ocasião do ataque ao Rio-de-Janeiro, desferido por Duguay Trouin, em 1711, seis mil homens — paulistas e estrangeiros como se designavam os que não vinham de S. Paulo — acorreram a defender a cidade, desgraçadamente porém quando seu resgate havia sido estipulado e aceito. O governador não quis consentir no violar-se a convenção"...

rápida das safras e a dificuldade no escoamento do produto, debilitaram exatamente a indústria do açúcar e a fortuna dos senhores de engenho, com residência em Olinda. Pelo contrário, no Recife, bairro meramente burguês e mercantil, os negociantes portugueses, que forneciam os engenhos, tornaram-se pouco a pouco os credores dos fidalgos arruinados e orgulhosos"... (4)

A diátese econômica se manifestou logo nos primeiros anos do povoamento da Capitania, provocando crises gravíssimas como as carestias de 1699 e 1701, quando se deu o trágico paradoxo de morrerem de fome pessoas com as arcas atulhadas de ouro. Os que se retiraram para regiões onde pudessem plantar cereais, se radicaram na periferia da zona aurífera e criaram novos núcleos de povoamento.

O desprezo pelos moderados mas seguros lucros da agricultura local, numa região de estradas difíceis e oneroso abastecimento, tornava muito elevado, mesmo nas épocas normais, o custo da vida na região. (5)

Há no Arquivo Público Mineiro copiosa documentação referente a essas crises periódicas que se apresentavam geralmente no tempo das chuvas, quando as

(4) *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, I, 151.

(5) Antonil nos dá uma convincente relação de alguns preços de necessidades desses tempos:

1 bol — 100 oitavas de ouro	C\$	10.000,00	atuais
60 espigas de milho — 30 oitavas	Cr\$	3.000,00	"
1 galinha — 3 oitavas	Cr\$	300,00	"
queijo flamengo — 16 oitavas	Cr\$	1.600,00	"
1 arrôba de açúcar — 35 oitavas	Cr\$	3.500,00	"
1 barrilote de aguardente — 100 oitavas	Cr\$	10.000,00	"
1 barrilote de vinho — 200 oitavas ...	Cr\$	20.000,00	"
1 negro bem feito e ladino — 300 oitavas	Cr\$	30.000,00	"
1 crioulo bom oficial — 500 oitavas ..	Cr\$	50.000,00	"
1 mulata de partes — 600 oitavas	Cr\$	60.000,00	"
1 cavalo andador — 2 libras de ouro ..	Cr\$	26.000,00	"

estradas se interrompiam para o abastecimento que vinha do Rio de Janeiro ou dos currais da Bahia.

No começo de 1722, como houvesse “muita falta de viveres, assim vindos do Rio de Janeiro como do Sertão dos Currais, e ainda do tẽrmo desta Vila”, sendo que “os mos. mores. della, assim que entrão as carregaçõens de huas, e outras pes. as vão logo atravessar, pa. com elas fazerem seus negos. vendendo as por alto preço”, determinava o Senado da Camara de Vila Rica que “nenhuma pessoa, de qualquer grao, ou condição que seja, atravesse, ou compre nenhum genero de comistivel, ou bebida, assim vindo do Ryo de Janro. ou Sertão, como ainda mantmtos. do termo desta Villa, e só poderão comprar as q. tem vendas, tanto quanto lhe for necessario, pa. varejar nas das. vendas., e não pa. vender cargas em pé”.

Para os transgressores dessas ordens, cominava o respectivo edital a “pena de 40 Sas. de ouro, trinta dias de cadeia sem remição nem agravo, alem da pena imposta pella ordenação do Rno. e Leys extravagantes, por cada vez que. constar por duas testas que comprou ainda hua só carga pa. tornar a vender em pé, cuja condenação applicamos, mettade pa. o offal q. o acusar”.

As medidas de repressão pouco efeito produziam, tanto que os especuladores, longe de se corrigirem, ampliavam suas atividades criminosas.

Vê-se de um edital de 1723, também da Câmara de Vila Rica, “q. mtas, pessôas moras. na travessa do Teixeira. e neste Ouro Preto, e mais q. nesta Villa, tem atravessado, e costumão atravessar os mantimtos. q. vem pa. esta Villa, e seu termo, dos portos do mar, como são Peyxe, Azeyte, Vinagre, queyjos, farinha do Reyno, e mais molhados, o que he em gre. prejuizo do Povo, por estes tais atravessadores os que querem revender, e principalmente. reterem os em Caza, a esperar maiores preços”.

Em vista de tal situação, os “Juizes, Vereades., e Procor. do Senado da Camra.”, ordenam, no referido edital, “por ser toda nossa obrigam. evitar damnos. q. nenhuma pessoa de qualquer calida. q. seja, possa comprar os dios. mantimos. pa. tornarem a vender em pé com a pena de pagarem 64 8as. de ouro, a 3a. pte. pa. o declarante, e o mais pa. as despezas do Cons.º e trinta dias de Cadeya, e nesta mesma incorrerá todo o Carregor. q. vender Cargas do referido asima sem primro. passarem 15 dias de sua entrada nesta Villa”.

O próprio governador, então, baixava ordens severas contra os atravessadores.

No ano de 1723, Dom Lourenço de Almeida, “tendo respto. a falta de mantitos. de milhos e farinhas. q. há tempos se experimenta mais cauzada por haver atravessadores, q. o fecho pa. se utilizarem com os ganhos illicitos”, manda publicar um bando, avisando ter ordenado “aos Juizes Ordinros. desta Villa Rica, q. tirem hua exata devasa dos atravessadores do milho, e farinha, e lhe imponhão todas aquellas grandes penas, q. merecem as suas culpas conforme o n.º de Alqres. q. tiverem atravessado pa. q. fazendo-se todo o castigo, se evitem os atravessadores, q. são tam prejudiciais á republica, e não padeça o Povo a fome q. lhe querem fazer”.

Acrescentava o governador “q. tem sahido um voato, talvez deytado pellos mesmos atravessadores ou por homens de má consciência, inimigos do socego publico, dizendo temerariamente, q. no Campo, e em outras mais pes. estão, e estiverão milhos comprados com o meu nome”. Em vista disso, era “de razão e de justa. averiguar-se este voato, pa. serem castigados os atravessadores, q. fizerão ou fazem semelhante compra com o meu nome, pa. assim cobrirem a sua malde”.

Constava do mesmo bando a ordem para que tôdas as pessoas que “comprão milhos com o meu nome, o ve-

nha declarar perante os Juizes de Villa Rica, e sendo do termo desta Va. do Carmo, fação a declaração perante os seus Juizes, e averiguando-se q. hé verde. o q. declara, lhe mandarey dar sincoenta 8as de minha fazenda, e outro sy ordeno a todo o Rosseyro, q. vendeu, ou vende milhos, q. logo dentro de 8 dias da publicação deste Bando, venha declarar perante os mesmos Juizes as pessôas ou pessôa, q. lhe comprou, ou compra milho em meu nome, e não os vindo declarar dentro no tempo do. e constando, q. os vendeu a alguem, dizendo-lhe q. erão pa. minha caza, sera prezo na Cadea dous mezes infallivelmente, e della pagará 200/8as. de ouro a saber a 3.a pte. pa. o acuzador, e as duas ptes. pa. a fazda real, e não lhe servirá de desculpa, o dizer q. vendeu poucos alqres. porq. nem esses se comprão pa. minha Caza, se não do q. vem a vender a Villa Rica, como he bem notr^o”.

Quer Basílio de Magalhães que essas carestias, dispersando os mineiros para os matos, em busca de alimento, concorreram grandemente para o povoamento e a descoberta de novas minas de ouro nas Gerais. (6)

A legislação relativa a essas minas, afinal, era a responsável pelo angustioso problema da alimentação dos mineiros, porque não só proibia a distração de braços para outros misteres que não fôsse minerar, como estimulava o mais que podia a mineração com favores e privilégios excepcionais.

Ainda em 1752 um decreto real, de 19 de fevereiro, cuidava de protegê-la, quando concedia aos mineiros que trabalhavam com fábricas efetivas de trinta ou mais escravos próprios, “privilégio para lhes não serem executadas as ditas fábricas, as quais, sendo muito

(6) *Expansão Geografica do Brasil Colonial*, Basílio Magalhães (Rio. Epasa Editôra — 1944) — pág. 427.

e cada vez mais dispendiosas, só com esse privilégio podem subsistir". (7)

"Equivalendo esta extraordinária e insólita medida — pondera o cronologista, a pretender instituir o crédito particular por decreto, os efeitos deviam ter sido, e foram de fato, exatamente o contrário do que tinha em vista o rei e seus ministros. O tal privilégio trouxe naturalmente, como resultado imediato, o descrédito dos privilegiados. Quem queria, na verdade, a não ser por força de novos e cerebrinos decretos, negociar a prazo com êles, sem a garantia ordinária dos respetivos bens para resgate das dívidas? Demais, alguns ou muitos dos privilegiados (tão numerosos eram os mineiros da Capitania naquele tempo) seriam por sua vez credores de outros e, portanto, vítimas desde logo do "benefício" feito à classe. Isto considerado o privilégio sob seu aspeto jurídico somente. Pelo lado moral, sobe de ponto o injustificável transvio, que mal se compreende fôsse obra de homem de espírito superior, qual o marquês de Pombal".

Com o rodar do tempo êsse curioso benefício ficou extensivo a todos os mineiros, qualquer que fôsse o número de seus escravos, conforme determinavam as cartas-régias de 29 de fevereiro de 1752 e 17 de novembro de 1813.

Não tardaram, porém, a surgir súplicas veementes pela revogação ou atenuação dessa extravagante concessão régia, como testemunha o documento de 25 de maio de 1753, que fazia saber ao Governador de Minas que, "por parte de Manuel Dias da Costa e outros mineiros moradores nessa Capitania com fábricas gran-

(7) *Efemérides Mineiras*, — J. P. Xavier da Veiga, I, Ouro Preto 1897 — pág. 204. O povo chamava êsse decreto de "privilégio da trindade".

des de mineirar, se me representou que Eu fôra servido por decreto de 19 de Fevereiro de 1752, ordenar que a todo mineiro que tivesse trinta escravos próprios, ou daí para cima, se não fizesse execução o penhora nos mesmos escravos, nem na fábrica de mineirar, correndo só a execução nos mais bens e na terceira parte dos lucros que tirassem das Minas; e que sendo êles Suplicantes credôres de avultadas quantias de dívidas contraídas antes do dito Decreto, tendo já execução contra os seus devedores, tinham experimentado nelas embaraços e um grande prejuizo porque os mesmos devedores, fundados no referido Decreto, se opuzeram e insistem em pegarem só na forma nela ordenada, o que pareceria não ser de Minha Real Intenção a respeito das dívidas contraídas antes da publicação do mesmo Decreto, pois disso se seguia evidente dano aos Credores, não havendo Eu de querer que alguém ficasse prejudicado, porque além de que o pagamento feito por parcelas se reputava menos útil, na sensura do Direito, era certo, que eles Suplicantes não contrariam, fazendo-se credôres de avultada quantia, se já houvesse Lei que restringisse por aquela forma o modo dos pagamentos, pois se seguia um dilatado desembolso, sendo todo e qualquer empate prejudicial aos homens de negócio; e porque a Mim me pertencia declarar as Leis e remediar o dano de meus vassallos: Me pediam mandasse declarar que a providência dada no dito Decreto só limita e deve ter observância a respeito das dívidas contraídas depois da sua publicação, mas não a respeito das dívidas antecedentemente contraídas”.

Ordenava, por Resolução tomada em Consulta do Conselho Ultramarino, informar com parecer neste particular e observando-se o disposto no Decreto, “exceituando as dívidas pelas quais se achava feita penhora ao tempo da sua publicação e não outras quaisquer

contraídas antes dela, que ainda não estavam em execução, enquanto não tomo outra Resolução”.

Por aí se vê quanta atenção merecia à Coroa a organização econômica da Colônia, tendo por base o rendimento da produção aurífera, que só veio a declinar em fins do século XVIII. E vem salientar outrossim que êsses elementos, de fundo estritamente econômicos, iriam se acumulando no correr dos tempos para se transformarem em motivos de rebelião, mascarados de nativismo puro e simples.

Essa espantosa e inopinada riqueza, como é natural, criaria tipos e situações da maior substância humana, que iam do grotesco mais saboroso ao dramático mais sombrio. Felisberto Caldeira Brant, prêso no Tejuco e remetido para os ergástulos do Limoeiro, despojado da formidável fortuna, desonrado por um iníquo processo e morto pelo sofrimento moral da tragédia inenarrável dos seus últimos anos de vida, é a figura do dramático sombrio. João Batista Ferreira Chichorro de Souza Coutinho, barão de Catas-Altas, e a Chica da Silva, são o símbolo risonho e divertido do grotesco saboroso. Eram os nossos antigos “nouveaux riches”...

Teixeira de Melo, que conhecera o barão pessoalmente em Minas, nos dá dêle êste excelente retrato: “Era sacristão da matriz da aldeia de Catas-Altas. Tendo herdado uma parte da mina do Gongo, e tendo usurpado o resto da propriedade, ficara imensamente rico. A prosperidade tornara-o extravagante. Julgando inesgotável a sua mina, prodigalizava o ouro à medida que extraía da terra. A sua mania era maravilhar o mundo inteiro pelas suas riquezas. Nos seus banquetes a sua felicidade consistia em quebrar tudo o que havia de frágil na mesa para ter ocasião de ostentar no dia seguinte nova baixela de porcelana e cristais.

Este doido mandou um dia fazer almôndegas de uma especie nova; eram avelãs de ouro maciço, que distribuía na sobremesa por seus numerosos convidados. (8) No tempo da prosperidade, além da casa do Gongo, possuía belas residências, que ví em Caeté, Ouro Preto, Sabará, Santa Luzia e Brumado”.

Seus administradores tinham ordem de conservar mesa franca.

Não viajava senão escoltado de uns quarenta papajantares e aduladores, por quem pagava as despesas. Por ocasião da viagem do Imperador D. Pedro I a Minas, presenteou a Sua Majestade de uma baixela de ouro maciço. A paixão do gasto não sufocou nêle a das honrarias. Pagou muito para ser dignitário do Império. Tendo sido apresentado ao Imperador, êste perguntou-lhe o nome:

— João Batista Ferreira Chichorro de Souza Coutinho, respondeu o ricaço.

— Maior é o nome que a pessoa — replicou o Imperador, pois o aspirante às grandezas era de estatura muito baixa. Para consolá-lo desta indelicadeza, D. Pedro nomeou-o barão de Catas-Altas... (9)

Era um sorvedouro de dinheiro êste Catas-Altas. A fortuna que obteve da renda do Gongo foi bem depressa esbanjada, mas teve ainda a felicidade de restabelecê-la, comprando por uma bagatela (13 contos de

(8) Diogo de Vasconcelos conta, com referênciã ao governador Visconde de Condeixas, que em 1808 visitava êle com a viscondessa o arralal de Antônio Pereira, onde o Capitão-mór, Antônio Alves Pereira, ofereceu à esposa do governador, para a ceia, uma terrina de cangica aurifera como se fora cangica de milho...

(9) João Batista Ferreira Chichorro de Souza Coutinho, primeiro barão de Catas-Altas em 18 de outubro de 1829. Nasceu em Minas e aqui faleceu em 31 de maio de 1839.

réis) a rica mina de Macaúbas, donde extraiu muito ouro antes de revendê-la, por preço muito elevado, a uma Companhia inglesa...

As suas continuadas e alucinantes extravagâncias acabaram por arruiná-lo completamente. Morreu pobre e esquecido em maio de 1839. Seu filho tambem morreu miserável em Caeté.

O duque de Luxemburgo, embaixador da França no Brasil e que, em viagem à Minas, também o conhecera, relata que o Barão de Catas-Altas desposara sucessivamente duas filhas do guarda-mor José Alves da Cunha, primitivo proprietário da mina do Gongo-Sôco, o qual era ao mesmo tempo seu cunhado, pois casara em segundas núpcias com uma irmã do barão, que era o administrador da mina e constituiu-se único dono dela, sem ter prestado contas aos outros herdeiros...

Em oito anos apenas ajuntou fortuna imensa, computada em vários milhões de cruzados. Em dois anos chegou a extrair quinze libras de ouro por dia. Julgando a mina esgotada, vendeu-a pela soma de noventa mil libras á "Imperial Brazilian Mining Association", que no espaço de doze anos extraiu ainda mais de trinta mil libras de ouro. (10)

O Barão de Catas-Altas é uma deliciosa figura, produto de californias como a do nosso "rush" colonial, e não deixa de ser um excelente modelo para personagem de um romance à Daudet.

Chica da Silva, preta que vivia em companhia do opulento)contratador de diamantes do Tejuco, o desembargador João Fernandes de Oliveira, é como Catas-Altas, outro exemplar humano comum à época em que viveram.

(10) Xavier da Veiga — Idem, pág. 313, II.

Imensamente rico e poderoso, o contratador era no pequeno burgo diamantino um autêntico potentado, de vontade incontrastável no meio social em que vivia. Só Francisca da Silva partilhava com êle êsse prestígio, fazendo curvar aos seus menores caprichos as espinhas mais duras. Deslumbrava ela as famílias mais ricas com a ostentação do seu luxo espaventoso.

Quando ia às igrejas recamada de brilhantes e de sêdas, era seguida por doze mulatas esplêndidamente vestidas e o lugar mais distinto do templo era-lhe reservado. Todos os visitantes, ilustres ou não, fidalgos ou plebeus, que chegavam ao Tejuco, dispensavam-lhe as homenagens mais fervorosas e beijavam a opulência do contratador na mão de sua amante poderosa...

Francisca da Silva fôra escrava de José da Silva e Oliveira Rolim, pai do inconfidente padre Rolim, que a libertou a pedido do contratador dos diamantes. Informa Joaquim Felício que ela tinha as feições grosseiras, era alta, corpulenta, trazendo a cabeça raspada e coberta por uma cabeleira postiça com cachos pendentes, como se usava então. "Não possuía graça, não possuía beleza, não possuía espírito, não tivera educação — enfim não possuía atrativo algum que pudesse justificar uma forte paixão". Quando João Fernandes de Oliveira a conheceu e tomou-a por amante, ela tinha dois filhos, como o dr. Simão Pires Pardiniho, em cuja educação gastara uma fabulosa quantia. Formara-o em várias faculdades, viajando pela Europa com ampla autorização de despesas de que usou e abusou, e ocupando finalmente, pelo prestígio do contratador, altos cargos da Côrte, os quais, aliás, desempenhou com distinção. Os vagares da sua opulência de cortezão ocupava-os Pardiniho no

trato das ciências naturais, que eram as do seu gôsto, e a êle confiou-se o estudo de um fôssil encontrado em S. José del-Rei, que media 56 palmos de comprimento.

Joaquim Felício, que para escrever as suas preciosas "Memorias do Distrito Diamantino" teve em mãos toda a documentação da época, nos relata o fausto e a grandeza com que vivia essa preta singular.

Ainda hoje se encontram, nas fraldas da serra de São Francisco, os restos da casa de campo que João Fernandes lhe deu, local que ainda conserva o nome de Chácara da Chica da Silva. Era construída em forma de castelo, possuindo uma capela suntuosa e um teatro particular, único existente no Tejuco. O seu jardim reunia plantas exóticas e curiosas, cascatas artificiais, fontes murmurantes cujas águas rolavam entre conchas e cristais. E ela, que nunca tinha visto o mar e nem se encorajava de ir vê-lo no litoral, exigiu do amante a construção de um lago que desse uma idéia do oceano. João Fernandes fê-lo construir, bem como um navio que podia conter dez pessoas, e dotado de velas, mastros, cabos e todos os petrechos de uma caravela de alto bordo...

Era neste palácio que o contratador reunia os seus amigos em dias de festa. "Havia aí jantares suntuosos à Luculo, à tarde passeios no jardim e pescaria no lago em escaleres dourados; à noite bailes e representações teatrais: representavam-se os "Encantos de Medéia", o "Anfitrião", "Porfiar amando", "Chiquinha, por amor de Deus" e outras peças conhecidas daqueles tempos"...

Imperiosa e absorvente em tôdas as manifestações do seu caráter, contam de Chica da Silva inúmeros casos que delatam uma alma infernal. Dizem que certa vez, estando à mesa com o amante, êste elogiara a beleza dos dentes de uma crioulinha que servia o café.

Chica da Silva não deu atenção ao encômio do amante, mas ao dia seguinte enviou-lhe numa salva de prata os dentes ensangüentados da escrava...

João Fernandes de Oliveira faleceu em Lisboa em 1799, deixando a maior fortuna do seu tempo em todo o reino português. Apesar dos gastos fabulosos que lhe propiciava o contrato dos diamantes, fundou em Portugal o morgalo de Grijó, representado pelos seguintes bens, além de dinheiro e outros pertences: uma morada de casas na estrada do Beato, com 27 casais a ela anexos; uma quinta no Portela, têrmo de Lisboa; casas nobres na rua da Boa Vista, com terras anexas; duas propriedades defronte do Convento da Estrêla e duas casas na rua do Guarda-Mor. No Brasil: Casas nobres no Rio-de-Janeiro; duas casas nobres em Vila Rica e Pitangui; diversas fazendas na comarca do Sêrro Frio, de que fizera doação às filhas havidas de Chica da Silva, para desfrutarem enquanto vivessem, vinculando-se depois da morte delas; e mais quatorze fazendas em Minas Gerais. “De tôdas estas propriedades — informa Joaquim Felício — só conhecemos as fazendas do “Pé do Morro” e “Santa Barbara”; a primeira, só em terras, tem 45 léguas quadradas; a segunda tem 24 léguas quadradas de terreno”...

Nove filhas de João Fernandes de Oliveira e Francisca da Silva foram educadas no Recolhimento de Macaúbas.

A 12 de Novembro de 1750 Chica da Silva fazia o seu testamento, no qual declarava que teve quatorze filhos, entre os quais o Simão, filho do Dr. Manuel Pires Pardiniho. Vêm depois os filhos do desembargador João Fernandes de Oliveira; João, José, Joaquim, Antônio, Francisca, Rita, Ana, Helena, Luzia, Maria, Quitéria, Mariana e Antônia, todos legitimados pelo contratador, segundo documentação existente nos cartórios do Sêrro.

Faleceu a 15 de fevereiro de 1756.(11)

Conta Joaquim Felício que uma vez ia pelas imediações de Macaúbas e o escravo que lhe seguia de pagem o informou que aquelas terras pertenciam ao Recolhimento, onde morrera uma mulher chamada Mariana Vicência. Mais tarde soubera que essa mulher era neta de Francisca da Silva e do desembargador João Fernandes. Morrera mendigando a caridade pública, calçada de alpercatas e um bordão na mão, acompanhada de uma rapariga...

O aluvião aurífero proporcionou também ao senhor D. João V os meios para dar vasão larga e tonitroante á sua bragantina megalomania.

Dos vales e das montanhas de Minas e Goiás eram arrancadas, como cascalho vil, arrôbas e mais arrôbas de ouro, que atulhavam anualmente as caravelas em demanda de Lisboa suntuosa e freirática.

O rei, *et pour cause*, não regateava o preço dos seus delírios, e "na sua fúria de ser o esmoler-mor do catolicismo, lembrava-se de todos, derramando por tôda parte o ouro do Brasil: Santo Antão de Benevente, São Francisco de Badajoz, a capela dos portugueses de Londres, o presepe de Belém na Palestina, os templos de Jerusalém para não falar nos de Roma"...

(11) Sôter Couto mostrou-me o trabalho inédito de uma recente pesquisa em que apresenta Francisca da Silva e Oliveira, "Chica Queimada" de apelido, em ângulo diferente daquele em que Joaquim Felício fixou-a pela tradição. Sôter Couto aduz argumentos e documentos de que fôra mulata de raras dotes físicos e intelectuais, justificando a paixão dos dois desembargadores ricos que foram seus ostensivos amantes, o segundo dos quais, tão rico que, multado em onze milhões de cruzados por suposta infração do contrato de diamantes, pagou imediatamente a multa com assombro do próprio Pombal...

Alexandre de Gusmão, que bem sabia o preço de lágrimas e tirania que custava aos brasileiros esse monumental desperdício, apertava a cabeça, exclamando: — “A fradaria absorve-nos, a fradaria suga tudo, a fradaria arruína-nos”...

Concomitantemente com o ouro que saltava do chão como em passe de mágica, brotava o diamante das terras do Sêro Frio, levando ao delírio mais altanado a imaginação escaldada do rei. E não estando o país industrial e comercialmente preparado para tirar todo o proveito possível dessa esplêndida oportunidade, o que se deu foi a Inglaterra, já possuidora de uma marinha mercante de primeira ordem, e com o seu parque industrial ensaiando os primeiros passos, canalizar

Sóter Couto desfaz ainda um engano de Xavier da Veiga quanto ao desinterêsse da Pompadour do Distrito Diamantino com relação ao Recolhimento de Macaúbas, “onde fêz construir um confortável edifício ligado ao convento para tê-las (as filhas) com mais confôrto e também hospedá-la, quando do Tejuco vinha a passeio, acompanhada de numeroso séquito de mucamas, sua guarda-de-honra e banda de música para alegrar-lhe os momentos de nostalgia e en-fado”...

É interessante notar um traço do seu caráter de mestiça daquele tempo: o seu desdém pelos portugueses, dominadores da sua terra. É como diz Sóter Couto: — “Amou o português (Desembargador João Fernandes) e desfrutou-lhe a fortuna, mas votava ódio aos portugueses. Era o primeiro surto nacionalista repontando na alma de um diamantinense. Menoscabava os reinóis patricios do seu amante e só lhes concedia o que dispensava aos seus servos. No seu pequeno reino os igualava socialmente, num sentimento justo e recalcado de vingança”...

No estudo biográfico de Antônio Tôrres (“Caderno Azul” — Editora Guaira) procuro também explicar a aversão do panfletário pelos portugueses, certamente devido à sua procedência diamantina — o povo de Minas que mais sofreu com os métodos de exploração da colônia americana.

para as suas arcas o cabedal que apenas passava em Lisboa para o delírio dos cortesãos embasbacados. (12)

Os tratados comerciais entre Portugal e Inglaterra canalizaram para êste último país a maior parte do milhão de quilos de ouro arrancado de nossas entranhas até 1822, preparando a grande eclosão industrial da vigorosa potência insular do Velho Mundo. (13)

Mas, o ouro de Minas, Goiás e Mato Grosso sobrava para muito mais. Beato e frascário, o metal abundante estonteou o país até à loucura, enchendo Portugal de conventos, igrejas e palácios de uma riqueza sem par. O delírio arquitetônico do convento de Mafra deriva do ouro de Minas Gerais, e em 8 de Julho de 1719 o rei gastou duzentos contos de réis fortes numa procissão de "Corpus Cristi"...

Camilo Castelo Branco, que não primava em simpatia pelo Brasil, assevera no seu "Perfil do Marquês de Pombal": "Foi o Brasil um caudal inexaurível.

(12) Jaime Cortesão, em conferência pronunciada em Belo-Horizonte a 18 de março de 1949, reabilita em muitos pontos a memória de D. João V na sua política em relação ao Brasil, dizendo que o ouro do nosso país foi mau negócio para Portugal, não só porque o quinto era fraudado em mais de 40%, como a expansão geográfica e a defesa da Colônia exigiam muito dinheiro, que o ouro não compensava...

(13) O tratado de Methwen, que tem o nome de plenipotenciário que o negociou, foi celebrado em Portugal em 1703 e abriu à Inglaterra o monopólio do comércio de tecidos em Portugal e, por meio de Lisboa, nas províncias ultramarinas, arruinando pela concorrência a indústria têxtil em todo o reino.

Ao mesmo tempo, mercê da sua superioridade naval, difundia pelo mundo o uso do açúcar e do chá iniciado por Portugal, do café pela França, do cacau pela Espanha e do tabaco pela Holanda, que já o consumia em cachimbo e em rapé.

Havia dízimos, entradas, quintos, capitações, derramas arbitrárias dos vice-reis.

Havia as frotas abarrotadas de ouro. As que viéram do Rio e da Bahia em 1764 trouxeram para os cofres do Estado 15 milhões e meio de cruzados, 220 arrôbas de ouro em pó e folhetas, 437 arrôbas de ouro em barra, 48 arrôbas de ouro lavrado, 8.871 marcos de prata, 42.803 peças de 6\$400, e 3.036 oitavas e 5 quilates de diamantes, etc." (14)

Para evitar que braços livres ou escravos se distraíssem da extração do metal, eram proibidas em Minas quaisquer ocupações que não fôsse minerar. E para

Jaime Cortesão nos dá uma idéia da importância desse tratado, quando escreve:

"De 1730 a 1740 regularam as exportações de Portugal para a Grã-Bretanha por 400.000 libras anuais: as importações por um milhão. Por longos anos ainda esta proporção não afrouxou. A efigie de D. João V, cunhada em dobras luzentes, circulava por toda a Europa; em moedas de ouro do Brasil consistia o grosso da circulação nalguns países, como na Irlanda e no ocidente da Inglaterra". (Op. cit I — 45).

(14) *Perfil do Marquês de Pombal* — Livraria Civilização — Pôrto — 1936 — pág. 230.

Em 1730, constando em Madri que as arcas reais de Portugal estavam vazias, apressou-se o rei em mandar ás filhas, princesas das Astúrias, sessenta mil cruzados em barras do bom ouro do Brasil. E Araújo Jorge acrescenta que D. João V foi "um soberano de Portugal que durante o seu reinado recebeu do Brasil a bagatela de cento e trinta milhões de cruzados em mil moedas de ouro, trezentos e quinze mil marcos de prata, vinte e quatro mil e quinhentos marcos de ouro, setecentas arrôbas de ouro em pó, trezentas e noventa e duas oitavas de pêso, quarenta milhões de cruzados em diamantes, além dos rendimentos de seu imposto dos quintos e do monopólio do pau-Brasil". "Ensaio de História, e Crítica" — A. G. de Araújo — Min. das Relações Exteriores Int. Rio Branco — Imprensa Nacional — 1948 — pág. 208".

raspar o pouco sobreexcedente do ouro que escapava das taxas e dos impostos pesadíssimos, a célebre legislação Trigoso proibia na Colonia a cultura de productos que pudessem competir com os metropolitanos...

Por isso é que D. João V pôde ser o monarca mais faustoso e perdulário da Europa do seu tempo, não trepidando em pagar à Santa Sé quatrocentos e cinquenta milhões de cruzados pela vaidade e a ostentação de assinar-se "Majestade Fidelíssima"! E a criação do Patriarcado de Lisboa, único que a Santa Sé concedeu no Ocidente, custou do bom ouro das Minas a bagatela de duzentos milhões de cruzados...

Dêsse rei delirante nos deu Jaime Cortesão um exato perfil, situando-lhe a figura no quadro social do seu tempo. "Teve aventuras com freiras, como todos os fidalgos do seu tempo. Confundiu o fervor religioso com os esplendores do culto exterior, no que obedeceu a uma velha tradição do reino, cujas ostentosas procissões já tinham assombrado o fleumático Felipe II. E cometeu excessos de magnanimidade perdularia — sestro comum a nobres de sangue ibérico e também a novos ricos"...

Nascimentos e casamentos de príncipes, presentes régios, dotes, terremotos, guerras, construções de igrejas e conventos suntuosos, toda a necessidade administrativa, política ou suntuária do rei-megalômano saía das entranhas lendárias das montanhas de Minas, que gemeu sob o guante da tirania fiscal da Metrópole por mais de duzentos anos, alagando a Europa com o produto do seu suor, da sua fome e das suas lágrimas... (15)

(15) A atual historiografia de Portugal, no esforço de refundir em moldes convenientes a História da Península, fala pela boca de João Ameal e Rodrigues Cavalheiro — ("Erratas á História de Portugal — De D. João V a D. Miguel" — Livraria Tavares Martins — Pôrto — 1939 — pág.

Tornaram-se famosas na Europa as entradas dos embaixadores portugueses ou as festas que ofereceram nas Capitais estrangeiras. A entrada do Conde de Vila Major em Viena, quando foi pedir a mão de D. Mariana para D. João V; a do conde das Galveias em Roma; a do conde da Ribeira Grande em Paris, foram acontecimentos de tanta ostentação de riqueza que a história guardou.

O conde das Galveias, quando era embaixador em Roma, antes de vir governar as Minas, levava uma

32) — o que foi este ângulo do reinado: "Notabilíssimas as grandes construções empreendidas e acabadas por D. João V. Enumerem-se a correr: O Hospital de Caldas; o Aqueduto das Águas Livres, com mais de sete léguas de extensão, de que tanto beneficiou a capital; a Capela de São João Batista, essa obra-prima que se encontra na Igreja de S. Roque; a Patriarcal, na riqueza, pompa e magnificência não só excedendo as mais celebres Catedrais da Europa, mas majestosa emulação da de Roma"; o belo Mosteiro das Clarissas, no Lourçal; a nova praça do Campo Maior, visto a primitiva ter sido destruída" por um ralo despedido sobre a torre da pólvora no ano de 1732"; enfim, o imponentíssimo, o grandioso convento de Mafra, trofeu de glória dum Monarca extraordinário, cuja grandeza nos dá a medida da sua alma" e que, num tom enfático bem desculpável então, o "respeitoso pasmo de todas as Nações que tem vindo a admirar huma Maravilha, que emudece as que até agora tem celebrado o mundo"...

Aquillo Ribeiro, em obra recente, também nos dá num relance o que foi esse delírio de riqueza: "O que era a Capital, sob D. João V, está dito e redito pela história, a novela, o teatro; adivinha-se, ainda hoje, nos azulejos plantados por azinhagas, subúrbios e em certos cunhais de prédios urbanos, escapos ao terremoto. Esses azulejos que representam, uns, a sagrada Custódia com a legenda "Bendito e Louvado seja o Santíssimo Sacramento", outros, uma almi-nha abraçada nas labaredas do Purgatório, pedindo padre-nossos ao passante, falam mais alto que os tombos. Portugal andava de rasto: Lisboa era uma tortulheira de frades e devotos. D. João V, piedosamente, consagrava a Deus

vida de fausto que chamava a atenção da côrte mais faustosa da Europa depois de Paris de Luiz XIV. Em julho de 1722 José de Vasconcelos escrevia ao pai: "O embaixador se trata com uma magnificência que El-Rei de Portugal se não trata como êle, nem nenhum senhor em Roma; porque êle tem um belo palácio armado preciosamente; tem dez ou doze carroças preciosissimas que se não vê mais do que ouro; tem cento e quarenta criados todos bem vestidos; tem noventa cavalos admiráveis que tomara El-Rei de Portugal tê-los tão bons; a sua mesa é magnífica, porque são três cobertas de seis pratos cada uma; o serviço é todo de prata e isto todos os dias. Os que jantam à sua mesa é (sic) D.

o oiro recebido do Brasil às rasas. Erguia Mafra; deslumbrava Roma com as suas dádivas; elevava a Patriarcal à primeira instituição do Reino. Era a sua Ópera, e, ao que consta, executava-se lá muito boa música. Os cônegos, recrutados na fidalguia, auferiam tença de seis mil cruzados e honras episcopais só para assistir o patriarca nos dias festivos e se passearem pelas ruas, de liteira, entre seis lacaios de libré. O estadão do patriarca envergonharia o dum imperador de Trebizonda. Quando saia a público, Lisboa estacava de bôca aberta. Imagine-se um homem, a cavalo, de cruz alçada, em guisa de passavante. Sua Eminência, de liteira, a meio de uma escolta de vinte criados agaloados, no coice, quatro coches de fábrica preciosa e tamanho descomunal, conduzindo fâmulos e dignitários. Nem o príncipe de Boa Memória, quando se dava ao desenfado de espaiar pelas ruas da sua mui nobre e leal cidade, num aparato europeu, meio indiano"... ("O cavaleiro de Oliveira" — Aquilino Ribeiro — (Lelo, Ltda. Pôrto) — pág. 78.

E ajunta Carnaxide: "foi a época dos chamados "mineiros", que era o nome que se dava aos abastadíssimos brasileiros que foram então viver para a Côrte, onde construíram soberbos palácios e onde puseram em circulação avultadíssimos capitais". ("O Brasil na administração pom-balina" — Vis. de Carnaxide — (Cia. Edit. Nacional — Brasileira — 1940) pág. 105.

Luiz (filho do Marquez da Fronteira) eu, o seu confessor e o Barão de Mombel”.

Em 1727, para os casamentos do príncipe do Brasil com D. Mariana Vitória, infanta de Espanha, que dera nome à cidade episcopal, e a princesa D. Maria com o príncipe das Astúrias, Minas concorreu com 125 arrobas de ouro. E o matrimônio da infanta Catarina com o rei da Grã-Bretanha nos custou 600 contos de réis.

A carta régia de 12 de abril de 1727 ao Governador da Capitania pedia “que faça ver aos moradores dela a obrigação que lhe ocorre de concorrerem com um donativo para o casamento dos príncipes”, declarando que a alta hierarquia dos nubentes exigia a pompa cujos meios “os meus amados vassallos” nunca deixaram de proporcionar em mais de uma emergência ao “seu muito amado Rei e Senhor”... (16)

A 1 de Novembro de 1755 o terremoto de Lisboa exigia novos sacrifícios das Minas. A cidade ficou quase inteiramente destruída pelo abalo sísmico, o incêndio e a inundação que se lhes seguiram. Os cárceres, destruídos, esvasiaram-se, e os presos percorriam os escombros, saqueando livremente.

(16) Antônio Rodrigues da Costa, respondendo à consulta do Conselho Ultramarino em 1752 sobre o pedido de auxílio para outros casamentos reais, escreveu: “Os povos do Brasil estão grandemente tributados, e havendo-lhes crescido, de poucos anos a esta parte, de dez por cento na alfândega todos os seus gêneros, que são açúcares e tabacos, se acham tão carregados neste Reino, que absolutamente se dão por perdidos, e o seu comércio de todo arruinado. A este encargo tão grande se ajuntou de novo a contribuição de sete milhões para a despesa dos casamentos de suas altezas; e esta quantia é tão excessiva, que nunca nem a metade dela coube nos cabedais da nação portuguesa; nem os portugueses souberam nunca pronunciar sete milhões, nem lhes veio ao pensamento que pudessem contribuir com esta quantia, ainda em muitos anos”...

Para a reconstrução da cidade destruída, as Câmaras da Capitania, em 6 de julho de 1756, resolveram instituir, por insinuação do Governador Gomes Freire de Andrade, um "donativo voluntário", que atendesse a solicitação da Coroa, datada de 15 de dezembro do ano anterior. E acordaram que se oferecesse voluntariamente por dez anos a seguinte contribuição: "que cada escravo que entrasse para a Capitania se pagaria 4\$800 além dos direitos já impostos; de cada bêsta muar nova, 1\$200; de cada cabeça de gado vacum, \$450; de cada barril ou frasqueira de vinho ou aguardente do reino, \$300; de cada venda de aguardente de cana fabricada no país, 1\$200 por mês, e que o mesmo pagariam os senhores dos engenhos vendendo-a à tabernada dentro ou fora dos mesmos engenhos".

Mas, vencido este prazo de dez anos, em 1766, o Governador Luiz Diogo Lobo da Silva impôs a continuação da cobrança, apesar de a Câmara de Vila Rica se opor terminantemente, levantando-o nos seus domínios. Em ofício de 10 de julho dêsse ano o Governador declarava, entretanto, que "sem ordem expressa de sua majestade fidelíssima e sem que a benignidade régia o permitisse, de modo algum poderia cessar o subsídio". E acentuava em seguida "a imprudência de semelhante idéia", observando que "aos povos da Capitania seria glorioso se representarem a el-rei estarem prontos para continuarem com o sobredito subsídio, e com tudo o mais que fôsse preciso e a Real Clemência julgasse necessário."

A Câmara de Vila Rica replicou com firmeza e, apesar da insistência do Governador, afixou editais em que se dava por extinto o donativo, ficando assim firmada a competência das Câmaras no assunto e delatando já a tendência municipalista do nosso direito.

Mas, por ordem do Governador, subsistiram as taxas nos registros das entradas, não obstante, como as-

severa Xavier da Veiga, o justo e geral clamor dos povos a quem o governo faltava com a boa fé, obrigando-os a pagar o que não deviam, nos termos expressos do próprio ato que estabeleceu a contribuição durante o extinto período decenal.

Dois anos mais tarde, governando a Capitania o conde de Valadares, instou êste pela prorrogação do subsídio, mesmo por parte das Câmaras, único suspenso, declarando em nome e por ordem da Coroa "que lhes fazia esta rogativa com autoridade soberana".

Seguiu-se a isto o termo de vereança de 10 de outubro de 1768, no qual se lê que "o muito alto e muito poderoso Rei Nosso Senhor D. José se acha residindo em uma barraca do campo e que sendo-lhe necessário mandar fabricar palácio onde resida, espera que os povos das Minas, como bons e fiéis vassallos, concorram com o subsídio voluntário para a ajuda da dita obra". E ficou resolvido que se prorrogasse por mais dez anos, que findaria em 1778, a cobrança do subsídio, alteradas para mais as taxas das Câmaras.

Findo este período, e a pretexto do incêndio do palácio da Ajuda, foi novamente instituído novo decênio de contribuição.

Ainda no século passado, e já se encontrando no Brasil a família real, no Governo de Pedro Xavier de Ataíde e Melo, se arrecadava em Minas o subsídio voluntário. Durou mais de sessenta anos a sua cobrança, cujo importe, só nos dois primeiros períodos da sua arrecadação (28 de julho de 1756 a 11 de outubro de 1779) subira a 1.030:705\$366. (17)

O convento de Mafra é outro atestado de inconsideração e de loucura. Será uma réplica do Escorial, cujo nome é um simbolo, lembrando as trevas do san-

(17) Xavier da Veiga — Op. cit. pág. 351 — IV.

guinário obscurantismo dos Felipes. Ramalho Ortigão nos minudencia o que foi a construção dessa monstruosidade arquitetônica, que impressiona apenas pela grandiosa babilônica do edifício:

“Ávila é pequena e pobre. O célebre edifício de D. João V ostenta a sua enorme corpulência quadrada e maciça no meio de uma vasta nudez fria e abatida. Não é pròpriamente um monumento arquitetônico: é apenas um prédio, mas um prédio imenso, incrível, faraônico. Ocupa uma área de 40.000 metros quadrados, tem quatro mil e quinhentas portas e janelas, oitocentas e oitenta salas, duas tôrres de 68 metros de altura, um zimbório, dois torreões tão vastos que num só andar de qualquer um dêles se aloja toda a família real quando vai caçar á Mafra. Levou treze anos a fazer. A média dos operários empregados em cada dia na construção da obra monta a vinte mil. Para cortar a montanha que fica ao sul do edifício davam-se quotidianamente mil tiros, e consumiam 400 quilogramas de pólvora. Além de vinte mil operários, havia em Mafra, para manter a polícia, uma fôrça militar de sete mil homens de cavalaria e infantaria. Nas conduções empregavam-se 1.270 bois, fora os que os lavradores circunvizinhos eram obrigados a ceder em dois dias da semana. Uma só pedra de que se fez a varanda da sala principal, levou seis dias a chegar de Pêro Pinheiro e foi puxada por 200 bois. Morreram durante a obra 1.338 operários. O número total dos sinos é de 114. Os dois carrilhões custaram na Itália 800 contos de réis. O castiçal em que se mete o círio pascal, e que está na sacristia, pesa 235 quilogramas. O apagador respectivo pode apagar um homem, e apagou um século. Os paramentos ainda hoje existentes e bordados a matiz sobre as mais belas sêdas da Índia ou das melhores fábricas da Europa, são de tal modo suntuosas que D. João V dizia haverem-lhe custado mais

caro que todo o edificio! A tapada contígua ao palácio ocupa um circulo de 3 léguas. As cozinhas compõem-se de sete grandes casas, a das hortaliças, a dos peixes, a pastelaria, etc. Na cozinha grande, forrada de azulejos, cercada de torneiras de bronze, há duas enormes chaminés com os dois aparelhos destinados a mover os caldeirões, em cada um dos quais se podia cozer um boi. As festas da sagração duraram oito dias. No primeiro dia as solenidades religiosas começaram ás 8 horas da manhã e acabaram ás 5 horas da manhã do dia seguinte.

Assistiram o rei, a rainha, o príncipe, os infantes, a comitiva real, o patriarca, dois cardeais, quatro bispos com os seus séquitos, os cônegos, trezentos frades, os fidalgos, os regimentos de infantaria e cavalaria. Além do que toda esta gente comeu, o rei mandou dar de jantar a todos os romeiros que se apresentassem e apresentaram-se nove mil. As cozinhas do convento prepararam os jantares para tôda esta multidão.

Ma'ra, em que D. João V, Nero de Sacristia, faraó freirático, consumiu tantos milhares de vidas, representa a dupla catástrofe de um monumental triunfo e de uma monumental derrota.

Tudo quanto um triunfo pode ter de calamitoso para um povo, deu-se com a edificação de Mafra — a perturbação econômica, a concentração de todas as fôrças vivas de um país sôbre um único successo, a embriaguez do êxito, o falso orgulho, a petulância, o pedantismo, todos os vícios das eroticidades pervertidas e desmoralizadas.

Tudo quanto uma derrota nacional pode ter de deplorável deu-o igualmente Mafra; — o enfraquecimento, a ruína, a prostração dos temperamentos e dos caracteres, a pobreza geral”.

E continua: “Por outro lado, a edificação de Mafra não produziu nenhuma das vantagens que os

grandes triunfos ou as grandes derrotas podem influir na educação moral de um povo: — nem a afirmação de sua força, nem a imposição de sua vontade triunfante, nem o modesto recolhimento do seu espírito ensinado pelo revés e procurando retemperar-se no dever, na renovação moral, na reconstituição do seu ser pela condensação interior de todas as forças da inteligência e da vontade"... (18)

Ia a tal ponto a insensatez da Coroa, que um advogado português, residente na Bahia, escreveu a um amigo de Lisboa em 18 de outubro de 1731, fulminando os métodos da colonização: "Monopolistas insolentes que calculam a miséria pública para conceberem planos de opulência e que obstruem tôdas as causas honestas de adquirirem os pobres a sua subsistência, vivem aqui tranqüilos, insultando as leis na certeza da impunidade"...

E um desembargador da Relação do Pôrto e ex-intendente do ouro em Vila Rica acentuava no seu relatório: "A extração do ouro na Capitania de Minas Gerais é a fonte donde manam as riquezas que fazem opulento o Real Erário; ao mesmo passo que se secar essa fonte, ou que diminuir a corrente dela, ficará o mesmo Erário pobre"...

Por isso é que ao tempo da Colônia já se cantavam os versos de Gregorio de Matos:

Os brasileiros são bêstas,
e estarão a trabalhar
toda a vida por manterem
maganos de Portugal...

(18) *As praias de Portugal*, Ramalho Ortigão (Lisboa — Livraria Clássica Editôra — 1943) págs. 201 e seguintes.)

II

A PRODUÇÃO do ouro das Gerais, segundo Taunay, baseado em dados oficiais, foi de cêrca de 14.200 arrôbas entre os anos de 1700 e 1735. Concordam todos os autores em que êstes 210.000 quilogramas de metal devem ser majorados de trinta por cento, tal era o descaminho às arcas dos quintos reais que de 1700 a 1713 renderam 56.655 gramas. Só o ouro subtraído à quintagem e confiscado pelas autoridades subiu nesse período a 46.975 gramas, quase outro tanto do metal quintado.

Em 1742, pelo aviso régio de 26 de março, e como êste os nossos arquivos apresentam inúmeros, o Ministério Ultramarino acusava o recebimento de 200 arrôbas e 2:538 oitavas de ouro do rendimento das suas matriculas de 1740.

Eschwege calculou a produção do ouro no Brasil, até 1820, incluindo o contrabando, em 63.467 arrôbas e 14 marcos, ou seja cêrca de um milhão de quilos.

Euzébio Paulo de Oliveira, em monografia publicada em 1937, escrevia por sua vez:

“Avalia-se em três e meio milhões de francos-ouro o valor dos metais preciosos, ouro e prata, existentes no mundo antes da descoberta da América. Nêsse total o ouro entrava com 800 milhões de ouro amoeado e 575 milhões em jóias, objetos de ornamentação, barras, etc. Em moeda de prata existiam 450 milhões de francos”. E mais adiante: “As minas da América forneceram à Europa uma grande quantidade de ouro e prata, que serviu para manter o luxo das Côrtes, criar e desenvolver as artes liberais e aumentar

a massa do numerário em circulação. A produção de ouro e prata no mundo desde a descoberta da América até 1932, segundo a Casa da Moeda dos Estados Unidos, é a seguinte: Ouro — 1.107.265.000 de onças finas, valendo 22.889.000.000 de dólares. Prata — 15.330.272.000, valendo 14.602.100.000 de dólares.

Eusébio Paulo de Oliveira faz também uma correção no volume da produção e do extravio do ouro do Brasil, quando escreve:

“Quanto à produção de ouro no período colonial, procuramos as estatísticas do Dr. J. P. Calógeras, que se encontram na sua obra clássica, “As minas do Brasil”, publicada em 1904.

Conferindo a soma do Dr. Calógeras, verificamos que a operação não estava certa. No livro citado êle estabeleceu uma estatística de produção de todas as minas de ouro do Brasil, desde 1681 até 1903. Entretanto o total de 944.000 quilogramas, aproximadamente, que dá para essa produção, desde o descobrimento do ouro, não confere com as suas parcelas.

Tomando os seus dados da produção até 1822, temos:

Culabá, Mato-Grosso e Goiás	190.000	quilos
São-Paulo, Ceará e Bahia	80.000	”
	<hr/>	
Total	270.000	

Excetuando-se Minas Gerais. Desta província foram obtidos:

de 1700 — 1724	112.500	quilos
1725 — 1735	97.500	”
1736 — 1751	255.000	”
1752 — 1787	270.000	”
1787 — 1801	60.000	”
1801 — 1820	42.500	”
	<hr/>	
Total (1700-1820)	837.500	

Assim, na época colonial, a produção total de ouro das nossas minas foi, segundo Calógeras, de 1.107.500 quilos. Entretanto êle dá 944.000 quilogramas, para a produção total do Brasil desde 1681 até 1903, arredondando para um milhão de quilos.

Este lapso, que resultou de ter Calógeras se esquecido de adicionar a produção de Minas Gerais e das outras províncias auríferas, vem sendo repetido até agora por todos que se utilizaram das referidas estatísticas.

É interessante notar a enorme diferença existente entre os números dêste autor e os de Antonio Olinto, o qual, em memória publicada no volume III do "Livro do Centenário", avaliou em 700.000 quilos a produção de Minas, até o ano de 1900.

Esta avaliação êle obteve tomando por base o cálculo de Eschwege:

de 1700 — 1714	1.224	quilos
1715 — 1725	22.934	"
1726 — 1735	36.693	"
1736 — 1751	150.439	"
1752 — 1777	183.190	"
1778 — 1820	129.614	"
		<hr/>	
Total	524.094	

Segundo Henwood:

1820 — 1860	63.783
		<hr/>
Total	587.877

Em números redondos, Antônio Olinto avaliou em 700.000 a produção de Minas Gerais até 1900.

De Launay, baseando-se em uma estatística de Soetbeer, dá 1.055.256 quilos para a produção do

Brasil de 1681 a 1892; e como a produção das nossas minas na Época Imperial e nos três primeiros anos de República está avaliada em 129.783, resulta que de Launay dá para a produção colonial 925.473 quilos". (19)

Dermeval Pimenta, (20) em quadro organizado sob dados de B. V. Freyberg por Padiá Calógeras e atualizado por Djalma Guimarães, nos dá a produção do Brasil desde 1700 a 1930 da seguinte maneira:

1700 — 1724	112.500 quilos	4.500 quilos por ano
1725 — 1735	97.500 "	8.863 " " "
1736 — 1751	180.000 "	11.250 " " "
1752 — 1787	270.000 "	7.500 " " "
1788 — 1801	60.000 "	4.285 " " "
1802 — 1820	52.000 "	2.767 " " "
1821 — 1860	63.783 "	1.594 " " "
1861 — 1884	50.000 "	2.083 " " "
1885 — 1895	32.000 "	2.000 " " "
1896 — 1900	36.175 "	7.235 " " "
1901 — 1903	14.003 "	4.668 " " "
1904 — 1930	104.157 "	3.857 " " "

1.072.118

Essa imponente massa aurífera, 80% saída das entranhas de Minas Gerais, importaria hoje segundo o cálculo de Dermeval Pimenta, em Cr\$. 74.383.260.000,00. (21)

A sua extração intensiva, que culminou no milênio de 1700, provocou um contrabando de tal vulto, feito pelos currais da Bahia e outros pontos, que a

(19) *A política do ouro* — Eusébio Paulo de Oliveira — Publicações do Serviço Geológico e Mineralógico — Min. da Agricultura — Papelaria Mendes — Rio-de-Janeiro — 1937. Pág. 5 e segs.

(20) *Aspectos econômicos de Minas Gerais*, 11.

(21) Op. cit., 12.

Coroa baixou um regimento dos superintendentes, guarda-mores e mais oficiais, a 2 de abril de 1702, modificando a legislação anterior, e pela qual passava a administração do Provedor e do Ouvidor Geral a ser exercida por um Superintendente, auxiliado por Guarda-Mores e Guardas Menores.

O artigo XIV desse regimento diz: “porque muitas pessoas da Bahia ou daquele distrito trazem ou mandam gados para se venderem nas Minas, do que se pode seguir o descaminho dos meus quintos, porque como o que se vende é a trôco de ouro em pó, toda aquela quantia se há de desencaminhar”. E ordenava ao Superintendente Guarda-Mor que, tendo noticia da chegada de algum gado às Minas, notificasse o boiadeiro a procurar as Contagens para o pagamento do quinto. .

Dai é que nasceu a atual cidade de Contagem na paragem das Aboboras, onde o gado que vinha do São Francisco era contado para o efeito do pagamento de entrada e fiscalização do pagamento dos quintos.

Escreve Afonso de Taunay que um dos mais velhos depoentes sobre o povoamento mineiro, o autor da *Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais* (Código Costa Matoso, 43,3) dizia: “com noticias de haver ouro nestas Minas e povoação de gente, vieram do sertão da Bahia, abrindo picada e trazendo algum gado para elas e o grande preço porque vendiam a cabeça que era a meia libra de ouro naqueles princípios (228 gramas de ouro) os animava à esterilidade do caminho, no qual morreu muita gente naquele tempo de necessidade e outros que matavam para roubar, na volta que levavam ouro e ainda os camaradas que iam juntos para fazer o seu negócio.”

Em 1703 ainda mais alto custaria uma rês, segundo Antonil, nada menos de 350 gramas de ouro. Depois de 1705 desciam para as Minas, vindas desses currais da

Bahia, milhares de cabeças de gado anualmente, o que explica a espantosa fortuna conseguida por Manoel Nunes Viana e outros.

A contribuição da carne, artigo essencial de alimentação dos arraiais, vinda do sul, era muito pequena em relação à setentrional, como se deduz dos apelos desesperados do Conde de Assumar, já em 1719, aos criadores de São Paulo, a que despachassem boiadas às vilas do centro mineiro.

Registra Xavier da Veiga um aviso régio, entre inúmeros sôbre o mesmo assunto, datado de 9 de outubro de 1730, que comunica ao Govêrno de Minas o recebimento das informações relativas à apreensão de um contrabando de ouro que montava a cinco arrôbas e oito arrâteis e mais quatro mil e quatrocentas oitavas, determinando que êsse ouro fôsse remetido a Lisboa, deixando na Capitania a quarta parte para ser entregue aos soldados que fizeram a apreensão.

Segundo João Lúcio de Azevedo, baseado em Antonil, a produção aurífera dos treze primeiros anos do século XVIII foi de cem arrôbas anuais, dando 260 arrôbas pertencentes ao quinto, mas que se apuraram realmente apenas quatorze arrôbas, isto é, a centésima parte. O resto foi sonogado.

Outras fontes, confirmaram a extensão do extravio, como mostra Jaime Cortesão na "Informação do Desembargador sindicante em que dá a Sua Majestade notícia da Casa da Moeda do Rio de Janeiro e a forma em que se poderá estabelecer o Govêrno do Ouro das Minas de São Paulo e a arrecadação dos Quintos e datas, pertencentes à Fazenda Real", do desembargador João Pereira do Vale, apresentada a el-rei em 7 de Dezembro de 1705:

"Feitas as reservas que a prudência mandava, o Desembargador sindicante não deixa de dar o balanço

das opiniões que ouvia, “e a afirmão de maior experiência e maior ponderação que, se do ouro que dela se tira cada ano, se pagassem os Quintos e datas com pontualidade, teria Vossa Majestade mais de cem arrôbas cada ano”. Nesta hipótese a produção das Minas, já nessa época, não andaria longe das quinhentas arrôbas anuais.” (22)

Além do imposto do quinto, que era exclusivamente da soberania régia, existiam outros muitos tributos, como o de um por cento de exportação para o entreposto metropolitano, os direitos de entrada de escravos, animais, gêneros sêcos e molhados, fora as contribuições para presentes aos príncipes que nasciam ou se casavam, pelo que Jaime Cortesão calculou, grosso modo, em 75% o ouro entrado de Minas em Portugal no século XVIII.

É certo, entretanto, que, mesmo fraudado em proporções elevadas, o quinto rendera no reinado de D. João V quantidades fabulosas, pois o marquês de Pombal, o homem de “espírito perpendicular, amplo e retangular”, como queria Herculano, em nota ao governo britânico, de protesto contra o aprisionamento de dois navios franceses em águas do Algarve, feito pelo almirante Buscowem, declarava:

“Há cincoenta anos a esta parte tendes tirado de Portugal mil e quinhentos milhões, soma enorme, e tal, que a história não aponta igual como uma só nação tenha enriquecido outra. O modo de haver êstes tesouros, vos tem sido mais favorável ainda que os mesmos tesouros; porque é por meio das artes que a Inglaterra se tem tornado senhora das nossas riquezas e nos depeja regularmente do seu produto. Alguns meses depois que a frota do Brasil chega, já de lá não há uma só moeda

(22) *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, I, 149.

de ouro em Portugal; grande utilidade para a Inglaterra porque continuamente aumenta sua riqueza numerária; e a prova é que a maior parte dos seus pagamentos do banco se fazem com o nosso ouro, por efeito de nossa estupidez, de que não há exemplo em tôda a história universal do mundo econômico. Assim, permitimos nós que nos mandeis nosso vestido, bem como todos os objetos de luxo, que não é pouco considerável; e assim damos emprêgo a quinhentos mil súditos de el-rei Jorge, população que à nossa custa se sustenta na Capital da Inglaterra”...

O surto industrial do mundo do Ocidente, que atingiu o seu apogeu neste século tentacular e sangrento, tem a sua origem no ouro extraído dos aluviões das Gerais, que, “se em escala de hoje, representa uma modesta parcela no volume existente de metais preciosos, traduzia naquele tempo a maior massa aurífera explorada e produzida após a queda de Roma”, como afirma Roberto Simonsen.

Contreiras Rodrigues, salientando a pulsação de vida que tonificava o organismo da Colônia, escreve que, a princípio circunscrita às regiões de Minas, acabou difundindo-se até à periferia, inundando de vida todo o Brasil, e por fim derramando-se pelo mundo inteiro, que não deixou de sentir as conseqüências do fluxo do metal precioso proveniente do Brasil. E continua: “Enquanto o mundo, nos três últimos séculos, produzia 1.190.000 quilogramas de ouro e o resto da América produzira 1.568.677 quilogramas, o Brasil em pouco mais de um século, atirava à circulação 1.342.300 quilogramas de ouro, segundo Michel Chevalier no seu “Dicionário de Economia Política”; isto é, tanto quanto a América, tanto quanto o resto do mundo, ou o têrço sôbre a provisão do ouro acumulado.”

De tudo isso resultou um estado de excitação espiritual que só a lenda e o grandioso poderiam gerar, de

onde certos fatos na história e na tradição do nosso país que se repetem com uma insistência e uma ubiquidade que chegam a fazer sorrir.

Quanto à lenda, não há lugarejo no Brasil, por mais miserável que seja, onde não exista um tesouro enterrado em panelas abarrotadas de dobrões, ouro em pó e pedras preciosas. Chegam até a determinar o local em que está sepultada a riqueza, e o que mais espanta é que, sendo justamente êstes crédulos, em geral, os mais miseráveis, não tenham nunca se arriscado a se tornarem milionários. Em alguns lugares, além da certeza da existência de um tesouro dêsses, ainda há bolas luminosas que guardam e demarcam o lugar da panela ou do tacho apeteçido. É a "Mãe do Ouro", brilhante e silenciosa, que risca nas noites de verão o veludo negro dos céus misteriosos... (23)

(23) É uma lenda cuja universalidade se emparelha com a sua antiguidade. O velocino de ouro, de Jasão, e a taça do Rei de Tule, legenda do tempo do Rei Artur, são assinaladas em seu jazigo pelo fogo sideral que risca o céu nas noites do Mediterrâneo e dos mares do norte. É o Santelmo.

No ocidente a lenda dos tesouros enterrados em ilhas misteriosas pelos piratas argelinos, flamengos e franceses revitalizaram a tradição da antiguidade.

No Brasil, a descoberta do ouro e dos diamantes lhe deu vida nova, corroborada pela crença dos fabulosos tesouros jesuíticos, enterrados pelos padres da Companhia, que não tiveram tempo de conduzi-los quando foi da sua expulsão.

Em Minas é a sonegação dos impostos da Coroa portuguesa que explica os tesouros enterrados, guardados pela "Mãe do Ouro", que os indica também às pessoas que os desejam para as boas ações.

É o bólido, ou desagregação de astros, provocando a luminosidade que risca os céus principalmente nas noites de verão.

Não se deve apontá-la com o dedo, porque lhe nascem verrugas ou fica linguaruda a pessoa que o fizer.

E essa capacidade invejável de “acreditar”, que caracteriza a ingenuidade popular em tôdas as partes do mundo, reerudescceu há pouco com uma suposta herança do barão de Cocais, panela de ouro que está enterrada na imaginação e no desejo de um sem número de seus descendentes... Outro não menos interessante refrão é aquêle de um cacho de bananas de ouro, que se conta ter sido oferecido ora a D. Pedro I, ora a D. João V, ora a D. Pedro II, variando ao infinito o nome

Principalmente em Minas, região aurífera, o número de tesouros enterrados se conta quase por cada uma das cidades, vilas ou arralais. Em Ouro Prêto até nos alicerces e nas paredes de cada casa.

Em Sabará, a igreja do Carmo está construída sôbre um espantoso tesouro, que pertencera a dois irmãos, desavindos na hora da partilha. Acordaram por fim que ambos abriam mão do ouro entesourado e sôbre êle se construiu a Igreja que lá está, sob a guarda da Senhora do Carmo e da “Mãe do Ouro”.

Em Belo-Horizonte o tesouro está enterrado no local que hoje se chama Mangabeira. Foi enterrado por um português que o ajuntara durante vários anos, e como aumentasse sempre o metal na sua lavra, resolveu escondê-lo ali e ir a Portugal, de onde traria os irmãos para ajudá-lo na extração. Foi e nunca mais regressou.

Diz a lenda que esse tesouro está enterrado na fralda do morro, no vale do córrego do Acaba-Mundo, em frente à igreja da Boa Viagem. Esta igreja era então voltada para o sul.

Mas, a “Mãe do Ouro” não indica apenas os tesouros sonogados. Ela anuncia também as desgraças, as guerras, as pestes, as más colheitas. As crônicas jesuíticas, que são o mais opulento tesouro de superstições e milagres da nossa História, estão cheias de casos em que a “Mãe do Ouro” denuncia a proximidade das catástrofes e dos acontecimentos sobrenaturais, das pestes e das guerras.

Na serra da Moeda, proximidades de Belo-Horizonte, a “Mãe do Ouro” tem a forma de uma cobra — a “Cobra Serpente”.

das pessoas que porventura tenham feito a bizarra oferta.

Só de momento me lembro de três ou quatro versões. Uma, a do célebre contratador de diamantes do Tejuco, amante afortunado de Chica da Silva, que teria oferecido ao capitão-general um cacho de bananas, em ouro maciço, ostentando 98 bananas. Outra, do nosso conhecido barão de Catas-Altas, que o teria feito a Pedro I, quando êste, em 1822, estivera em Minas. A mesma história se conta como tendo passado com a D. Joaquina do Pompéu, a título de contribuição para as despesas da guerra do Paraguai, o que não pode ser verdade, porque essa mulher faleceu em 1824. E há outras, até anteriores, como o daquele Manoel João Branco, bandeirante paulista, que teria oferecido a D. João V o clássico presente...

Como se vê, é banana demais. E talvez existam por aí além outros cachos e outros nababos, cuja memória proclame a mesma bizzarria de gesto, como existem panelas enterradas, heranças jacentes, minas inexploradas e tudo quanto serve de condimento às imaginações vadias e naturalmente escaldadas pelas deslumbrantes histórias das "Mil e uma noites"...

Um visitante português, em meados do século XVIII, já notara a transformação do caráter do mineiro enriquecido, quando escreveu:

"Há na província de Minas Gerais, onde mais se tem conservado e conservará o caráter não modificado dos primeiros povoadores portugueses e paulistas: fanatismo, lealdade, coragem, perseverança, tôdas as virtudes dos nossos maiores, e seus defeitos constituem o caráter mineiro. Já vai penetrando o luxo nesta Província tão rica quanto desprezada; já a civilização, essa civilização para a qual não estão ainda preparadas as classes baixas, e mesmo as altas da nossa sociedade, vai semeando

seus cardos entre a franca e inexperta população de Minas, como diz o trovador:

“Vestidos de chita
Arrecadas d'oiro,
Sapatos de coiro,
Já não se podem soffrer:
Mais queremos ter,
À porta credores,
Do que com suôres
Alongarmos a miseria”. (24)

Quando a exaustão entrou de combalir o imposto do quinto, a tirania, não acreditando que o metal pudesse esgotar-se em minas de tão espantosa riqueza, passou a arrochar o povo empobrecido e faminto. Os regimentos das Minas esvaídas e o “Livro da Capa-Verde”, nas ásperas serranias do Tejuco, foram os instrumentos de compressão que iriam preparar as rebeliões de 1789, adubo generoso e sangrento que trazia a semente de 1822...

Essas minas, entretanto, estavam longe de se acharem esgotadas. O trabalho colonial da sua exploração não atingiu além da massa aluviônica, esparsa nos sítios mais baixos, depositada pelas chuvas durante séculos. As matrizes do metal, as jazidas que enriqueciam as areias dos córregos e dos rios, ainda estão no fundo da terra esperando a ambição dos homens e os recursos da técnica. José Vieira Couto, que em fins do século XVIII foi encarregado pela Metrópole de estudar a origem da decadência da mineração do ouro em Minas, escreveu no seu célebre relatório: “Estas montanhas que se dizem exploradas e esgotadas, têm sido simplesmente arranhadas na sua superfície e os veios metálicos estão na maior parte intactos no centro.

(24) *Romance Brasileiro*, V. P. de C. Guimarães, 1749 — in Arquivo Público Mineiro.

A ignorância dos mineiros e a sua negligência em se instruírem, com o tempo, na sua profissão, são a causa única e muito eficiente da decadência atual das minas”.

Eusébio Paulo de Oliveira, corrigindo a generalização de Vieira Couto, pondera que a técnica dos processos de mineração subterrânea não podia ser obtida por simples “instrução produzida pelo tempo”, uma vez que tais processos são inteiramente diferentes dos usados nas jazidas aluvionais. Não havia cursos de engenheiros e capitães de minas e nem recursos fáceis para exploração em profundidade.

Em 1819, porém, a mineração entrou em nova fase com Eschwege, que imprimiu nova técnica à “Sociedade Mineralógica”, exploradora das jazidas da Passagem.

O exemplo frutificaria rapidamente com a primeira companhia estrangeira que serviu no Brasil, a Imperial Brazilian Mining Association, em 1824, que trabalhou as minas de Gongo-Sôco, perto de Caeté, Cata Preta, junto do Inficionado e Serra do Socorro, próximo do Gongo-Sôco.

A Gongo-Sôco foi trabalhada de 1826 a 1856, tendo produzido nestes trinta anos 12.887 quilos de ouro, atingindo a profundidade de 128 metros.

A 1 de Setembro de 1873 ainda existiam na Província de Minas, segundo documento oficial compulsado por Xavier da Veiga, 14 emprêsas de mineração, muitas das quais hoje desaparecidas. Eram elas:

— Associação de Mineração Brasileira de Macaúbas e Serra de Cocais, município de Santa Bárbara, estabelecida em 1828.

— Companhia de S. João del Rei Limitada, em Morro Velho (Nova Lima), com um ramal nas minas de Gaia, Gabirobas e Mato Virgem, fundada em Londres em abril de 1830, com o capital de Ls. 165.000 para a exploração de minas auríferas situadas em São João del Rei.

No fim do ano de 1834 os seus prejuízos se elevando a Ls. 26.287, o director resolveu abandonar a exploração e transportar o centro dos trabalhos para o Morro Velho, próximo ao arraial de Congonhas do Sabará, hoje a cidade de Nova Lima, a fim de explorar o quartzo e piritas auríferas que a Companhia adquirira pelo preço de Ls. 56.434.

Esta jazida pertenceu primitivamente ao padre Freitas, depois de ter sido comprada por seu pai pela importância de 150.000 cruzados.

Os primeiros serviços desta mina foram realizados a céu aberto, e só depois que passou para a mão dos ingleses foi iniciado o trabalho de perfuração das galerias, que hoje estão a mais de 2.000 metros abaixo do nível do mar.

— Companhia Este del Rei, nas minas do Capão da Emília, município de Sabará, e em seguida nas minas da Paciência e S. Vicente, município de Ouro Preto, estabelecida em 1862.

— Companhia D. Pedro Norte del-Rei, no morro de Santana e Maquiné, município de Mariana, estabelecida em 1863.

— Companhia Anglo-Brasileira de Passagem, município de Mariana, estabelecida em 1864.

— Companhia da Roça Grande e Gongo-Sôco, município de Caeté, estabelecida em 1864.

— Companhia de Santa Bárbara, na mina do Pari, município de Santa Bárbara, estabelecida em 1864.

— Companhia de S. Vicente, nas minas da Paciência, Morro das Almas e Capanema, município de Ouro Preto, tendo um estabelecimento separado nas minas do Brucutu, município de Santa Bárbara, estabelecida em 1865.

— Companhia do Taquaril, nas minas do Taquaril e Ponte Grande, município de Sabará, estabelecida em 1867.

— Companhia Brasileira Geral, nas minas de Santana, Conceição e Serra de Itabira, município de Itabira, estabelecida em 1868.

— Companhia Bragança, no morro do Tabaco arraial de Itabira do Campo (Itabirito), município de Ouro Preto, estabelecida em 1869.

— Companhia Cuiabá, nas minas de Cuiabá, Ponte Grande, Baú e Terra Vermelha, município de Caeté, estabelecida em 1871.

— Companhia Anônima Inglesa, nas minas do Baú e Goiabeiras, distrito de São João do Morro Grande, município de Santa Bárbara, estabelecida em 1871.

— Companhia Consôlo Brasileira, nas minas do Romão, distrito de Antônio Pereira, município de Ouro Preto; estabelecida em 1873.

Êstes dados foram tirados do relatório do presidente da Província, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, apresentado à Assembléia Provincial na sessão de 1873.

Em princípios do século XIX, pela informação de Eschwege, 555 minas ainda eram lavradas na Capitania por 6.493 trabalhadores livres, além de 3.876 faisca-dores. Eram 12.309 pessoas empregadas na mineração.

Em 1896, segundo Xavier da Veiga, que extraiu os dados da "Revista Industrial de Minas Gerais" de 26 de março de 1897, as companhias de mineração estabelecidas no Estado extraíram e exportaram 1.961.441 gramas de ouro, a saber:

A do Morro Velho	1.287.369	gramas
A da Passagem	592.647	"
A do Morro de Santana e outras	81.425	"

Pela média do valor oficial, 2\$700 por grama, representava aquela quantidade de ouro a importância de 5.295:890\$700, que produziu uma renda para o

Estado de 132:526\$415. Em 1895 a Companhia do Morro Velho extraiu ouro na importância de..... 465:000\$000.

Hoje a maior parte dessas emprêsas desapareceu, se fundiu com outras ou se transformou em novas companhias, como se deu com a do Morro Velho e da Passagem. Se diminuiu o número delas, melhorou todavia a sua capacidade de produção pela condensação de capitais e de direção técnica, caso que se observa com as lavras da Passagem, que chegaram até a ser abandonadas e ainda há pouco se apresentaram com uma produção que compensava largamente os capitais nela investidos.

Escreve Paulo Eusébio de Oliveira: "A primeira observação a fazer dêste resumo histórico é que de 1822 a 1889 foram substancialmente exploradas, em maior ou menor escala, todas as jazidas de ouro valiosas do território mineiro. Basta simples enumeração delas: Gongo Sôco, Cata Preta, Serra do Socorro, Antônio Pereira, Morro Velho, Faria, Guabiroba, Cuiabá, Cata Branca, Morro das Almas, Cocais, Domingos, Terra Vermelha, Brucutu, Capão, Papa-Farinha, Morro de S. Vicente, Morro de Santana, Maquiné, Pari, Passagem (incluindo Fundão, Mineralógica, Paredão e Mata Cavallo), Pitangui, Roça Grande, Taquara Queimada, Itabira do Mato Dentro, Candonga, Lagoa Dourada, Prados, Descoberto, Raposos, Espírito Santo, Borges e Faria".

O meio físico e moral que predominava nas Gerais explicava, entretanto, as transformações morais e os contrastes que acima apontamos, pois tinha a Capitania realmente características peculiares, como facilmente se verifica pelas impressões deixadas pelos viajantes estrangeiros que nos visitaram.

O estudo social dos últimos dois séculos de vida brasileira seria impossível para os pesquisadores de

hoje se prescindíssemos das anotações d'esses estrangeiros ilustres.

Eles viram a nossa realidade social com uma clareza, uma objetividade, uma simpatia que só mesmo homens de grande penetração poderiam fixar com a segurança com que o fizeram.

A entomologia, a história, a etnografia, a cronologia e até a lingüística êsses estupendos exemplares de estudiosos devassaram com exaço e clareza admiráveis. Martius, cujo escopo principal era a botânica, enviou ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil um plano para se escrever a nossa História, que é ainda hoje um esbôço de rara inteligência. Os frios ingleses, que nos visitaram também por aquê tempo, são acordes nesse tom de simpatia e compreensão, e assim também os alemães, os italianos, os russos e os dinamarqueses que aqui estiveram. É conhecida a expressão de Eliseu Reclus, que no nosso país estêve em serviço de sua grande interpretação geofísica do globo, quando declarou não ficar no Brasil para o resto de seus dias, porque teve a leviandade de antes assumir o compromisso de realizar a sua obra formidável...

Hagendorp, general de Napoleão, exilado na floresta do Corcovado e dispondo de fortuna que o faria feliz em qualquer latitude do globo, passou o resto dos seus dias entre a mata carioca e os cafêzais do seu cultivo, deixando um testamento que é o mais belo testemunho da sua nobreza: metade do que possuía, para o grande chefe exilado em Santa Helena, e outra metade para os pretos escravos que o serviam no Corcovado.

Para a montagem da fábrica de tecidos do Cedro, os Mascarenhas trouxeram da Inglaterra um mecânico que nunca mais voltou à pátria, prêso que ficara ao feitiço das "môces criôles" (mulatas), "vines cachaces" (cachaça) e "dôces mandôbes" (pé de moleque)...

Esse é o grande segredo da terra e do homem da América: o milagre de humanizar os mais contraditórios caracteres de todos os quadrantes...

A ponto de dominar a fria objetividade de outro inglês, Burton, que em 1867 escrevia, entre muitas coisas graves e perenes, estas considerações líricas sobre Ouro Preto: "Os Ouropretanos são geralmente pacatos, de costumes severos e probidade proverbial, inteligentes, porém destituídos de pretensões; raros são aquêles que aspiram alargar seus horizontes além das elevadas montanhas do Itacolomi. Tôdas as suas ambições têm por limites a secretaria do govêrno, as missas conventuais do vigário Santana aos domingos e o gôzo dos prazeres da família, à qual são extremamente dedicados. A estas qualidades reúnem um espírito de hospitalidade elevado a tal grau, que nunca foi possível em Ouro Preto manter-se um hotel em prosperidade. Uma simples apresentação dá ao recém-chegado o direito de ser acolhido como de casa; e desde que é de casa, a vida se torna uma amenidade indescritível. Não nos faltam mais cuidados e carinhos de que são pródigos os ouropretanos para com seus hóspedes. As môças são belas, meigas, de um natural alegre, olhos vivos. Não há ouropretana alguma que não seja espirituosa, doceira, e que, a respeito de música, não conheça, pelo menos, o método de Hunten do princípio ao fim. Cantam maviosas modinhas, com acompanhamento de violão ou piano, e nessas ocasiões julgo que nenhuma mulher do mundo poderá rivalizar em atrativos com uma ouropretana, senão outra ouropretana. É a única mulher capaz de fazer feliz um homem que tem de assinar o ponto todos os dias às nove horas da manhã em uma repartição pública. Estes predicados, reunidos a um clima delicioso, uma água cristalina e excelente, em uma cidade composta de monumentais edifícios, jamais

deixarão de ser dignos do maior apreço; pelo que só falará mal do Ouro Prêto quem não o conhecer"... (25)

Outro cientista estrangeiro que visitou o Brasil no século passado, João Mawe, ao lado da sua obra científica, nos apresenta também observações curiosíssimas sôbre a sociedade, os hábitos e os costumes das populações que conheceu.

É extrema a simpatia pela terra e pela gente demonstrada por êsse inglês atilado e sutil. Sôbre Minas Gerais ele escreveu um livro notável, e a parte referente aos usos e costumes é ainda hoje lida com prazer e proveito.

No velho Tejuco dos diamantes, Mawe se demorou em observações e estudos científicos, não desprezando, porém, o convívio social, como convém a um *gentleman*.

Hóspede do Intendente Câmara, Mawe teve oportunidade de freqüentar a melhor sociedade do Tejuco, e assim se refere aos que viu:

"Meu hospedeiro e seus amigos nesse ponto me prestaram todos os serviços imagináveis. As noites transcorriam agradavelmente em sociedade. Nessas reuniões os homens jogam o *whist* e as senhoras tomam chá, distraem-se com pequenos divertimentos ou comentam os acontecimentos do dia. Não encontrei em nenhuma parte do Brasil uma sociedade mais escolhida

(25) *Exploration of the higland of the Brasil*, Richard Burton, pág. 522 e segs.

Saint Hilaire, que ao caráter dos mineiros faz as mais largas e generosas referências, não menos generoso se mostra quanto a sua inteligência clara e descansada, generalizando por fim que "a inteligência dos habitantes estava em correlação com a elevação do solo, e o sr. Humboldt fêz uma observação semelhante para as partes da América que êle visitou".

e agradável: pode-se dizer que é a côrte do Distrito Diamantino. As maneiras aí são distintas, francas, polidas, tom excelente e uma alegria amável que o dono da casa, sua companheira e filhas contribuem para entreter. Tôda a gente vestia-se à inglêsa, e as vestes eram de tecido de nossas manufaturas. A maior parte dos homens traz uma condecoração; mas todo o brilho dêstes desaparecia diante das senhoras”.

Quanto à curiosidade que revelaram os tejuquenses em conhecer e aprender os métodos de economia doméstica, Mawe nos revela fatos interessantíssimos, como êste que transcrevemos:

“O intendente, que tem gôsto pela economia rural e sobretudo sua mulher, desejavam êles próprios fazer sua manteiga e seu queijo; convidaram-me pois a ensinar-lhes os processos adotados na Inglaterra para aquelas duas operações. Era tão raro o leite, que mal puderam obter dois potes; foi possível, no entanto, fazer excelente manteiga e alguns queijos que tenho a pretensão de acreditar que serão bons. A Senhora Câmara se interessou vivamente pela experiência: ela mesma executou uma parte dos trabalhos com o auxílio de suas filhas; convidou vários amigos para verem como o processo era pouco difícil e por êles distribuiu o resultado.

As senhoras desejavam principalmente que o queijo possuísse a bela côr do que é trazido da Inglaterra; não me embarcei em tingir o leite, visto que a árvore do urucum cresce na vizinhança espontâneamente”.

E exclama o bom Mawe com a simpática franqueza que aquece tôda a sua obra, quando se refere aos homens e às coisas do Brasil:

“Fiquei firmemente convencido de que, se as brasileiras recebessem educação melhor, sobretudo no que

se refere à escola doméstica, estivessem habituadas a ver tudo quanto diz respeito ao lar administrado com ordem e regularidade, tornar-se-iam mais úteis à sociedade que o são hoje. Na verdade, constantemente observei nelas essa louvável curiosidade e êsse desejo de instrução, que se pode chamar o primeiro passo para o aperfeiçoamento". (26)

(26) *Coletânea de cientistas estrangeiros* — Publicações do Centenário em Minas Gerais — organizada pelo prof. Rodolfo Jacó — Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1922 — pág. 98 e seguintes.

III

SIMPLES, modesto, laborioso e pacífico, o mineiro, pelo caráter personalista que lhe infunde o isolamento do altiplano, é homem de pequeno convívio social e amigo do seu canto e do seu meio familiar.

Conheci um fazendeiro do distrito de Itatiaissú de Itaúna, e este é um caso entre mil, que foi casado sessenta e cinco anos, e nunca dormiu uma noite sequer fora de casa. Mesmo as suas viagens eram feitas de tal modo, que o pouso noturno havia de ser o leito conjugal da sua fazenda.

Ao contrário do paulista, o mineiro é sedentário e monossilábico por fatalidade moral. A diferenciação tão profunda entre os dois caracteres vem de que, bein antes de iniciar-se o silencioso trabalho da miscigenação, o elemento paulista que preponderava em Minas emigrou para Goiás e Cuiabá ou regressou a São Paulo em virtude do conflito dos Emboabas. Isto é que explica a diminuta influência da genealogia paulista em Minas Gerais. E de certo modo justifica a sua indiferença pela carreira militar, por exemplo, que exige qualidades infensas ao seu caráter de sedentário e comodista.

Não quer dizer, entretanto, que o homem de Minas seja incapaz de defender uma idéia ou um sentimento até mesmo de armas na mão, estando em jôgo a sua dignidade pessoal ou cívica. Desde o período

colonial até nossos dias a história registra a colaboração dos mineiros e a sua presença nas fileiras de todos os movimentos de interesse nacional.

Para a guerra do Paraguai, Minas contribuiu com milhares de homens, e foi composto de mineiros um dos batalhões de voluntários que escreveriam a imortal epopéia da Laguna. (27)

Mesmo antes disso, o nosso concurso militar se fêz presente nas horas de tribulação e sacrifício. Quando, a 11 de setembro de 1711, o Governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais, pediu o auxílio de Minas para a defesa daquela cidade contra a ameaça de Duguay Trouin, que viera vingar o fracasso do ano anterior sofrido por Duclerc, das montanhas mineiras desceram em seu socorro cêrca de seis mil homens reunidos em poucos dias.

O autor dessa proeza notável foi Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador da Capita-

(27) Como se vê do relatório do Presidente da Província, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, Minas enviara em 1865 2.869 voluntários aos campos do Paraguai, incluindo-se 289 soldados do corpo policial expedicionário, seguindo a brigada mineira sob o comando do cel. José Antônio da Fonseca Galvão.

Em 1868 o presidente José da Costa Machado de Sousa informava em seu relatório que o número de voluntários era 2.877.

Saldanha Marinho já informara anteriormente que de 1866 a 30 de junho de 1867 Minas enviara para o teatro da luta 1770 homens e Elias Chaves declara que até 1868 tinham seguido 6.250 soldados. A contribuição mineira subiria, ao terminar a luta, a cêrca de 15 mil homens, mais do que a do Uruguai e da Argentina somados...

Era de Minas, como quer Diego de Vasconcelos, que saía mais gente e quase todo o dinheiro para sustentar os exércitos das campanhas do sul.

nia de São Paulo e Minas, que aqui se encontrava ainda, depois de sufocar o levante dos Emboabas.

“Aprontou, segundo Xavier da Veiga, com incrível presteza cêrea de seis mil homens armados, com os quais se pôs a caminho para o Rio de Janeiro; porém não obstante viajar com marcha ligeira de sol a sol, achou rendida a cidade por tê-la desamparado o seu governador, fugindo sem causa para isso, na noite em que finalizou o dia quinto da entrada dos inimigos. Com êles capitulou Francisco de Castro e ausentaram-se da praça sem a demolirem, por 616 mil cruzados, que a maior parte pagaram os moradores, os quais não satisfeitos com dar ao governador o apelido ignominioso de “Vaca”, por causa do seu vil comportamento, e inferindo dêle que era traidor, sem o ser, negaram-lhe a obediência e submeteram-se ao dito Albuquerque, o qual aceitou o govêrno por conhecer o perigo a que deixaria exposta a cidade, no caso de continuar no govêrno, em tempo de guerra, um chefe que além de ser cobarde, tinha contra sí a presunção de ser infiel”... (28)

A 24 de janeiro de 1775 a Secretaria dos Negócios Ultramarinos dava instruções ao governador da Capitania das Minas, Dr. Antônio de Noronha, no sentido de serem preparadas tropas, tão bem provadas contra os francêses, para a eventual defesa do Rio de Janeiro, então novamente ameaçado por uma poderosa armada que os espanhóis preparavam em Cádiz.

Informa sôbre isto Xavier da Veiga que, “Em execução das régias ordens, pôs em condições regulares os corpos auxiliares e as milícias da Capitania, criou um regimento de dragões, e mandou 242 praças do dito regimento em socorro do Rio de Janeiro, ficando o resto dela guarnecendo os registros e serviços diamantinos”.

Ao mesmo tempo D. Antônio de Noronha fêz seguir para o mesmo fim diversos corpos de tropa auxiliar e companhias francas, todas fardadas e bem armadas, e êle próprio se preparou para seguir ao primeiro chamado do vice-rei.

Mas, há ainda mais. Além dessas tropas, cujo rápido municimento e armamento causa hoje admiração, e a pedido do vice-rei, nada menos de 4.000 recrutas, com destino ao Rio Grande do Sul, foram enviados então, providenciando ainda para que essa tropa não sofresse falta de víveres em tão longa viagem. (29)

Esta e outras expedições é que deram origem a várias famílias de procedência mineira no Rio Grande e nos países do Prata, inclusive a do ditador Francia, do Paraguai, cujo pai era dos Françaes, de Mariana, emigrado com as tropas do conde de Bobadela.

No primeiro quartel do século passado ainda os soldados mineiros impressionavam a um espírito esclarecido como o de Saint-Hilaire, que escreveu: "Os soldados do regimento das Minas são altos, bem constituídos, e têm boa apresentação; êsse é, porém, o menor elogio que lhes pode fazer. Em país algum vi corpo de simples militares tão perfeitamente constituído. Bastante diferentes dos homens tão pouco dignos de aprêço que constituem os regimentos do Rio de Janeiro, os soldados de Minas pertencem, geralmente, a famílias dignas; sabem todos ler e escrever, e são notáveis por sua polidez, intelligência, excelente conduta e probidade". (30)

O sueco Gustavo Beyer achou que o regimento de Cavalaria de Minas (dragões) seria "provavelmente

(29) Idem, pág. 78 — I.

(30) *Viagens pelas provincias do Rio-de-Janeiro e Minas*
— I — 321.

um dos mais brilhantes do mundo". Compunha-se de seiscentos homens escolhidos e fiéis, da melhor estampa e raça, recrutados e mantidos pelo govêrno da Capitania, com soldos principescos e equipamento de luxo. Era sediado em Vila Rica, embora andassem disseminados pelo território nas várias funções das armas e do fisco, como soldados de primeira linha, beleguins, agentes de cobrança e guardas aduaneiros, quer impedindo o contrabando e as extrações clandestinas, quer cobrando os dízimos e escoltando as remessas de ouro e diamante para as intendências e casas de fundição". (31)

Para a expulsão das tropas portuguesas da Bahia, o batalhão de infantaria de Milícias do Caeté seguiu em 1823 com 482 homens. E em 1841 uma lei mineira autorizava a marcha da Fôrça Policial para lutar contra os farrroupilhas do Rio Grande do Sul.

Mas, o instinto de ordem e de paz é efetivamente no mineiro uma constante do seu esquema psicológico, e não trepida em quebrar essa característica com o paradoxo de rebelar-se para defendê-la.

Logo depois da guerra do Paraguai o Brasil, que havia sustentado sem preparo antecipado a mais tormentosa das trincheiras da luta, resolveu instituir o serviço militar obrigatório, com o fim de reformar e preparar o nosso Exército para qualquer eventualidade, apesar dos propósitos pacíficos e fraternais que sempre caracterizaram a nossa conduta internacional.

A prova da qual acabava de sair naquele tempo fôra dura e sangrenta demais, e a desídia dos seus governos relativamente à nossa defesa militar impusera sacrifícios e sobressaltos que não seriam vencidos se a alma nacional não se levantasse coesa em tórno do Imperador.

(31) *Pedro I e a marquesa de Santos*, Alberto Rangel, pág. 86.

Apesar do processo do voluntariado então exigir certa energia que o descaracterizava (não eram raros os “voluntários” que se negavam a seguir, aquêles que não tinham escravos que fôsem em seu lugar, tal como permitia a lei, e também aquêles que pertencessem ao partido adversário...) o Brasil levantou batalhões e mais batalhões, que seguiam com entusiasmo e voltaram do teatro da guerra cobertos de glória e do reconhecimento nacional. (32)

Mas, o meio cósmico, somado à riqueza que caracterizou os primeiros séculos da civilização mineira, atuou tão profundamente na nossa conformação espiritual, que desde os albores da conquista a vocação humanística de Minas se fez sentir imperiosamente. Antes mesmo da bela frutificação poética da chamada Escola Mineira, mandávamos os filhos a se bacharelarem em Coimbra e tínhamos educandários como o Seminário de Mariana, e depois o do Caraça, de tão profunda influência na política educacional de Minas e do Brasil, principalmente em tôda a segunda metade de século XIX.

Regido por padres da Congregação da Missão, especialmente educados para o magistério e norteados por um programa rigidamente estruturado e aplicado com uma severidade infrangível, o Caraça era no seu tempo o terror dos vadios que, fracassados noutros estabelecimentos de ensino, encontravam naquela solidão alpestre o corretivo e a instrução que tão alto iriam elevar o seu nome no seio da sociedade brasileira.

(32) Eram comuns anúncios como este, estampado no “Jornal do Comércio” de 6 de novembro de 1850:

“Precisa-se de um homem branco ou de côr de qualquer nação, que sente praça para acabar o tempo de outra pessoa. Quem estiver nas circunstâncias dirija-se ao beco de Manoel de Carvalho nº 2, sotão, para tratar”.

Dali saíriam para os altos postos da administração, da política, do magistério e das profissões liberais as personalidades mais ilustres do Império e da primeira República, lançando a sua fama a todos os quadrantes do país. (33)

O Colégio do Caraça, que fica situado nas proximidades de Santa Bárbara e não passa hoje de um recolhimento, tem a sua origem num eremitério que em meados do século XVIII fundara na serra do mesmo nome um estranho e misterioso personagem, que adotara o apelido de Irmão Lourenço de Nossa Senhora.

(33) Uma carta-régia de 17 de outubro de 1773 dava o primeiro passo no sentido da instrução pública de Minas, pois ordenava ao governador da Capitania, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, a criação do "Subsídio literário" para a manutenção dos mestres necessários à educação da mocidade da Capitania, cumprindo a lei de 10 de novembro de 1772.

Em obediência a essa determinação, as Camaras, estabeleceram o "subsídio literário", imposto irrisório que incidia à razão de 80 réis por barril de aguardente fabricada nos engenhos e 225 réis por cabeça de gado levado ao corte. Arrecadado esse imposto pelas Câmaras, era a importância remetida à junta de administração da Real Fazenda, que a fazia distribuir.

A 1º de Janeiro de 1773 começou a sua arrecadação em toda a Capitania, quando foram criadas as primeiras escolas de primeiras letras assim constituídas: em Vila Rica, duas cadeiras de primeiras letras, uma de gramática latina e uma de filosofia; e também nas outras vilas (S. João e S. José del Rei, Sabará, Pitangui (Vila do Infante), Sêrro (Vila do Príncipe), Caeté (Vila Nova da Rainha) e Minas Novas (Vila do Fanado).

Em alguns arraiais mais populosos foram também criadas escolas primárias, suprimidas, entretanto, logo depois pelo conde de Sarzedas, dando execução a uma ordem-régia nesse sentido.

Declaramos irrisório o "susídio literario" para obras de tanta circunstância; o quadro abaixo, da sua arrecadação nos primeiros sete anos, no-lo demonstra meridianoamente:

No seu testamento, conhecido após a sua morte, declarava ser português, natural da freguesia de Nagozelo, têrmo de São João da Pesqueira, bispado de Lamego, sendo filho legítimo de Antônio Pereira e sua mulher Ana de Figueiredo, ambos falecidos em 1806. Isto, pois, contradiz definitivamente a lenda que cercava o seu nome, de ser êle o próprio D. Carlos de Mendonça Távora, ou outro descendente da família Távora perseguido pelo marquês de Pombal, pela tentativa de regicídio contra a pessoa de D. José I. (34)

O de mais aceitável sôbre sua identidade será a sua condição de colono enriquecido no comércio clandestino de diamantes e desiludido do comércio dos homens.

Em	1774	722\$364
	1775	7:549\$364
	1776	6:739\$924
	1777	3:347\$750
	1778	4:477\$621
	1779	5:508\$075
	1780	5:685\$384
			34:040\$689

Isso, para uma Capitania extensa e já habitada por cerca de 400.000 pessoas, chega a ser inacreditável. E quando se lança um olhar por quanto Minas republicana, a partir de João Pinheiro, fêz pela instrução pública em menos de quarenta anos, fica-se a pensar se não é ignorancia ou má fé quando ainda se acredita no regime que nos governou durante mais de quatrocentos anos, no tempo em que o preconceito patriarcal recusava alfabetização à mulher como desnecessária e até nociva, porque a habilitaria a escrever cartas ao namorado. Conheci ainda o ditado e a sua prática efetiva de que "ensinar a lêr à mulher é pôr andadura em égua", animal que no oeste de Minas não tem outra utilidade que a de reprodução...

(34) Augusto de Lima Júnior tem um excelente trabalho sôbre a identidade do irmão Lourenço, feito com material recolhido de arquivos portugueses, do qual leu trechos em sessão do Instituto Histórico e Geográfico de Minas em novembro de 1947.

De fato, residira no Sêrro Frio desde 1763, como consta do seu diploma de terceiro. No requerimento que dirige ao rei, quando foi da instituição do eremitério, afirma que, "desenganado desde alguns anos, do mundo, buscou o centro destas terras". (35)

Com a transformação do regime político em 89, o colégio entrou em decadência, principalmente pelos surtos de beribéri que assolavam o estabelecimento, dada a pobreza da alimentação proporcionada aos alunos. Outros sistemas didáticos mais humanos e racionais, por um lado, como também o aparecimento de colégios mais bem dotados, reduziram o Caraça ao que é hoje: um simples e quase desconhecido recolhimento de padres da Missão e meninos desprotegidos que para ali se dirigem em busca de instrução religiosa. (36)

(35) Xavier da Veiga — op. cit. I — 115.

(36) Será interessante para o leitor de nossos dias saber o que lia um homem de espírito de século XVIII, principalmente se este homem era um poeta como Claudio Manoel da Costa, o Inconfidente de 1789. Por isso vamos copiar do auto de sequestro de seus bens, feito a 25 de junho daquele ano, a relação dos livros encontrados nas suas estantes pelas justças da senhora D. Maria I. A cópia se fará respeitando a ortografia do documento:

— "Ordenaçõens do Reino" em folha e seu repertorio que são seis tomos. "Ordenação filipina" hum tomo". "Extrada de negocio" hum tomo. "Menoqui de habitis" hum tomo. "Dicionario de Moreri" dez tomos. "Calepinno" dois tomos. "Mateus de cauza crime" hum tomo. "Vanesper" sinco tomos. "Pedro de marie" hum tomo. "Quis instituta" hum tomo. "Gomes Varlarum" dois tomos. "Allonau" dito hum tomo". "Olea desizoens" hum tomo. "Leitam de "jure Luzitano" hum tomo. "Sancha Li observaçoens" hum tomo. "Oliveira Ecclesiastico" hum tomo. "Vallasco elevaçoens" hum tomo. "hum roportorio antigo das ordenaçoens" hum tomo. "Zonega" hum tomo. "Silva as "ordenaçoens" quatro tomos, "Cortuzo" hum tomo. "Neto" hum tomo. "Flores de Espanha" hum tomo. "Prosodia" de Bento Pereira hum tomo. "Moraes" das execuçoens tres tomos. "Rarino-cio" dezacels tomos". "Manual

Quanto à educação feminina, desde 1714 que o problema teve início de solução, com a fundação do Recolhimento de Macaúbas, na então comarca de Saará, pelo ermitão Félix da Costa.

Até os fins do século passado êsse estabelecimento supriu a falta do ensino normal, considerando que o Recolhimento não recebia apenas educandas pobres, mas também môças das melhores famílias da Província, que pagavam as anuidades.

Lecionava-se alí portugûês, francês, aritmética, música, trabalhos manuais, religião e caligrafia, ficando famoso na Província o talhe bastardo da letra, cuja procedência era conhecida de pronto.

pratico" hum tomo. "Dam Manoel Thezauro canonizari aris-
totes" hum tomo. "Lourenço graciano" dois tomos. "Accion
jures" hum tomo. "Paiva e penna" hum tomo. "Sollano de
Vale" hum tomo. "Concordancia de todo o direito" de Sebas-
tian Ximenes toletano hum tomo. "Martins alcosta" hum
tomo; "Constituição do arcebispado da Baya", hum tomo;
"Observaçoes do Reino" hum tomo. "Pratica Criminal" de
Ferreira hum tomo. "Velasco dejure enfiteutico" hum tomo.
O mesmo nas "Consultas" hum tomo. "Monarquia Portugue-
za" seis tomos. "Vanguerbe" hum tomo. Macedo de "Ele-
coens" hum tomo. "Epilogo juridico" hum tomo. "Univercio
juridico do direito" hum tomo. "Misticacidade de Deus sinco
tomos. — "Ideya de hum principe politico" dois tomos. "Ideya
de agudeza" hum tomo. "Caldas Pareira" hum tomo. "Surdo"
dois tomos. "Miguel de Caldero" hum tomo. "Sivoline" dois
tomos. "Cistemas dos regimentos" dois tomos. "Gonçalo Te-
lis" sinco tomos. "Dicionario estorico" quatro tomos. Manoel
Rodrigues "questoes Regulares" dois tomos. Silveira "aos
textos evangelicos" hum tomo. "Merlino de pinhores" hum
tomo. "Corrado" hum tomo. "Caracioli de foro competente"
hum tomo. "Vozino" hum tomo. "Julio Claro" hum tomo.
"Alcratico ou abecedario de lango", João Claricato" dois
tomos. "Anceleta direito canonico" seis tomos. "tiraquelo"
sinco tomos. "Barbosa" de direito canonico eclezastico" vin-
te tomos, Vinio "a instituta", dois tomos. "Gabriel Pereira"

Em 1839 Daniel Kidder já escrevera sobre a instrução em Minas: "No que respeita ao ensino, manda a justiça que se diga que, de acôrdo com as estatísticas oficiais, Minas Gerais leva a palma a tôdas as outras províncias. O Govêrno provincial emprega largas verbas na manutenção de escolas e o povo parece reconhecer os benefícios daí decorrentes.

São cento e oitenta e duas as escolas públicas custeadas pelo govêrno provincial. Destas, noventa e seis escolas masculinas estavam recentemente em funcionamento, além de dezesseis femininas e vinte de latim. Cêrca de oito mil alunos estavam nelas matriculados, sendo que a freqüência atingia a seis mil. Além dessas, existiam numerosas escolas particulares, e pode-se dizer que de uma forma ou de outra a grande maioria dos mineiros dá instrução aos seus fi-

hum tomo. "Obras de Camoens" hum tomo. "Menoquio" hum tomo. "Observaçoens do Reino" hum tomo." "Jeografia estorica" dois tomos. "Pegas forences" sete tomos. "Sebo decizoens" hum tomo. "Remiçoens" de Barbosa hum tomo. "Mendes e Castro" hum tomo. "Historia de solis" hum tomo. Brito "de Esterca de Sister" hum tomo. "guerreiro" quatro tomos. "Pinheiro" três tomos. "Coleção das Leis Jozefinas" dois tomos. "Cordeiro" hum tomo. "Cordeiro" hum tomo. "Dicionario novo da Lingua espanhola e franceza" dois tomos. Menciçeri "a Instituta". Na quarta coluna da istante da parte direita quarenta tomos de livros; na quinta da mesma quarenta e quatro tomos de livro, quarta colluna da istante da parte esquerda quarenta e nove livros na mesma instante na quinta coluna quarenta e seis. Ozorio "de padruáo Real e Secular" hum tomo. "Anacrior Safue" hum tomo. "Meditação de Jesus Cristo" hum tomo. "Sonho" poema erotico hum tomo. "Lubas" de Francisco Manoel Gomes hum tomo. "Traduçam de doutro Francisco de quivedo" inomanoescrita savelo dois tomos. Pereira "de Mano Regio" hum tomo. Pedro Barboza. "Primeira parte da istoria de Santo antão" hum tomo. "hum livro de Santo Ignacio de Loyola" em manuscrita. "Jornal da Legação" hum tomo. "tratado de Univerço" escrito em manuscrita".

lhos. Vários moços foram enviados à Europa por conta do govêrno da Província, em viagem de estudos". (37)

Queremos crer que teria sido o fenômeno geográfico do altiplano, assim como o fascínio da riqueza fácil proporcionada pela abundância do ouro e do diamante, atraindo, pela exigência da fiscalização reinol, os melhores exemplares da cultura portugueza do tempo, os responsáveis por essa incoercível tendência do mineiro às coisas do espírito e da meditação.

Quando, depois dos tumultuosos dias da Independência e das Regências, todo o país se banhava em sangue e ódio em várias Províncias, Minas, pelo seu Conselho Geral, não perdia a tradição quando fazia apresentar á consideração do govêrno esta proposta de projeto que fala por si mesmo:

"O Conselho Geral da Província de Minas Gerais, atendendo à Representação das Câmaras de Queluz, S. João del Rei, Campanha e Baependi, e bem assim a da Sociedade Pacificadora da Vila do Sabará, resolve:

Art. 1.º -- Ficam criadas na Província de Minas Gerais as seguintes Cadeiras:

Paragrafo 1.º — Na Vila de S. João del Rei de Filosofia Racional, Moral, e de Retórica.

Paragrafo 2.º — Na Vila da Campanha, de Filosofia e de Francês.

Paragrafo 3.º — Na Vila de Sabará, de Filosofia.

Paragrafo 4.º — Nas Vilas de Baependi, e Queluz, de Gramática Latina.

(37) Um aviso de 6 de maio de 1813, referindo e louvando uma carta petrográfica de Eschwege, determina que este apresente um plano de aula de matemáticas e princípios de tática a ser criada em Vila Rica, sugerida pelo mesmo Eschwege.

Art. 2.º — Os professôres ou Lentes destas Cadeiras reger-se-ão pelas Leis e Regulamentos em vigor.

Paço do Conselho Geral 26 de janeiro de 1832 — M. Soares do Couto — A. J. R. Bhering — B. A. Monteiro". (1)

O número de escolas primárias que essa legislatura criou por tôda a Província, assim como outras escolas de ensino secundário em Diamantina, Paracatu, Sêro, Pitanguí, Tamanduá, etc., demonstram que a vocação para a cultura e a ilustração do espírito é um fenômeno estreitamente ligado ao gênio mineiro.

Uma exposição feita em 15 de fevereiro de 1827, por Bernardo Pereira de Vasconcelos ao Conselho do Govêrno Provincial sôbre o estado da instrução pública da Província naquele milênio, dá-nos um quadro interessante para a comparação com o que se verifica nos tempos atuais, em que a instrução mincira se qualifica entre as melhores e mais bem difundidas do país.

Segundo essa exposição de Vasconcelos, existiam em Minas, naquele ano: 1 aula de anatomia, desenho e retórica, cujas cadeiras rendiam anualmente 200\$000 cada, as duas primeiras, e 440\$000 a última; 1 de lógica, que rendia 460\$000 anuais; 17 de latim, vencendo 400\$000 e 33 de primeiras letras, cujo vencimento anual do professor era de 150\$000.

Ao todo, 45 professôres públicos, com uma despesa total de 13:450\$000 anuais, e mais 480\$000 de gratificação a dois professôres de ensino mútuo.

O mais elucidativo, entretanto, para a estatística comparada do assunto, são os números da frequência às aulas naquele remoto milênio:

(38) Xavier da Veiga — Ibidem.

Desenho — 6.
 Lógica — 5.
 Latim — 233.

Primeiras letras — 1.107, perfazendo um total de 1.351 alunos.

As aulas particulares, entretanto, concorriam com a sua parte no computo geral, como se vê:

Lógica — 3.
 Latim — 8.

Primeiras letras — 170, fazendo 181 alunos ensinados a expensas particulares. (39)

Este estado de coisas não poderia deixar de chamar a atenção de um estadista como Vasconcelos, que na mesma sessão propunha a criação de novas escolas primárias e mais os seguintes estabelecimentos: em Ouro Preto ou S. João del Rei, um curso cirúrgico, como o do Rio de Janeiro, e uma cadeira de veterinária; em Mariana, uma cadeira de mineralogia e química; outra de Zoologia e metalurgia, outra de botânica com jardim botânico, e física, outra de aritmética e geometria e outra de cálculo.

Os prédios destinados a abrigar êsses cursos, indicava ele em Mariana “o edifício denominado Seminário; em S. João del Rei a casa da Intendência e em Ouro Preto o Hospital Militar”.

Comentando estes dados, observa Xavier da Veiga: “É evidente que, renovando em substância a idéia de Câmara Bitencourt, apresentada em projeto à Assembléia Constituinte de 1823, no estabelecimento destinado a Mariana, estava também em germe o pensamento da proposta do Conselho Geral, dirigida ad

(39) Idem.

Governo Imperial a 21 de fevereiro de 1832, origem da atual Escola de Minas de Ouro Prêto, que aliás ainda levou 44 anos a ter comêço de realização..." (40)

A 10 de janeiro de 1831 era o deputado Bhering que apresentava ao Conselho Provincial um projeto de lei, que criava em Minas o curso de estudos preparatórios, justificando assim a sua criação: "Sendo de grande interêsse á mocidade mineira que se destina à carreira da magistratura o estabelecimento de todas

(40) Op. cit. — I — pág. 39. O projeto está assim concebido: "O Conselho Geral da Provincia, "considerando que a arte das minas consiste em muitos conhecimentos científicos, e especialmente em mineralogia, quimica e mecânica, e convencido de que o estado estacionario da mineração nesta Provincia provém da falta de conhecimentos destas ciencias, das quais no porvir poderá elas tirar uma fonte perene de riqueza, por isto que as suas montanhas encerram incalculaveis produtos do reino mineral, os quais se acham até hoje desprezados, resolve a seguinte proposta — Art. 1º — Haverá na Provincia de Minas Gerais um curso de estudos mineralogicos, compreendendo as seguintes cadeiras: — 1º de mecânica e estatística; 2º de mineralogia, geologia e as noções mais gerais de fisica; 3º — de quimica elementar e docimasia; 4º — de exploração, extração das minas e trabalhos montanisticos. Art. 2º — O Curso de estudos mineralogicos será de quatro anos." Seguem-se outras disposições num total de treze artigos, referentes á organização das aulas, provimento das cadeiras, laboratórios, museu, biblioteca, etc.

Este notável projeto já esboçava, assim, a Escola de Minas de Gorceix, só instalada em 1876.

A Escola de Minas, pelo sentido objetivo que lhe daria Gorceix e seus continuadores, já nas suas primeiras turmas de diplomados entrou a prestar ao país os serviços a que se propusera. Gonzaga de Campos, Arrojado Lisboa, Pandiá Calógeras, Francisco de Paula de Oliveira, Pires do Rio e outros profissionais de elevada categoria científica, iniciaram o trabalho que daria á segunda fase da história da exploração econômica do Brasil o caráter de seriedade técnica que hoje apresenta.

as Cadeiras de estudos preparatórios, sem os quais não pode fácil e comôdamente progredir nas Ciências Políticas e Sociais da Academia Paulistana, e estando já criada na cidade de Mariana as Cadeiras de primeiras letras, gramática latina, retórica, e no Ouro Preto as de geometria e filosofia, faltando unicamente uma Cadeira de gramática francesa para complemento dos ditos estudos preparatórios. O Conselho Geral da Província de Minas, desejando facilitar à mocidade mineira todos os meios de instrução, e cortar todos os incômodos que resultam do isolamento das Cadeiras em diferentes pontos da Província, resolveu a seguinte Proposta”, etc. E indica no artigo primeiro a cidade de Mariana para “o centro dos Estudos preparatórios da Província”, mandando o artigo segundo que se removam para ali as cadeiras de geometria e filosofia já criadas em Ouro Preto. O artigo terceiro criava a cadeira de francês.

No ano seguinte, no dia 16 de janeiro, José Pedro de Carvalho apresentava no mesmo Conselho Provincial a proposta de criação de um curso pré-jurídico, contendo as cadeiras de direito natural, publico, das gentes, diplomacia, ciência da administração, análise da Constituição do Império e economia política, com as cadeiras preparatórias de gramática latina, francês, inglês, retórica, filosofia, geometria, geografia e história, distribuídas tôdas estas cadeiras num curso de três anos. Os que se matriculassem no curso pagariam apenas seis mil e quatrocentos réis de matrícula por ano e receberiam o título de bachareis em Ciências Sociais, podendo ser admitidos sem mais exames nos cursos jurídicos do Império.

A justificativa de José Pedro de Carvalho a êste projeto ainda hoje é digna de ser meditada: “A necessidade de conhecer mais profundamente os deveres

do Homem na Sociedade é sobejamente reconhecida em todos os Estados, e aquêlê onde a Instrução das Ciências que tendem a melhorar e adoçar os costumes do homem mais se cultiva é o que mais prospera e floresce. A província de Minas, contando hoje para mais de 800 mil habitantes, não tem ainda um Licêo onde a nossa mocidade possa instruir-se nas ciências sociais; é forçoso mendigar em outras Províncias o que poderíamos ter com muito mais comodidade na nossa. Apesar de que em uma limitrófe existe um curso de Ciências Jurídicas e Sociais, é tal o dispendio que são obrigados a fazer os pais para ali educarem os seus filhos, que de dia a dia mais se dificulta áqueles que não são ricos e abastados proprietários. Convencido pois de que muito importa que haja na Província de Minas um Licêo, onde se ensine as Ciências Sociais, e refletindo que a Constituição do Império garante á mocidade brasileira colégios, universidades, etc.; e que os mineiros têm o direito de entrar na partilha que se ha feito com outras Províncias, tanto pela sua mui crescida população, como por concorrer ela para grande parte das rendas do Estado. O Conselho Geral da Província de Minas Gerais resolve". etc.

Mas, esta preocupação espiritual do mineiro se revela mais positivamente na lei de orçamento para 1835, primeiro ano em que, sem os freios e embaraços constitucionais opostos à vida das províncias, Minas Gerais, pelos seus representantes, pôde regular por si assunto de tanta magnitude.

Como se vê pelo orçamento, mas sempre levando em conta que a oitava de ouro custava então 1\$500, o estado de pobreza da Província era positivamente franciscano. E é razoável. Minas, pela sua espantosa riqueza de ouro aluviônico, foi a Capitania mais sacrificada do Estado do Brasil. As províncias do norte

e do sul foram sempre tipicamente agro-pastoris, riqueza que era trocada *in loco* pelo ouro, que ficava, circulava e as enriquecia; ao passo que Minas só produzia ouro e diamante, riqueza que o Erário Régio também chamava a si, e, portanto, se evadia do local de produção.

Em 1835 era este o orçamento da despesa de Minas Gerais:

Com a presidência da Província, secretaria e Conselho do Governo	9:988\$297
Com o Conselho da Província	1:437\$500
Com a Coudelaria de Cachoeira do Campo	1:542\$885
Com a instrução pública	13:897\$398
Com o Jardim Botânico	795\$330
Com obras públicas	9:700\$000
Com vacina	20\$00
Com o guarda-mór geral	400\$000
Com os párcos, guizamentos, fábricas e seminário	7:952\$243
Com as justiças territoriais	5:541\$660
Com o sustento e condução de presos pobres	4:457\$590
Com as cadeias públicas	715\$800
Com as guardas nacionais	4:864\$065
Com as guardas policiais	69:821\$165
Com as despesas eventuais	29\$920
Com a extraordinária da secretaria do governo em S. João del Rei	400\$340

Com os diversos ramos da despesa acima mencionada pertencentes ao ano anterior — 47:660\$320.

A receita propriamente provincial nêsse exercício foi apenas de 35:099\$867, mas na mesma data (28 de Março de 1835) já era promulgada a lei n.º 14, fixando a despesa da Província para o exercício de 1835-36 em 269:889\$200. (41)

(41) J. P. Xavier da Veiga — Op. cit. — I — 406.

Além de várias e curiosas conclusões que se podem tirar do exame destes dados orçamentários, o que chama logo a nossa atenção é a verba destinada à instrução pública — 13.897\$398.

Relativamente às outras é a maior verba do orçamento, porque, sabendo-se que anteriormente a êsse milênio a despesa era computada no volume geral do país, e nesse ano a verba de 47.660\$320 pertencia aos "diversos ramos da despesa acima mencionados" e referentes ao ano anterior; e com a soma de 13 contos de réis destinada a um só exercício no volume orçamentário de dois anos, conclui-se que a verba, com o lastro metálico que possuía o Tesouro na ocasião, é positivamente notável. Corresponderia hoje a cerca de 200 mil contos para ensinar a ler e escrever.

Ao lado disso, entretanto, as tendências morais do mineiro o impeliam para a vida campestre, para as fainas agrícolas e pastoris, obedecendo ao imperativo de um personalismo que só se sente bem consigo mesmo. Por isso é monossilábico e taciturno, sem ser, entretanto, anti-social ou menos amigo dos prazeres do convívio. (42)

As suas festas não têm o bulício e a alegria escancarada como as do nordeste do país, mas exibem a graça comunicativa decorrente daquela confiança que êle só deposita nos estranhos depois de conhecê-los muito bem. Os seus bailes não são cerimoniais e formalísticos, o que iria de encontro à sua simplicidade natural, mas também não ostentam a liberdade e a licença que pudessem ferir o seu vivo sentimento de respeito pessoal,

(42) Na "Instrução e norma" que deu o conde de Bobadela ao irmão José Antônio Freire de Andrade, quando lhe passou o governo de Minas para se dirigir à Colonia do Sacramento, escreveu esta recomendação: "A noite, se os ministros ou pessoas principais concorrerem, deveis com gravidade entreter-lhes a conversação, mas não deve esta ser tão grave que não admita o sal de galanterias"...

resto certamente do espírito patriarcal que levava os esposos a se tratarem com tôda a senhoria. Minha Mãe tratava de “senhor” a meu Pai e este também a ela de “senhora”...

Não são raras, entretanto, e no norte de Minas é espetáculo comum, as festas familiares que terminam ou se iniciam sempre em tórno da mesa do banquete, e se transformam em alegres bródios em que, ao erguer os copos, é obrigatória a saudação cantada a que chamam “coretos”. De Diamantina já são bem conhecidos de todos os belos “coretos”:

“Zum-zum-zum,
Lá no meio do mar,
Zum-zum-zum,
Lá no meio do mar;
É o vento que nos atrasa,
É o mar que nos atrapalha
Para no pôrto chegar:
Zum-zum-zum,
Lá no meio do mar:”

“Como pode o peixe vivo
Viver fora d’água fria:
Como poderei viver (bis)
Sem a tua, sem a tua,
Sem a tua companhia!
Os pastores desta aldeia
Já me fazem zombaria
Por me ver andar chorando (bis)
Sem a tua, sem a tua,
Sem a tua companhia!

ou ainda:

“Tim-Tim”
“Tim-tim, tim-tim
Tim-tim, ó lá lá;
Que não gosta, dela,
De quem gostará!...

Em Montes Claros e Esmeralda colhi êste, que é cantado também em Diamantina com a música do “Peixe Vivo”:

Lá do céu desceu um anjo
Com um letreiro na mão.
Este letreiro dizia:
Viva esta bela união:

Ao que todos respondem em côro:

Viva pois, esta união:

E enxugam-se os copos.

Em Belo Horizonte se canta este:

Ó que belos companheiros,
Como bebem tão ligeiros!
Se és covarde,
Sala da mesa,
Que a nossa emprêsa
Requer valor!

E enquanto um conviva esgóta o copo, os demais continuam de taças erguidas:

Vira, vira, vira,
Companheiro, vira,

e assim por diante, até que outro conviva inicie a ingestão de novo copo.

Costume que parece comum a tôdas as regiões, Burton já o apreciara muito no centro de Minas, arraial de Lagoa Dourada: “A única particularidade (diz êle do banquete) foi o sistema dos brindes, à velha moda de Minas. Imediatamente após a sopa, cada um fêz uma pequena fala e cantou com voz fanhosa um pequeno

trecho de canção sentimental, geralmente uma quadra e um estribilho. Por exemplo:

Aos amigos um brinde feito,
Reina a alegria em nosso peito.
Grato licor, alegre, jocundo,
Que a tudo neste mundo
Desafia o Amôr!

Tôda a assembléia retomava alegremente a última palavra, e, com um melancólico murmúrio prolongava: “Amo-ôr-ôr. Ou então:

Como é grata a companhia,
Lisonjeira a sociedade.
Entre amigos verdadeiros,
Viva a constante amizade!

E termina Burton: “Passei muitos natais menos alegres na alegre Inglaterra, e custaremos a esquecer a festa em Lagoa Dourada, no ano da graça de 1867”... (43)

Daniel Kidder, que assistira a um jantar em Santos, achou que “as joviais qualidades dos brasileiros eram tão notáveis como as de John Bull”, divertindo-se muito em cada brinde ou saudação. “Alguns desses brindes — continua — terminavam por hinos cantados por todos em tão altas vozes, que pareciam serem estudantes alemães os seus executores”... (44)

Da vida social de Minas, em meados do século passado, Francisco de Paula Ferreira de Resende nos dá em suas memórias uma visão que ainda poderia ser generalizada. (45) Da sua meninice (1842 mais ou

(43) Op. cit. pág. 252.

(44) Op. cit. pág. 76. Não é à toa que Anchieta já escrevia que “a terra, por ser relaxada, remissa e melancólica, tudo se leva em festas, cantar e folgar”...

(45) *Minhas Recordações*, Francisco de Paula Ferreira de Resende (Livraria José Olímpio, Rio) — 1945 — pág. 138 e segs.

menos) conta êle se lembrar das festas e diversões que se realizavam em Campanha, fornecendo excelente material para o estudioso de hoje, conforme se copiará:

“Naquele tempo a população da cidade (Campanha) se dividia nas três seguintes classes — a dos brancos e sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se costuma chamar a boa sociedade; a do povo mais ou menos miúdo; e finalmente a dos escravos.

A dança da classe superior constituia o que propriamente se chama baile. Aqui, porém, é preciso ponderar que em todo o sul de Minas só havia bailes em duas únicas povoações, que eram a Campanha e a então Vila do Pouso Alegre. E com efeito era o baile naquele tempo um progresso de tal natureza, ou ia de encontro por uma tal forma às idéias até então dominantes, que ambas as povoações começaram desde logo a gozar por isto de uma tal ou qual fama de immoralidade; pois que, segundo se dizia, a sua desenvoltura chegava a um tal ponto, que as próprias senhoras já nem sequer se vexavam de dançar com os homens...

Nas outras povoações, portanto, a classe superior não dançava; e tudo que vos vou dizer só se applica a Campanha, e com muito mais razão se pode também applicar a Pouso Alegre; porque embora muito mais nova do que Campanha, aquella povoação de repente entrou, e com um tal furor, em tôdas as idéias do progresso, que ali havia sociedades políticas de senhoras, em que estas procuravam macaquear a dos homens, fazendo discursos não sei se improvisados ou levados de casa, mas que eram sempre acompanhados dos indefectíveis apoiados, muito bem, etc.

As primeiras danças que naqueles tempos constituíam um baile eram, segundo ouvi dizer, o ril, o miudinho e outras cujos nomes não me lembro agora. Eu,

porém, já não as alcancei; e por isso não posso dar a sua descrição; embora me pareça que eram danças de três, de cinco e nove pessoas e como todas as danças daquele tempo muito cheias de movimento. Os primeiros bailes a que assisti e que já tinham um caráter muito mais moderno, êsses começavam de ordinário pela gavota, a qual era dançada por um ou dois pares, principiando esta pelo minueto, seguindo-se depois a êste diversos passos e corridas e tudo isto servindo a todos aquêles que dançavam de uma excelente ocasião para mostrarem a sua ciência na postura e a sua agilidade nos movimentos. Depois da gavota seguia-se uma contradança inglêsa, na qual podiam tomar parte todos os pares que quisessem, os quais, colocados no meio da sala, formavam duas filas, ficando os cavalheiros de um lado e as damas do outro, em frente cada um do seu respectivo par; de sorte que descendo ou subindo pelo meio daquelas duas filas, cada um dos pares dançava com todos os outros por meio de marcas que se repetiam e que se variavam, mas cuja descrição eu deixo de fazer, com o receio de que se tornasse mais ou menos fastidiosa.

Esta era a contradança que mais se repetia. Entretanto, para variar, dançava-se também mais de uma vez a contradança espanhola, que era a inglêsa tal qual, mas com esta diferença — que na inglêsa se fazia nas diversas marcas uma simples roda com o próprio par e com todos os outros, à proporção que chegava a vez de cada um; entretanto que na espanhola essa roda era substituída por um passo de valsa. No intervalo dessas duas contradanças tinham lugar as valsas; mas estas eram só de duas qualidades — inglêsa, que era uma valsa mais ou menos pulada; e a espanhola, que era uma valsa arrastada e vagarosa e a mesma que se dançava na contradança dêste nome”.

Mas os negros também tinham as suas festas nas folgas do eito e do “bacalhau”, e o memorialista as descreve ao tempo da sua meninice, pelos primeiros anos da maioridade de Pedro II:

“Quanto à dos negros, reduzia-se ao jongo, que era feita em algum subúrbio da cidade e que, segundo o costume dos africanos, era sempre feita ao ar livre. Era esta, ou antes é esta uma dança em que ninguém fica parado; porque nela todos se conservam de pé e em círculo, a cantar e a sapatear, enquanto no centro há sempre um dançador que faz mil momices e requêbrados, até que vai tirar outro ou outra para vir para o centro repetir a mesma coisa; e isto, por assim dizer, sem cessar; e muitas vezes durante um dia e uma noite inteira. Para esta dança êles quase não se servem de outro instrumento músico além do caxambu, de que em algumas partes a dança tomou o nome; e que é uma espécie de barril afunilado que tem a bôca coberta com um couro, onde êles batem com as duas mãos.

Nem admira que êles se sirvam dêsse único instrumento, porque sôbre êste ponto os africanos são de uma pobreza inventiva extraordinária; e parece que além do caxambu, êles nenhum outro instrumento possuem a não ser a marimba, que é uma espécie de pequena tartaruga com dentes de ferro sôbre a parte chata, que êles tocam com os dois dedos polegares, e o urucungo, que é um arco cuja corda é de arame e tem em uma das pontas uma cabaça, sendo a corda ferida com uma varinha”.

Ferreira de Resende se esquece de citar um sem número de outros instrumentos musicais do negro, como o engenhoso berimbáu, que exige grande virtuosidade para ser tocado, o xique-xique, o adufe, a cuíca ou puíta, o reco-reco, etc.

Mas, continuemos a segui-lo nas suas reminiscências:

“Se, porém, a classe superior tem o seu baile e se os negros têm o seu jongo ou caxambu, a classe inferior da cidade pode-se dizer que naquele tempo não dançava ou que pelo menos não tinha uma dança que lhe fôsse própria.

Felizmente para os que eram assim privados de um prazer que é tão comum à quase toda a humanidade, havia então uma dança, que, sendo própria e quase exclusiva da gente baixa ou ordinária, era, entretanto, um campo francamente aberto para todos que nela quisessem entrar, inclusive até às vêzes um dêsses padres relaxados que não recuam diante de nada, nem mesmo do maior escândalo; pois eu mesmo cheguei a conhecer um que, segundo geralmente se dizia, não só era um acérrimo devoto dessa dança, mas ainda nela se portava, que eu mesmo me vexaria de aqui dizê-lo. Ora, essa dança que acabo de falar e que servia de chamariz para muita gente boa, era o batuque, que essencialmente lúbrico e indecente, era, por isso, uma dança proibida; e na qual nem mesmo os pobres que eram dotados de um certo sentimento de dignidade ou de bons costumes jamais se animaram a entrar.

Eu nunca cheguei a ver um verdadeiro batuque; mas ouvi muitas vêzes fazer-se a sua descrição, e sei também que é dêle uma decente imagem ou inocente miniatura uma dança que se costuma chamar o batuquinho; e que uma vez em uma festa da roça que teve lugar, se não me engano, por ocasião da formatura do atual desembargador João Bráulio Moinhos de Vilhena, não só a vi dançar mas até nela tomei parte. E eis aqui o que era o batuquinho: tocada a música, que seja dito de passagem é de tal natureza que desperta desejo de dançar ainda mesmo àqueles que não o sentem, como

eu, o menor prazer em um semelhante divertimento, e que parece pôr fogo nas veias dos que são a êle inclinados; uma pessoa vai para o meio da sala, e, puxando a fieira e fazendo todos os requebrados e desembaraçados ademanos que a decência lhe permita, vai afinal curvar-se ou ajoelhar-se diante de uma pessoa de outro sexo, que é obrigada a sair e a ir por sua vez fazer a mesma coisa.

Ora, o batuque, que em última análise vem a ser justamente isso, mas com esta grande diferença — que tudo nêle é imensa e lùbricamente exagerado; entretanto que a pessoa que é tirada saí para dançar com a que tirou e acabam afinal ou como despedida ou paga do favor que mutuamente se fizeram, por uma umbigada, que dada de um certo jeito, estala com uma grande fôrça; e quanto maior é o estalo, tanto melhor ou tanto mais apreciada é também a umbigada; no que entretanto não deixa de haver algum perigo, porque para dá-la não basta querer, é preciso saber; e o que não sabe ou despreza as regras, muitas vêzes fica rendido”...

Não só alguns padres, entretanto, se deixavam arrastar pelos encantos dessa dança, mas também as autoridades incumbidas então de obstar a sua realização, como ainda relata Ferreira de Resende:

“Sendo o batuque proibido, e com a civilização é a liberdade, tendo muito se ampliado o círculo das nossas idéias e ao mesmo tempo das nossas distrações e dos nossos divertimentos, o batuque tem ido pouco a pouco se acabando, e há muito que já não ouço falar nêle. Entretanto, ainda em 1860, o batuque não tinha desaparecido dos arredores da própria Capital (Ouro Prêto); pois que segundo ouvi dizer a mais de uma pessoa, houve ali por êsse tempo mais ou menos um delegado de polícia que tomou a peito pôr termo a um

semelhante divertimento, que além de imoral, era proibido com alguma severidade pelas posturas municipais. Esse delegado, porém, que segundo ainda me disseram era um farmacêutico muito conhecido em Ouro Preto, parece que perdeu-se por excesso de zelo, porque tendo uma noite notícia ou denúncia de um batuque que se achava formado em um dos bairros da Capital chamado — As Cabeças — em vez de mandar dispersar por seus agentes aquela reunião ilícita, assentou de fazer diligência em pessoa; e para lá partiu com o propósito bem firme de não deixar escapar a um só dos dançadores e de trazê-los todos, fôssem quem fôssem, para a cadeia.

Ele, portanto, não querendo errar o seu bote, antes de dar sinal da sua presença, quis explorar o terreno em que devia manobrar; e deixando, segundo creio, um pouco atrás a fôrça que levava, seguiu só, para por si mesmo observar o que se passava; e quando ali chegou, pôs-se a espiar a dança que naquela ocasião se achava no seu maior auge; e assim ficou por algum tempo, até que ao ver que ela chegava a um daqueles seus momentos mais frenéticos e delirantes, êle esqueceu-se da fôrça, que havia consigo levado, bate imprudentemente na porta e, em vez de prender aos dançadores, é êle quem se mete na dança, e quem, dançando como o mais furioso dos dançadores, ali passou todo o resto da noite...

No interior de Minas o batuque ainda hoje é dançado pelas classes populares, principalmente pelos negros e mulatos, não sendo raro que pessoas de boa qualidade também o dancem em ocasião de festas de circunstância, como nos casamentos ricos. É uma dança movimentada e ardente, de ritmo alegre e forte em que entram na coreografia a música, o canto e as palmas batidas com cadência. Dançam várias pessoas *vis-à-vis*

— homens, mulheres e até crianças, rompendo toda a noite à luz das fogueiras ou ao luar, porque sempre se realiza ao tempo, nos terreiros ou nos currais.

Mas, Ferreira de Resende nos dá ainda interessantes informes sôbre as festas campestres: “Passando agora a tratar das danças do campo, eu direi que, se no campo como em tôda a parte, o negro dança sempre, e que sua dança é sempre o jongo; ao envez do que acontecia na cidade, no campo a gente da primeira classe absolutamente não dançava, e a da segunda dançava muito. E isto se explica pelo modo de viver de cada uma delas, pois que ao passo que a vida da família do fazendeiro era uma vida de isolamento e de uma reclusão mais ou menos completa, a classe inferior dos habitantes do campo e que se compunha de pequenos sitiantes ou de camaradas e de agregados dos fazendeiros, viviam, por assim dizer, com as suas famílias não só ao ar ou à chuva, porém ainda em uma como que completa promiscuidade; pois que não só tôda a família, homens e mulheres juntos se ocupavam da maior parte dos serviços e estavam com os vizinhos em relações muito contínuas; porém ainda ocasiões havia em que sob o nome de mutirões todos êsses vizinhos se reuniam para irem ajudar a algum dêles, que se via, com o seu serviço mais ou menos atrasado ou que tinha urgência de concluir um serviço qualquer; auxílio êste, que embora muitas vêzes reiterado, êles entretanto, nunca o deixavam de prestar, e prestá-lo da melhor vontade, porque além da certeza que todos tinham da retribuição quando dela precisassem, êsses mutirões, cujo resultado era às vêzes de importância imensa para aquêles que os faziam, convertiam-se ao mesmo tempo para todos em um dia de verdadeira festa, pois que embora se trabalhasse e se trabalhasse muito, o trabalho entre-

tanto tinha mais ares de brinquedo do que mesmo de fadiga; e o resultado final, depois de todos os comes-e-bebes, era muito canto e muita dança. (46)

Ora, desta vida assim um pouco em comum e que era ao mesmo tempo de um trabalho constante e mais ou menos variado, resultava êste fato — que não só

(46) É uma perfeita sobrevivência feudal, precursora do sistema cooperativo moderno. É o costume que ainda existe em certas regiões de Minas, ao tempo da capina e da colheita, de aqueles agricultores que as concluíram primeiro reunirem-se e ajudarem os demais na conclusão da sua faina agrícola.

Para isto, ajustam o dia certo de todos comparecerem com as suas ferramentas, e é praxe que o dono da roça proporcione a todos uma comezaina larga e rica, em que os leitões e as galinhas são sacrificados sem piedade.

Pela manhã, mal o dia se apresenta no horizonte, já todos os vizinhos estão reunidos e, servida a primeira refeição de cangica, biscoitos, café e leite, se dirigem para a roça a ser capinada ou colhida, e o trabalho começa rijo e divertido, porque as cantigas, as chufas, as pilhérias e a alegria geral estimulam os homens, que têm como ponto de honra terminar primeiro a quadra que se lhes determinou.

O trabalho só se suspende pelas oito ou nove horas da manhã, para o almoço, que é conduzido até o local da roça por mulheres e crianças. É um almoço largo e farto, servido à sombra de arvores e à beira de algum regato próximo. Não há bebidas alcoólicas durante o dia, pois estas só serão servidas à tardinha, já terminada a tarefa.

Pelas 12 horas o trabalho se suspende novamente para o café com biscoitos ("quitandas", como se chama no centro e oeste de Minas) em que o cuscuz, o biscoito de polvilho, a broa de queijo e fubá, a brevidade e outros sequilhos, são distribuídos sem conta.

As 15 horas é o jantar, como o almoço pantagruélico, reforçado a lombo de porco, lingüiça e tutu de feijão, com a sobremesa de doçaria clássica: doce de leite, limão e laranja em calda de rapadura, arroz-doce, queijo e frutas. O café é o licôr infectível.

a mulher do campo era muitas vezes mais forte do que qualquer homem da cidade; porém que sendo ela capaz de grandes virtudes, mas sem êsse pudor afectado ou mais ou menos sincero da gente da cidade, não se mostrava entre os seus iguais de um desembaraço completo; mas que mesmo em público não se acanhava por qualquer coisa.

E assim, a mulher do campo, que de ordinário andava a pé ainda quando era acompanhada pelo seu marido ou por algum de seus filhos que ia às vezes a

Quando as primeiras sombras da noite (pois o trabalho normal em nossos campos é de sol-a-sol, como dizem) começam a baixar sobre os vales, e o trabalho não se suspende nessas ocasiões sem que esteja terminado, começam os vivas alegres, as cantigas álcres e festivas, e é quando a aguardente começa a circular. Dirigem-se em seguida para a casa do dono da roça, onde é servida a ceia e não raro improvisam bailes e serestas.

Em algumas localidades, como Itaúna e adjacências, os capinadores, quando regressam á casa do anfitrião, lhe levam processionalmente um pé de milho alçado como um troféo, e um coelho vivo de presente, tudo acompanhado de cantorias, foguetes, violas e sanfonas. É a festa do "coelho", como se chama naquela região. É o "mutirão", como é conhecido em outras partes.

Estas notas nos foram sugeridas pela sugestiva idéa da Prefeitura Municipal de Senador Firmino, consistente em construir as suas estradas de rodagem por meio do cooperativismo do mutirão. É uma idéa original e de cativante beleza humana, porque ressuscita também uma tradição antiga dos agricultores de Minas, pela qual atestavam a sua arraigada tendencia para a solidariedade e o auxilio mútuo.

O goiano, principalmente o do sul, que guarda o mais estreito parentesco moral com o mineiro, possui uma variedade interessante do mutirão, recolhida por Alceu Mainard Araujo no municipio de Inhumas em 1948.

"Quando um lavrador está com o trabalho de sua roça em atraso — refere Mainard — um compadre ou amigo, às escondidas, combina e reúne um grupo de trabalhadores (uns cem ou mais) e num sábado pela manhã vão até á

cavalo, se era preciso ou se a ocasião para isso se oferecia; sem a menor cerimônia ou menor embaraço, ou sentava-se na garupa de qualquer deles com ambas as pernas para um dos lados, ou então, fazendo do seu vestido uma espécie de calças que muito mal lhe cobriam as pernas, montavam como um homem nos primeiros arreios que encontravam, e ia pela estrada a fora com dois ou três filhos, uns adiante e outros atrás e ainda por cima alguma trouxa”...

casa do amigo para ajudá-lo. Essa ajuda, que é tramada em sigilo e que é de fato uma surpresa para o que a recebe, chama-se “Traição”.

Às 5 horas da manhã, rodeiam a casa do “atralçoado” e os “traíçoeiros” dão tiros, soltam rojões, cantam e, quando acordam a família, dão início ao trabalho. Se o “atralçoado” pode fornecer comida para os “traíçoeiros” começa a prepará-la; caso contrário, o chefe da traição precavidamente já põe em andamento os “aperparos” para o almoço. É bom salientar que o chefe dos “traíçoeiros” deu café aos convidados em sua própria casa, ali pelas 4 horas da manhã.

Todos trabalham nesse singular mutirão, homens, mulheres e crianças. Homens na roça, mulheres na cozinha e crianças no transporte de comida, água e lenha. Almoçam ali pelas 10 horas: às 14 horas o café, e, ao anoitecer, o jantar... e terminam com danças. Os velhos gostam e preferem as “quadrinhas” e a “catira”, e os mais moços, já influenciados pelo rádio, preferem o arrasta-pé com marchas e sambas “carnavalistas”. O arremate da traição, isto é, a dança, vai até ao dealbar do domingo.

É comum a “traição”. Muito mais comum do que o mutirão patrocinado pelo indivíduo que necessita de ajuda. Um lavrador o promove somente quando não tenha recebido tão espontânea ajuda.

As mulheres também fazem “traição” para fazer roupas de algodão no tear. Neste tipo de ajuda só participam as mulheres casadas. Infelizmente não nos foi possível recolher seus cantos. Tivemos, porém, oportunidade de examinar a fazenda tecida nos teares toscos e rudes, num desses singulares mutirões femininos de Goiás.”

IV

E XAURIDAS as riquezas aluviônicas que fizeram da Capitania das Minas, durante um século, o recanto mais rico de Portugal e suas conquistas, foi para a agricultura que se voltaram, assim, os remanescentes da mineração, retornando ao seu verdadeiro clima social o homem que nasceu em terras amplas e férteis. (47)

O mineiro é visceralmente um homem rural.

Afonso Arinos virava e mexia pelos centros civilizados do Velho Mundo e voltava periódicamente a

(47) No terceiro quartel do século XIX o recenseamento de 1 de agosto de 1872 já revelava a capacidade criadora de Minas que, adotando em pouco menos de cem anos novo regime de produção e de vida, apresentava números interessantes, consubstanciados no volume da população.

Essa população se computava em 2.009.023 habitantes, deixando de ser compreendidas 16 freguesias, nas quais, por diversos motivos, não se realizou o recenseamento.

Não era acontecimento novo no Brasil a execução do censo geral da população em alguma capitania.

Seguindo a orientação de Xavier da Veiga (op. cit. III-189), sumariaremos, com relação à Minas, os dados colhidos e os cálculos feitos em ambos aquêles períodos, contando-se o primeiro dos fins do século XVII até 1822 e o segundo desse ano a 1872.

Refere-se ao ano de 1776 o primeiro cálculo que se procedeu sobre a população de Minas-Gerais e o único, no regime colonial, firmado em dados mais ou menos precisos; nele se discrimina a população por sexo, côr e condição social (livre ou escravo).

Dêste censo se obteve o seguinte resultado:

rever a selva e os campos natais, como se movido por uma necessidade fisiológica. É comum às pessoas que residem nas grandes cidades fugir semanas e meses do bulício do asfalto para a tranqüilidade virgiliana das fazendas mineiras.

É uma fatalidade psicológica movida pela condição geográfica de Minas. Por isto, o seu amor pela agricultura é o segredo de, mesmo contra o desejo do govêrno português, sermos um povo de capacidade invejável para as fainas rurais.

Ainda nas cidades a preocupação do mineiro, mesmo de profissão diferente, é a agricultura. Antônio Felício dos Santos, médico e jornalista do Rio, inventava em fins do século passado um aparelho para dessecação

Comarca de Vila Rica:

Branços	7.847	
Pardos	7.981	
Pretos	33.961	
Total em homens		49.789
Branças	4.832	
Pardas	8.810	
Pretas	15.187	
Total em mulheres		28.829
Total geral		78.618
Nascidos nesse ano	(1776)	1.914

Comarca do Rio das Mortes:

Branços	16.277	
Pardos	7.615	
Pretos	26.179	
Total em homens		50.091
Branças	13.649	
Pardas	8.179	
Pretas	10.862	
Total em mulheres		32.690
Total geral		87.781
Nasceram	2.749	
Faleceram	1.660	

do café, obedecendo ao princípio das tôrres de dessêcação do lúpulo na Bélgica e na Alemanha. E o conde de Iguassu, irmão do marquês de Barbacena, escrevia ao "Jornal do Comércio" em 5 de Março de 1842 uma carta, na qual comunicava a solução de um problema agrícola de indisfarçável importância, que é a cultura da alfafa ou luzerna do Chile.

Casos como êstes podem ser apontados às dezenas, até mesmo os esdrúxulos, como aquêle do professor Agostinho Penido, cuja idéia de colocar óculos verdes nos animais para o aproveitamento do capim sêco foi roubada há pouco, segundo noticiaram...

Já no começo do século XIX a agricultura mineira se apresentava, por isto, com um desenvolvimento digno de nota.

Comarca do Rio das Velhas:

Branços	8.648	
Pardos	17.011	
Pretos	34.707	
Total em homens		60.366
Branças	5.746	
Pardas	17.225	
Pretas	16.239	
Total em mulheres		39.210
Total geral		99.576
Nasceram		2.501	
Faleceram	2.270	

Comarca do Serro:

Branços	8.905	
Pardos	8.186	
Pretos	22.304	
Total em homens		39.395
Branças	4.760	
Pardas	7.101	
Pretas	7.636	
Total em mulheres		19.399
Total geral		58.791

O padre Manoel Rodrigues da Costa, além de liberal exaltado à moda do seu tempo, tendo feito parte das conspirações da Inconfidência e mais tarde concorrido com o seu prestígio para o golpe decisivo da Independência, que foi o “Fico”, ao tempo em que o saba-rense Paulo Barbosa da Silva veio a Minas conseguir a nossa adesão ao evento de 9 de janeiro de 1822, foi um agricultor adiantado, cuja herdade, no antigo “Registro Velho da Mantiqueira”, perto de Barbacena, chamou a atenção de mais de um viajante esclarecido.

Saint-Hilaire visitou-a em 1816 e dela nos conta coisas dignas de serem repetidas: “Tinham-me falado do proprietário do Registro Velho — diz êle, o padre

Nasceram	1.734	
Faleceram	1.075	
Soma total:		
Branços	41.677	
Pardos	40.793	
Pretos	117.171	
Total em homens		199.641
Branças	28.987	
Pardas	41.317	
Pretas	49.824	
Total em mulheres		120.128
Total geral		319.769
Total de nascimento		8.974
De falecimentos		6.841

Em 1872 o volume da população de Minas, nas 344 paróquias recenseadas, elevou-se, como vimos a 2.009.023 habitantes, assim discriminados:

Livres	1.612.419
Escravos	356.574

Xavier da Veiga acha razoável que para as 16 paróquias não arroladas poder-se-á dar uma população de 89.289 habitantes elevando-se, portanto, em 1872 a 2.098.312 habitantes a população da Província de Minas Gerais. (loc. cit).

Manoel Rodrigues da Costa, como de um agricultor notável; e, de volta da minha viagem, fui visitá-lo". Disse-lhe que tendo passado algum tempo em Portugal, de lá trouxera máquinas próprias para tecer o linho e fazer diversos tecidos; que convidara todos a virem ver essas máquinas e construir outras semelhantes, mas ninguém se aproveitou desse oferecimento; que tinha inútilmente dado parte ao govêrno de seus projetos de incrementar, na província das Minas, as artes úteis; não recebera nem resposta nem estímulo. Todavia o sr. Manoel Rodrigues continuou fazendo uso dos seus misteres para êle próprio e os moradores de sua casa. Estava vestido de um estôjo de trama fabricado em sua casa com a lã de suas ovelhas, e lhe mostrou uma peça de tela fina e bastante regular, feita com linho recolhido em suas terras. Já sabia que se começava a cultivar com êxito o linho na comarca do Rio das Mortes. "O sr. Manoel Rodrigues confirmou-me a informação e disse-me que essa cultura tivera sempre ótimos resultados e que tôdas as épocas do ano se prestavam igualmente a ela, mas acrescentou que a tinham quase completamente abandonado, porque é muito mais trabalhosa que o algodoeiro."

"Os que plantam o linho escavam a terra, adubam-na, semeiam os grãos e fazem, ao cabo de três meses, uma excelente colheita. Admirar-se-ão, sem dúvida, de que o govêrno não procure encorajar uma cultura tão vantajosa, mas como poderia preocupar-se em tornar mais comum um vegetal exótico, se se despreza inteiramente uma multidão de plantas indígenas, cujas fibras flexíveis e resistentes podem ser tão útilmente empregadas como as naninias (*cecrópia*), os tucuns e macaúbas (palmeiras), a pita (*Agave-vivipara*) varias malváceas, diversas anunáceas, etc., plantas de que os

selvagens sabem tirar maior partido que os próprios portugueses?" (48)

Entre outros exemplos que fornece a crônica colonial do fastígio econômico oriundo da lavoura e da pecuária, por influência da mineração do ouro, pode ser citado o da fazenda do Pompéu Velho, no oeste de Minas, imortalizado na tradição pelo valor de sua propriedade — Dona Joaquina do Pompeu. (49)

Enfermando-se-lhe o marido com uma hemiplegia, Dona Joaquina assumiu a direção da fazenda e em poucos anos, alargando-lhe as terras, apresentava uma propriedade na extensão de noventa e cinco mil alqueires geométricos, ou 4.598 quilômetros quadrados. (50)

Eschwege passou pela sua fazenda quando se dirigia para Abaeté, e não esconde a admiração em presença da mulher superior que conhecera: "Chegamos assim à grande fazenda do Pompeu — diz êle — de uma

(48) *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, A. de Saint-Hilaire — (Brasília, Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1938 — I — pág. 112).

(49) O Capitão-mór Inácio de Oliveira Campos, o marido de D. Joaquina do Pompeu, foi no último quartel do século XVIII chefe de uma bandeira que devassou os sertões do Paracatu, quando descobriu ouro nas cabeceiras do rio das Abelhas, onde fundou a povoação do Desemboque, hoje cidade de Sacramento, no Triângulo Mineiro. Pertencia então à Capitania de Goiás essa região. Dlogo de Vasconcelos informa que Inácio de Oliveira Campos e o capitão-mor João de Godoi Pinto da Silveira, por ordem do conde de Valadares, devassaram o território do Rio Negro e dos Dourados, onde descobriram também opulentos mananciais auríferos.

(50) O ilustre genealogista mineiro, cônego Raimundo Trindade ("*Garcia, Velhos, Campos, Lemes e Castelo Branco em Pitangui (Minas)*") — Mariana, Tip. da Folhinha, 1942) transcreve de um livro de família, escrito pelo próprio Dr. Jorge de Abreu Castelo Branco, pai de D. Joaquina do Pompeu, a seguinte notação, lançada no livro de batizados da

área não inferior a 150 léguas quadradas, e habitada unicamente pela família da proprietária dêsse principado, a não contar como súditos dêste as 40.000 cabeças de gado vacum que animam êsse sítio deserto e anunciam aos viajantes a presença do homem, por êle muitas vêzes desaperebido durante dias e dias.

Aqui a generosa matrona, que é a viúva d. Joaquina da Silva Oliveira Castelo Branco, que conta não menos de 60 netos em sua descendência, nos deteve alguns dias com muita insistência na fazenda de sua propriedade. Quando partimos, íamos munidos de toda espécie de víveres por diversas semanas, pois daí por diante íamos entrar por sertões desertos, onde nada mais iríamos encontrar.

Devo agradecer aqui públicamente a essa digna matrona e a seus filhos a maneira realmente gentil com que, durante semanas, por vêzes, me acolheram nas viagens repetidas que fiz naquela região, assim como a outros naturalistas que lhe foram recomendados. É também aqui o lugar de esclarecer um boato relativo á minha pessoa, que alguns viajantes espalharam e outros mesmos publicaram. Teria sido contrário á delicadeza dessa digna senhora o oferecer a um barão alemão um presente de 1.000 bois e de algumas centenas de cavalos, e a êste tão pouco não teria ficado bem o aceitar tal presente". (51)

Sé de Mariana; "Minha filha Joaquina nasceu em hú domingo pela mela noite que se contarão vinte de agosto de mil setecentos e cincoenta e dous; foi batizada em esta Sé de Mariana em hum domingo que se contarão três de setembro do dito ano. Realizou-o o Rdo. Cônego Francisco Xavier da Silva: forão padrinhos (sic) o Dr. Caetano da Costa Matoso — Os avós constão do assento de sua irman Eufrasia". — pág. 23).

(51) *Publicações do Centenario em Minas Gerais* — Tomo I — págs. 137-38.

De fato, a respeito da D. Joaquina do Pompéu, como ainda é conhecida na tradição popular do oeste de Minas, correm as lendas mais absurdas e extravagantes, que deformam a personalidade de uma figura invulgar da nossa história social.

Em 1824, quando faleceu essa mulher extraordinária, o inventário revelou que nas suas terras pascia um rebanho de cêrca de dezoito mil cabeças de gado vacum, além de perto de mil equinos, avaliados a três mil réis por unidade. De escravos havia algumas centenas cujos preços eram de cento e cincoenta mil réis por unidade. Muita prataria, ouro em barra, alfaias, móveis, veículos de transporte, títulos de dívidas de fazendeiros vizinhos, etc. Tudo isso formava um acervo que na moeda de hoje, computado de acordo com a valorização da propriedade territorial e dos demais bens, somaria cêrca de cem milhões de cruzeiros.

Quando foram das lutas da Independência, já falecido o esposo em 1804, Dona Joaquina se desdobrou em energias desconhecidas no seu sexo, e, segundo o depoimento de Lindolfo Xavier, seu descendente, pôs à disposição do govêrno tudo o que possuía: “Quando o Brasil-Colônia levantou a bandeira da Independência, a proprietária da fazenda do Pompéu colocou-se ao lado do Príncipe Regente, ofereceu tôda a sua fortuna a Dom Pedro I para a guerra da libertação do Brasil. Ofereceu os escravos e os filhos para combater, ofereceu o gado para alimentar as tropas da Independência; ofereceu as terras para serem vendidas ou utilizadas pelo Exêrcito de libertação; ofereceu os próprios serviços à causa sacrosanta, que agitava todos os corações de brasileiros”.

A fita verde-amarela no chapéu, no peito, na lapela, era o signo de revolta. Quem não tivesse um trapo de pano auri-verde, supria-o com as fôlhas das palmeiras e das árvores, que tivessem essa coloração.

Na Fazenda do Pompéu as pessoas se engalanavam com os símbolos da revolta nacional e as janelas do casarão ostentavam aos ventos os trapos auri-verdes.

Das ofertas que Dona Joaquina fêz, aceitou Dom Pedro I apenas o gado, para abastecimento das tropas.

E a contribuição do Pompéu foi valiosa. Do remoto sertão de Pitangui o gado era conduzido até à Côrte, a pé, por numerosos escravos, onde era abatido e fornecido, gratuitamente, aos quartéis.

Nunca aceitou a ofertante nenhuma paga do Tesouro Público, embora insistisse o Imperador em mandar-lhe a retribuição de tão vultosas somas.

A fazenda do Pompéu abastecia o centro aurífero das Minas com a sua produção agrícola em grande escala, movimentando uma população de centenas de pessoas. Era um mundo. Sua capela foi construída em 1801 pelo capitão-mor Inacio de Oliveira Campos. (52)

A Casa-Grande tinha quarenta quartos de dormir, todos alfaiados a primor. A sala de jantar tinha uma mesa de uma só tábua de peroba, que acomodava cem convivas. Móveis de estilo adornavam tôdas as peças, onde os linhos da Holanda e da Belgica refulgiam em leitos, toalhas e cortinas; e as baixelas de prata e ouro brilhavam ao lado das porcelanas da China. "Iguarias finíssimas desafiavam os paladares. Escravas adestradas em rendas e bordados fabricavam primores de arte doméstica e peças de fino vestuário. E no sótão do

(52) Do processo de dispensa de impedimento consanguíneo de Antônia Maria de Jesus, irmã de D. Joaquina, consta que "o Pay da oradora está actualmente (1801) edificando à sua custa, sem o menor auxílio de outra pessoa, hum Templo na sua Fazenda do Pompêo, distante oito leguas da Matriz daquela Vila (Pitangui) onde não ha outro de permeio e para onde concorrem às Missas e desobrigas familias de mais de 12 legoas", etc. (Conego R. Trindade — Idem-pág. 20).

sobrado, arsenais de armas para a defesa militar da fazenda; prisões subterrâneas para escravos criminosos ou salteadores de rebanhos. Dona Joaquina aplicava em pessoa os castigos, efetuava as prisões e inquéritos, perdoava, indultava. E por tudo isto, o Pompéu tornava-se asilo de trabalhadores honestos, que por acaso sofressem vexames noutras fazendas, ou fôsem perseguidos pela sanha dos mandões políticos. Alí, todos eram intangíveis". (53)

O pai de D. Joaquina, dr. Jorge de Abreu Castelo Branco, enviuvando-se, terminou em Mariana seus estudos eclesiásticos e tomou ordens depois de criada sua numerosa prole. E informa ainda Lindolfo Xavier: "Em seu testamento moral, escrito para os filhos, fêz êle um escrínio do dever do cidadão, soldado de Deus, da Pátria e da Família, pedindo que todos os seus descendentes lessem esse breviário doméstico e cívico e guardassem seus ensinamentos". (54)

(53) Mensário do "Jornal do Comercio" — março de 1944.

(54) Um aviso do Ministério Ultramarino ao Governador da Capitania, datado de 29 de julho de 1760, mandava executar uma ordem expedida ao Ouvidor de Vila Rica para ser "exterminado o bacharel Jorge de Abreu Castelo Branco, assistente e advogado em Mariana".

A resolução do Desembargo do Paço, datada de 6 de agosto do mesmo ano, entre outras coisas, trata desse caso, declarando que "como o Advogado Jorge de Abreu Castelo Branco era escandalosamente inquieto e orgulhoso, se devia mandar executar a ordem de que fazia menção a testemunha (F. 27 v.), e ser exterminado (banido da comarca) ou ao menos proibido de advogar".

Desta mesma resolução consta a seguinte informação: "O bacharel Jorge de Abreu Castelo Branco fêz neste Tribunal um requerimento em que diz êle se achava assistente na cidade de Mariana, onde estava, casado com mulher e filhos e a ocupação de advogado nos auditórios daquela Cidade, tanto seculares como eclesiásticas com toda a bôa satisfação e cuidado para as partes; e que por causa da

Esse manuscrito, é conservado por alguns zeladores da memória do sacerdote, e revela, segundo Lindolfo Xavier, elevada cultura, ânimo de missionário reformador, franqueza rude ao vergastar heresias e libertinagens, conhecimento profundo da alma humana, piedade pelas fraquezas e coragem de vergastá-las para redimí-las e intitula-se "Instrução que deixo a meus filhos, com recomendação de que se governem por ela, tomandô cada um em particular para si as advertências que lhe faço". E continua: "Já que não te posso deixar maiores bens, quero instituir-te um Morgado, que poderás usufruir e gozar, sem vocação de primogenitura, que não está sujeito a leis mentais e sálicas, tanto mais estimado quanto menos dependente da fortuna; de tal rendimento que quanto mais o usares, mais encontrarás nêlo o aumento da felicidade".

dita sua ocupação e bom crédito da sua literatura, outros Advogados se fizeram públicamente seus êmulos, malquistando ao Suplicante na presença de Vossa Magestade com capitulos com narrativas menos verdadeiras, levados da sua paixão e vingança, cuja verdade do Suplicante se patenteava da autentica certidão dos Officiais da Camara daquela Cidade, em que atestavam o bom procedimento e literatura do Suplicante, ficando desta forma menos verdadeira a queixa dos mais Advogados e pessôas que capitularam o Suplicante.

P. a Vossa Magestade se dignasse para constar da verdade, inteiresa e capacidade do Suplicante, e ajustado procedimento com que advoga naqueles auditorios, que a dita certidão se juntasse à queixa e capitulos que os Suplicados seus êmulos tinham posto na presença de Vossa Magestade contra o Suplicante".

A certidão foi juntada, mas a ordem de "exterminio" foi mantida e estêve prêso no aljube do bispado de Mariana.

Talvez a velhice tenha influido na transformação do caráter desse homem, pois existem no Arquivo Público Mineiro em códices que podem ser examinados por quem quer que seja, revelações mais graves a seu respeito.

Por êles se vê que o dr. Jorge, grande ambicioso de terras minerais, de conluio com um frade, moveu forte luta

Depois deste intróito, entra no texto do seu "Morgado Celeste", que tal é o presente legado à sua descendência. São dezesseis homilias em tom afetuoso e paternal, abrindo os olhos aos filhos para a prática da virtude, como único caminho da felicidade...

Quero crer que o nome da fazenda, que depois se estendeu ao município em que está situada, seja o do célebre milionário paulista, o padre Guilherme Pompéu de Almeida, enriquecido com o fornecimento de víveres, ferragens, panos, armas, pólvora, produtos químicos e gado vacum e suíno aos mineradores. Não seria a fazenda do Pompéu, primitivamente, uma espécie de depósito desses fornecimentos?

Nascido na vila de Parnaíba, e depois de se tornar opulentíssimo no comércio com as Minas Gerais, Guilherme Pompéu de Almeida doutorou-se em Teologia e teve o título de Bispo Missionário, concedido pela Santa Sé.

contra um padre D. José, topônimo ainda hoje existente perto de Mainarte, município de Mariana, perturbando-lhe a posse do terreno a ponto de expulsá-lo dos seus lavrados, conforme a denúncia e demais papéis existentes no referido Arquivo Público Mineiro.

Ainda se sabe por êsses documentos que o dr. Jorge e o frade seu comparsa viviam amancebados com uma única mulher, com a agravante de ser esta sobrinha do religioso...

Afinal, tantas foram as arbitrariedades e os escândalos de ambos, que foi o dr. Jorge "exterminado" de Mariana, como se viu, lá deixando, porém, a família. E meses depois, requerendo licença para ir à cidade buscá-la, obteve a permissão, mas com este despacho: "Pelo prazo improrrogável de 15 dias"...

Quanto ao frade silenciam os documentos, mas não será difícil rastrear-lo nos papéis do aljube de Mariana, possivelmente recolhidos ao Arquivo da Cúria Metropolitana daquela cidade.

Residia num esplendido solar, de que ainda existem ruínas em Parnaíba, e Pedro Taques, na sua "Nobiliarquia Paulistana", refere o luxo em que vivia o nababo. Conta que pelas festas da Senhora da Conceição, padroeira do lugar, reunia em seu palácio centenas de convidados, e minudencia: "Para grandeza de tratamento da casa deste herói paulista, basta saber-se que fazia paramentar cem camas, cada uma com cortinado próprio, lençóis finos de bretanha, guarnecidos de rendas, e com uma bacia de prata debaixo de cada uma das ditas cem camas, sem pedir nada emprestado. Tinha, na entrada da sua fazenda de Araçari-guama, um pórtico, do qual até as casas medeava um plano de 500 passos, todo murado, cujo terrenos servia de pátio à igreja ou capela da Conceição. Nesse portão ficavam todos os criados dos hóspedes que ali se apcavam, largando esporas e outros trastes com que vinham de cavalo; e tudo ficava entregue a criados, escravos, que para êsse político ministério os tinha bem disciplinados. Entrava o hóspede, ou fôsse um, muitos em número, e nunca mais nos dias que se demoravam, ainda que fôsem os de uma semana, ou dum mês, tinha nenhum dos hóspedes notícia alguma dos seus escravos, cavalos e trastes. Quando, porém, qualquer dos hóspedes se despedia, ou fôsse um, quinze, ou muitos ao mesmo tempo, chegando ao portão, cada um achava o seu cavalo com os mesmos jaezcs em que tinha vindo montado, as mesmas esporas, e os seus trastes todos, sem que a multidão da gente produzisse a menor confusão na advertência daqueles criados que para isso estavam destinados".

A mesa do nababo estava sempre posta para os visitantes e, se, "passadas algumas horas, chegassem hóspedes, não havia para banqueteá-los a menor falta", e pela abundância do trigo, "todos os dias se cozia o pão, de sorte que para o dia seguinte já não servia o

que tinha sobrado do antecedente". "O vinho, continua Pedro Taques, era primoroso, de uma grande vinha que com acêrto se cultivava e, suposto o consumo era sem miséria, sempre o vinho sobrava de ano a ano"...

No município de Sabará também existe uma povoação chamada Pompéu, que talvez tenha relação com o nababo de Parnaíba.

Além dêsses agricultores de vistas largas e claras para o seu tempo, existiam inúmeros outros em Minas, como os Versiani e os Mascarenhas, no norte da Província, o visconde de Caeté e Felipa Santiago no centro e os Mota e Pinto Coelho no leste.

Êsses Pinto Coelho tiveram grande saliência na história de Minas, como foi o caso do trêfego revolucionário de 1842, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, futuro barão de Cocais. Antes, o seu primo Felício Pinto Coelho de Mendonça, primeiro marido da marquesa de Santos, enchera a crônica da época ostentando uma triste posição de espôso ávido e complacente...

Por ter sido uma figura de segundo plano no romance biográfico da imperial concubina, só se tornou mais conhecido depois do livro de Alberto Rangel, onde uma extensa documentação revela a sua presença, mesmo assim esfumada e diluída, no triângulo sentimental desse caso de amor.

Oriundo de opulenta e prestigiosa família de Minas Gerais, Felício Pinto Coelho de Mendonça era oficial do primeiro esquadrão de Dragões, ou Regimento de Cavalaria de Vila Rica, corpo de escol do qual só faziam parte as primeiras famílias da Província e cujos oficiais assistiram ao grito do Ipiranga, em 1822.

Junto com Felício formava o seu primo capitão Antônio Caetano Pinto Coelho da Cunha, graduado nesse pôsto por ter corrido cavalhadas no Rio, por ocasião da celebração do casamento da infanta Maria

Teresa com Gabriel de Espanha, além de receber pelo mesmo motivo a mercê da Ordem de Cristo.

Estas fôrças, estacionadas em S. Paulo e Santos desde 1812, se destinavam a aguardar os acontecimentos das fronteiras do sul, e deram guarda de honra a D. Pedro quando êste, em 1822, fôra a São Paulo para regressar à Côrte Imperador do Brasil.

Ao que esclarece Rangel, o alferes Felício era primo de Domitila por laços afastados dos Hortas, Pires, Baiões e Alvarengas, êsse emaranhado de famílias atraídas às Minas no tempo da descoberta do ouro. Era o sexto filho de Felício Moniz Pinto Coelho da Cunha e sua mulher D. Mariana Manoela, filha esta do capitão-mor e ouvidor de Cocais, Manoel Furtado Leite de Mendonça, e bisneta do paulista coronel Maximiano de Oliveira Leite, fidalgo da casa real e guarda-mor das minas do Carmo. (55)

(55) A respeito de Felício Moniz, a Revista do Arquivo Público Mineiro (1.913 — pág. 402) publica um officio do conde da Palma para o Conselho Supremo Militar nestes termos:

“Em observancia do despacho lançado no alto do Requerimento incluso pelo conselho Supremo Militar, tenho a honra de levar à presença de V. Excia. a minha informação sôbre a pretensão do Capitão-Mór da Vila de Caeté, Felício Moniz Pinto Coelho da Cunha, que deseja ser promovido ao Posto de Brigadeiro graduado dos Reais Exercitos, pelos serviços alegados em seu requerimento, e mais documentos a ele juntos.

Persuado-me que desde que Vossa Alteza Real efetuou a sua feliz chegada a este Estado do Brasil, cujo tempo lhe aprasou assinalar com mercês tão repetidas, como extraordinarias, persuado-me, digo, que nunca chegou a sua Real presença um peditório tão atrevido e exorbitante, como aquele que fez o objeto desta informação.

O supplicante nunca exercitou posto algum de tropa de Linha; não tem conhecimentos militares, nem lhe podem valer aqueles que adqueriram seus antepassados, é Capitão

A família Pinto Coelho da Cunha se estabeleceu no Brasil no século XVII, pela pessoa de Antônio Pinto Coelho da Cunha, antigo senhor de Felgueiras e Vieira, que, passando-se de Itanhaem para Minas, prestou com o filho Antônio Caetano, moço fidalgo da casa de D. Pedro V, os maiores serviços ao governo na revolta de 1729. "Reinavam, pois — escreve Rangel — havia longo tempo em Vila Nova da Rainha do Caeté, além do rio Santa Bárbara, os Pinto Coelho, posseiros e ocupantes de imensas e afamadíssimas datas minerais, cujo ouro embutido em ganga quartzosa ou esparso no cascalho em forma de lâminas, cristais e pepitas, era de vinte e dois e meio quilates. Rivais na opulência e aparentados aos Sousa Coutinho, que mineravam no Gongo-Sôco, à meia distância do Morro Grande e Morro Velho, os dois irmãos coronel Antônio Caetano Pinto Coelho da Cunha e Felício trabalhavam em 1812 com oitenta escravos cada um, nas catas da Serra de Cocais, descobertas, segundo dizem, na demolição da casa de cupim, que recobria no alto da montanha as folhetas reveladoras do chisto aurífero".

Mór das ordenanças da Vila de Caeté; e pretende passar imediatamente deste corpo, que é mais paisano do que militar, a um posto que o gradua oficial General dos Reals Exercitos; tendo se dito isto, parece-me ter-se dito tudo.

Não há duvida que o mesmo supplicante possui muitos bens de fortuna, é dotado de boas qualidades; tem alguns serviços e é finalmente um vassalo util ao Estado e a esta Capitania.

A vista do que, é o meu parecer que seja rejeitada sua pretensão immediatamente, deixando ao Supplicante o direito salvo de requerer pela Secretaria de Estado dos Negocios do Interior a remuneração de seus serviços, que pouco tem de Militares, bem que Vossa Alteza Real, talvez em atenção a Eles, acabe de despachar seu filho primogenito com aquella generosidade que só é própria de seu Real e benfasejo animo"...

Conta-nos ainda Alberto Rangel que João Mawe conheceu em 1810 ao futuro sogro de Domitila, anotando a magnificência da morada do anfitrião, que em 1801 embasbacara aquêles povos com a suntuosidade da homenagem prestada a 13 de maio ao aniversário de D. João VI; e a freqüência pouco honrosa, em companhia do barão de Catas-Altas e visconde do Caeté, nas fabulosas reuniões, “conclaves temulentos da luxúria sertaneja” — as *tico-ticadas* — “conciliábulos de sátiros da bateia, orgias bestiais e ridículas e nababos insatisfeitos, decrépitos e desregrados, onde, se afirmava, serviam aos convivas a paçoca feita com a carne do conirostro vulgaríssimo, elevado às alturas de um estimulante à *Ericina*”...

Seria este, portanto, um casamento auspicioso para a rapariga Domitila, contando já quinze anos de sua idade e fidalguinha pobre e sem grandes oportunidades senão a que lhe conferia uma rara e buliçosa beleza.

A 13 de janeiro de 1813 casavam-se em São Paulo e em junho, cessados os prenúncios de guerra com Artigas, regressavam as fôrças a Vila Rica, e com elas o alferes e a jovem espôsa. Em Ouro Preto nasceram os dois primeiros filhos do casal já desavindo, Francisca e Felício, e em 1817 retornavam a São Paulo, onde o drama conjugal se agravaria, culminando com a separação e o crime: o alferes Felício, encontrando a espôsa em companhia de D. Francisco de Assis de Lorena na bica de Santa Luzia, esfaqueou-a duas vêzes no baixo-ventre e na côxa...

Em agôsto de 1822, estando D. Pedro em São Paulo, aproveita Domitila a ocasião para levar-lhe as suas queixas contra o marido, pedindo-lhe também a concessão do divórcio matrimonial. Foi quando se conheceram pessoalmente. “Entornando os queixumes — comenta lãricamente Rangel — D. Domitila repassaria-os de

brandura e interêsse, um a um, com o divino quebranto e maravilha dos olhos convocatórios e bistrados. Era puro e claro o oval do rôsto da rapariga, de fina tez de exceção. Quase um ano mais velha que D. Pedro, estava, na idade completiva das graças femininas; nem indecisas acusações de brôto, nem pendôres de ramo a fanar-se. Era o momento da demora das seivas e do completar da flôr, em detença para os fecundantes sorvos das raízes e os excitativos brilhos da corola”...

O que depois se passou é por demais conhecido. Domitila se enamora do futuro monarca, transfere-se para a Côrte e atinge o marquesado e quase o trono, como depois de morta sucedeu à sua parenta Inês de Castro...

Em maio de 1824 Domitila consegue a sentença do divórcio matrimonial com Felício e êste, a título de castigo, é mandado para fora da Côrte como administrador da Feitoria do Periperi, falecendo quase anônimamente em Piedade do Marapicu em 1833, quem nascera em 1789 “na esplêndida propriedade da Cachoeirinha, a um quarto de légua do arraial de Santana de Cocais do Mato Dentro, distrito de fartas minas de ouro, exploradas por gente de origem paulista desde o início do século XVII, e o qual até 1856 fazia parte da freguesia de S. João Batista do Môro Grande, de que dista duas léguas, na diocese de Mariana, Estado de Minas Gerais”...

Por êsse tempo, uma autêntica organização feudal nos métodos da produção, quando se comprava nas fazendas apenas o chumbo para a sua defesa, porque o sal muitas delas o produziam em suas jazidas, como no norte de Minas, não existia ainda a monocultura, ia dizendo a monomania do café, fenômeno só observado a partir de fins do primeiro quartel do século XIX.

Produzia-se de tudo, até o trigo, que se exportava para outras regiões, conforme se vê nas "Memórias Municipais" do município de Campanha, datadas de 1826: "Já houve abundância de trigo por quase todos os lugares dêste Têrmo, de que exportavam imensas arrôbas para o interior da Província e ainda para a de São Paulo — diziam estas "Memórias"; porém a anos a esta parte entrou a praguejar de tal sorte, que têm se desanimado os agricultores a ponto de não haver algum presentemente, sendo por isso necessário importar-se farinhas de trigo de fora da Província, que chegam aqui a três e quatro mil reis a arrôba, quando em outro tempo daqui saíam a 1\$800, e a menos. Esta falta talvez proceda pela mudança das estações, ou por definhamento da semente". (56)

Queremos crer que o camarista não atinou com o motivo real do desaparecimento dessa cultura em Campanha. Em 1826 já o delírio das minas havia passado e os "sem trabalho" da mineração se lançavam com os seus escravos na cultura do café, descuidando do trigo, da cevada, das vinhas e do chá, razão do aparecimento das pragas que devoraram os trigais do sul de Minas e Montes Claros. As pragas, se a cultura do café não fizesse concorrência às outras produções, seriam facilmente removidas, pois são fenômenos de fitopatologia por demais conhecidos em culturas tão disseminadas e antigas por todo o mundo. O motivo real só pode ser o de já estar, por aquêlê tempo, o café incorporado aos usos e costumes de países que o não produzem, e constituir, portanto, um negócio melhor do que o trigo e o chá, vastamente cultivados em regiões mais amigas. Daí o desinterêsse pela cultura dêsses produtos e a conse-

qüente invasão das pragas numa riqueza que hoje poderia perfeitamente estar organizada.

De há tempos esta parte, entretanto, não só o trigo de Patos como as vinhas de Caldas e Parreiras, já vêm reconquistando o lugar perdido pelo delírio do café, ciclo econômico que parece estar sendo vencido desde a hecatombe financeira de 1929.

Os primeiros governos provinciais também, enxergando claramente que as possibilidades do ouro e do diamante já haviam passado, se convenceram que só a agricultura poderia enfrentar a crise de transição que asfixiava a Província. No campo administrativo ficou célebre pelas suas iniciativas práticas a assembléia legislativa do biênio 1831-32.

Todo problema da Província, principalmente no campo agrícola da época, aquela assembléia encarou com realismo o segurança, e o projeto de lei de 27 de janeiro de 1831 ainda hoje é uma prova de quanto eram clarividentes os legisladores daquele tempo. Dizia o projeto:

“Art. 1.º — O lavrador que plantar dez anos sucessivos 100 alqueires de arroz, ou de feijão, ou de mandioca, será condecorado com a medalha rural de honra. Esta medalha será de prata, e terá a efígie distintiva do gênero agriculturado.

Art. 2.º — O lavrador que cultivar os supraditos gêneros com o arado, em lugar de medalha de prata, terá de ouro com a efígie do gênero agriculturado e do arado.

Art. 3.º — O lavrador que em dez anos plantar 50 alqueires de trigo, outros tantos de linho, e tantos pés de parreiras quantos são bastantes para 100 barris de vinho, terá a medalha de ouro com a efígie do governo.

Art. 4.º — O lavrador que beneficiar êstes gêneros com o arado, terá na medalha de ouro, além da efígie do govêrno, a do arado.

Art. 5.º — Tôda medalha de prata terá uma fita verde; assim como a de ouro a fita azul.

Art. 6.º — Estas medalhas serão conferidas pelo Conselho Geral, provando o lavrador que tem cumprido as condições aqui exigidas.

— Sala do Conselho Geral, 27 de janeiro de 1831 — Bhering”.

Aprovado o projeto, entrou logo em discussão o seu conteúdo. E como em todos os tempos existe a turma do “contra”, mesmo que seja para melhorar uma idéia, como no caso vertente, Melo e Souza apresentou a sua emenda assim concebida:

Art. 1.º — Todo agricultor que por espaço de cinco anos successivos fizer lavrar com arado uma porção de terra sufficiente para seis alqueires de planta de milho, e semear milho ou arroz, ou feijão; e nos cinco anos seguintes preparar e semear dobrada quantidade, será condecorado com uma medalha de ouro em demonstração do seu honroso trabalho”.

O defeito desta emenda é que ela excluiu outros gêneros agrícolas a serem cultivados então. (57)

Mas não é só.

(57) Outros governos provinciais tambem se notabilizaram pela clarividência, como o de Quintiliano José da Silva, que em 1846, depois da aventura liberal de 42, em que fôra parte saliente, presidiu a Província de Minas. É uma figura pouco conhecida dos homens de hoje, e possui qualidades que não justificam êsse quase anonimato em que permanece.

Ainda a 5 de outubro de 1860 uma lei mineira, modificando as disposições da de 30 de maio de 1853, que criou na Província uma escola de agricultura, reorganizava em Minas o seu ensino teórico e prático. O govêrno promovia a instalação de uma Fazenda Normal, situada em local central e próximo de um mercado importante. O ensino prático da Fazenda Normal seria franqueado gratuitamente aos mais necessitados, admitindo-se de cada um dos municípios da Província dois menores pobres, de 14 a 16 anos, de procedimento moral abonado. Estes alunos seriam convenientemente alimentados e

O seu relatório, apresentado ao tempo à Assembléa, fala sôbre a cultura de várias plantas que então interessavam, como a baunilha, o fumo, o açúcar e assim também o fabrico do ferro, a criação do gado, das abelhas, do bicho-de-seda, a industria de laticínios e a cultura do chá.

Sobre o chá, informava Quintiliano que "Só Antônio Felisberto Nogueira, proprietário da fazenda do Selado em Jaguarari, possuia plantação excedente a cem mil pés, com 23 trabalhadores fabricando cem arrôbas, além de outros plantadores que existiam no município. Em São João del Rei, Pouso Alegre, Campanha, Lavras, Oliveira, Baependi, Aiuruoca, Barbacena, Caldas, Santa Bárbara, etc., as plantações eram numerosas, attingindo produção considerável. "Em geral — acentua o relatório, a cultura e fabrico de chá se fazem em condições verdadeiramente animadoras, a começar pelo Jardim Botânico de Ouro Preto, no qual promete tanto esta indústria que em poucos anos faria uma mudança completa na superfície de uma grande parte da provincia".

Quintiliano José da Silva se esforça, nesse curioso documento, em convencer os nossos agricultores da importância da policultura, e chama a atenção para o futuro da viticultura na Província, que poderia assumir proporções consideráveis dado o clima das terras de Minas.

Govêrno dos mais proficuos e objetivos que teve Minas ao tempo do Império, é pena que se encontre, pelo dinamismo que apresentou, esquecido ao ponto de não lhe rastreamos os trabalhos, passado apenas um século.

vestidos num internato, à custa da Província, nos dois primeiros anos de aprendizagem; e nos subsequêntes, se as rendas da Fazenda Normal o permitissem, perceberiam um módico salário, taxado no regulamento, e que seria trimestralmente recolhido à Caixa Econômica da Capital em conta corrente, em beneficio dos mesmos alunos: revertendo para os cofres da Província qualquer saldo que se verificasse.

Findo o tempo da aprendizagem, que contaria quatro anos, os alunos seriam distribuídos pelos respectivos municípios e dados à soldada aos fazendeiros de melhor nota que se propusessem a recebê-los, contratando com os juizes de órfãos competentes, e obrigando-se a bem tratá-los e a preparar os seus estabelecimentos rurais pelo sistema agrícola em que êles se habilitaram, garantindo o pagamento exato e oportuno dos salários vencidos. Os contratos durariam até a maioridade perfeita dos menores; então, a aprazimento dêles, seriam arrecadadas e entregues aos mesmos as quantias economizadas.

Além do ensino agrícola, haveria na Fazenda Normal escola em que se ensinasse aos menores as primeiras letras e a doutrina cristã, por um sacerdote que às funções de capelão accumulasse as de professor; e uma escola de agrimensura teórica e prática, desenhos linear e topográfico. Os alunos que seguissem o curso regular desta última escola e da agricultura, seriam sujeitos a uma matrícula taxada no regulamento e admitidos em externato, e depois de habilitados, preferidos nos atos de medição e demarcação de estabelecimentos rurais.

A criação de muares, por sua vez, atingiria naquela centúria um singular desenvolvimento, tornando-se famosos os nossos criadores, animados pelos lucros auferidos pela feira de Sorocaba, que, recebendo os rebanhos

do Rio Grande do Sul e países do Prata, chegou a impressionar a todos os viajantes estrangeiros que nos visitaram no século passado.

A primeira tentativa de criação asinina em Minas foi feita em fins do século XVII.

Descoberto o sêrro do Tripui na manhã de 24 de junho de 1698, onde o ouro prêto abundava em proporções alucinadoras, não tardou que o *rush* de aventureiros invadisse a região para a fácil colheita.

Milhares de homens afoitos e resolutos, vindos de todos os quadrantes da Colônia e do Reino, enchiam as gargantas das serras de Vila Rica com o clamor e o tumulto que provocam a riqueza fácil e instantânea.

Mas, se o ouro se deixava empolgar pelas mãos ávidas dos aventureiros, exigia contudo um penoso trabalho de beneficiamento e seleção, que entrou a exigir o concurso de outros elementos, como os animais de tração e transporte de reconhecida fortaleza física para laborar em topografia tão caprichosa como da região aurífera.

Foi quando o padre Faria, além do grande trabalho de incrementar a religião entre homens tão rudes, se lembrou de proporcionar-lhes elementos mais eficazes para os serviços da mineração.

O diligente sacerdote paulistano, segundo um comentarista, além de suas preciosas contribuições à agricultura, adquiriu elementos de criação animal para enriquecer as possibilidades dos habitantes da região. Os arredores de Ouro Prêto não eram tão propícios ao desenvolvimento da pecuária, como outras regiões de Minas. A sua topografia cheia de acidentes e os seus terrenos cheios de pedregulhos, não permitiam o cultivo de grandes pastagens para a manutenção de largos rebanhos. Mas o padre Faria fêz o que pôde e, dentro da sua intuição do futuro, adquiria reprodutores sob a

invocação dos santos, com o fim de estabelecer a facilidade de padreações em toda a zona do seu arraial, instituindo, dêsse modo, há mais de dois séculos, o sistema atualmente adotado para melhoria dos nossos rebanhos e para a elevação do nível de sua produção.

A realidade é que, do seu esfôrço, surgiram fortes animais de tração em Vila Rica, e as suas atividades constituíram, somadas à importação de manadas oriundas das colônias do Prata, os primeiros ascendentes da larga criação de muares em nosso Estado, criação essa que é um dos sustentáculos das fazendas mineiras.

Mas, os tempos correram e, dadas as excelentes condições de todo o planalto central para a criação do gado de várias espécies, o gado muar se desenvolveu tão brilhantemente que entrou a fazer concorrência ao gado cavalariço, menos próprio para a tração e o transporte nas longas e acidentadas distâncias da Capitania.

Um "Roteiro do Maranhão a Goiás", inserto a páginas 126, volume 62 da Revista do Instituto, escrito entre 1770 a 1780, fala numa providência a ser tomada em benefício dos criadores brasileiros e que Minas já executava, como vimos:

"Os nossos Sertões e mais Capitánias, assim do Sul como do Norte, não podem fornecer ainda quanto as Minas carecem dêste gênero. Pelo Sul entrão de Espanha muitas bestas muares; os mineiros, achando maior utilidade em se servirem delas, as preferem aos nossos Cavalos, e daqui se segue a soma considerável de ouro que passará à Espanha, e o baixo preço em que estão pelo Sertão do Norte os Cavalos, como são os da Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí.

Não se pode duvidar que para conduções excedem as bestas muares aos cavalos; mas também ninguém duvidará que a utilidade, que nas ditas conduções

acham os Mineiros servindo-se de bestas muares de Espanha deva ceder à utilidade do Estado, o qual pede que não saia dêle para mãos estranhas, o ouro, e que dentro de si mesmo se promova nos lugares mais convenientes, enquanto fôr necessário a criação dêste gênero tanto em uma como em outra espécie”.

Os criadores de cavalos, apelaram então para a Metrópole, que não tardou em interferir, e desta vez desastrosamente, num feuômeno como a supremacia do gado muar sôbre o cavalari nos trabalhos e na vida da zona de mineração. Mandou pôr em execução a carta-régia de 19 de junho de 1761, que ordenava a extinção da raça muar, sob o pretexto de favorecer os criadores e o comércio e propagação da raça cavalari.

Esta lei produziu tais clamores, entretanto, que teve de ser modificada por outra carta-régia de 2 de dezembro de 1774, como se vê:

“Tendo mostrado a experiência a muita utilidade que se segue ao comércio do serviço das bestas muares, principalmente nas comarcas de Minas, onde de a anos a esta parte se tem introduzido para os transportes e conduções dos mercadores, com preferênciã os cavallares: havendo destas nos sertões da Bahia, Pernambuco e Piauí tão grande cópia que antes da introdução dos muares só com a saída e que mudaram para as Minas, se enriqueceram os moradores dos referidos sertões; ao mesmo tempo que nas Minas, notoriamente mais úteis para o dito serviço, não tem havido até o presente a abundância que se necessita: — sou servido mandar promover nessa Capitania a criação das bestas muares, em utilidade dos meus fieis vassallos, e em benefício do comércio, que nelas lucra a facilidade e comodidade das conduções. E para acautelar que, entregados inteiramente esses moradores à criação destas bêstas, desanu-

parem de sorte a criação dos cavalares, que venham estes a faltarem para os viandantes e para a remonta das tropas: Hei por bem que os criadores sejam obrigados a terem ao menos a sexta parte de éguas com seus cavalos, penas de lhe serem tomadas todas as bestas muares que tiverem de criação, e de pagarem em dobro o seu valor, tudo para quem os denunciarem, ou assim o não observarem”.

Por êsse tempo já Sorocaba dominava o comércio de muares do sul da Colônia. E era tão intenso e compensador êsse comércio com Minas, que em 1731 os tropeiros paulistas Cristóvão Pereira e Francisco Faria abriram à sua custa uma estrada para o convívio econômico com as Gerais, que então absorviam grandes manadas de gado muar e bovino.

Em 1819, pela carta-régia de 29 de julho, criava-se em Cachoeira do Campo uma coudelaria para o aperfeiçoamento da raça cavalar na Capitania, na qual se deu início à criação de muares que logo se expandiu pelas vizinhanças, como se deu com o padre Manuel Maria Torquato de Almeida, em Camapuã.

A imperatriz D. Leopoldina, em carta dirigida a seu pai em 1821, pedia por sua vez que mandasse ao Brasil seis cavalos transiberianos para a criação de potros, porque “no Brasil é indispensável a aquisição de bons cavalos”.

A influência da coudelaria de Cachoeira do Campo foi tão benéfica para a mentalidade dos fazendeiros da época, que em pouco tempo o vale do Paraopeba se transformou num magnífico plantel, de onde saíam as raças cavalares Campolina e Mangalarga e o famoso jumento Pêga, hoje de fama mundial. Camapuã, João Ribeiro, Lagoa Dourada, Passa-Tempo foram os nú-

cleos de irradiação nacional das raças que se apuraram com as padreações de Cachoeira do Campo. (58)

O comércio de animais dessa espécie bem cedo tomou vulto extraordinário, ficando afamados os burros do sul de Minas, que eram vendidos para Sorocaba e dali distribuídos para todo o país. E' um capítulo interessantíssimo da história econômica do Brasil, porque foram as tropas de transporte o mais opulento meio de civilização e povoamento que o nosso país possuiu até o advento da estrada-de-ferro.

Era tão grande a importância desses animais na vida econômica e social de Minas, que até as romarias religiosas, como as de Congonhas do Campo, eram motivo para o seu comércio. E' bem conhecido aquêlê fato de um cego baiano que, vindo esmolar ao jubileu de Congonhas, ficou horrorizado com o mercantilismo dosromeiros e cantava nas escadarias do Santuário:

(58) São do sr. dr. José Eduardo de Resende, criador e descendente do criador da seleção asinina denominada "Pêga", as notas que se seguem, publicadas num jornal de Belo Horizonte em 1951:

"Em um período compreendido entre os anos de 1870 a 1885, na tradicional fazenda do Engenho Grande, em Lagoa Dourada, foi criada a seleção asinina denominada Marca Pêga.

Essa seleção foi realizada pelo meu avô, Cel. Eduardo José de Resende, nascido em 2-10-1828 na fazenda do Bom Retiro, hoje de propriedade de seu neto Elizário José de Resende, um dos mais dedicados e adiantados criadores e conhecedor da história da raça asinina.

O cel. Eduardo casou-se em 11-8-1851 e, durante cerca de 20 anos mais ou menos, exerceu a profissão de boiadeiro, percorrendo grande parte dos sertões mineiros de Urucuia ao Triângulo, tendo muita admiração por Uberaba, para onde quis transferir sua residência, sendo-lhe oferecido naquela época vastas áreas de terrenos por preço mínimo.

Foi em Uberaba que adquiriu de um modo quase anedótico as primeiras éguas que serviram mais tarde para a

"Valha-me a Virgem Maria,
 Que do céu olha para mim,
 Valha-me as chagas divinas
 Do meu Senhor do Bonfim;
 Fois aqui nestas Congonhas
 A fé sofre grande abalo,
 Em vez de rezar na missa,
 O povo vende cavalo.
 Vendem na porta da Igreja
 Com grande contentamento,
 Burros de carga e passelo,
 Cavalo, besta e jumento;
 Aquí só padre é quem reza,
 O mais é cavalaria;
 Valha-me Nossa Senhora,
 Que eu volto já pra Bahia..."

A raça Mangalarga, puro prodígio da iniciativa mineira que tem renome internacional por efeito da organização do "Stud Book Mangalarga", teve origem nos municípios do sul de Minas, principalmente em Três Corações, na fazenda do Atalho, de propriedade do barão de Alfenas. É um produto de cruzamento de um cavalo puro-sangue Alter, importado de Portugal em 1812 por D. João VI, com éguas selecionadas entre as da criação da aludida fazenda.

seleção Pêga; este fato era sempre referido jocosamente pelo seu irmão e companheiro, por alguns anos, de profissão, Francisco Ferreira de Resende (Chicão), fazenda S. Francisco — Lagoa Dourada.

Depois que deixou a profissão de boiadeiro, dedicou-se à criação de asininos, adquirindo de seu parente na fazenda do Piauí, Padre João Ferreira da Fonseca, os jumentos que serviram de ponto de partida para a criação do tipo nacional, conhecida como Raça Pêga, cujos caracteres físicos são diferentes das outras raças e bem descrito no padrão da A.B.C. J.R.P.

Assim, com um trabalho persistente, observação criteriosa e inteligente, conseguiu o tipo almejado com os dois jumentos padrões: o pêlo de rato e o russo.

A família Junqueira, seguindo o caminho trilhado pela dedicação do barão de Alfenas, prosseguiu no seccionamento da raça e levou-a para São Paulo, onde, no município de Orlândia, ficou famoso o reprodutor mineiro chamado "Telegrama", procedente de Cristina.

Reza a tradição que todos os criadores da região de Barbacena buscaram a melhoria dos seus rebanhos junto à Coudelaria Real de Cachoeira do Campo.

Entre êsses criadores um havia, Felício dos Reis, que se aproveitara inteligentemente da Coudelaria, melhorando os equinos da sua propriedade.

Esse sitiante, entretanto, coagido por um rosário de infortúnios econômicos, vendera as propriedades uma a uma, ficando em extrema penúria quando lhe sobreveio uma completa cegueira.

O primeiro denominado por ele "Jumento Grande", por ser maior que o "Russo" e não pelo seu grande porte-tamanho. O Jumento "Russo" era um belo tipo não despiamentado, isto é, não pombo, e não deixou a mesma fama de seu contemporâneo, o pêlo de rato.

O jumento Pêga é irrequieto, ativo e não raro agressivo; não é de grande altura; o criador da raça e seus filhos davam mais valor ao comprimento. Nos descendentes desses dois exemplares padrões nunca existiu a côr ruana, allás uma bela côr.

Em 1902, quando iniciei meus estudos em Barbacena, o "Jumento Grande" ainda era vivo, porém já muito velho.

O cel. Eduardo José de Resende faleceu em sua fazenda Engenho Grande, em 1º de abril de 1909.

Seus filhos, que foram todos criadores e continuadores imediatos do seu empreendimento, merecem particular referencia nestas anotações.

São eles pela ordem de idade os seguintes, em número de seis: 1º — Maria José de Resende, casada com Américo Vieira de Resende; 2º — José Eduardo de Resende (meu pai); 3º — Saturnino José de Resende; 4º — Eduardo José de Resende (Eduardinho); 5º — Juanita de Resende Tavares, casada com o dr. José Tavares de Melo (médico); e 6º — Agostinho José Resende. Os dois últimos ainda são vivos.

Desse dramático naufrágio Felício dos Reis salvara apenas um cavalo de sua criação, animal este que o transportava aos domingos à porta das igrejas, onde pedia esmolas para viver.

Em maio de 1820, estando em Barbacena para esmolar e vender o seu último animal, foi visto pelo barão de Alfenas, Gabriel Francisco Junqueira (59) que, examinando o cavalo, exclamou com espanto:

— Que soberbo animal o seu, sr. Felício!

Ao que este respondeu imediatamente neste improviso doloroso, que encerra tôda a história do seu cavalo:

“Senhor ilustre barão,
ouça a voz do seu vassalo.
Vou contar-lhe, com respeito,
a história do meu cavalo.

Sei os nomes, de memória,
dos troncos deste animal,
que há muitos anos vieram
das terras de Portugal.

“Sumaré”, o meu atual reprodutor, nascido em 20-5-47, tem a seguinte genealogia:

“Jumento Grande” (padrão); “Jumento” — ficou com o nome da espécie por ser o único na fazenda; “Castor” — fotografia de 1912, junto do seu proprietário e netinho; “Panorama”, dos mais afamados representantes Pêga; “Chorão”, morto em 24-5-41 muito velho; e “Sumaré”.

Todos, exceto o padrão, foram nascidos e criados na fazenda do meu saudoso pai, cel. José Eduardo de Resende (falecido em 8-9-1939), que compreendia as atuais Maracujá e Pedra”.

(59) Gabriel Francisco Junqueira, primeiro barão de Alfenas por decreto de 11 de outubro de 1848. Falecido em Minas em 1869. Deputado provincial de 1830 a 1833 e de 1834 a 1837. Comendador da Ordem de Cristo.

Tomé de Souza é quem trouxe
nos seus navios de carga,
um cavalo da rainha,
chamando "Mangalarga".

"Mangalarga" então foi pai
de "Três Pontas" e "Dengoso",
"Dengoso" gerou "Valente",
"Valente" gerou "Formoso".

"Formoso" gerou "Canário",
"Canário" gerou "Trajano",
"Trajano" gerou "Alteza",
Que foi pai de "Soberano".

Os avós de meu cavalo
foram sempre a companhia
dos homens que guerrearam
em Pernambuco e Bahia.

Mais tarde o pai de meu potro,
que era um soberbo animal,
foi comprado para Minas
pelo rei de Portugal.

Aqui meu potro nasceu,
mas que sina, meu senhor!
Tem de apartar-se de mim,
que o criei com todo amor.

Pus o nome "Mangalarga"
neste animal que lhe dou,
recordando os benefícios
do nome de seu avô.

Meu amo, leve este potro,
senhor ilustre barão;
eu lhe entrego o meu cavalo
com dores no coração.

Só mesmo a si eu podia
confiar o meu tesouro;
meu cavalo "Mangalarga"
é todo feito de ouro.

Deus lhe pague o bem que faz,
enchendo-me de alegrias;
"Mangalarga" há de lhe dar
muita fortuna nas crias.

Deus abençoe a fazenda
do ilustre barão,
Que é homem de caridade
de dinheiro e coração...

O barão de Alfenas, comovido com o drama que vivia aquele miserável criador fracassado, deu-lhe cem mil réis pelo cavalo. E, para consolar Felício, disse-lhe carinhosamente:

— O seu potro merecerá todos os meus cuidados, amigo. E dêle tirarei uma bela raça.

— E como se chamaria essa raça? — perguntou alguém da roda.

— Mangalarga, certamente — retrucou o barão.

E Gabriel Junqueira cumpriu o prometido, pois em todo o sul da Província a garbosa descendência do Mangalarga se difundiu rapidamente, transportando-se mais tarde para S. Paulo, onde está sob a proteção da "Associação de Criadores do Cavalo Mangalarga".

E ainda agora a mesma raça, legítima expressão da inteligência do criador mineiro, tem o seu futuro assegurado com a instalação do "Registro Genealógico dos Rebanhos Mineiros", criado pelo governo estadual.

A raça Campolina tem também a sua tradição, corrente em João Ribeiro e imediações. E' o caso que, numas "cavalhadas" que se realizaram em Queluz, o dr. Cassiano Campolina fornecera das suas estrebarias os animais para uso da hoste dos mouros; e como êstes perderam a batalha para os cristãos, apesar de montados em cavalos muito superiores, Cassiano Campolina estomagou-se com o fato, enquanto as arquibancadas cantavam em côro:

Quando o mouro veio ao mundo,
melhor fôra não nascer,
pra andar feito alma perdida,
para Jesus ofender.

Salve a glória do Senhor,
morra o mouro do Alcorão,
que o céu do lutador,
pela paz do rei cristão.

Regressando à sua fazenda, Cassiano Campolina resolveu levar avante o selecionamento de seus animais, tão injustamente derrotados nas cavalhadas de Queluz e, valendo-se de reprodutores andaluzes da coudelaria de Cachoeira do Campo, conseguiu o cavalo Campolina.

Hoje, o "Campolina" está disseminado por quase todo o Estado de Minas e São Paulo, notabilizando-se Sete Lagoas, onde viveu o famoso reprodutor "Jaú", que deixou mais de cinquenta descendentes.

A indústria pastoril também, apesar da pobreza agrícola do solo, foi uma das riquezas criadas em Minas pela pressão da abundância aurífera.

As fazendas de gado do centro e do norte, nos vales do São Francisco e do rio das Velhas, assim como do oeste, é que alimentavam os milhares de bôcas da região das minas, cumprindo no sul a missão que Roberto Simonsen lhes indica para a indústria açucareira. Era a retaguarda econômica dos engenhos e das minas de ouro.

Ainda no primeiro quartel desta centúria existiam as feiras de gado de Três Corações, Benfica e Sítio, que negociavam milhares de cabeças por ano. (60)

(60) A descoberta do frio industrial, que veio abrir novos horizontes para a pecuária, foi realizada em 1868 por Charles Tellier. A Austrália foi o primeiro país a aproveitar a descoberta para a indústria da carne. O Brasil só

Mas, a região do Triângulo Mineiro, notável pelas suas pastagens, iria transformar essa indústria numa das mais importantes do mundo, pelo apuro e extensão dos seus rebanhos enriquecidos com a experiência do gado da Índia.

Fenômeno de indisfarçável importância econômica para o centro brasileiro, o zebu nacional, revigorado numa aventura de criadores do Triângulo, em fins do século passado, que foram pessoalmente à Índia buscar novos reprodutores, já tem até o seu folclore naquela região de Minas, como se vê dos versos que se cantam por lá:

Fazendeiro de Uberaba,
apostou na criação:
ajuntando o gado todo,
levou para a exposição.
O gado do Zé Caetano
é que chamou a atenção.

Zé Caetano é fazendeiro
dos mais ricos de Uberaba,
onde tem quatro fazendas
e outras tantas em Sorocaba;
tem dez mil contos de réis
e oitenta mula braba.

Ele tem outra fazenda
por nome de Palestina:
fica adiante de Uberaba,
logo à direita da linha,
por onde a Mogiana passa,
quando vai pra Uberabinha.

em 1914, ao influxo da guerra, exportou para a Europa os primeiros 1.415 quilos, a título de experiência, com a inauguração do frigorífico de Barretos.

Zé Caetano é caprichoso,
só cria gado zebu.
O gado de Zé Caetano
o que não é bala é azu.
Zé Caetano toma conta
da fazenda do Cassu.

As fazendas do Zé Caetano,
É tudo bem arranjado:
tem estrada de automóvel,
cortando pra todo lado;
tem linha de telefone,
chama o comprador do gado.

Zé Caetano é fazendeiro,
homem de muito dinheiro;
Zé Caetano é conhecido
até no Rio de Janeiro;
Zé Caetano é tão de sorte,
só tem um filho solteiro!

Mas, a literatura erudita também se apossou do zebu como tema de composição, como a "Ode ao Zebu", de Edson Moreira:

Vindo da Índia hermética e dantesca,
em sua arquitetura gigantesca,
tudo nos faz a Índia lembrar:
São saudades de lá, claras e expostas,
esse Himalaia que êle tem nas costas
e esse Ganges de luz no seu olhar... (61)

ou a "Zebueida", sátira de Vital Pacífico Passos:

Pois em Minas existe uma ordem nova,
a respeitável Ordem da Corcova,
a que pertence, para o bem de Minas,
a fina flor das gerações bovinas...

(61) *Ode ao Zebu*, Edson Moreira — Belo Horizonte — 1944.

Já não se fala em ouro, em manganês,
 cristal e ferro, já não têm freguês.
 O ciclo do café também se foi...
 Quem manda, então? — Sua Excelência o Bol...
 E o Gir, o Ongole, o Brama, o Guzerá,
 O Indo-Brazill... e entre os criadores há
 quem meça a fôrça da fortuna sua
 pelos pares de chifres que possua...
 Ai de nós, ai de ti, Minas Gerais,
 nem no Egito o boi Ápis valeu mais!
 Por um boi de capela e um palmo de hastes
 já te vais esquecendo o Eclesiastes...

.....

A fama de um zebu de geba indiana
 passa além, muito além da Taprobana...
 Chega um Nelore de ares displicentes
 a ser mais popular que Tiradentes...
 Uma novilha à toa, que digo eu?
 inspira mais que a musa de Dirceu...
 A obra fecunda dêsse boi daninho
 em aleijão excede o Aleijadinho..."

.....

"A Assíria e Babilônia são lugares
 onde rondam bovinos avatares
 dos tempos dos ferozes cativeiros,
 quando os poetas, nos ramos dos salgueiros,
 deixavam no ar, pendendo, os alaudes;
 e, no entender de um gibo de alta linha,
 Semiramis não foi melhor rainha,
 porque, apesar dos cabedais imensos,
 não pôs capim nos seus jardins suspensos... (62)

Em 1884 o cel. Conrado Gomes Caldeira, de Rio Pardo (norte de Minas) fez vir da Bahia alguns touros de raça zebu, os "guadiman", e em 1906 o deputado Edmundo Blum levava para ali, adquiridos em Curvelo,

(62) *A Zebueta*, Vital Pacifico Passos (Poema herói-cômico) — tip. do "Jornal do Comércio", Rio — 1948.

quatro gebos mestiços da mesma raça. Guadiman se diz do zebu no norte de Minas. No norte do Brasil guadiman é o touro, chefe do rebanho, o "pai do terreiro". (63)

O Triângulo Mineiro, porém, é o grande centro criador e aperfeiçoador dessa raça. Ali nascem os melhores tipos, que são depois exportados para os demais Estados do Brasil e para os países do estrangeiro, a fim de melhorar os rebanhos de gado destinado à indústria pastoril.

Foi em 1888 que um cidadão apelidado Cachucha trouxe para as plagas uberabenses os primeiros zebus, com proporção de três quartos de sangue Nelore, vendendo-os aos fazendeiros Delfino Gomes da Silva e Hipólito Rodrigues da Cunha. Logo depois novos reprodutores dessa raça ali apareceram e, em 1889 Manuel Rodrigues, da fazenda do Buracão, trazia da Índia um lote que vendeu a Aliezer Mendes por 5:200\$000, constando de duas vacas e um touro de nome "Cacique".

Em novembro do mesmo ano Joaquim Veloso de Resende vendia em Uberaba um reprodutor Guzerat, de 13 meses, ao Sr. Antônio Borges de Araújo, por 4:000\$000, de nome "Lontra", criação de Acácio Corrêa de Azevedo, no Estado do Rio; outro Guzerat foi para Manuel Borges de Araújo; um Nelore para Hipólito Rodrigues da Cunha e outro Nelore para João Teodoro de Oliveira, que o levou para Santana do Paranaíba, em Mato Grosso.

Proseguiram então novas entradas de zebu em Uberaba, de sangue Nelore e Guzerat, levados por Ernesto de Oliveira e outros. A firma Borges & Irmãos,

(63) Zebu é corruptela de "gebo", do latim *gibus* — a excr scência cartilaginosa que o animal apresenta na nuca.

fundadora da fazenda do Cassu, importava em 1906, por intermédio da Casa Arens, em São Paulo, alguns Iotes de Guzerat. Nesse ano o criador uberabense Teófilo Rodrigues da Cunha mandava Alberto Parton à Índia, de lá trazendo só Guzerat, assim como José Borges, por intermédio de Ângelo Costa, que trouxe uma encomenda de Nelore e Guzerat.

Desse modo foi o zebu introduzido em Uberaba, a princípio vindo do Estado da Bahia e do Rio, e depois diretamente da Índia. (64)

Em 1914 estava na Índia, onde fôra adquirir nova partida de gado, o uberabense Arnel de Miranda, cuja viagem é uma bela demonstração de energia.

Alexandre Barbosa da Silva informa que já tinha Arnel escolhido cêrca de duzentas cabeças de Guzerat, quando estourou a primeira grande guerra e foi proibida a saída de qualquer navio de rota transoceânica. "O recurso que teve Arnel foi arranjar um pasto em Chandrod e aí deixar ficar o gado perto de um longo ano,

(64) Numa carta de D. Leopoldina a seu pai, a Imperatriz do Brasil faz uma ligeira referência à introdução do gado indiano no Brasil em 1821: "Pohl trouxe-me um leão, produto de cruzamento de leão com pantera, uma ave muito rara da China, uma mula que tem filhos, um boi com corcova de Tartária", etc. — (Página 109 — "A Côrte de Portugal no Brasil" — Luiz Norton — Cia. Editora Nacional — Brasileira — São Paulo — 1938).

Quando a rainha Vitória da Inglaterra foi aclamada Imperatriz da Índia, um rajá presenteou-a com um casal de zebus puro-sangue, e o barão de Paraná os vira em Londres em 1873.

No tempo de D. João V já existiam na tapada de Mafra alguns exemplares indianos trazidos pela frota do Oriente, exemplares que, mediante seguidos cruzamentos, deram origem a um novo tipo sem giba na cernelha.

No Brasil, o seu cruzamento motivou as raças Acaracu e Curraleira, provavelmente de exemplares vindos das cos-

enquanto empregava todo o esforço para conseguir-lhe o transporte ao Brasil”.

Comenta Alexandre Barbosa que só quem conhece a organização agrária da Índia é que pode avaliar o dispendio de energia, dinheiro e paciência de Arnel para manter êsse gado, lutando contra as imposições das autoridades, a má vontade dos indígenas e a preguiça dos “lambadis”, vaqueiros indianos.

“Afinal — continua — por intermédio do nosso corpo consular na Europa, conseguiu Arnel de Miranda embarcar o gado em um cargueiro que o levaria à Marselha. Ficou ajustado que outro cargueiro receberia ali a carga e a conduziria diretamente ao Brasil. Chegando à Marselha depois de uma viagem cheia de peripécias, avultando entre elas a escassez de forragem, lá não se encontrava o esperado cargueiro. Ao fim de três dias de espera com o gado amontoado no tombadilho, o comandante exigiu de Arnel a imediata remoção dos animais, sob a ameaça de atirá-los ao mar. Arnel, com

tas de Coromandel e Malabar em 1854 ou 55 para diversos fazendeiros da provincia do Rio de Janeiro.

Gilberto Freyre, citando C. A. de Taunay em obra publicada em 1839, informa que êste considerava o zebu, já mestiçado aqui, “valente e lindissima raça, de pontas tão lisas e regulares e de aspecto nédio”; e da qual lhe diziam vários donos de animais que a preferiram à ordinária, pela “propriedade que tem de aturar bem ao serviço”. “Sobrados e Mucambos”, III, 784).

O barão do Pati do Alferes, inteligente lavrador fluminense, em 1847 também preconizava o cruzamento do zebu com o gado crioulo ou nacional, como escreveu na sua interessante “Memória sobre a fundação e costeiro de uma fazenda na Provincia do Rio de Janeiro”: “A raça da Índia cruzada com a indígena produz excelente gado. Robusto para o trabalho, resiste aos grandes calores do nosso clima; é sóbrio, mantêm-se entretanto sempre nédio ou pelo menos em satisfatório estado”.

energia inquebrantável, conseguiu que as autoridades francesas consentissem no desembarque. O gado ficou fechado em grande pátio, enquanto Arnel providenciava sobre a vinda imediata do tal cargueiro retardatário. Chegando o barco afinal, ao se processar o reembarque das reses, estas "estouraram" no meio das ruas da cidade e muitas cabeças foram então sacrificadas pelos gendarmes, em defesa da população. Ei-lo afinal rumo ao Brasil, com falta de um bom número de reses mortas ou extraviadas. Alguém em Merselha, dedicado a Arnel, conseguira, quase por um milagre, ajuntar e enviar depois ao Brasil a maioria das reses extraviadas.

Já próximo a Santos a forragem faltou por completo e algumas reses morreram de esgotamento. Chegando o navio naquele porto, Arnel desembarcou quase carregado pelos amigos e parentes, tal o estado de fraqueza e depauperamento a que se reduzira na viagem.

Esse drama, em cujo enredo parece haver dedicada mão feminina em Marselha, não entibiou a energia de Arnel de Miranda, que anos depois foi levar animais do seu plantel até o golfo do México... (65)

Dos primeiros imigrantes italianos, ainda no princípio deste século, existia em Belo Horizonte um descendente, que ficou célebre por ter convencido ao presidente Francisco Sales que era indu. E como aquêlo ingênuo estadista estava então enamorado do zebu, mandou-o à Índia à custa do Estado de Minas, a comprar reprodutores para os plantéis oficiais. Meses depois regressava o aventureiro com uma centena de novinhos indianos, mas a indiscreção de um rústico fazendeiro descobrira que o italiano só comprara reprodutores cautelosamente castrados...

(65) *Zebu na Índia e no Brasil* — Alexandre Barbosa da Silva — Rio de Janeiro — 1947 — pág. 241 e segs.

E não é só. Portador de um sobrenome familiar à polícia italiana, foi o valente zebuzeiro preso em Nápoles quando regressava com o gado, dando infundáveis dores de cabeça a Rio Branco, então ministro do Exterior...

Mas, o zebu já tem também o seu anedotário. Conta uma anedota que tendo o presidente João Pinheiro, que havia comprado para o Estado um caríssimo exemplar de reprodutor com o fim de proporcionar coberturas gratuitas aos fazendeiros, censurou certa vez o animal, que se tornara desidiioso nas suas obrigações, depois que o govêrno o adquirira. Ao que o touro respondeu ao presidente:

— Hoje não preciso mais de trabalhar, pois sou funcionário público, sr. Presidente...

Em abril, de 1897 os jornais do país estampavam um comunicado do barão do Paraná, fazendeiro no Estado do Rio (Fazenda do Lordelo, em Sapucaia), que denuncia também o resultado de uma curiosa experiência no campo da genética, e de incontestável importância econômica para a agricultura brasileira do tempo. A 5 de dezembro de 1896 o barão do Paraná conseguia, nada menos, que o cruzamento da zêbra com a égua.

O mais útil, porém, será que se transcreva êsse comunicado, em cujos detalhes se encontram excelentes informes sôbre o curioso problema. Diz êle: — “Aos homens da ciência, criadores e todos os que se interessam pela indústria pastoril, comunico que consegui obter um produto de cruzamento de zêbra com égua. Êste produto, do sexo masculino, côr de pinhão com listas prêtas regulares como as da zêbra, nasceu a 5 de dezembro de 1896, em minha fazenda do Lordelo, município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro, estação de Pôrto Novo do Cunha.

O cruzamento de zêbra com égua foi tentado de 1845 a 1847, na Inglaterra, por Lord Derby, que não obteve resultado.

Os srs. Geoffrey Saint-Hilaire, diretor do Jardim de Aclimação de Paris, e Milne Edwards, diretor do Jardim Zoológico de Londres, por muitos anos tentaram êsse cruzamento, sem nunca conseguirem resultados. Em 1891 comecei as minhas tentativas, de que tiveram ciência os dois diretores acima citados, que desde então procuraram com interêsse saber dos resultados, do qual manifestamente duvidavam. Comuniquei-lhes o nascimento do primeiro produto e êles imediatamente comunicaram a notícia à Sociedade de Aclimação de Paris, que por carta do seu secretário, assegurou-me ser a primeira vez que se consegue resultado de tal cruzamento.

Assim, pois, posso, por meu turno, asseverar que sou o primeiro que conseguiu o cruzamento da zêbra com égua, e quando esta tentativa feliz tiver imitadores e entrar no domínio da prática corrente, caberá ao Estado do Rio de Janeiro a glória desta conquista, que vem aumentar o número dos animais que o homem tem conseguido apropriar ao seu serviço pela domesticação, e pelos cruzamentos. Propus e foi aceito pela Sociedade de Aclimação de Paris o nome de zebróide para o produto de zêbra com égua.

O zebróide substituirá no futuro o atual burro, pois tem as mesmas qualidades, é mais manso e tem formas mais elegantes; pode-se dizer que o zebróide será o "burro do século vinte".

Convencido de sua utilidade, já tenho diversas éguas que no fim dêste ano darão outros produtos e tenciono aumentar êsse cruzamento tanto quanto puder.

Terei muito prazer em dar tôdas as explicações que me fôrem pedidas sôbre os meios de obter o cruzamento

e em mostrar os produtos a quem honrar-me com sua visita”.

Sabendo-se que a zêbra, cujo *habitat* é precisamente o da nossa latitude, e tendo-se em conta o fracasso verificado no Ceará com a aclimação direta do camelo aos imensos desertos do nordeste, conclui-se facilmente que a notável experiência do barão do Paraná constitui um precioso elemento para o prosseguimento de pesquisas do assunto.

E, a propósito do zebróide, é conhecida no sul de Minas uma pequena anedota. É o caso que o velho Bias Fortes, então presidente de Minas, quis conhecer os resultados da experiência do barão do Paraná e, de passagem por Lordelo, se dirigiu à sua fazenda, onde mandou prevenir ao proprietário que fôra visitar o curioso animal. O barão do Paraná mandou que fôsse satisfeito o desejo do presidente, mas não apareceu ao visitante, porque êste cometera a *gaffe* de declarar que a visita era para o zebróide...

Creio que ainda hoje, ao menos por curiosidade científica, seria interessante considerar o tentamen de 1896. O produto dêsse cruzamento, além de dar a presunção de uma grande beleza, sugere a certeza de que terá as qualidades físicas inerentes às duas raças, aliás já bem conhecidas de qualquer criador adiantado.

Parecerá estranho que neste ensaio não se cogite, no campo das atividades agrícolas de Minas, da grande riqueza que ainda hoje é uma das primeiras pautas da nossa produção — o café.

O motivo é que o café, na nossa história econômica, é um fenômeno de penetração, se assim me posso exprimir. Como já salientei, esgotadas as lavras de ouro aluviônico, e iniciada a carreira do café na Província do Rio de Janeiro, houve para ali uma corrida de

mineiros desiludidos da mineração e que em pouco tempo, não só por esforço como por alianças de sangue com outras famílias já radicadas, constituíram-se os maiores lavradores de café, como os Resende, os Leite Ribeiro, os Monteiro de Barros, os Nogueira da Gama, os Álvares da Silva Campos e tantos outros. E a penetração do café em Minas, pelas zonas do sul e da mata, foi apenas um caso de repercussão em terras de fertilidade idêntica, não podendo ser considerado como resultado da existência do ouro em Minas. É até o contrário disto, pois se não fôra a exaustão metalífera os mineiros talvez não emigrassem e não se tornassem agricultores de café.

Acresce ainda que as zonas cafeeiras de Minas nunca foram auríferas, e o café nelas penetraria mesmo independentemente do desaparecimento da mineração.

Foram os mineiros que levaram para o vale do Paraíba os monjolos, engenhos de roda e “ripes” para beneficiar o café. Eram máquinas rústicas que serviam nas minas para auxiliar o trabalho da mineração. O monjolo, que pilava o minério, passou a pilar o café e o milho.

Estas informações são prestadas pelo prof. Honório Silvestre (“Minas e o Bi-centenário do Cafeeiro no Brasil” — Belo Horizonte — Imprensa Oficial — 1929 — pág. 262), que, falando sobre a influência mineira na zona do Paraíba, acrescenta: “Os mineiros introduziram em território fluminense os carros que dêles tiram o nome, enquanto, além de São Fidélis, na região da cana de açúcar, predominam os carros campistas. A diferença entre os dois rústicos veículos da lavoura consiste na forma das chedas; naqueles a mesa vai-se afunilando até o cabeçalho, enquanto nestes a mesa é quadrada. As rodas largas dos carros campistas, a fim

de evitar que as estradas sejam cortadas, aparecem estreitas nos carros mineiros. (66) Quatro ou cinco juntas de bois, tangidas pelo carreiro e guiadas pelo candieiro, puxam pesados carros pelas estradas das fazendas, transportando o café da safra, o milho da quebra, a cana de açúcar dos cortes ou a lenha das queimadas.

A sela campista, ou “gereba”, levou anos de adaptação nas terras altas fluminenses da bacia paraibana. A sela, o lombilho, o socadinho mineiros eram de preferência usados, embora houvesse muito couro excusável, muita prata de luxo e estribos pesados”.

(66) Com o advento das estradas de rodagem, legislou-se a respeito do transito de carros de bois nas rodovias, exigindo-se que estes tenham os eixos fixos para que a aderência produzida pelos eixos móveis não prejudique a conservação das estradas.

V

A HISTÓRIA nos informa que em Minas, ainda mesmo no regime colonial, em que os empreendimentos industriais eram rigorosamente proibidos, existiram sempre tentativas interessantes em vários campos de ação.

Tivemos forjas de ferro, grandes e pequenas, por quase toda a Capitania. Tivemos fábrica de porcelana em Caeté e Ouro Preto e, em 1822, Antônio de Lemos, mais tarde barão do Rio Verde e membro da Assembléia Legislativa, fundava em S. Gonçalo do Sapucaí uma fábrica de chapéus, possivelmente das primeiras do Brasil, chegando a produzir cêrca de dois mil chapéus por ano, só desaparecendo com a abolição da escravidão, a cuja mão de obra estava sujeita. (67)

Saint-Hilaire já se referia a essa indústria em 1819, relatando o que observara quando a mesma ainda não fôra tentada em grande escala. Diz êle: "Os fazendeiros desta zona e, em geral, os da comarca de São

(67) As "Memórias Municipais de Campanha" (*Rev. do Arquivo Publico Mineiro* — I — 630), escritas em 1826, já falam nessa fábrica de chapéus ali existente: "Há uma fábrica de chapéu de lã no Arraial de S. Gonçalo, que vai em progresso, fazendo-se mais de 1.600 chapéus por ano, apesar da dificuldade de se acharem lans pa. o consumo pelo desleixo da criação dos Carneiros". João Antonio de Lemos, em 1844, mandou à França o seu filho Lucio para aperfelçoar-se na fabricação de chapéus. Por uma ata da Camara de Campanha, datada de 14 de janeiro de 1841, vê-se que essa fábrica já ocupava vinte e duas pessoas, produ-

João, possuem um rebanho de carneiros; não se faz aqui como nos arredores do Rio de Janeiro; não se deixa perder a lã; tosquam-se as ovelhas duas vèzes por ano, no mês de agôsto, no fim do inverno, e seis meses depois, antes da época da sêca. Os fazendeiros costumam mandar fazer de lã, em sua própria casa, tecidos grosseiros, que se utilizam principalmente para vestir os negros. Empregam-se também para fabricar êsses chapéus de abas largas, de copa baixa e arredondada, com que os mineiros costumam cobrir a cabeça (Chapéu de Mineiro) e que, se são muito pesados, têm em compensação a vantagem de garantir contra o calor do sol como pequenos guarda-sóis; os proprietários enviam a lã a homens que sabem fazer esses chapéus e lhes pagam o feitiço". (68)

O mesmo Saint-Hilaire refere que também na região de Vila do Príncipe (norte de Minas) se fabricavam chapéus de algodão, que eram vendidos a duas patacas (720 réis) e usados geralmente. E nos descreve a técnica de sua fabricação: "Para formar a armação do chapéu usam uma barra chamada *cipó imbé*, que outra não é senão a raiz de uma Arácea parasita, e que vegeta a grande altura nos troncos das árvores das florestas. Esta raiz, extremamente longa, é muito flexível e de consistência mole. Como o vime, ela é rachada em diversas porções no sentido do seu comprimento, arredondando-se à ponta de faca; com um pedaço de ferro,

zindo 13.230 chapéus de pêlo de coelho anualmente, e 2.352 de pêlo alto. — (*O barão do Rio Verde* — Roberto Macedo — Alba — 1940 — págs. 144 e 157).

Curvelo também, em 1887, possuía uma fábrica de chapéus de feltro, assim como Diamantina, de propriedade do barão de Parauna. (Op. cit. pág. 155).

(68) Op. cit. pág. 155.

chamado *fieira*, que é dotado de alguns furos redondos de diferentes tamanhos, passando-se a barra por um ou por vários desses furos e puxando-se o cipó, obtém-se o arredondamento em todo o seu comprimento. Depois disso envolve-se o cipó com algodão; a forma do chapéu é dada fazendo-se uma espiral com a barra e cosendo-a em seguida, de modo idêntico ao fabrico dos chapéus de palha. Cardando-se em seguida, dá-se ao chapéu um aspecto piloso, que disfarça as costuras e a espiral. Algumas vezes deixam-nos com a côr branca natural, mas freqüentemente tingem-nos de prêto. Para obter esta última côr, faz-se simplesmente cozer em água as fôlhas de uma planta que cresce nos lugares úmidos. Quando tintos, esses chapéus imitam perfeitamente os de feltro, mas são muito pesados e se embebem de água muito facilmente". (69)

Já a indústria têxtil, que hoje representa uma das grandes riquezas nas nossas pautas de produção, nem sempre viveu com abundância e tranqüilidade. Várias e exterminadoras crises a perseguiram no correr dos tempos, e foi na era colonial que recebeu o golpe mais profundo e extenso com o célebre alvará de Maria I, de 5 de janeiro de 1785, no qual, pretextando zelo e interesse pela agricultura e a mineração do ouro, ordenava que fôsem extintas e abolidas no Brasil "tôdas as fábricas, manufaturas ou teares de galões, de tecidos ou de bordados de ouro e prata; de veludos, brilhantes, setins, tafetás, ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã; ou os ditos tecidos sejam fabricados de um só dos referidos generos, ou misturados uns com os outros; — excetuando-se sômente aquêles dos ditos teares em que se tecem ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para uso e vestuário dos negros, para enfardar e empacotar fazendas e para outros minis-

térios semelhantes, tôdas as mais sejam extintas e abolidas, em qualquer parte onde se acharem nos seus domínios do Brasil, debaixo da pena de perdimento em três dôbro do valor de cada uma das ditas manufaturas ou teares, das fazendas que nelas ou neles houver, e que se acharem existentes dois mêses depois da publicação dêste" . . . (70)

Essa determinação foi reforçada em 5 de junho de 1802 com a ordem-régia ao governador da Capitania, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, mandando novamente "que procure evitar que nessa Capitania se faça uso de qualquer manufatura que não seja de Portugal, não consentindo que alguém se lhe apresente sem vestido de tecidos manufaturados no Reino, ou em seus domínios da Asia" . . .

Eram medidas violentas e odiósas, que mal encobriam o intuito de proteger a indústria téxtil da Metrópole. E só em 1.º de abril de 1808 foram revogadas as determinações dêsses documentos, quando então re-floriu essa indústria em Minas (71)

O Governador conde da Palma, que foi um dos administradores coloniais de mais larga, mais lúcida e mais criadora visão que já teve Minas Gerais, não perdeu a oportunidade que lhe dava a abertura dos portos brasileiros e tratou logo de incrementar a indústria téxtil na Capitania. (72)

(70) J. P. Xavier da Veiga — op. cit. I — 18.

(71) Quando se instalou o primeiro Conselho Geral da Província de Minas, uma circunstância fôra notada com satisfação: diversos conselheiros apareceram vestidos de algodão mineiro, como o barão de Pontal, o capitão-mor José Fernandes de Oliveira Pena e Jorge Benedito Otoni, pai de Teófilo Otoni.

(72) A indústria de tecidos de lã já era apreciável em Minas, à vinda de família real. Em Tamanduá, hoje Itapeperica, existia por aquêle tempo grande criação de carneiros e, dado o consumo da sua carne, aumentado no Rio pela

Em officio de 30 de julho de 1813 Palma comunicava à Junta do Comércio a chegada à Minas de um "mestre fabricante de todos os tecidos", informando ainda que escolhera o têrmo de Mariana para início do ensino, por serem "em geral os seus habitantes mui applicados às manufacturas de algodão".

O mestre de tecidos, Freitas José Lopes, depois de reconhecido o acerto da escôlha de Mariana, foi de opinião que era "indispensável estabelecer primeiro alguns teares à maneira de Portugal, muito mais perfeitos do que os do País", a fim de que estes servissem de modelo para outros, que logo se estabeleceriam, reconhecida a utilidade do primeiro.

Nêsse mesmo officio o conde da Palma informa que resolvera construir também um filatório, sem o que não se poderia obter a porção de fio necessário á experiência.

Em novembro dêsse mesmo ano Palma informa a Galvêas que, "Constando-me por pessoa de todo o crédito que Bento Dias Chaves, morador em Tejuco, acabou de construir em huma Fazenda da Comarca de Sabará hum engenho de cardagem de algodão e hum filatorio", e que estas máquinas já estavam trabalhando com bastante regularidade e perfeição, mandou convidá-lo a vir

chegada do rei e sua comitiva, a produção de lã baixou a ponto de exigir do govêrno uma providência. E o conde da Palma, em officio ao conde das Galvêas em 18 de fevereiro de 1813, dá conta das providências que tomou com relação a uma postura proibitiva da Camara de Tamanduá, comunicando que modificou essa postura, "permitindo a man-tança de ovelhas tão sòmente, evitando, "com a diminuição dos rebanhos, a falta de lãs, e a necessidade pública" pelo que respeita a um gênero a que os povos daquele Têrmo principalmente se haviam já acostumado, e era de suma vantagem para os pobres, pela maior duração dos seus tecidos."

à Vila Rica, onde mestre Freitas já tinha construído o seu modelo. (73)

Em março de 1814 já comunicava ao ministro que Bento Dias Chaves apresentara as suas máquinas de fiar e tecer com tanta perfeição, que se cogitava de fundar uma companhia por ações, para a qual já contava com vinte e quatro acionistas. (74)

Bento Dias construía as primeiras máquinas na fazenda de Casa Branca, pertencente ao tenente-coronel Francisco Lopes de Abreu, onde trabalhavam perfeitamente.

No correr do século essas iniciativas foram imitadas em quase tôda a Província, captando a confiança dos capitais que permaneciam inertes nas mãos dos fazendeiros e agricultores, já então impossibilitados, depois de 1850, de renovar o braço escravo com novas compras.

A 3 de maio de 1852, pela Companhia Manufatureira, era estabelecida em Conceição do Sêrro, no lugar denominado Cana do Reino, uma fábrica de te-

(73) *Rev. Arqu. Pub. Mineiro* — 1921 — págs. 245 e 255.

(74) A lei de 28 de abril de 1809, talvez a primeira lei protecionista assinalada na América, concede grandes facilidades ao produtor e ao transformador da matéria prima, mandando o seu artigo 5º que, da Loteria do Estado estabelecida anualmente, se tirasse cada ano 60 mil cruzados com o fim de auxiliar as manufaturas de lã, algodão, sêda, ferro e aço, sem a obrigação de devolver à Coroa o auxílio recebido (*Rev. do Arquivo Público Mineiro* — 1913 — pág. (65). Esta lei mais não fêz do que estimular a iniciativa particular, que já existia. A 29 de junho de 1765 já era oferecido no Tijuco, ao contratador João Fernandes de Oliveira, um cobertor de algodão, tecido por D. Clotilde Varela. (*Arratal do Tejuco, cidade de Diamantina* — Aires da Mata Machado Filho — 1944 — Publicações do S. P. H. A. N. — Ministério da Educação e Saúde — Rio — pág. 119).

cidos dirigida pelo Dr. Bento Alves Gondim, Felicíssimo Ferreira dos Santos e Manuel Simplicio Moreira Neto. A 19 de março de 1875 se inaugurava a primeira fábrica de tecidos do sul de Minas, movida a vapor, na paróquia de Santo Antônio do Machado, já produzindo diariamente 1.000 a 1.400 metros de pano, além de possuir ferraria e olaria próprias.

Em 1873 Francisco José de Andrade Botelho fundava a fábrica de tecidos do Brumado, em Pitangui, que em 1889 já trabalhava com 41 teares e dois anos depois com 49.

Com a morte do fundador em 1888, o seu cunhado Jacinto Álvares da Silva Campos assumia a gerência do estabelecimento, que em 2 de abril de 1889 passava às mãos de Luiz Augusto Viana Barbosa por Cr\$ 166.100,00. Em 25 de dezembro de 1893 a Cia. Industrial Pitanguense comprou a fábrica, em cujas mãos ainda se encontra.

A 1.º de outubro de 1952 um violento incêndio destruía os depósitos da fábrica, consumindo mercadorias no valor de quase um milhão de cruzeiros.

Em 1876 inaugurava-se a fábrica de Beriberi, fundada pelo bispo de Diamantina D. João Antônio dos Santos.

Foi quando o govêrno da Província, observando a capacidade econômica das iniciativas particulares, resolveu estimulá-la, obtendo, para isso, a lei n.º 2.289, de 13 de outubro de 1877, que o autorizava a garantir juros até 7%, durante vinte anos, sobre o capital máximo de 250:000\$000, à companhia ou empresa que estabelecesse em Montes Claros uma fábrica de tecidos.

É curioso e bem honroso que até há pouco tempo a iniciativa particular em Minas é que forçava os governos a prestigiá-la, como se vê da lei que acabamos de conhecer.

A 1.º de março de 1883 chegava a vez do Triângulo Mineiro: inaugurava-se em Cassu, então situado a 6 quilômetros de Uberaba, a sua primeira fábrica de tecidos, seguindo-se-lhe a fábrica de Santa Bárbara, município de Diamantina, fundada em 1889 pelo conselheiro João da Mata Machado, e de São Roberto, no mesmo município, distrito de Gouvêa, fundada em 1887 pela firma Alves, Ribas, Ribeiro & Cia.

Em 14 de junho de 1887, sob a denominação de Companhia Industrial Paulo Moreirense, foi fundada uma fábrica de tecidos de algodão no arraial de Paulo Moreira, hoje Alvinópolis, então pertencente ao município de Mariana.

O capital inicial da Companhia foi de cento e vinte contos de réis, representados por 600 ações de Cr\$ 200,00 cada uma, sendo seus primeiros diretores os senhores José Pedro Gomes, João Alves Fernandes e Virgílio Domingos Gomes Lima.

Em 26 de abril de 1912, já elevada a freguesia à categoria de cidade, com a denominação que até hoje conserva, foi a Cia. Industrial Paulo Moreirense transformada em Cia. Fabril Mascarenhas, sendo o seu capital social elevado para Cr\$ 360.000,00 representado por 1.800 ações de Cr\$ 200,00.

Em 1939 foi a antiga fábrica totalmente destruída por um violento incêndio, sendo completamente reconstruída em um ano apenas, verificando-se a sua inauguração em maio de 1940 e tornando-se em uma das mais modernas fábricas do interior do Brasil.

O distrito do município do Pará — Santana do Rio de S. João Acima, hoje Itaúna, a 23 de outubro de 1891 organizava a Cia. de Tecidos Santanense, com o capital de 600 contos de réis, distribuído em 3 mil ações.

Dadas as dificuldades de transportes da época (o maquinismo, vindo da Inglaterra e dos Estados Unidos,

fôra de trem-de-ferro até à estação mais próxima que era Henrique Galvão, hoje Divinópolis, distante 36 quilômetros, e dali até o local da fábrica em carros de bois) só em 1895 foi inaugurada, com 100 teares e aparelhamento de fiação.

Em 1919, depois de severas vicissitudes, não sendo das menores a primeira guerra mundial, o seu capital era aumentado para 900 contos de réis, em 1928, para 1.200 contos e pouco depois para 6.000 contos, subindo hoje à soma de Cr\$ 30.000.000,00.

Foi instalada a fábrica na antiga fazenda da Cachoeira, de primitiva propriedade do sargento-mor Manuel Gonçalves Cançado. Hoje é o mais belo subúrbio de Itaúna, denominado Santanense, com uma estação da R. M. V. (75)

A 23 de janeiro de 1913 instalava-se na sede do município a Cia. Industrial Itaunense que, com o capital inicial de 300 contos, aumentado logo para 450, já em 1917 elevava-o para 900 contos e em 1930 para 2.000 contos de réis, estando hoje elevado a 30 milhões de cruzeiros.

Sôbre o pioneiro da indústria têxtil em Minas, o sr. Paulo Tamm escreveu um livro bem interessante, que merece especial menção pelo vulto de dados sociológicos que contém.

Com uma fôrça de sugestão que trai o carinho e o orgulho da ascendência, o autor escreveu páginas excelentes sôbre a curiosa figura do velho major Antônio

(75) José Vieira Couto, na sua memória sobre a Capitania de Minas (*Revista do Arquivo Público Mineiro* — Ano X — fasc. I — 1904 — pág. 90), já em 1801 se referia à indústria têxtil da região de Itaúna, quando escreveu: "Este arraial (Patafufo, hoje Pará de Minas), algum dia mineiro, hoje tem achado melhor fortuna nas suas plantações e tecumes de algodões, por cuja causa ia em aumento e se notavam a meúdo muitas construções de novas casas."

Gonçalves da Silva Mascarenhas, autêntico patriarca de rija têmpera, daqueles que fizeram o milagre da unidade nacional pela bravura, pela honradez intransigente e sobretudo pela bondade efetiva e operante, que criava em tórno de si um clima de respeito, e, mais que isso, de dedicações que explicam o milagre daquela grande vida vitoriosa.

A figura de D. Policena é também daquelas que nunca mais se esquecem. Simples, modesta, laboriosa, amiga submissa e dedicada do espôso — “o “seu” Mascarenhas”, foi bem a “mulher forte das Escrituras” como quer o linhagista. Mãe da pobreza e de 13 filhos, ainda lhe sobrava tempo de ser também a administradora diligente e prôvida, rigorosamente meeira da considerável fortuna que iriam acumular, — oitocentos e tantos contos em 1884 — porque ajudou o humilde caldeireiro da Serra Negra a empilhá-la moeda a moeda na faina silenciosa e indormida de São Sebastião...

A história da fundação da fábrica de tecidos do Cedro, em 1865, faz continuar o tom novelesco dêsse livro que é, entretanto, de uma fidelidade perfeita. Faz surgirem mais três personagens que nos ficam para sempre na lembrança — Antônio, Bernardo e Caetano — O A. B. C. da indústria téxtil em Minas, três rapazes cuja ousadia desmentiu o pessimismo do major Mascarenhas, levando a cabo a realização da idéia de pôr a funcionar, em pleno sertão do Brasil, uma “fábrica de tecer panos”...

Que de sacrifícios, de pessimismos, de veladas e dissolventes ironias não tiveram de vencer êsses três sonhadores! Bernardo foi à Inglaterra comprar as máquinas e teve êle mesmo de aprender a montá-las, porque não existia alguém capaz. Compradas e chegadas à Côrte, foi a odisséia de transportá-las em carros de bois sôbre duzentas léguas de más estradas. E a vi-

tória depois. E a comovente homenagem prestada pelos jovens industriais ao velho pai passimista, levando-lhe de presente os primeiros metros de fazenda tecida nos teares do Cedro...

A morte do major Mascarenhas é contada com uma ternura, uma leveza de mão que não esconde o carinho do bisneto. Finava-se uma grande vida, maior ainda pela descendência de lutadores que deixou, espraindo-lhe o nome e a memória pelo que Minas possui de mais considerável na sua riqueza permanente. O seu testamento é de uma elevação moral que deve constituir o pergaminho da família. Bom, justo e generoso, vasou nesse documento o que de mais alto se pode exigir da natureza humana. D. Policena é nêlo "a minha amada mulher", com quem "felizmente me casei". Aos filhos, "os quais muito me honram", se refere sempre com admiração e ternura, estranhas na época em que os pais afirmavam a autoridade pela aspereza. E aos netos e bisnetos não esqueceu também nessa hora extrema, como aos escravos, recomendando à testamenteira que "olhe para o creoulo Antonio carapina e as três creoulas Teodora, Rita e Rosa"... (76)

Êsses empreendimentos geralmente fracassavam pela falta de meios de comunicação num país de superfície descomunal. O transporte fácil e barato foi sempre no Brasil o pesadelo da agricultura e da indústria, acrescido isso da importação do estrangeiro que podia,

(76) *A família Mascarenhas e a indústria têxtil em Minas Gerais* (Veloso & Cia. — 1942 — Belo Horizonte — págs. 114 e segs.). *Paulo Tamm*. — Um outro descendente do major Mascarenhas, Nelson Lage Mascarenhas, publicou o ensaio "*Bernardo Mascarenhas — o surto industrial de Minas Gerais*, no qual estuda magistralmente a personalidade e a obra de Bernardo Mascarenhas, a quem atribui decisiva e quase única responsabilidade na fundação da fábrica do Cedro.

pela sua indústria organizada, nos fornecer tudo por preços abaixo da nossa concorrência. Ainda há pouco tempo (meio século no máximo), se consumia aqui manteiga da Holanda, da Irlanda e da França, e homens de cinquenta anos de idade se lembram da manteiga francesa "Demagny", nada superior à excelente manteiga que hoje produzimos; cebolas, batatas, arroz, tudo isso recebíamos da Argentina e até da Índia, a preços que não compensavam o produto local.

Por isto é que o aforisma washingtoniano de que no Brasil governar é abrir estradas, tem a sua explicação objetiva. Quando em 1917 fomos compelidos a declarar a guerra á Alemanha, o govêrno, numa intensa propaganda junto aos agricultores, fêz incentivar a produção agrícola. Setenta por cento dessa produção, entretanto, se perderam nos pontos de vasão por falta de transporte, com gravíssimos prejuízos materiais e morais para a Nação, porque o prejuízo cria a desconfiança e desconfiança acarreta o desinterêsse.

Um exame superficial da história da indústria em Minas nos dá a certeza de que, se ainda não temos o parque industrial à altura da nossa capacidade, é porque o transporte consome todo o lucro que a iniciativa poderia proporcionar.

Outra indústria interessante propiciada pelo ciclo do ouro e de que em princípios do século passado já tratávamos, é a da fabricação da louça. Desde os fins do milênio anterior que o caolim é conhecido no Brasil, principalmente em Minas.

Saint-Hilaire e Eschwege se referem a jazidas de notável capacidade em várias regiões mineiras que percorreram, e já a 22 de abril de 1850 uma lei concedia a João Morgan & Cia. privilégio exclusivo por dez anos para fabricar na Província louça fina, determinando que, findos dois anos sem que a fábrica começasse a funcionar, se consideraria abandonado o pri-

vilégio. De fato ficou êste prejudicado por essa condição, apesar de, já em 1844, por lei de 15 de abril, lhe ter sido concedida a exploração de três loterias, de 120:000\$000 cada uma, em benefício da fábrica de louças iniciada em Caeté.

Da excelência do caolim de Caeté fala categoricamente a indústria de louça criada ali pela tenacidade de João Pinheiro que, vencendo ceticismos e dificuldades de toda sorte, organizou em 1895 uma indústria notável, que hoje enriquece o patrimônio mineiro com realizações de repercussão nacional. (77)

João Pinheiro, homem de aguda visão prática, não se enganava com as perspectivas de uma indústria tão promissora. Conhecia certamente que os fracassos anteriores nasciam mais da inexperiência e das dificuldades de transporte rápido e barato, e por isso permanecia no ponto de vista, que nunca abandonou em relação á fabricação da louça em Minas. Sabia, certamente, que em 1.º de maio de 1855 era analisada na famosa fábrica francesa de Sèvres certa quantidade de barro extraído em São Caetano, proximidades de Mariana. Foi êsse barro identificado como caolim de ótima qualidade e a experiência resultou em boa louça.

Pouco antes êsse caolim havia sido examinado no Rio de Janeiro pelo naturalista frei Custódio Alves Scrrão, que dêle tivera os mesmos resultados obtidos em Sèvres.

O relatório do presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, passando o govêrno a

(77) José de Sá Bitencourt Acioli, em fins do século XVIII, fêz experiências cobertas de êxito com o caolim de Caeté, conseguindo fabricar louça de qualidades auspiciosas. Envolvendo-se, entretanto, nos sucessos da Inconfidência Mineira, foi obrigado a evadir-se para a Bahia, onde faleceu no primeiro quartel do século passado.

Herculano Ferreira Pena, em 2 de fevereiro de 1856, dá desta experiência uma longa e curiosa exposição.

Mas, não é só a região central de Minas, como Caeté e Ouro Preto, onde já se fabricava principalmente louça sanitária de primeira qualidade, que possui oportunidades excelentes para essa indústria, pela abundância de ricas e finas jazidas de caolim. Em 21 de outubro de 1883 se estabelecia em Passos uma fábrica de louça, e ali abunda esse material de qualidade superior, que hoje talvez não esteja explorado como merece.

Ainda a 16 de agosto de 1889 uma lei mineira autorizava o governo a conceder a M. J. da Silva Pontes, dr. J. dos Santos Brochado e J. M. da Silva Pontes, ou à companhia que organizassem, garantia de juros de seis por cento por trinta anos sobre o capital de seiscentos contos para a exploração de caolim nos municípios de Sabará, Santa Luzia, Caeté, Sete Lagoas, Curvelo, Santa Bárbara e Itabira, e estabelecimento de uma fábrica de louça onde melhor lhes conviesse. (78).

A exploração intensiva da nossa riqueza argilífera ainda não está feita como pode e deve ser, em virtude de vários fatores que só o tempo indicará. Porque não é só nessas regiões apontadas acima que o caolim aflora com riqueza e pureza extraordinárias. Álvaro da Silveira, que foi o maior conhecedor das nossas possibilidades econômicas no campo da geologia mineira, nos informa na sua "Geografia do Estado de Minas" que o silicato de alumínio hidratado (argila), de que o caolim é uma variedade, se encontra em Carangola, na serra de S. José del-Rei, nas Águas de Manuel Pimenta perto de Passos, em Monte Santo e outros lugares. E continua a informar-nos com aquela sua segurança de cientista que conheceu o Estado a

(78) J. P. Xavier da Veiga — op. cit. III — pág. 251.

casco de burro: “A argila plástica, própria para a louça, telhas, tijolos, tubos e outros objetos de cerâmica dessa natureza, encontra-se abundantemente em Minas em diversos pontos, servindo para alimentar fábricas importantes como as de Caeté, Barbacena, Belo Horizonte, etc. O bôlo, que é uma argila finíssima e avermelhada, existe em S. João del-Rei, nas vizinhanças da cidade, ao pé da serra do Lenheiro. A argila branca é chamada tabatinga e é utilizada para caiações”. (79)

É famoso o caolim existente nas imediações de Ouro Preto, e varias fábricas de louça, no correr dos tempos, têm-no aproveitado com mais ou menos resultados.

Em 1809 John Mawe o conheceu e o provou, dando-nos uma extensa referência sôbre essa riqueza. Diz ele: — “Durante os primeiros tempos da minha estada em Vila Rica, meus soldados obtiveram grande quantidade de terra para porcelana; era a mais bela que tenho visto.

A que se emprega na manufatura de Sèvres, perto de Paris, lhe é inferior. É encontrada junto a uma montanha de xisto argiloso, chamada Santo Antônio, perto de Congonhas do Campo, em uma veia onde vem acompanhada de quartzô de ferro.

Oito dias depois da minha chegada, convidaram-me a ir ver uma fábrica de louça afastada cêrca de três milhas. Depois de atravessar o rio do Carmo, por uma ponte ao pé de Vila Rica, subimos outra montanha escarpada, no cimo da qual encontrei minério de ferro em abundância”...

“...Chegamos á fábrica de Louça, estabelecida pouco distante. Emprega-se nela a argila no seu estado primitivo, sem ajuntar-se-lhe mais nada; contentam-se

(79) “*Geografia do Estado de Minas*”, Alvaro A. Silveira — (Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1925) pág. 158.

em despojá-la, pela lavagem, de suas partes mais grosseiras.

Depois da água esgotada e de se ter evaporado bastante para deixar à massa a consistência necessária, põem-na sôbre a roda e fazem pratos, vasos, jarros, que são pesados e maciços, porem pouco sólidos. Procuram torná-los menos frágeis cobrindo-os com espêssô verniz, o qual é excelente. Os fornos não têm chaminé, consistem apenas numa abóbada, com diversos respiradouros. São postas as peças envernizadas em um fôrno de reverbero tão mal construído, que consome muito combustível sem produzir grande calor. Em todo distrito encontra-se argila grosseira, boa para tijolos, telhas, etc." (80)

Saint-Hilaire, que nos visitou dez anos depois de Mawe tem, também, palavras de grande elogio à louça de Ouro Prêto, quando escreveu que "os vasos preparados na fábrica de Vila Rica apresentam, em geral, formas lindíssimas, mas são revestidos de um verniz por demais espesso, e quebram-se facilmente, segundo me dizem. Claro é que se conseguirá sem muito custo eliminar tais defeitos, e com isso a manufatura de Vila Rica conseguirá, afinal, rivalizar com as da Europa, mormente se os habitantes do país, consultando a um tempo o próprio interêsse e o amor próprio, quiserem se esforçar pela manutenção do primeiro estabelecimento industrial organizado em sua terra".

E prossegue, fazendo um reparo infelizmente ainda hoje bem procedente: "Nunca ouvi os moradores de Vila Rica, referirem-se á única manufatura que possuem, senão desdenhosamente; exageram os defeitos de seus produtos, e, quando comparam a sua louça com a da Inglaterra, é sòmente para realçar a superioridade da que êles compram no estrangeiro"...

Mas, no campo das realizações industriais possibilitadas pelo ouro das Minas e que o regime colonial nos legou de mais sólido é a siderurgia, indústria que nunca, aliás, deixou de existir, mesmo antes da iniciativa do intendente Câmara.

As pequenas forjas para o abastecimento local existiram sempre em quase tôdas as localidades onde havia o minério, pois o consumo de ferramentas e demais petrechos de ferro era intenso nos trabalhos de mineração do ouro e do diamante. A 24 de novembro de 1808 já era concedido a Luiz de Souza Menezes o privilégio de não pagar direito algum pela companhia que se propôs estabelecer com fundos suficientes para a fundição de ferro na Capitania de Minas Gerais.

Eschwege, em seu "Plutus Brasiliensis", nos relata a história do nascimento da siderurgia no Brasil, refutando serenamente, ou melhor, desmentindo calmamente, cinqüenta anos antes, as alegações de Adolfo de Varnhagen, que puxaria a sardinha para as brasas do pai na malograda experiência de Sorocaba. (81)

(81) Dos cientistas estrangeiros que visitaram Minas Gerais no século passado, talvez nenhum nos tenha prestado tantos serviços quanto Eschwege.

Filho de pais nobres, Guilherme Luís Eschwege nasceu em Hesse, Alemanha, perto da cidade de seu nome, da qual tinha o baronato.

Tendo feito os seus estudos na famosa escola de minas de Freiberg, trabalhou a princípio em seu país nas minas de Riecheldorf, entregando-se depois a estudos e projetos de empresas, quando visitou diversos países da Europa, fixando-se em 1807 em Portugal.

Incumbido por Junot de explorar as minas de carvão existentes no Reino, o que lhe deu oportunidade de descobrir magníficas fontes de riquezas desconhecidas do próprio país que as possuía, passou-se depois para o exército anglo-português para combater a invasão napoleônica.

Em 1810 chegava ao Brasil, quando D. João VI aproveitava os seus conhecimentos mineralógicos, enviando-o em

Quanto a Minas, confirma o metalurgista que a iniciação da siderurgia se deve, em começos do século passado, aos escravos africanos, muitos dos quais já conheciam a metalurgia do ferro e aqui nos vieram ensiná-la. Primeiramente foi em Antônio Pereira, onde

1811 á Minas Gerais com o encargo de "examinar os produtos mineralógicos da Capitania, de abrir minas, construir fábricas metalurgicas principalmente de ferro, recomendando-lhe muito não esquecer a exploração da mina de galena de Abaeté".

Eschwege, durante os anos que aqui estêve, deu cabal desempenho á ardua e complexa comissão real, tudo minudentemente relatado na monumental obra que publicaria mais tarde na Europa, o "Pluto Brasiliensis", entre outras.

Quanto ao estabelecimento de fábricas de ferro opina um seu ilustre biógrafo, "alcançou êle também em grande parte o que lhe foi cometido, tendo sido a sua usina do Prata, construída em 1813 em Congonhas do Campo, a primeira grande fábrica que se estabeleceu então em nosso país". E continua: "E o que é mais é que ela serviu de incentivo e modêlo para muitas outras menores que se estabeleceram logo depois na Capitania — em Antônio Pereira, Curral-del-Rei, Cocais, Itabira de Mato Dentro, Sêrro etc., a tal ponto que de sete mil arrôbas, que aqui entravam anualmente antes de 1813, já cinco mil com certeza se produziam na Capitania em 1815".

Quando Eschwege se retirou para a Europa em 1821, cerca de 30 dessas ferrarias aqui se encontravam produzindo de 100 a 400 arrobas cada uma, e só uma delas, a do Girão, já era de tal vulto que, além de oito fornos, possuía máquina de ferro e uma oficina de armeiro. Em todos esses estabelecimentos foram adotados os fornos de cadinho modificados por êle, que nêles introduziu as trompas hidráulicas e os martelos acionados por motor hidráulico.

A exploração que lhe foi também confiada, da mina de galena em Abaeté, teria sido coroada de pleno êxito se não lhe faltassem meios officiais para o seu seguimento.

"Ao demais — prossegue o seu biógrafo, não se limitaram à geologia e à mineralogia os ensinamentos e serviços que Eschwege nos prestou. Um sem número de outras observações penetrantes e de interesse atual nos deixou êle

um escravo do capitão-mor Antônio Alves a levou a cabo, e depois a um outro escravo do capitão Durães no Inficionado, cativo êste a quem se deve também a descoberta de areia de cobre nativo na região. Estes humildes precursores disputariam depois a honra da primazia em tão auspiciosa iniciativa. (82)

“Daí em diante — continua Eschwege — o ferro começou a ser fabricado por alguns mineiros e alguns ferreiros, mas tão somente para o seu gasto particular,

em seus numerosos trabalhos sôbre as produções várias de nosso território, o seu clima, a sua população diversa, sôbre os nossos costumes, as nossas indústrias incipientes, as nossas finanças e mesmo sôbre a nossa legislação”.

A êle ainda devemos os primeiros trabalhos cartográficos mais fiéis, nomeadamente a grande carta editada em Munich em 1835 por Spix e Martius, e que foi a fonte principal das cartas de Halfeld, Wagner e Gerber.

O governo brasileiro cercou-lhe sempre a capacidade com especiais atenções, elevando ao posto de tenente-coronel do real corpo de engenheiros quem aqui chegara apenas sargento-mor.

Ê dêle o risco do palácio da Pena, construído em 1840 pelo rei D. Fernando, de Portugal, considerada “uma obra caprichosa e um tanto fantástica, de rebuscado cunho medieval, com bastiões, adarves, caminhos de ronda, pontes levadiças, num delírio romântico próprio da sua época e da sua nacionalidade”.

Guilherme Luís Eschwege morreu em Walfxanger, perto de Caspel, a 1 de fevereiro de 1855.

(82) Foi o negro importado pelo tráfico de escravos que introduziu no Brasil o processo de redução do ferro pelos fornos de cuba, remanescente provável de alguma instituição árabe no oriente africano. Em Minas foram os escravos oriundos dos portos de Guiné, no reino de Gambia, centro do comércio de ferro do interior da África, e mais tarde os de Moçambique e da costa oriental. (Vide “*Influencia social do negro brasileiro*” — João Dornas Filho — (Editora Guaiara — Caderno Azul nº 13 — Curitiba — 1943) — págs. 13 e 14.

Com o ouro se dava o mesmo fenômeno. Azeredo Coutinho, na “*Memória sôbre as minas de ouro*”, nos informa que

visto como a um menceio pròpriamente em fábrika obstava então não só uma proibição formal antes da chegada da família real, como ainda a falta absoluta de conhecimentos para uma fundição em grande escala. Êste fabrico um tanto bárbaro já estava muito generalizado ali em 1811, quando cheguei a Minas, onde a maior parte dos ferreiros e proprietários mais importantes tinham então não só a sua fábrika, como ainda um pequeno forno de fundição, arranjado sempre de modo diferente, segundo as idéias de cada um.

Alguns fundiam simplesmente nas forjas ordinárias, carregando o minério com uma colher comum de estanho, outros levantavam os fornos um pouco para os lados. Havia fornos ora cônicos e redondos, com três a sete palmos de altura, ora piramidais e quadrangulares, nos quais, para o lado da obra ou do gato, um orifício dava saída ao ferro fundido e em seguida era tapado de novo. Para base dos fornos alguns se serviam de faíscas de carvão, outros de lages, outros de um fundo de madeira coberto das mesmas faíscas e sob o qual se achava um espaço vasio. Depois de terminada a fundição, era abatido o suporte de madeira e a lupa caía com o fundo. Os foles eram os habitualmente usados nas forjas, movidos a mão, e o resultado de todas essas fundições eram ordinariamente apenas algumas libras de ferro, quando muito dezesseis libras, sendo muitas as que não apresentavam nenhum resul-

“Os negros de Minas, naturais do Reino de Tombuco e Bambuc são pela maior parte os melhores mineiros de minas de ouro do Brasil, e talvez que êles fôsem os que ensinaram aos Portuguezes daquelas minas o método grosseiro de tirar ouro, de que ali se usa; como parece pela semelhança de um e outro método”.

tado. Itabira do Mato Dentro era o único lugar onde um fole grande de couro era movido por uma roda d'água, tendo êsse fole sido montado diante de uma espécie de forno de cubos e em comunicação com uma serra d'água. O proprietário ali tinha diversas forjas para estirar o ferro, assim como um pequeno engenho para furar canos de espingarda". (83)

A esse homem tão bem orientado numa indústria nova e complexa, Eschwege deu todas as instruções para o estabelecimento de um martelo movido a água, do qual não tinham ainda a menor idéia por aqui. Enviou-lhe ainda um martelador alemão por algum tempo, de maneira que fêz os maiores progressos no fabrico do ferro, e em 1812 era o primeiro a bater o ferro com martelo movido a água. Os outros metalurgistas da localidade adotaram depois os processos de fundição empregados na sua fábrica de ferro "Patriótica", da Prata, em Congonhas do Campo, em cujos fornos, a 17 de dezembro de 1812, fundiu-se pela primeira vez ferro líquido no Brasil. Dentre em pouco trabalhavam em Itabira dezesseis fornos com diversos martelos hidráulicos e feitos de ferro.

Em Cocais, Vila do Príncipe, Antônio Pereira e outros lugares foram se estabelecendo outros fabricantes, e o mais interessante é que iam ao Prata a título de visita e furtivamente copiavam os fornos de Eschwege, mas copiavam errado, e os seus fornos davam em droga, embora o naturalista nunca se furtasse a fornecer escl-

(83) As fábricas de Itabira e Minas Novas forneciam a Guido Marliére foices, machados e facas para as Divisões do Rio Doce, assim como ferro e aço para o reparo de ferramentas.

recimentos e até desenhos para a sua perfeita construção.

Conta Eschwege que “Dessas imitações furtivas e mal entendidas dos seus empreendimentos poderia dar aqui muitos exemplos, alguns risíveis”. E cita um: “O tenente-coronel Maximiano, do Mórro de S. Antônio, tendo resolvido estabelecer um pilão molhado para o minério de ouro, tomou por modelo o que eu montara na lavra da Passagem, fazendo-lhe tomar as medidas secretamente. Quando, porém, estava tudo pronto, e ele começou a trabalhar com o pilão, eis que as peneiras se entupiam constantemente e a gamela não dava saída ao minério moído. Todo esforço foi então baldado para pôr as cousas em ordem, e já o proprietário estava decidido a substituir o pilão molhado por um sêco, quando vim a saber casualmente de tudo isso, o empenhado em se não desacreditarem os pilões molhados por mim introduzidos, oferei os meus préstimos ao proprietário, que os aceitou de bom grado, se bem que estivesse no pensamento que tudo seria inútil pelo grande pêso do minério, devido ao grande teor de ferro micáceo. Não me foi difícil descobrir logo o êrro, que estava em que as peneiras, que eram de cobre, haviam sido colocadas às avessas. Fiz então virá-las com o lado novo para dentro e o engenho começou a trabalhar do melhor modo possível”...

A data de 10 de outubro de 1808, é, porém, de grande significação para a nossa história econômica, porque foi nesse dia autorizado, por carta régia, o intendente Manoel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá, a “deduzir dos 120 contos de réis da assistência anual que pela Fazenda se fazia para os trabalhos da extração diamantina, a quantia de 10 contos de réis para

ser aplicada ao estabelecimento de uma fábrica de ferro no lugar mais apropriado da comarca do Sêro Frio". (84)

Foi a primeira providência oficial tomada no sentido do aproveitamento da incalculável riqueza desse metal no Brasil, e os fornos montados pelo intendente Câmara, se bem que não obtivessem resultados práticos de ex-

(84) Manoel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá nasceu em Itacambirussú, na comarca do Sêro Frio, em 1762, e faleceu em 1835, na Bahia. Formou-se em leis e filosofia em Coimbra em 1788. Percorreu a Europa com José Bonifácio durante cêrca de dez anos. Voltando ao Brasil em princípios do século XIX, foi nomeado em 1807 intendente dos diamantes em Minas, donde saiu em 1823 como deputado à Constituinte. Faleceu senador do Império, deixando escritas as seguintes obras: "Ensaio de descrição física e econômica da comarca dos Ihéus", "Observações sobre o carvão de pedra que se encontra na freguesia da Carvoeira", "Memória sobre as minas de chumbo e prata e sobre a fundição de ferro por um processo novo", "Memória sobre a cultura e fabricação da farinha da araruta", além de interessantes trabalhos sobre a canela, o cacáu, o tabaco e o algodão. Acredita-se que deixou inédito um "Tratado de Mineralogia do Brasil".

Sílvio Romero (*"História da Literatura Brasileira — 4ª edição — tomo II — pág. 230*) considera Câmara um dos mais distintos representantes de sua geração. "Pode sofrer o paralelo com José Bonifácio. Tinham quase a mesma idade, formaram-se no mesmo ano, viajaram juntos, dedicaram-se aos mesmos estudos; foram ambos deputados e assinaram juntos o primitivo projeto de nossa constituição política".

A sua adega no Tejuco ficou célebre por ser cavada na rocha, segundo informação de Gilberto Freyre. Festejava os amigos a vinho fino guardado nesse singular depósito, vasta escavação semicircular aberta a ferro e fogo numa rocha granítica, com prateleiras também abertas na pedra, onde o vinho se conservava fresco "pela umidade que transudava dos poros do granito". (*"Sobrados e Mucambos", II, 361*).

ploração, mostraram as possibilidades que envolviam essa riqueza.

A 5 de abril de 1809 assentava êle a primeira pedra do alto-forno, no arraial do Morro do Pilar, ou Morro de Gaspar Soares, em terreno cedido gratuitamente pelo rico guarda-mor Sancho de Barros Herédia, que também doara uma sesmaria de terras para o fabrico do carvão vegetal destinado ao consumo do forno, além de outros auxílios generosos.

Superando dificuldades incontáveis, onde tudo faltava à consecução do empreendimento, construiu também vários fornos do tipo catalão e em 1815 chegava a Diamantina as primeiras barras de ferro fundido em Gaspar Soares.

Forjas particulares há muito que faziam trabalhos de certa importância, como a fabricação de espingardas. (85)

Pelo aviso de 7 de novembro de 1811, do Governador da Capitania ao conde da Palma, se comunicava que uma espingarda enviada ao Rio de Janeiro e fabricada em Minas fôra examinada pelo general Napion. A 23 de dezembro do mesmo ano outro aviso régio determinava ao Governador da Capitania informar se em cada semestre poderiam ser aprontados mil fechos de espingarda, conforme o modelo que enviava, mostrando esta consulta que a iniciativa particular criara uma interessante indústria, mais tarde oficializada, conforme a carta-régia de 21 de janeiro do mesmo ano, que mandava criar em Vila Rica uma fábrica de seralheiro e espingardeiro, determinando, porém, que ora só se fabricassem fechos. Ainda em 6 de março de

(85) Em 1810 D. João VI lançou um empréstimo de 100 mil cruzados para uma fábrica de ferro em Minas, destinada a fundir peças de artilharia, da qual não se ouviu mais falar.

1823 uma decisão do Ministério da Guerra, confirmada pela provisão de 18, mandava a junta da fazenda em Minas estabelecer em Ouro Preto uma fábrica de armas.

Mas, a 10 de abril de 1811, já o conde da Palma participava ao conde de Linhares que logo depois da Páscoa faria seguir para o Rio dois mestres espingardeiros, quatro serralheiros e quatro ferreiros para se apresentarem na fortaleza da Conceição com o fim de aperfeiçoar os seus conhecimentos. Os mestres espingardeiros eram Manuel João Pereira e Januário Álvares da Costa, que iriam se tornar "mais habéis no novo método de se brocarem os canos das espingardas". Seguiram a 29 de abril.

Em 18 de outubro parece que já haviam regressado e feito as experiências em Vila Rica, pois nessa data escrevia Palma e Linhares:

"Nesta mesma ocasião ha de apresentar a V. Excia. huma Espingarda feita pelo mestre Manoel João, que ha pouco, enviado por mim, esteve trabalhando no Trem dessa Côrte. O dito Manoel João me assegura que montará a importancia dessa obra a dezoito mil reis, quantia na verdade exorbitante, mas conseguindo-se a extração do ferro e aço das Minas deste Paiz, persuado-me que não será desvantajoso aos Interesses Régios estabelecer-se nesta Vila, em ponto pequeno, huma officina de Espingardaria, parecendo-me que as Espingardas nela então fabricadas não excederão no custo ao em que importarão as que se fabricam nessa cidade".

Em 23 de janeiro de 1812 voltava Manoel João Pereira à Côrte, com o fim de dar informações e receber instruções quanto à fábrica de fechos de espingarda em Vila Rica, parecendo que ficou assentado fabricarem-se em Minas apenas os fechos, conforme

se vê da carta de 9 de março de 1812, na qual Palma informa ao Conde de Aguiar que escolhera o sargento-mor barão de Eschwege para ser encarregado do plano e direção da fábrica, para o que pedia licença de enviá-lo ao Rio por trinta dias, visto estarem adiantados os trabalhos da fábrica de ferro de Congonhas e galena do Abaeté, com o fim de "examinar o Estabelecimento a que deve corresponder aquêlê que se vai levantar nesta Vila".

Mas, parece que foi sustada esta idéia, pois em carta de agosto de 1812 ao conde de Aguiar, Palma escrevia :

"Acuso o recebimento do Aviso de 4 do presente mez, no qual V. Excia. me faz vêr que em resolução do meu officio de 23 de janeiro deste ano, em consequencia da Carta Régia de 21 do mesmo mez, era do Real Agrado que não progredisse por ora o estabelecimento da Fabrica de fêchos de Espingarda, mas devo levar à presença de V. Excia. que, tendo occorrido alguma demora na resolução que acabo de receber, julguei conveniente ao Real Serviço aproveitar a occasião de hum habil artista Espingardeiro Manoel Fernandes Nunes, o qual apresenta espingarda completamente acabada, pelo modelo vindo da Côrte, e do ferro por ele mesmo extraido, obrigando-se a fazer pelo preço de oito mil réis cada humia para a Real Fazenda, o que me parece hum achado no momento actual da maior necessidade, ainda mesmo nesta Capitania, e motivou o Termo feito na junta da Fazenda, que tenho a honra de enviar a V. Excia. por cópia. Nas circumstancias expendidas, apresento a V. Excia. que quando aquelle procedimento não mereça a Real Approvação para ser continuado, parece ao menos convir que êle subsista até preencher-se com o preço estipulado a cada humia Espingarda a solução da quantia de hum conto

de réis, que foi necessario adiantar-se com as cautelas mencionadas no mesmo termo”.

Mas, voltando à fábrica de ferro de Gaspar Soares, o “Investigador Português”, em 1816, noticiava longamente a chegada ao Tejuco das primeiras barras de ferro fundidas no morro do Pilar, e será interessante conhecer a alegria do povo em sucesso de tanta significação para a história da siderurgia no Brasil:

“Esta remessa foi feita com muito aparato pelos empregados daquela fábrica, e recebida pelo povo do Tejuco com extraordinário prazer; pois que todos sabiam bem avaliar as primícias de um estabelecimento tão importante e indispensável; a primeira fábrica nacional que o Brasil via depois de trezentos e mais anos depois de conhecido e povoado e que estava reservada a sua fatura immortalizar (quando não houvessem outros títulos) o senhor D. João, que tão liberalmente deu a seus vassallos a propriedade do ferro, e a liberdade fabril de tão útil, necessário e precioso metal. Três carros carregados de barras de ferro dirigiram a Tejuco por caminho aberto de novo, tirado por meio de ásperas serranias (pois o lugar da fábrica dista vinte e cinco léguas ao sul do arraial), cuja viagem foi feita em seis dias; um quarto de légua antes de entrar na povoação, na noite de 21 de outubro, foram os carros encontrados por um numeroso concurso de cavaleiros, todos louções e em seus ginetes ricamente ajaezados. Os carros estavam ornados conforme ao tempo e lugar donde vinha, com enfeites campestres, cujos enramados se debruçavam sôbre as barras; de mistura com êstes ornatos da natureza, se divisavam outros com muita arte e gôsto devidos aos talentos de Caetano Luiz de Miranda, official da contadoria dos diamantes.

No primeiro carro e na dianteira da enramada caixa aparecia a Augusta efigie de Sua-Altesa Real,

rodeada de emblemas daquelas virtudes que tanto ornaram o seu trono; aos seus pés uma cornucópia arrojava pelo chão quantidade de moedas, decretos e decorações das ordens militares e se liam os seguintes versos:

*Tot Tibi dant Supert, Princeps
quos possimur annos,
Quot Tua nos implet dextera nemeribus.*

Na parte posterior da mesma caixa se via a Real Fábrica personalizada na figura de uma dama, levada por um gênio alado sobre cumiadas e picos de montes, a que sobrepujavam rolos de nuvens, trazendo na mão uma lâmpada de mineiros; em vistas ao longe no mesmo quadro se viam esbarrancados, andaimes, escadas, alviões, carretas e mais petrechos de mineração e a letra dizia:

*Donotant operis apes inclyta surgit,
Aurea nuno vere ferrea saeda dabunt.*

O painel dianteiro do segundo carro representava o excelentíssimo marquês de Aguiar, ministro e secretário de Estado, tendo na mão a ordem régia que mandára erigir a fábrica: no seu semblante reluzia a alegria por aquela ocasião do bem público. A letra do quadro era:

*Brasillam extollens humeris et maximus Atlas,
Et vigilans Argus, commoda nostra vides.*

No painel do verso era a fábrica figurada na mesma dama, porém em desmaio á vista das despedidas setas contra o peito: o mesmo gênio a escuda e as setas caem despontadas ao seu lado; com a letra:

*Seadera te frustra tendunt, repelle timorem,
Nil horret quae te sustentat vivida dextra.*

Por baixo dêste mesmo painel estão figuras de cyclopes muito afanados com os trabalhos de forja, querendo-se indicar a fábrica já produzindo ferro. Diz a letra:

*Nunca et divits plenus, nunc Arte Cyclopum
Floret saxozuz, qui modo collis erat.*

O terceiro carro mostrava no seu quadro dianteiro o mesmo gênio calcando a inveja, na figura de uma mulher feia e descarnada que lançava serpes pela bôca; com uma mão aponta-lhe para a bigorna e martelo e com a outra para o céu, aludindo às dificuldades já vencidas com a fatura do martelo, que do céu virão outros mais auxílios para fazer calar a mesma inveja. A letra é:

*Proteris Invidias deru tu, calcasque furorem.
Lucida Fama tuum pergentes apargit honorem.*

No quadro posterior finalmente se representava a fábrica já criada e concluída, debaixo da mesma dama, porém de uma dama vigorosa, com semblante alegre e animado: o mesmo gênio a coroa de louros, e ela entorna de uma superabundante cornucópia dons de tôdas as qualidades, efeitos e conseqüências da posse do ferro. Dizia a letra:

*Emeritas Tibi jure danus innaccipe grates,
Tu populo ubertatem, et opes, artesque recuots.*

Pouco antes de entrarem os carros no arraial se encontraram com o regimento miliciano, postado em ordem de batalha e foi a real effigie recebida com os cortejos militares, salvando a arcabuzaria e abatendo-se-lhe as bandeiras: o regimento acompanhou os carros ao som de uma marcha guerreira executada por um instru-

mental completo. Ao assomar êste cortejo sôbre o cimo do monte que domina o arraial, de todas as partes sobem e atroam os ares mil foguetes de variadas invenções, e na terra lhe correspondem e retumbam muitas salvas de roqueiras: a êste sinal se iluminou toda a povoação, que saiu a receber o real retrato de Sua Alteza o Príncipe Regente Nosso Senhor com mil vivas e aplausos, a quem todos querem ver e não se fartavam de admirar. “Êste é o nosso soberano que mandou fazer ferro, diziam alguns, bem adiante vós! Eis aí outrora pedras que ninguém sabia para o que prestavam e hoje dão ferro! — exclamavam outros cheios de pasmo. E tanto das ruas como das janelas subiam vivas ao Soberano, que mandou fazer o ferro, interrompidos com o retinido do mesmo ferro nos saltos e estremecimentos dos carros que iam todos iluminados com brandões de cera; e desta maneira chegavam ao armazém da Real Extração Diamantina, onde descarregaram”.

Mas, as festas prosseguiam:

“Não terminou nesta noite a festividade, ela foi prolongada, pelo benemérito intendente, dando por três dias um lauto jantar; no primeiro à classe superior dos empregados na extração diamantina, à nobreza e clero do arraial; no segundo ao corpo do comércio; no terceiro aos empregados mecânicos da mesma extração; em todas estas noites houve sarau, vendo-se na sala principal o retrato do conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, iluminado com distinção, e com esta legenda:

*Et-lo que inda revolve na alta mente
Fazer deste Pais Império forte;
Não o pôde acabar, que prematura
corta-lhe o fio à vida a negra morte.*

Termina a festa com um espetáculo teatral na quarta noite; ao levantar-se o pano, apareceu em um trono o retrato de Sua Alteza Real, a cujos pés se via o rio Jequitinhonha na figura de um velho gênio, dizendo:

*O claro diamante, ouro luzente,
com que, serranos, eu vos tenho ornado,
tudo he nada ante o Principe Regente,
do bem o maior bem que vos foi dado.*

E termina a reportagem:

“É assim que o afortunado e pacífico Brasil viu em um recanto dos seus sertões em demasia alegres seus habitantes festejar as produções das artes e ciências, rendendo mil graças ao grande e augusto príncipe que tantos bens liberaliza aos seus povos, e que lhes procura tantos motivos de prazer e de gratidão pública”.

Na Biblioteca Nacional deve ainda existir um painel que Gonçalves dos Santos informa representar a fábrica de ferro do Morro do Pilar ou de Gaspar Soares, com todas as suas oficinas.

Naquele tom bem característico da época, Borges da Silva cantava comoventemente essas cousas todas:

*Ah! quando o Europeu subir um dia
do rio Doce a rápida corrente;
quando do grande rio S. Francisco
as margens povoar a lusa gente;
quando essas moles de madeira enormes;
que o solo cobrem do Brasil intetro
virmos tornadas em baixéis possantes,
tendo o luso o pavilhão guerretro:
quando fábricas mil virmos criadas,
dando à industria nacional auxílios;
e do sólo das Minas arrancadas
matérias do que o ouro mais preciosas;
quando virmos igual à Grão Coimbra*

*as musas todas em S. Paulo unidas;
de tôdas as nações, tôdas as gentes
nas brasileiras plagas recebidas;
finalmente traçado o heróico plano
do grande vasto Império lusitano;
dirá cheio de assombro
o brasileiro, o europeu, o luso;
isto é que é ser monarca, é que é ser grande!
E Pedro, de que o Neva se gloria,
governando o Brasil, que mais faria?
a Asia, a Africa,
a Europa bética,
desde hoje a América
respetarão.... (86)*

Pandiá Calógeras, concordando com Eschwege, opina que o intendente Câmara, por vários motivos de ordem técnica, não resolvera então economicamente o problema, mas não lhe nega a prioridade de enfrentá-lo e mostrar a viabilidade da sua solução. Esta é a sua glória intangível, pois entre os anos de 1815 e 1821 forneceu a fábrica, só para os trabalhos da extração diamantina, não menos de 4.016 arrôbas de ferro fundido. (87)

(86) "*Investigador Portuguez*" — Dezembro de 1816, págs. 143 a 151, coleção da Biblioteca Nacional.

(87) O intendente Câmara tinha um ponto de vista oposto ao de Eschwege quanto ao método da exploração. Este pretendia reanimar as minas optando pela metalurgia local, modesta, circunscrita á região.

"Os obstáculos naturais que se opõem à exploração planejada por Câmara, diz Miran de Barros Latife ("*As Minas Gerais*" — Livraria Cultura Brasileira — Belo-Horizonte — pág. 188) favoreceram êste plano, eliminando qualquer concorrência de ferro estrangeiro. Menos arrojado que Câmara, Eschwege consegue vencer. Um minerador, Cel. Romualdo José Monteiro de Barros, protege as novas experiências. Constrói junto a Congonhas do Campo uma fábrica de ferro, dita Fábrica Patriótica, e, para melhorar o rendimento das lavras, monta, também com Eschwege, um novo tipo de en-

A usina de Gaspar Soares, iniciou regularmente os seus serviços em 1814, e os encerrou em 1830.

Só em 1811, porém, é que Eschwege iniciaria oficialmente a construção da fábrica de ferro do Prata, distrito de Congonhas do Campo, então município de Ouro Preto, que começou a funcionar em 17 de dezembro de 1812, ficando inteiramente concluída em junho de 1813, compondo-se de quatro fornos segundo o sistema sueco. (88)

Essas duas fábricas (Gaspar Soares e Congonhas do Campo) foram, assim, as primeiras fundadas no Brasil. A de São João do Ipanema, em São Paulo, erigida pelo coronel Vernhagen só teve princípio a 21 de outubro de 1815.

O barão de Eschwege, prestigiado pela larga visão do conde da Palma, foi quem conseguiu iniciar em sólidas bases a siderurgia em Minas. Em ofício de 20 de agosto de 1811, de Palma ao conde de Aguiar, se comunica a chegada de Eschwege a Vila Rica, e o primeiro resultado da sua conferência com êle foi a idéia da fundação de uma fábrica de ferro nas imediações, por meio de uma sociedade; e, "convencido de quanto se dificultaria achar homens na classe dos Fazendeiros, e ainda na dos Negociantes, que concorressem para um

genho". Estes engenhos e os fornos de Congonhas, chamados "brasileiros", serviram de modelo durante quase um século a tôdas as novas iniciativas metalúrgicas de Minas.

(88) Em 1 de Março de 1814 o conde da Palma já informava favoravelmente ao pedido de tenente-coronel João da Mota Ribeiro e seus sócios para erigir à sua custa uma fábrica de ferro nas margens do ribeirão do Girau, assim como a concessão de duas léguas de terras para a "sustentação da dita fábrica" nas imediações do Arraial da Fábrica da Itabira do Mato Dentro. Já era, sem dúvida, a influência da iniciativa de Eschwege.

tal fim, deliberei-me a dar eu mesmo o exemplo, que seguiram logo os demais Acionistas contemplados na subscrição". (89)

O capital, subscrito em 18 de agosto de 1811, foi de 4:000\$000, dividido em 10 ações de 400\$000 entre as seguintes pessoas: o conde da Palma, o desembargador Lucas Antônio Monteiro de Barros, o desembargador Inacio José de Souza Rabelo, o secretário do governo João José Lopes Mendes Ribeiro, o escrivão da junta Mateus Herculano Monteiro, o coronel Romualdo José Monteiro, o vigário Marcos Antônio Monteiro de Barros, Manoel José Monteiro de Barros, o brigadeiro Pedro Afonso Galvão de São Martinho e o tesoureiro-ajudante José Bento Soares. (90)

No mesmo ofício o conde da Palma comunica ainda que já se tinha dado princípio ao plano e cálculo das obras, "para cujo desempenho promete o dito Sargento-Mor (Eschwege) a sua assistência e boa direção", de clarando, o que é importante para a história da siderurgia em Minas, que não só esperava "que ela seja a primeira que prepare ferro no Brasil, mas também a que com maior abundância pode exportá-lo depois para todos os domínios portuguezes".

Ao mesmo tempo que levava a têrmo a construção da fábrica no lugar denominado Prata, onde, a 29 de outubro do ano seguinte já os edifícios principais estavam concluídos, as máquinas e as fornalhas quase prontas e marcado o mês de novembro "para se dar

(89) *Rev. do Arq. Público Min.* — 1911 — págs. 476 e seguintes.

(90) Por êste mesmo sistema de ações, e trabalhando com pilões em bateria, de forma que êstes agissem sob uma lamina de água que ao mesmo tempo lavava o ouro, Eschwege fundou a emprêsa "Sociedade Mineralógica", no Funil da Passagem de Mariana, mina esta ainda hoje em plena produção.

fim aquella interessante obra”, Eschwege ia estudar as jazidas de galena em Abaeté, onde a êsse tempo já estava iniciada a sua exploração.

A êste officio acompanhava o plano da obra de Congonhas do Campo, redigido por Eschwege, que merece ser copiado na integra :

“Plano para o estabelecimento de huma fábrika de ferro á imitação das de Catalunha, cujo fundo é de dez mil cruzados, apresentado aos membros da Sociedade Patriótica de Vila Rica pelo Sr. Mr. Guilherme Barão de Eschwege. (91) Depois de se ter achado o mineral proprio para produzir bom ferro, he necessario escolher o local para a construção da Fabrica; a concorrência das cousas essenciais, como sejam o mineral, o combustível, e a agoa facilitão muito os trabalhos dele; e as vantagens que dahi resultão são tão claras, que não he mister demonstra-las. Passo á descripção dos Edificios precisos para a dita Fabrica, e são três principais; hum no qual se ha de estabelecer duas Forjas e o Engenho para malhar e estender o ferro; outro, que sirva de Armazem para o Mineral pizado; e póde ser um telheiro aberto.

A Casa da Fábrica deve ser situada de tal sorte que a Agoa para tocar os Engenhos tenha pelo menos uma queda de vinte palmos: as outras duas Casas deverão estar perto. Como se encontram difficuldades na construção de Foles grandes, os quais são tocados por Engenho, quero aplicar uma Trompa de agoa, que faça o mesmo efeito.

O engenho para fazer bater o malho, he o mais dispendioso de todas as obras da Fabrica; são neces-

(91) O processo de fornos catalães consiste em reduzir o minério com foles de couro, que sopram ar úmido na forja até que se forme a lupa de metal, purificada das escórias a poder de malho até lhe dar a forma de barra.

sarios paos muito grossos, e principalmente o que se destinar para o eixo da roda. São precisos dous paos que tenham pelo menos três palmos e meio em quadra, hum de vinte e outro de quatorze palmos de comprimento.

Hum mais, que tenha a mesma grossura, ao menos em hum lado, e comprimento de trinta a trinta e quatro palmos. O eixo para a roda do malho deve ter ao menos três palmos de diametro e trinta a trinta e dous de comprimento. Todas as outras madeiras podem ser de menos grossura. O mineral deve ser ustulado e depois pizado: para este ultimo trabalho se estabelecerá hum pequeno engenho dagoa na mesma casa destinada para o deposito do dito mineral. Para produzir cincoenta arrobas de ferro por semana serão precisos pouco mais ou menos cento e cincoenta a duzentas arrobas de mineral (segundo a riqueza da mina) e quatrocentos de carvão. São precisas para cada Forja quatro pessoas, que trabalharão alternativamente dia e noite; e duas pessoas para a condução do mineral da ustulação e do trabalho dos piloens. — Os mais Empregados serão conforme a distancia em que se achar a mina e as cousas necessarias. — De se calcular se será mais conveniente comprar o Carvão ou manda-lo fazer pelos Escravos da Sociedade. — He indispensavel hum Feitor que vigie sobre todos os trabalhos e que dê conta de tudo no fim de cada Semana. — Dois dos membros da Sociedade se deverão encarregar da administração da Fabrica, e vindo do seu produto dar conta em todos os trimestres aos outros socios, apresentando hum balanço geral. — O aparelho de ferro necessário para o Engenho he hum malho grande, huma safra, dois Aguilhoens para o eixo do dito malho e hum anel para o seu respectivo cabo. — Como se não pode fabricar aqui estes Aparelhos, e como alguns deles vieram já da In-

glaterra, e se achão no trem do Exercito do Rio de Janeiro, não me parece fóra de razão pedi-los a sua Alteza Real. — Ao que eu me posso obrigar, com a aprovação de Sua Alteza Real, he escolher o sitio para a Frabrica, dar os riscos para os Edificios, fazer construir de minha immediata inspecção as Forjas e o Engenho de malhar e estender o ferro e ensinar o metodo de o fabricar — Vila Rica, 19 de Agosto de 1811 — (a) Guilherme Barão d'Eschwege”.

Em 1815, dadas as condições precárias com que lutava a fábrica de ferro de Ipanema, o príncipe regente pensou em Eschwege para assumir a sua direção, ao que êle, em officio a D. Manoel de Portugal, então governador da Capitania, se esquivou, alegando uma série de compromissos que tinha aqui, mas na realidade parece que para não entrar em choque com Varnhagen.

Nesse officio, datado de 17 de maio de 1815, fala Eschwege na fábrica de ferro, que estava de “há dois anos para cá em ativo trabalho”, sendo a “primeira nos Estados do Brasil que se concluiu e he ainda a unica que trabalha em grande”, servindo de modêlo para varias outras como a de Capanema (imediações de Mariana) e Curral del-Rei. “Para as Fabricas de Ferro de Itabira do Matto Dentro — continua — onde estão atualmente doze fornalhas trabalhando, dei as primeiras direções e instruções assim como todos os riscos, de modo que hoje ainda a Fabrica de Ferro já está em tal ponto que ela cobre as maiores necessidades, e de sete mil arrobas que annualmente entravam nesta Capitania, certamente cinco mil já se produzem aqui mesmo”. (92)

(92) Em 1813 o conde da Palma, em officio de 9 de novembro, informava ao conde de Aguiar: “O novo malho da Fabrica de Congonhas está a concluir-se; o ter-se quebrado o primeiro que veio da Inglaterra atrazou os trabalhos, mas nem por este motivo pararam de todo as fundições, as quais

Por esse tempo, Câmara já lutava com sérias dificuldades no Morro do Pilar. Em 19 de novembro de 1813 Palma informava ao conde de Aguiar “os motivos que embaraço ainda os bons sucessos da sua segunda tentativa para a fundição do ferro do Morro”. E termina dizendo-se persuadido de que “nenhum desses transtornos tem dado causa o mesmo Câmara, que he certamente dos mais zelosos, eficazes e inteligentes servidores de S. A.”.

Em outro officio (20 de dezembro de 1813) relata o que se passara com a fábrica do Morro do Pilar: “Depois de aquecido completamente o grande Forno, e de se ter disposto tudo que era necessario para a fundição, principiou a correr com toda a facilidade: fez-se na primeira coadura huma bigorna de mais de vinte arrôbas de peso, e outros utensilios para Serviço da Fabrica, fez segunda coadura com igual successo, mas na terceira o grande calor derreteo algumas pedras do forno, que obstruirão inteiramente o canal por onde entrava o vento, que assoprava o fogo. Tão inopinado transtorno suspendeu a fundição; e Câmara não pode continuar os trabalhos, porque o serviço Diamantino, mais importante, o chamara a Tejuco e por que entretanto que ele se condice e faz indispensavel ajuntar a quantidade necessária de Carvão e forrar um tanque que contenha maior e mais perene abundancia de Agua”.

Em março Câmara já havia pedido a ida do fundidor alemão João Schonolwolt, que trabalhava na fábrica de Congonhas e prestava serviços tambem na exploração de galena em Abaeté.

continuando, ainda que lentamente, tem já produzido a soma de quinhentas arrobas de ferro, ainda excelente aço”... “concluindo este por trazer á memoria de V. Ex. que á Fabrica de Congonhas ereta principalmente por diligencias minhas, foi a primeira que produziu ferro e começou a trabalhar com alguma regularidade”.

Esta exploração ia sendo feita com grandes possibilidades por Eschwege, pois o officio de 29 de abril refere que em 1817 se extrairam de 600 a 700 arrôbas de minério e que se promovia a execução fiscal de contribuintes remissos, tomando-lhes os escravos para em número de cincoenta serem enfiados para os serviços de Abaeté.

O conde da Palma e o barão de Eschwege são dois vultos de notável relêvo na fundação da siderurgia mineira, tais a disposição, o zêlo e o interêsse com que trabalharam para torná-la realidade. (93) E não era só a siderurgia. Qualquer ramo da montanística interessava vivamente a ambos, como se verifica pela carta

(93) O officio de 18 de novembro de 1812, de Palma a Aguiar, fala de um irmão de Eschwege que, sendo empregado no serviço militar da Grã-Bretanha, veio com licença ao Brasil. E diz Palma: "Assegurão-me ter grandes estudos de Botanica, que o nosso Ministério reconhecerá, e que por isso mesmo fôra convidado pelo conde de Funchal para passar ao nosso Serviço, bem como o tinha sido anteriormente em Allemanha seo irmão". E declara ainda que na Secretaria do Reino devem existir informações a seu favor, dadas por D. Miguel Forjas e pelo "bem conhecido mineralogico José Bonifacio de Andrada"; e que a êste respeito pode ainda informar mais exatamente o conselheiro Antônio de Araújo Azevedo, "que semelhante negocio promovera com o defunto Conde de Linhares". E termina: "Si tudo isto he verdade, muito faria aos Reais interesses que este official fosse encarregado de exame e direção das Mattas desta Capitania, aproveitando-se por ora na particular direção daquellas que pertencem aos distritos do Indaiá e Abaeté. Huma penção anual de oitocentos mil réis bastaria a satisfaze-lo, servindo junto a seu irmão; e eis aquil muito bem designada a pessoa para occupar o logar de Conservador das Mattas, de que faz menção o Plano" (de exploração das jazidas do Abaeté). Esse irmão de Eschwege foi mais tarde conselheiro privado no Braunschwege e regressou à Europa quando soube da derrota de Napoleão na Russia, resolvendo deixar "o Fulda brasileiro pelo Fulda alemão"....

de 9 de agosto de 1813, dirigida ao conde de Aguiar, pelo governador de Minas, em que apresenta uma amostra de estanho enviada por Eschwege. "Participa-me o mesmo Sargento-Mor, diz Palma — que hum Ferreiro morador nas margens do Rio Paraopeba em Sitio denominado Ponte-Nova, procurando, com intenção de extrair ferro, Fundir as areias das lavras pertencentes a hum Antônio José, obtivéra em resultado hum metal que lhe era desconhecido, do que tendo noticia o dito Barão, fizéra caminho por aquele Sitio e procedendo ao exame, mandando fundir huma pouca da mesma areia, extraiu a porção de estanho que me enviou e acompanha o presente officio, asseverando-me constar-lhe haver naquelas paragens grande abundancia da dita areia".

Em agosto de 1813 o conde da Palma visitava pessoalmente a fábrica de ferro de Congonhas e, em data de 20 escrevia ao conde de Aguiar cheio de entusiasmo: "Apesar dos obstáculos que por via de regra se encontram em todas as novas Fabricas onde faltão operarios peritos, em tudo, o resultado ordinário das fundições desta em huma semana tem sido de quarenta a cincoenta arrobas e segundo o Plano de seu autor e Socio o Sargento-Mór Guilherme Barão d'Eschwege espera-se obter cento e cincoenta, eu porem serei muito contente quando se obtenha de noventa a cem, resultado de grande interesse á Capitania pela abastança deste artigo indispensavel, custando aos particulares o comodo preço de 2\$400 reis cada huma arroba ao mesmo tempo proveito aos Accionistas cujas entradas tem subido a 600\$000 reis e que ainda subirão a mais para a compra dos escravos necessarios".

E passa a descrever a fabrica: "Para dizer a V. Ex. tudo foi a dita Fábrica erecta em hum logar que se achou o mais proprio, tanto pela abundancia da

riqueza da mina como da agua precisa para mover as maquinas e o edificio he grande e bem construido, tem cinco fornos para fundir mas nem todos podem trabalhar regularmente por causa de desmanchos diários que he indispensavel remediar, pois não temos nem pedras nem barros que possam sofrer a violencia do fogo no espaço de uma semana, em que dura o trabalho sucessivo dia e noite dividido em quartos pelos operarios. Além disso ha hum a Forja onde se caldeia o ferro fundido para se estender em barras; estes fornos e a forja são assoprados por trompas dagua que servem em lugar de fôles, e com muito bom successo; há tambem hum engenho para pesar a mina de outro que faz trabalhar o grande malho, e tudo movido por caixões de agua que facilmente se gradua conforme a precisão”.

Em 1822 Eschwege, já na Europa, escrevia “Notícias e reflexões estadisticas da Provincia de Minas Gerais”, referindo-se assim á sua experiencia de Congonhas do Campo: “O sexto estabelecimento é a fábrica de ferro de Congonhas do Campo, estabelecida por carta régia de 1811 á custa de uma sociedade. A sua eração custou 13 mil cruzados. O resultado da produção, por um termo médio dos últimos seis anos, tem sido 1.300 arrôbas por ano, que custavam a produzir a quantia de 2:200\$000, e como cada arrôba de ferro é vendida na Fabrica por 2\$400, tem daí resultado um lucro líquido anual de 920\$000, ou um lucro em cada arrôba de ferro de 708 réis”. (94)

Depois dessa promissora experiência de Congonhas do Campo, Eschwege se estabeleceu na fazenda de Timbopeba, município de Mariana, onde fundou outra fábrica de ferro, que mais tarde venderia a Roque Schüch.

(94) *Revista do Arquivo Publico Mineiro* — Ano IV, 757.

“Essa fábrica — informa Ernesto Sena — teve a sua época de prosperidade, tendo fornecido diversas peças de máquinas para as lavras de ouro do Gongo-Sôco, entre a conhecida serra do Cassu e Santa Bárbara. A propriedade adquirida pelo Dr. Roque Schüch denominava-se Timbopeba e era banhada pelas águas do rio Gualaxo. Em diversos lugares êle fazia tambem lavar o ouro”.

No seu interessante opúsculo “Relação abreviada de algumas experiências sobre a fabricação do ferro corrido na provincia de Minas Gerais”, Schüch dá longas informações sobre essa propriedade, que constava de “hum fazenda com hum fabrica de ferro de fornos altos”, distante de Mariana três léguas e de Ouro Prêto outras tantas; com as datas de mineração conforme os títulos em meu poder”, além de jazidas riquíssimas de ferro, com as seguintes benfeitorias em 1837: “Hum extenso mato virgem em parte; hum corrego caudaloso, mesmo no tempo da sêca; e hum inexaurivel camada de pedra calcarea, o que afiança huma perpetua fabricação de 200 e mais arrôbas de ferro por dia”.

Quando isto escrevia, Roque Schüch já lutava com as dificuldades financeiras que iriam sacrificar o seu plano, e imprimirla justamente êsse opúsculo para interessar capitais na Côrte. E continua êle a alinhar o patrimônio de Timbopeba:

“1.º — Hum fôrno alto de 28 palmos e meio de altura, destinado á fundição de ferro corrido, proprio para ser moldado em obras, suceptivel, pelas fundições nele feitas, de dar 100 a mais arrôbas em 24 horas:

2.º — Hum dito de 18 palmos de altura, proprio para nele se fundir ao mesmo tempo, além de ferro fundido, ferro macio, para ser puchado em barras de

ferro ou aço, e susceptível de dar, em 18 horas, 30 arrôbas entre ferro corrido e macio;

3.º — Huma forja, adotada em alguns logares de França, na Alemanha, e na Ilha de Corsega, etc., para refinar ferro corrido em aço e ferro macio; ou fundir imediatamente pedra rica ferrífera em ferro macio:

4.º — Três fornos baixos. usados nas mais fábricas da Provincia;

5.º — Duas forjas de aquestrar ferro macio de puchar em barra;

6.º — Dois pequenos martelos, movidos com roda d'água;

7.º — Hum fole de três caixões cubicos, susceptível, conforme a pratica, a dar ar sufficiente ao mesmo tempo para os dois fórnos altos e para a forja grande, movido por uma roda d'água.

8.º — Três foles d'água, do modo uzado nas mais fabricas da Provincia;

9.º — Hum fôrno para cementar aço”.

Como se vê, um estabelecimento de primeira ordem para o tempo, com a garantia de ter pertencido a um metalurgico da estatura de Eschwege, que o vendera por ter de regressar à Europa.

Mas, Roque Schüch exhibe outras qualidades da sua fábrica, no afã de conseguir dinheiro para evitar a sua paralização: “Ainda que as disposições da fábrica apresentem hum exterior esplendido, foram, por Aviso do Governo da Provincia, ha mais de 9 anos, reconhecidos como das melhores da Provincia, reconhecendo ao mesmo tempo o aço desta fábrica superior ao de fóra, o que deve constar por documentos existentes no Tribunal da Junta do Comercio desta Côrte. Que a construção de fornos altos he otima e a mais correta, vê-se á pagina 16 do opusculo publicado pelo Dr. João

Diogo Sturz, com o título — “Efeitos benéficos das máquinas, etc.”, impresso na Tipografia Nacional desta cidade”.

O ferro corrido da fábrica de Timbopeba foi examinado na Inglaterra, onde o atestaram excelente pela pureza de escórias, mais rico do que qualquer ferro e pela presença do ouro na sua contextura.

“Enfim — arremata Schüch — o aço desta fabrica he o melhor que se pode desejar, consta pelo documento acima lembrado, e além disso se acha no “Auxiliador da Industria Nacional”, número 11, do 2.º volume”.

Em 1840 publicava ainda outro opúsculo sôbre o mesmo assunto, intitulado — “Memórias sobre algumas experiências e empenhos mineralógicos e metalurgicos”, no qual, tentando mais uma vez salvar o seu empreendimento, não esconde o pesar de perder oportunidade tão propícia ao desenvolvimento da siderurgia em Minas.

“Ainda que este ensaio não realizou da maneira esperada, diz êle, sempre se verificou a suspeitada separação dos metais preciosos. (Refere-se a um processo da sua invenção). Desejava ansiosamente achar um auxílio para repetir êste ensaio em ponto grande, “aí menos com mil arrôbas de pedra ferrífera, porém achei somente promessas repetidas, mas nada de auxílio eficaz”. E continua:

“Eu vinha, há dois anos, para esta Capital do Império com a esperança de achar aqui uma companhia para dar andamento á minha fábrica, á vista de favoráveis recomendações; porém, depois de me ter visto, por uma despendiosa demora de mais de três mezes, reduzido á mais funesta situação a que tenho chegado, fui obrigado a renunciar á minha esperança.

Tendo com a minha volta a fortuna de conhecer algumas pessoas, ainda que poucas, que a hum sincero

patriotismo unem sufficiente instrução, para ajuizar-si o que acabei de referir tem sólida base, ou si he hum mera especulação fantastica; atrevo-me ainda uma vez, a levar á respeitavel presença dos patriotas brasileiros e dos estrangeiros interessados no progresso da industria deste Império, prospecto do meu estabelecimento, bem como o projeto de hum sociedade para o seu andamento, lisongeando-me que se achará nisto hum modo essencial para o melhoramento de tão atrazada industria Nacional; e que, anuindo-me ao meu desejo, não falhará o interesse dos que se confiarem na minha proposta.

Disse acima — continua, que desejava contribuir de hum modo essencial para o melhoramento da industria nacional, porque a Provincia de Minas Gerais não terá por muitos séculos artigo algum mais lucrativo, nem tão inexaurivel como o da fabricação do ferro, com tanto que se altere a manipulação desse fabrico, e o modo de queimar lenha para carvão”.

Foi o último esforço. Em breve entregava Timbopeba aos credores, e o pouco que lhe sobrava deixava em testamento para auxiliar a fundação de uma Academia de Mineralogia em Minas Gerais.

Em 1819 Roque Schüch, Francisco Alves da Cunha, João Martins da Silva, Francisco Alves da Cunha Menezes e Antônio Ferreira da Silva, tinham requerido ao rei D. João VI “hum espaço do Campo incluindo o Pico, pela parte do Norte, seguindo estrada que vai para Varanda de Pilatos, thé divisar com a Fazenda de Francisco Alves da Cunha e pela parte do Sul seguindo a serra do Aredes, thé divisar com a Fazenda dos Herdeiros de João Miz da Silva, hum vez que o Campo pedido thé a presente nunca teve possuidor”.

Destinava-se a doação desses terrenos de cultura e de jazidas, existentes em Itabira do Campo, hoje

Itabirito, à fundação de uma fábrica de ferro e folha de Flandres, ao pé da Serra da Moeda. O requerimento teve informação favorável do ouvidor da comarca de Sabará, o futuro visconde de Caeté, e na documentação apresentada no volume VI da Revista do Arquivo Público Mineiro (pags. 137-38) só consta mais um requerimento de Roque Schüch a Tomás Antônio Vila-Nova Portugal, ministro de estrangeiros, pedindo seja o mesmo requerimento dado a despacho de Sua Majestade.



O Brasil nunca estêve, no curso de toda a sua história, tão preparado para falar e ser ouvido como agora, com a solução prática do máximo problema, que é o aproveitamento da sua riqueza ferrífera. E é em Minas Gerais que ainda reside a chave dessa realidade, pois a riqueza e a força econômica do mundo estão, nos dias que vivemos, nos depósitos de ferro que cada país possua e possa explorar adequadamente.

Em 1907, quando a fúria armamentista de Guilherme II já denunciava a tragédia que se desencadearia em 1914, o presidente Teodoro Roosevelt, pressentindo o desfêcho dos acontecimentos que se precipitariam ao menor atrito, convocou um congresso internacional de geologia, reunido em 1908 em Estocolmo, "para estudar os recursos naturais de que o mundo dispunha, seu valor industrial e os meios de impedir a dissipação e conseqüente esgotamento dos mesmos".

Era o temor de vir a faltar o ferro o que já sobressaltava os espíritos. E êste importante conclave chegou a duas conclusões angustiantes: escasseava o minério de ferro onde êle era conhecido, e só no Brasil existiam depósitos ainda por explorar.

Esta última revelação provinha de um parecer firmado por dois geólogos brasileiros, integrantes da nossa representação no Congresso: Luiz Felipe Gonzaga de Campos e Orville Derby. Afirmavam êles, nesse parecer, que as reservas de ferro no Brasil, até aquele tempo conhecidas, orçavam em mais de dois bilhões e quinhentos milhões de toneladas, com um valor potencial de mais de três bilhões. (95)

O mundo respirou desafogado. A civilização industrial da Humanidade não mais morreria à fome de ferro para o seu desenvolvimento.

As principais jazidas do metal dormiam quase inexploradas em Minas Gerais, e foi então o *rush* capitalista para empolgá-las a qualquer preço.

Formaram-se diversos grupos para conquistar a riqueza: o grupo inglês, representado pela "Itabira Iron Ore Co. Ltd.", que se tornou proprietária das jazidas de Cauê e Santana, em Itabira do Mato Dentro; o grupo americano, representado pela "Brazilian Iron Steel Co.", que acabou se ligando á "Itabira Iron", proprietária também das jazidas do Esmeril e Periquito, em Itabira, Agudo e Rio Pardo em Mariana (96);

(95) "As minas do Brasil e sua legislação (Brasiliana — Pandiá Calógeras — Cia. Editora Nacional, S. Paulo — 1938) — II — pág. 362. Já dizia Gorceix em uma conferência em Paris que o Brasil ostentava "un coeur d'or dans une poitrine de fer"...

(96) Do grupo americano era um dos incorporadores o sr. Percival Farquhar, falecido em Nova Iorque a 5 de agosto de 1953.

Vivendo no Brasil cêrca de cincoenta anos, deixou o seu nome ligado aos maiores empreendimentos econômicos do nosso país, sem embargo da visão rasteira e dos interesses políticos que estorvaram esses empreendimentos.

Nascido na Pensilvânia, em 1864, formou-se em engenharia pela Universidade de Iale e em direito pela Universidade de Columbia. Começou as suas atividades industriais

o grupo alemão, representado pela "Deustsche Luxemburgische Bergerks Aktiengeselischaf", proprietária da jazida do Gaia em Sabará e das do Corrego do Feijão, em Bonfim; o grupo francês, representado pela "Societé Civile des Mines de Fer de Jangada", proprietária dos depósitos de Nhotim e Mendonça, e "Societé Franc-Brasilienne", dona das jazidas de Andrade, também em Itabira.

Havia, porém, outros grupos menores, que depois foram absorvidos pelos mais poderosos.

como fabricante de máquinas agrícolas, que encontravam mercado na America Latina. Depois de breve intervalo em que se dedicou á mineração e ás estradas de ferro nos Estados Unidos, transportou-se Farquhar a Cuba onde dirigiu os primeiros trabalhos de eletrificação. De Cuba á Guatemala, de onde, em 1904, veio para o Brasil.

Em 1907, com Alexandre Mackenzie e o engenheiro electricista Pearson, foi um dos fundadores da "Light" do Rio de Janeiro. Foi ele mesmo quem exerceu ação decisiva para o levantamento dos capitais necessários á fundação da empresa. Ainda é o seu nome que se encontra na origem da organização, pela "Light", das linhas suburbanas de bondes, do acervo da companhia de gás e empresa telefônica. Assim, já antes da primeira guerra, o sr. Percival Farquhar era o mais influente líder industrial do Brasil, tendo chegado mesmo a controlar a Companhia do Pôrto da Capital da República, onde construiu o primeiro frigorífico para carnes, em funcionamento ainda hoje.

Estendendo suas vistas para a América Latina, visando ao progresso a que estava fadada esta parte do continente, obteve a concessão da construção do porto de Belém e da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Esta, que era uma das condições do Tratado de Petrópolis, com a Bolivia, encontrara, no clima e região inóspitos, dificuldades práticas até então insuperadas. Com efeito, logrou o industrial norte-americano levar à Bolivia, em 7 de setembro de 1912, os trilhos da estrada de ferro, que se celebrou por ser a mais cara do mundo em dinheiro e vidas humanas. Farquhar contratou os serviços de Oswaldo Cruz para dirigir o saneamento preparatório da construção da estrada de ferro.

Pôsto o problema à luz dêstes dados, e vencida a crise da primeira conflagração mundial, vê-se quanto tempo se perdeu no aproveitarmos essa estupenda riqueza. A não ser o minério de ferro e manganês que exportamos, o nosso problema siderúrgico continuou sem solução de conjunto até nossos dias, quando, em pleno fragor da primeira guerra mundial figuras representativas dos círculos técnicos e econômicos de Minas Gerais tiveram a iniciativa de fundar a Companhia Siderúrgica Mineira.

Havia então alguns altos fornos funcionando no Estado, o mais antigo dos quais mantido à custa da energia indomável do engenheiro J. J. Queirós Júnior — a Usina de Esperança. No entanto, a guerra, com o conseqüente bloqueio marítimo, dificultando as importações, indicava aos mineiros a hora de industrializar as suas riquezas minerais, fabricando êles próprios o ferro, as ferramentas, os utensílios e as máquinas.

Foi com êsse pensamento progressista que um grupo de homens de Belo Horizonte resolveu constituir a Com-

Ainda a êsse tempo, controlava a "Amazon Steam Navigation Co", empresa de navegação fluvial.

Os seus empreendimentos na Amazonia foram liquidados com prejuízo, sobrevivendo a crise da borracha.

Em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul applicou grande cópia de capitais em fazendas de café, criação de gado, arrendamento da Sorocabana, e principalmente na construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Em 1915 renunciou ás suas atividades como presidente da Brasil Railway Co. e voltou aos Estados Unidos. Mas em 1919, a convite do Presidente Epitácio Pessoa, voltou para iniciar a construção de novas estradas de ferro e exploração das minas ferríferas de Itabira. A sua tenacidade, porém, encontrou uma poderosa resistência dos círculos políticos e econômicos nacionais, e os grandes projetos que acariciava para a exportação do minério foram cancelados, afinal, em 1939, ao fragor da segunda grande guerra.

panhia Siderurgica Mineira. Tratava-se de construir uma nova usina siderúrgica. O local escolhido seria Sabará. Para levá-la a cabo, a empresa se constituiu em assembléia geral realizada no dia 21 de janeiro de 1917, na residência do engenheiro Cristiano França Teixeira Guimarães.

O capital da empresa, consoante os termos de seus estatutos, aprovados naquela eventualidade, era de Cr\$ 350.000,00, com possibilidade para se elevar a Cr\$ 1.000.000,00, importâncias essas realmente vultosas para a época. A sua finalidade era de explorar a indústria siderúrgica, para a produção de ferro gusa e derivados, e utilizar comercialmente as jazidas mineiras existentes nas propriedades a serem adquiridas.

Em torno da iniciativa se uniram vinte figuras já então conceituadas em nosso Estado. Eram elas os senhores João Gomes do Val, Maria A. Lanari do Val, João Gomes do Val Jr., Cássio Lanari, Amaro Lanari, Américo Teixeira Guimarães, Vigário Antonio Diniz Costa, Cristiano França Teixeira Guimarães, Sebastião Augusto de Lima, S. Fernandes Clare, Antônio de Paula Simões, Antônio Pinto Mascarenhas, Flávio Fernandes dos Santos, Aurélio Lobo, Adelino Ferrão Castelo Branco, Ovidio de Andrade, Afonso Vaz de Melo, J. A. Assunção, João de Cerqueira Lima.

No próprio dia da constituição da sociedade, foram eleitos a sua diretoria, composta de três membros, e o seu Conselho Fiscal, integrado por três membros e respectivos suplentes.

Os diretores eleitos, com a gratificação anual de Cr\$ 1.880,00 foram os srs. Cristiano Teixeira Guimarães, Sebastião Augusto de Lima e Ovídio de Andrade. O Conselho Consultivo se constituiu dos Srs. João Gomes do Val, Afonso Vaz de Melo, Flávio Fernandes dos Santos

(efetivos), Adelino C. Ferrão Castelo Branco, Américo Teixeira Guimarães e Aurélio Lobo.

Formada a Companhia, imediatamente foram tomadas as providências para a construção de uma usina siderúrgica nas proximidades de Sabará. Coube ao engenheiro Gil Guatmozim dirigir os trabalhos da construção da usina e, finalmente, em 1919, o alto forno da Siderúrgica era pôsto em marcha. Nascia uma usina siderúrgica em Minas e nascia para ter um papel fundamental no desenvolvimento da indústria do aço no Brasil.

Em 1921, acrescida de capitais belgas e luxemburgueses, a Cia. Siderúrgica Mineira se transformava em Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira.

Em 1927, desanimados com o êxito da empresa distante, os capitalistas belgas e luxemburgueses, encabeçados por Gaston Barbanson, enviaram ao Brasil o engenheiro Louis Ensck para liquidar os negócios da companhia. Aqui chegando o jovem metalurgista, e inteirando-se das possibilidades do empreendimento, aconselhava o grupo de Barbanson a inverter maiores capitais em vez de liquidar um negócio de tão sedutoras perspectivas.

E tal era a confiança que os financistas belgas e luxemburgueses depositavam no jovem engenheiro, que a reorganização se fêz conforme os seus conselhos.

Atestando a aguda visão de Louis Ensck aí está o estupendo parque industrial de Sabará e Monlevade, movimentado por um capital imenso e dirigido com uma clarividência que em menos de um quarto de século transformaram uma empresa ameaçada de liquidação na maior indústria siderúrgica da América do Sul.

Não pode restar dúvidas de que foi este gigantesco ensaio de Louis Ensck em Minas, que estimulou a

fundação de outras companhias no Rio de Janeiro e São Paulo. A Companhia Siderúrgica de Volta Redonda é filha legítima da experiência da de Sabará e Monlevade.

Mas, isto já é história dos nossos dias, e o necessário é remontar às origens da nossa metalurgia racional, incontestavelmente nascida ao influxo de Eschwege e Monlevade.

Câmara, na sua “Memória mineralógica do terreno mineiro da Comarca de Sabará”, nos dá notícia da primeira tentativa de Monlevade, construindo o fôrno da fazenda do Rio Prêto:

“Muito depois appareceu Mr. de Monlevade, homem raro e digno de toda a estimação, grande mineralógico, grande químico, além de outros conhecimentos de física, matemática e literatura, que conhecendo a riqueza deste país associou-se ao Capitão Luiz Soares de Gouveia, senhor da fazenda da Barra do Rio Prêto, e levantaram uma fábrica de ferro coado, não tamanha como a de Gaspar Soares, porém superior a todas as mais do país, onde êste hábil físico mostrou o seu grande talento, já no risco do Edifício, já na planta da fornalha, sendo êle mesmo o que às vêzes pegava no picão para lavar as pedras principais. Nesta fornalha se fundiu a primeira vez o ferro coado no Arraial da Conceição; e por lhe faltar o carvão deixou de trabalhar por algum tempo; e conhecendo êste hábil químico que a mina de ferro lhe destruia o algaraviz da fornalha, pela atração que tinha com o quartzo do grés refratário de que eram feitos, remediou na segunda fusão êste inconveniente, unindo areia ás taminas da mina, que se lançava na fornalha, e dêste modo evitou, seguindo as leis da atração, êste grande inconveniente, e fundiu muito ferro de que se fizeram muitas bigornas, agulhões, almofarizes, alguns tambores e outros vasos muito gros-

seiros pela falta de operários, moldadores peritos, e frascos próprios para as ditas obras". (97)

E, concluindo a excelente memória sobre o ferro em Minas, termina Câmara as suas considerações com estas palavras, nas quais parecia profetizar o destino de Monlevade e da região do rio Doce: "Debaixo destes dados pode receiar o nosso Imperador, quando só a Província de Minas é capaz de fornecer todos os petrechos para nossa defesa? Assim se consiga a navegação do rio Doce para facilitar os transportes de peças e balas, e tudo o mais de que abunda este Paiz Liberal. A cultura das margens deste rio afiança a conservação de uma marinha respeitável pela grande abundancia de madeiras de construção e outras muitas preciosidades que encerra nas suas matas, tais o muito ouro nos rios que descem das serras da Casca de Cuieté, que vão desaguar abaixo das Escadinhas — vãos de Manhuassú e outros" (98).

João Antônio Felix Dissandes de Monlevade, segundo notas fornecidas pela sua bisneta D. Lucia de

(97) "*Revista do Arquivo Publico Mineiro*" — III — pag. 425. Alfeu Diniz Gonçalves, na sua monografia "O ferro na economia nacional", completa a informação de Câmara quando escreve: "Em 1817 appareceu em Minas o Sr. J. Monlevade, de nacionalidade franceza, que depois de percorrer varias zonas metalurgicas da provincia se fixou em Caeté, onde, com o Capitão Luiz Soares de Gouveia, fundou um alto forno, cabendo a esses dois homens a glória de terem conseguido, pela primeira vez, correr ferro-gusa em Minas Gerais".

(98) O problema do reflorestamento decorrente da siderurgia já em 1832 preocupava o presidente da Província, Manoel Inácio de Melo e Souza, que escrevia em seu relatório: "Um regulamento sobre as fábricas de ferro, também parece indispensável; esse ramo da riqueza nacional não prosperará se algumas providências se não tomarem sobre o combustível, visto a destruição das matas em logares mais proximos ás povoações".

Monlevade Tomanik, residente em São Paulo, nasceu a 14 de abril de 1791, no castelo de Bogenet, perto de Gueret, no Creuse.

Descendia de velhas e tradicionais famílias da nobreza francesa como os Lavillate, Bogenet, Dissandes, Pionnat e Saint-Fiel, que se estabeleceram na Marche, onde ocuparam os cargos mais elevados, remontando as suas origens, ao que se conhece por documentos, aos reinados de Luiz XII e Francisco I, no século XVI. No Brasil esses velhos troncos franceses cruzariam com os Souza Coutinho e Pais Leme, de velha e rica cêpa luso-flamenga, que recuariam para as fraldas dos Andes o meridiano de Tordesilhas.

Henri de Neuville, pseudônimo de Henri de Lavillatte, publicou em 1902 (Imprimerie Lepelletier, Rue Séry, 47 — Havre) um interessante escôrço biográfico intitulado “Recueil de notes sur M. de Bogenet — Doyen des Vicaires Généraux de France — précédé d’une notice sur sa Famille e sur les branches qui en existent encore de Lavillatte e de Monlevade”, onde se encontram dados genealógicos de subido interesse, pois desde 1500 a família se faz notar na história de França nos seus lances mais decisivos.

Depois de ter feito o currículo de estudos preparatórios, matriculou-se João de Monlevade na Escola Politecnica de Paris, diplomando-se em 1812 com distinta classificação, o que lhe permitiu ingressar na Escola de Minas. Nesse famoso estabelecimento de ensino encontraria colegas de turma do vulto de Ebelmen, Thyrria, Dufrenoy e outras grandes figuras que tanto se salientariam no desenvolvimento teórico e prático da metalurgia francesa. (99)

(99) Em carta de 29 de outubro de 1952 a Sra. Tomanik de Monlevade enviou-me ainda os seguintes dados relativos aos estudos do seu bisavô, recolhidos num caderno de família: “Il entra á l’école Polytechnique á 18 ans. Il subit a Paris

Embora ao concluir o curso de Minas já pertencesse ao quadro de engenheiros do Estado, João de Monlevade, por motivo de saúde e a conselho médico, que lhe recomendara clima de mais generoso regime, aceitou uma comissão do seu governo, destinada a estudar os recursos minerais do Brasil, especialmente na província de Minas Gerais. (100)

Neste ponto a tradição colhida em São Miguel do Piracicaba não condiz com a tradição da família, que aliás deve ser a mais exata. Mais adiante se verá a tradição colhida em São Miguel.

Chegado a Minas, logo chamou a atenção dos homens ilustrados da terra a siseudez da inteligência do jovem engenheiro. Antonio Gonçalves Gomide, médico distinto, senador do Império e homem de larga visão intelectual, em carta de 16 de maio de 1823 a José

les examens d'entrée le 31 octobre 1809 et fut reçu avec le numero 52. Il passa en première division le 31 Septembre 1810 avec le numero 103. Il sortit de l'école avec le numero 4. D'abord affecté au Génie Militaire, il fut ensuite versé dans le corps des ingénieurs des Mines".

(100) Um aviso do Ministro do Reino, em 9 de agosto de 1817, ao governador de Minas, D. Manoel de Portugal e Castro, está assim concebido:

"El-Rey N. S., Anuindo á representação do Consul Geral e Encarregado de Negócios de Sua Majestade Cristianissima a favor de Mr. Monlevade, Engenheiro de Sua Majestade, que pretende viajar nessa Capitania. Foi Servido Conceder a este Oficial Francês a necessaria permissão para o referido fim; e mandando-lhe expedir a competente Portaria para poder fazer livremente a sua jornada, manda nesta ocasião igualmente recomendar a V. S. lhe haja de facilitar, quanto sem inconveniente se pode permitir em semelhantes casos, desviando-o porém de passar ao Distrito Diamantino, se por ventura ele pretender, pois que Sua Majestade não julga prudente que se facilite o ingresso de estrangeiros naquêle Distrito. Deus Guarde a V. S. — Palacio do Rio de Janeiro em 9 de agosto de 1817. — João Paulo Bezerra".

Bonifácio, já indicava o nome de Monlevade para orientar a exploração da galena de Abaeté, trabalho que realizaria efetivamente pouco depois. Nesta carta, Gomide afirma a José Bonifácio as qualidades profissionais de Monlevade em termos de grande confiança:

“Reside no termo da Vila de Caeté Mr. Monlevade, sábio mineralógico, e que já trabalhou muitos anos em minas semelhantes na França. Este homem, amigo do Brasil como se fôsse indígena, me tem dito que de bom grado se prestaria a ir ensinar a construção de fornos e o modo de fundirem os minerais e de se separar a prata do chumbo. Portanto, se V. Ex. encarregar o sobredito Monlevade esta diligência, julgo que verá os resultados que ainda não se puderam obter de outras mãos. Talvez a criação de uma companhia seja o meio mais adequado de se empreenderem em grande estes trabalhos, para o que, mesmo para cooperar com Mr. Monlevade, lembro a V. Ex. o generoso patriotismo do Capitão-mór e G. Mr. Geral João Batista Ferreira de Souza Coutinho, em quem já falei a V. Ex., e a quem pode o Governo Provincial cometer a direção total deste negócio, cujo sucesso então asseguro a V. Ex”. (101)

Poucos meses depois essa idéia teve comêço de realização, pois em carta de 6 de agosto de 1823, datada de Gongo Sôco e dirigida ao govêrno provincial, Souza Coutinho, futuro barão de Catas-Altas, escrevia:

“Inteligenciando-me com Mr. de Monlevade, em virtude da portaria de V. Ex., de 3 de julho, afim de informar com a brevidade possível sobre as proporções da prata e chumbo que se contêm na galena do Abaeté e sobre o plano que deva adotar-se para que

se obtenham vantagens desta Mina: tenho a honra de apresentar a V. Ex. o ensaio aqui feito a 28 de julho, o chumbo que se obteve embrulho n.º 1 e o botão de prata, embrulho n.º 2.

Quiséra acompanhar o ensaio com o Plano da Exploração; mas exigindo isto inspeção ocular de Mr. de Monlevade, êste espera somente o momento em que pode suspender o seu trabalho da Fornalha, para visitar a mina de Abaeté; e nessa ocasião, que não pode distar muito, requererei a V. Ex. o que parecer necessário para o bom exito da diligencia". (102)

Realmente, em setembro de 1825 Monlevade apresentava o seu relatório sôbre as minas de galena de Abaeté, no qual estuda as possibilidades econômicas das jazidas, as condições geológicas da região e outros detalhes da sua exploração, concluindo que "A posição desta riqueza mineral, nas margens de um côrrego abundante em águas no meio da estensíssima mata da Corda, e de um paiz que tem a maior necessidade de chumbo, é muito favorável e convida para continuar os trabalhos, e minha opinião é que existe grande abundancia de mina, aonde aparecem as manchas e na direção delas".

E em officio de 27 de abril de 1826, completava Monlevade esse relatório, dando informações a respeito da prata de Abaeté:

(102) "*Revista do Arquivo Público Mineiro*" — loc. cit. Em documento assinado por Monlevade e datado de 28 de Julho de 1823, se atesta:

"Estraiu-se de huma pequena quantia de Galena do Abaeté 64 oitavas de chumbo, trinta e sete oitavas desse chumbo, passadas na coupela deram um botão do peso de um vintem, fazendo calculo vê-se que 100 libras de chumbo dão huma onça e mela de prata, que provavelmente está allada com algum ouro, o qual só poderá estimar pela operação do depart".

“Correspondendo com a invitation (sic) de V. Ex. que me incumbiu em Setembro de 1824 de ir aos serções do Abaeté, não só para tomar conhecimento da imperial fabrica de chumbo e de examinar o filão, como também de apartar estes dous metais contidos na galena extraida, eu já tive a honra em outra nota sobre a dita mina de informar a V. Ex., que eu tinha derretido 703 arrôbas de chumbo em barras, procedidas de 1.200 arrôbas de galena pura; que o filão dava esperanças fundadas de encerrar abundante mineral; o inventario anexo dará a V. Ex. uma ideia exata do estado deste estabelecimento.

Restava, para cumprir com os desejos de V. Ex., apurar a prata. A falta de aparelhos e agentes necessários não permitiram concluir de todo este trabalho, porém tenho a satisfação de apresentar a V. Ex. 22 1/2 libras, 16 oitavas e 36 grãos de prata fina, procedida de 50 arrôbas de chumbo. Esta experiencia, feita em ponto já grande, vem a dar 2 1/2 onças e 1/8 por 100 libras de chumbo e confirma os ensaios da copulação que enviei a V. Ex. e mostra que a galena de Abaeté tem em prata uma riqueza superior as da Europa; e merece não só por este motivo como pela posição favoravel da mina e a qualidade do chumbo a maior contemplação, o que tenho a honra de participar a V. Ex., a quem Deus guarde por muitos anos”.

Mas, o que iria fixar na lembrança e na gratidão dos mineiros e nome dos Monlevade, é o seu estabelecimento definitivo às margens do rio Piracicaba, próximo ao arraial de São Miguel, que tem hoje o nome da família.

A proximidade de jazidas opulentas, a existência de matas inexauríveis e a abundância de águas altas que pudessem ser aproveitadas para a fôrça motriz e outras

necessidades industriais, fizeram com que o local fôsse escolhido para o grande empreendimento.

Lançou os fundamentos da usina em 1826, (103) tendo talvez como sócio a Diogo Sturz, que em 1824 desceu o Rio Doce até o mar, em viagem de exploração destinada a conduzir ao local da fábrica os pesados maquinismos (475 arrôbas ou 7.125 quilos), que da Europa vieram acompanhados pelo engenheiro Lourenço Aquiles Lenoir. (104)

(103) Francisco de Paula Oliveira, no ensaio publicado nos "Anais da Escola de Minas", vol. — III, intitulado "Estudos Siderúrgicos na Província de Minas", assevera entretanto que "A fabrica de Monlevade, foi fundada em 1831, depois da sua volta do sertão (Abaeté). Conta, portanto, 53 anos de existência".

(104) Em carta de E. Alchorne sôbre a navegação do Rio Dôce, dirigida a Limpo de Abreu, presidente da Província, datada de 30 de Janeiro de 1835, poder-se-á aquillatar as dificuldades da emprêsa de Sturz:

"Para provar a V. Exa., que de modo nenhum tenho exagerado as dificuldades deste Rio, tomo a liberdade de lhe transcrever os seguintes estratos de uma carta que o Sr. Achilles Lenoir dirigiu em 17 de setembro do ano passado ao Sr. Diogo Sturz; será bom talvez lembrar a V. Exa. que este senhor é socio do Sr. Monlevade, proprietário da Fábrica de ferro de S. Miguel, e que em 1824 ele desceu o Rio Dôce, e tornou a subir o mesmo Rio em 1827, trazendo consigo as grandes peças de ferro para levantar a fábrica:

"Em 1824 j'ai parcouru le Rio Dôce, et ses confluent, em començant á la Cachoeira dos Oculos et immediatement au dessus de la Ponte Queimada, c'est-a-dire entre Mombaça et Sacramento. J'ai donc navigué depuis la Ponte Queimada jusqu'à la Cachoeira do Bogoari dans cette étendue il est parfaitement navigable, quoique a cette époque (au mois de Setembro) il y avoit si peu d'eau, qu'à peine le pilot pouvait trouver un canal assez profond pour y passer avec une canoa qui etoit á vide.

Depuis Bogoari, qui est la plus formidable cachoeira, après les Escadinhas, le fleuve s'incline constamment á l'est e s'il present á quelques endroits favorables, on peut

Esta ousada aventura realizada em 1827 foi levada a cabo penosamente, auxiliada pelos índios botocudos fornecidos para a emprêsa por outro notável francês, Guido Tomás Marlière, então comandante dos presídios do Rio Doce.

dire, que jusqu'aux Escadinhas, il n'est plus navigable; dette distance comprend environ 40 lieues, et present l'aspect le plus hideux, et les difficultés les plus insurmontables. Je dois cependant vous observer, que dans l'époque des eaux, la plupart des rochers, dont le dit du fleuve est persemé, se trouvent recouvertes par les eaux, et que les passages, qui en temps ordinaires sont impraticables, s'améliorent un peu, mais il en est d'aures aussi, que dans la sécjeresse sont assez favorables dont les eaux deviennent apouvantables. Des Escadinhas jusqu'à l'embrouchure, il j'y qu'a la fin de la séchesesse, que les bas-fonds sint tellement trases, qu'il parfoird urgent de s'ouvrir un passage avec des enchadas, pour y passer avec une canôa á vide, qui part tirer enviro 5 a 6 pouces d'eau. Em 1827 j'ai remonté le fleuve, comme vous le savez, avec une machine assez pesante pour faire la charge, de 5 canôas, et j'ai consommé 3 mois dans ce terrible voyage, c'est a dire depuis de decembre jusqu'en Avril; et apres avoir assayé á travers tous les dangers imaginables, je suis arrivé á bon port, sans avoir perdu la moindre des chose". (*Revista do Arquivo Público Mineiro* — IV — pág. 701 e sg.).

Mr. Sturz foi também o pioneiro da navegação do rio Dôce, parecendo que essa viagem ter-lhe-la sugerido a fundação de uma companhia para êsse fim. O relatório do presidente da Província, em 1833, ainda Limpo de Abreu, informava que "A navegação do rio Dôce parece que brevemente vai ser empreendida por uma sociedade debaixo da direção de Mr. Sturz, conforme a lei de 23 de outubro de 1832, e decreto do Governo de 29 de dezembro do mesmo ano". (Vide ainda "*Rev. do Arq. Pub. Mineiro*" — IV — 792).

Em 1840 aparece o nome de Diogo Sturz, com Joaquim Antônio Pinheiro e Nemo Neri de Carvalho, numa lei de 1 de junho, que lhes confere carta de privilégio por quarenta anos para a navegação a vapor nas aguas do Amazonas, Solimões, Rio Negro e seus afluentes.

Da correspondência oficial de Marlière, existente no Arquivo Público Mineiro, consta uma circular datada do Quartel do Guidoal a 7 de maio de 1827, em que o comandante francês dá instruções à sua tropa com relação a êsse transporte:

“Sendo-me encarregado pelo Ilmo. Sr. Visconde Presidente em despacho de 13 de março deste ano a requerimento do Sr. Feliz Monlevade, de prestar e fazer prestar todos os auxílios compatíveis para facilitar a entrada pelo Rio Dôce de pesadas máquinas para uma Fábrica de ferro, vinda da Europa, muito interessantes a esta Província e que em vista a dificuldade da navegação daquele rio, não poderiam chegar a salvamento sem um poderoso auxilio das Divisões do meu comando, que o habitam: tenho em consequencia de fazer saber a Vm., para que assim o execute com zelo e intelligencia, sem a menor falência, que fica repartido o auxilio pedido, e ordenado do modo seguinte: 6.^a Divisão — Com quantas canoas tiver, pelo menos em numero de quatro, e os melhores Pilotos e canoeiros, e as Praças disponiveis, fica encarregado da condução da fronteira da Província do Espirito Santo a Cachoeira do Baguari, descendo logo que tiver aviso o Sr. Comandante de Lourenço Aquiles Lenoir, com que conduz as máquinas. 1.^a Divisão — Encarregada da condução das mesmas com as suas canoas, e minhas e a gente toda em atividade de serviço, da Cachoeira de Baguari, a Leopoldo. 2.^a e 4.^a Divisões — Receberão do modo que acima fica dito, as máquinas da Cachoeira de Leopoldo, e as conduzirão ao Porto de Canoas aonde finda este Auxilio.

Nas Cachoeiras acima mencionadas todos ajudarão a passar as cargas. Cada Divisão levará mantimentos com suficiênciã para o sustento da sua gente, para o que antecipadamente deverão premunir-se, e faço êste

aviso a tempo. Logo que tiver notícia pelo Correio da Saída das Máquinas do Pôrto do Rio de Janeiro, avisarei a V.m., que deverá estar pronto à tôda a hora de Gente, mantimentos e canôas. Esta circular não admite demora, deve seguir uma Divisão a outra em Canôas Militares ou de Comércio”.

Marliére, talvez por orgulho e solidariedade patriótica deu a maior importância à incumbência, e no officio de 3 de setembro de 1827 ainda recomendava ao comandante da Divisão: “Não devo deixar de manifestar a V.M. os devidos louvores pela breve prontificação de Embarcações seguras para o transporte eficaz das máquinas destinadas para a Fábrica de Ferro do Mr. de Monlevade, pelo rio Dôce acima, como o ordenou o Exmo. Govêrno desta Província, o que V.m. porá em execução logo que se lhe apresentar o condutor delas Aquiles Lenoir, ou pessoa de sua parte, não havendo perigo, ou cheias, que o prognostiquem: nêste caso deverão tais máquinas esperar tempo favorável”. E no de 13 de novembro: “Logo que houver notícia da aparição da Expedição, que deve ter entrado pela barra do rio Dôce, dirigida pelo Sr. Lourenço Lenoir, o sr. Alfs.-Comandante da 6.^a expedirá hua Embarcação ligeira à 1.^a para descerem as outras de auxílio ao Baguari, ou mandar recolher, caso de não successo, ou cheias; não convindo expôr a saúde de tanta gente inutilmente”.

A 24 de novembro recomendava ainda que “logo que houver notícia da volta da Expedição, que mandei em auxílio no rio Dôce, para a subida das Máquinas de M. de Monlevade, ou de não successo, mandar-me-á o dito Quartel Mestre Aviso e a derrota da viagem do sr. Lourenço Aquiles Lenoir, que deve vir com elas, e escrita por êle, sendo possível”.

Mas, as notícias com referência à expedição eram escassas ou nenhuma. A 16 de novembro, em officio

ao vice-presidente da Província, escrevia: “Voltando destes negócios aos do rio Dôce, tenho de participar a V. Ex. que em execução de hum Despacho do Exmo. ex-Presidente desta Província Visconde de Caeté, datada de 13 de março dêste ano, a requerimento do Captm. Feliz de Monlevade, em que me he ordenado auxiliar, e fizesse auxiliar pelas Divisões do meu Comando a entrada pela Barra daquêle rio de huas máquinas, que pelo seu peso não tinham outro método de introduzir em Minas, mandei construir pelos soldados 12 Canôas para êste fim e as fiz descer no meiado do passado para o seu transporte ao Pôrto das Canôas, sôbre o aviso que tive pelo correio da sahiada daquelas, a 18 de setembro, do pôrto do Rio de Janeiro, em hua Sumaca comboiada por huas pequenas embarcações de guerra; mas as duas canôas do Comércio chegadas próximamente a Antônio Dias Abaixo, do beira-mar, não dão notícia daquela Expedição, o que me dá inquietações, pois sobrava tempo para haverem alí chegado. Expedi ordens ao Comte. de Cuieté caso de não successo ou inundações excessivas, de mandar recolher o auxílio, deixando para a futura sêca a execução, se os Corsários não nos pouparam já êste trabalho”.

Afinal, a 5 de fevereiro de 1828, em resposta a uma carta de Aquiles Lenoir, Marlière escrevia: “Em logar das cinco canôas que V.m. me pede pela sua de 18 de setembro de 1827, mandei 12 para prestar-lhe o auxílio que o Exmo. Covêrno desta Província me ordenou prestasse, e fizesse prestar pelas Divisões que comando para subida das importantes máquinas de Mr. Monlevade guarnecidas as canôas com os respectivos canoeiros, e viveres, e até para V.M. mandei os que me pediu. Foram Canôas de Minas até a Regência sem notícias suas, motivo porque determinei a recolhida dos soldados caso de não successo; mas o Alfs. Comante. da

6.^a ficou encarregado da condução até a Cachoeira do Baguari e de chamar novamente as canôas das outras Divisões quando V.m. apparecesse, o que julgo terá feito, visto o que me escreve da Cidade da Vitória a 12 de novembro do ano pretérito, e que recebi a 2 dêste mez pelo que expeço já aviso por hum soldado até a vila de Itapemerim se ainda lá o achar: sendo esta do Imperial e Nacional Serviço, por isso lhe respondo na lingua do paiz”.

A 2 de março comunicava ao Presidente da Província que as máquinas de Monlevade, que julgava perdidas, vinham afinal subindo o rio Dôce e se encontravam entre Linhares e Escadinhas.

O geólogo Francisco de Paula Oliveira (loc. cit.) informa que Monlevade, com a pequena fortuna que conseguiu ajuntar com o seu trabalho profissional, começou o seu estabelecimento dos mais modestos a principio. Mas, “tendo consciência do seu futuro e do que fazia, pôde levá-lo avante. Trabalhava para si, nada lhe tolhia os melhoramentos que queria introduzir na sua forja. Os sacrificios que fazia eram em proveito próprio e pôde assim vencer milhares de dificuldades”.

A sua idéia inicial consistiu em fabricar, para a exploração dos minérios de quartzo aurífero de Morro Velho e Pari, os trituradores dos pilões. Só em Morro Velho trabalhavam dia e noite 36 pilões, cujos trituradores eram blocos de ferro de cêrca de oitenta quilos de pêsô, e que nêsse trabalho contínuo precisavam de ser substituídos no fim de três ou quatro meses.

Para a fundição dêsses trituradores o alto senso metalúrgico de Monlevade escolheu o método direto em forjas catalãs, que exigia apenas um martinete hidráulico para tratar as lupãs nelas obtidas, usando o minério pulverulento (jacutinga), encontradiço na localidade, desoxidado pelo carvão de madeira extraído

por braço escravo nas imensas florestas que circundavam a usina.

“Quando mesmo existisse na localidade — informa Francisco de Monlevade — o calcáreo indispensável para o tratamento do minério pelo processo em altos fornos, o engenheiro Monlevade não poderia pensar em adotá-lo para aquela fabricação, pois o ferro fundido seria incompatível com a natureza de trabalho dos trituradores dos pilões; e nessa época sua transformação em aço não oferecia as mesmas facilidades de hoje, pois ainda não existiam os conversores e os fornos Siemens-Martin”.

O êxito obtido por Monlevade com essa fabricação levou-o a empreender a instalação de outra forja catalã, cujo produto converteu, com o auxílio de outros martinets hidráulicos, em barras de diversas bitolas que se transformavam em enxadas, ferraduras e cravos de ferrar.

Porém, o mais interessante da grande obra de São Miguel do Piracicaba foi o trabalho de criação, em pleno sertão brasileiro, de excelentes operários especializados em metalurgia, tirados dentre os seus escravos. Até nossos dias, mesmo depois de extinta a fábrica em fins do século passado, êsses operários continuaram a trabalhar isoladamente em pequenas forjas, de onde retiravam o sustento da família e conservavam de pai a filho a profissão de ferreiros fundidores. (105)

(105) Francisco de Paula Oliveira (loc. cit.) escreveu que Molevarde, durante quarenta e tantos anos de sua existência na forja que lhe herdou o nome, viu aparecer duas gerações, pelo menos, de escravos que lhe serviram de auxiliares no progresso de tão útil estabelecimento.

Preocupado com a saúde e o bem-estar da sua escravidão, João Monlevade estava sempre atento ao problema da sua alimentação, e o “Jornal do Comércio” de 18 de dezembro de

O seu exemplo frutificou então com abundância em tôda a Província. De 30 forjas existentes em 1831, com a produção diária de 100 a 400 arrôbas de metal cada uma ou 120 toneladas anuais, em 1864 eram registradas 120 forjas com uma produção anual de 1.550 toneladas de ferro. Em dados mais precisos, segundo o relatório do presidente da Província Crispiniano Soares, em 1864: 84 pertencentes aos demais municípios e 24 a Itabira, Araxá, Piunhi, Pitangui, Cacté, Conceição, Diamantina e Ubá, fabricando-se nelas diariamente 285 arrôbas de ferro vendido em barra a 4 mil réis. 27 fábricas existentes no município de Santa Bárbara, em 24 das quais se manufacturavam por ano 20.549 arrôbas, vendidas à média de 3 mil réis. 3 fábricas no município de São Francisco das Chagas, 2 em Minas Novas, 1 no Rio Pardo, 2 no Sêrro e 1 em Pará de Minas. (106) Dessas fábricas e 3 de Santa Bárbara, não se conhecia a produção, assim como de três municípios da Província. (107)

1839 publicava-lhe uma interessante monografia sobre a "Cultura da Batata Dôce na sua Fábrica de Ferro perto de São Miguel".

(106) Esta de Pará de Minas me parece ser em Itaúna, então Santana de S. João Acima, onde a siderurgia é indústria tradicional da família Leite. A sua moderna indústria do ferro data de 30 anos (1925) com a família Corradi.

(107) Costa Sena, na sua "Viagem de estudos metalúrgicos no centro da Província de Minas", inserta nos Anais da Escola de Minas (1881), descreve as fábricas de ferro que então trabalhavam no município de Concelção de Mato Dentro, enumeradas em dez estabelecimentos com a produção diária de 650 quilos de ferro aproximadamente. E Geraldo Dutra de Moraes, citando o padre Antônio Vieira de Matos, enumera mais sete estabelecimentos para a mesma época e mais cinco em 1927.

Em fins do século passado inaugurava-se em Itabirito a Usina Esperança, fundada em 1888 pelos srs. Amaro da Silveira e José Gerspacher, e que em 1891 passava-se para a

João Antônio de Monlevade é um caso típico de adaptação ao novo país que o hospedara. Diz uma tradição já referida que, diplomado em metalurgia pela Escola de Paris, obteve um prêmio de viagem ao estrangeiro, em pleno romantismo de Chateaubriand, e escolheu o Brasil para as suas aventuras de poeta metalurgista. A viagem, porém, decorreu tormentosa e cruel, pois o brigue em que viajava quase fôra o seu túmulo. Tanto sofreu os descômodos e perigos da viagem, que não se pôs mais de coragem para regressar à pátria. A versão de que teria se expatriado por ser bonapartista, o que realmente não se justifica pelo fato de ter a Coroa portuguêsã consentido na sua vinda para o Brasil, informa seguramente a sua bisneta sra. Tomaniik, em carta ao autor, que é inexata. João de Monlevade, segundo a missivista, não se interessava pela política do tempo, ao contrário de seu pai, que tinha em família o apelido de "Vovô Jacobino", "pois apesar de nobre abraçou as idéias revolucionárias em 1793; fêz parte do "Clube dos Jacobinos" e mais tarde foi membro do Conselho dos 500, no Diretório. Quando Napoleão, no 18 Brumário, foi proclamado primeiro Cônsul e dissolveu êste Conselho, o "Vovô Jacobino" fugiu por uma das janelas do palácio das Tulherias"... (carta de 19 de novembro de 1949).

Cia. Nacional de Fôrjas e Estaleiros e posteriormente para a familia Queirós Junior, que ainda a detém. A 14 de setembro de 1893 inaugurava-se, próximo á estação de Miguel Burnler, então São Julião, a Usina Wigh, de propriedade da firma José Gerspacher & Cia., com um alto forno de dez metros de altura e metro e meio de bôca, para a produção de uma média de sete toneladas diárias. A êsse tempo inaugurava-se também um *cubillot* para segunda fusão e moldagem de peças, tendo sido fundida na própria usina a tubulação para a canalização de água e gases do estabelecimento.

O Conde de Suzanet, que visitou Minas em 1843, refere-se simpaticamente a Monlevade, quando escreve: “Em tôda a província de Minas só funcionava uma fundição de ferro de algum vulto. Pertencia a um francês que a administrava pessoalmente, nela fazendo trabalhar grande número de escravos. Asseguraram-me que esta fundição proporciona lucros consideráveis ao nosso inteligente compatriota. Continuei no meu rumo, pesaroso de não poder visitá-lo, mas isto me levaria a quarenta milhas do Gongo Sôco”.

Em 1847 parece que Monlevade pensou em regressar à Europa, e tentou vender à Província de Minas ou ao Govêrno imperial a sua fábrica de ferro, já em pleno regime de produção.

Um documento incompleto existente no Arquivo Nacional e pertencente às Consultas ao Conselho de Estado, trata dessa proposta e está assinado pelos membros da Secção do Império, que eram então os conselheiros visconde de Olinda, visconde de Monte Alegre e Bernardo Pereira de Vasconcelos. Diz a resposta do Conselho, com o despacho imperial: — “Como parece — Paço em 5 de maio de 1847” “C. de 23 de Abril de 1847 — Senhor — A Secção do Conselho de Estado dos Negócios do Império tem a honra de dar seu parecer sôbre a proposta do Cidadão Francez João Antônio Monlevade, dono de uma fábrica de ferro na Província de Minas Gerais.

Tendo de retirar-se para a França o dito Monlevade, ofereceu ao Presidente da Província a compra da fábrica, que pode servir de uma escola normal pelo pé que se acha, e no caso de não ser aceito o seu oferecimento, pede que seja dirigido ao Govêrno Imperial para o levar ao conhecimento da Assembléia Geral Legislativa.

Não tendo o Presidente julgado conveniente fazer a compra por conta da Província, remeteu a representação ao Governo Imperial para lhe dar o conveniente destino.

A Secção não duvida do gráo de desenvolvimento que tem tido esta fábrica, e das grandes vantagens que pode trazer à Província, quando (o resto do documento está ilegível).

O certo, porém, é que o metalurgista não mais pensou em abandonar a sua grande obra.

Hoje é quase impossível reconstituir-se a história dos anos vividos por João de Monlevade no Brasil, porque tôda a documentação que os poderia relatar desapareceu da casa-grande da usina; quando o seu sobrinho Francisco, depois de tentar reerguer o antigo estabelecimento, vendeu a fazenda e as jazidas de ferro em 1891 à Cia. Forjas e Estaleiros. “Muitas vêzes ouvi meu Pai falar com tristeza das coisas deixadas na fazenda — informa a sra. Tomanick, sobretudo a biblioteca e a correspondência que meu bisavô sempre manteve com seus condiscípulos da Escola Politécnica de Paris, onde havia estudado. Ninguém soube o paradeiro de papéis tão preciosos e necessários”.

Saint-Hilaire nos conta como por acaso conhecera Monlevade em Minas: “Saia um dia do pátio da habitação, quando vi entrar um homem que me perguntou se eu era filho do capitão Antônio Gomes; tendo respondido negativamente, mostrei-lhe ainda a residência do dono da fazenda e continuei meu caminho. Todavia o modo de trajar dêsse viajante, sua fisionomia, seu ar desembaraçado e a vivacidade de seus movimentos haviam me impressionado; após alguns instantes de reflexão, não duvidei tratar-se de um francês e voltei. Um criado estrangeiro achava-se à porta do pátio, era o do viajante; difficil enganar-me sôbre a que nação

pertencia; dirigi-lhe a palavra em francês, e sua resposta provou-me que tomando-o por um compatriota eu não me enganava em minhas conjecturas. Corri ao encontro de seu patrão e tive grande satisfação em abraçar, tão longe do meu país, um patricio igualmente recomendável por sua instrução ou por seu caráter. O viajante que vinha de chegar em Itajurú era o sr. Monlevade, engenheiro de minas, antigo aluno da Escola Politécnica, chegado recentemente ao Brasil para percorrer a província de Minas Gerais. Travara amizade, antes de sua partida, com o sr. Antônio Ildefonso Gomes, e êsse moço lhe dera uma carta de recomendação para os habitantes de Itajurú. O sr. Monlevade fixou residência em Minas Gerais: aí estabeleceu fundições e poderá prestar grandes serviços à bela terra que se tornou para êle uma segunda pátria”.

Em 1853, com a usina de São Miguel já produzindo francamente 30 arrôbas de ferro por dia e empregando 150 escravos, tinha em movimento seis fornos, tres forjas, quatro tendas, um mecanismo de tornear ferro, duas rodas hidráulicas, três malhos, quatro trompas, duas mãos de pilão para socar minério compacto, além de um grande engenho de serrar madeira.

Quase tôda a produção era alí mesmo reduzida a obras, segundo informa Calógeras, como enxadas, machados, ferraduras, mãos de pilão para serviços de mineração, agulhões, bigornas, engenhos de serrar madeira, moendas para cana, etc.

Eram famosas as suas enxadas de três libras, conhecidas pelo nome do fabricante e terror dos preguiçosos, a quem se ameaçava:

— “Fulano precisa é de uma boa Monlevade”...

Meu pai, que foi fazendeiro e viveu largos e lúcidos oitenta anos, me contava que na sua fazenda da

Sesmaria, distrito de Mateus Leme, apareciam anualmente tropas de Piracicaba vendendo artefatos de ferro para a lavoura.

Em 1867 Richard F. Burton passava pela região e escreveria depois nas suas "Viagens aos planaltos do Brasil" a lisonjeira impressão colhida de Monlevade e sua obra industrial, social e humana:

"Aqui na paróquia e distrito de São Miguel de Piracicaba, num afluente a dez ou doze léguas do verdadeiro rio Doce, fica a fundição do sr. Monlevade, colono francês da velha escola. Ainda que octogenário, produz êle mais trabalho que qualquer de seus vizinhos, e a despeito da distancia de oitenta milhas, fornece à grande mina (Morro Velho) cabeças de pilão e outros artefatos rústicos. Seus escravos são bem alimentados, vestidos e alojados; por meio de pagamento êles empregam o domingo na lavagem de ouro e muitas vêzes fazem 1\$000 durante o dia; compelidos a trabalhar durante os feriados, recebem uma pequena soma como indenização". (108)

Por êsse tempo já era de incontrastável importância a indústria metalúrgica de Monlevade, e até o governo da Província, cujo presidente era então Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, a êle se recorre para orientar e informar sobre coisas do gênero. Foi quando apresentou, em 12 de dezembro de 1853, o seu célebre relatório, o primeiro a denunciar positivamente a riqueza do nosso minério e seu teor, ao afirmar: "Na província de Minas, além de inúmeras camadas, mais ou menos estensas, existem cinco principais cordilheiras de minério de ferro, e pode-se afirmar que uma só delas encerra mais ferro do que todas as da Europa reunidas, atendendo não somente à sua extensão e

possança como á riqueza do minério, o mais rico que se conhece, pois que analizado quimicamente, contem 76% de seu peso em ferro”.

E se enumeram: a 1.^a principia perto de Sacramento, municipio de Santa Barbara; a 2.^a — aponta perto de Piracicaba, três leguas e meia do arraial de S. Miguel, numa parte das quais instalou a sua usina; a 3.^a — No Capão, sul de Ouro Preto; a 4.^a — Na serra do Caraça; e a 5.^a — em Itabirito”. (109)

João Antônio de Monlevade se radicara definitivamente na nova patria, casando-se em Minas Gerais com Clara Sofia de Souza Coutinho, sobrinha do barão de Catas-Altas. Do matrimônio houve dois filhos — João e Mariana, esta falecida na França depois do casamento com o seu primo Saint-Edmé, unico parente de Monlevade que veio ao Brasil.

Em 1872, aos oitenta e três anos de idade, falecia o grande lidador na casa-grande da usina, rodeado do respeito e do amor da família e seus escravos. Meio século de trabalho indormido representava aquela vida que se extinguiu no lugar de onde nunca se ausentara. Está sepultado no cemitério que mandou construir para os seus escravos fiéis. Quis repousar junto dos obreiros humildes que possibilitaram a realização do seu grande sonho... (110)

(109) “*Minas Gerais no século XX*” — Rodolfo Jacó (Imprensa Oficial de Minas Gerais — 1922) pág. 252 e segs.

(110) A 28 de junho de 1876 falecia a sua espôsa, deixando o testamento escrito em 28 de setembro de 1864, que copio *ipsis litteris* da certidão do cartorio de Piracicaba:

“Eu, Dona Clara de Monlevade, estando em perfeito juizo, esperando a morte, faço meu testamento seguinte: Sou Catolica, Apostolica, Romana, em cuja Santa Fé protesto viver e morrer e salvar minha alma. Sou casada com o capitão João Antônio Dissendy, e de nossa união tivemos dois filhos João e Mariana, falecida, mas por ela representa seus filhos Fernando e Joana, que se acham em França, jun-

Já morto o grande pioneiro, em 31 de dezembro de 1879, a lei mineira n.º 2.550 autorizava a conceder-lhe a garantia de juros até 7% sobre o capital máximo

tos com o meu filho João são os únicos meus herdeiros. São meus testamentários em primeiro lugar meu marido Capitão João Antônio Monlevade, em segundo meu filho João Antônio Monlevade Junior, em terceiro Fernando Saint'Edmé de Monlevade, e o que aceitar tem o prêmio de quinhentos mil réis, e dois anos para as contas; e se dirão por minha alma Missas de Corpo presente e os mais sufrágios, e funeral fica a arbitrio de meus testamentários, lhes rogo mandar celebrar cinquenta Missas por alma de meus queridos pais e dez pelas de meus escravos. Deixo para meus netos Fernando e Joana a quarta parte da minha terça, e as outras das quartas partes da mesma terça a meu filho João em sinal de gratidão pelo muito desvelo com que me tem sempre tratado. Liberto a minha escrava Eufemia. Dou a meu neto João o crioulo Bernabé e a meu neto Francisco o crioulo Belmiro, e cem mil réis a meu afilhado Rafael e os escravos Santos e Margarida a meu filho João, Sabina deí a Dona Mariana, Santos e Margarida sua mulher são de meu filho João, e a crioula Sabina de minha nora Dona Mariana; e Lucinda, crioula deixo para meu neto Fernando, e a crioula Maria da Conceição para minha neta Joana; e declaro que a parda Constança foi dada por meu marido á minha nora Dona Mariana, e pensando melhor declaro que a escrava Eufemia sirva para quatro anos então seja liberta e a Rafael meu afilhado seja dado não cem mil réis, porem sim quatrocentos mil réis, é bastante um ano para as contas, e é claro que estas doações que faço a meus filhos e netos de sair da minha terça dentro das partes relativamente distribuídas a eles, por mim também a escrava Carolina servirá somente por quatro anos, e então será livre, e desta fórma está meu testamento escrito pelo Padre Evencio Antônio Rodrigues Pinto, e por mim assinado. Monlevade vinte e oito de Setembro de mil oitocentos e sessenta e quatro — Clara Sofia de Monlevade".

O inventario de João Molevade subiu á grande soma de 272:578\$130, numa época de cambio ao par. A usina de ferro de São Miguel foi então avallada em 25:000\$000, completando o monte a mineração de ouro da fazenda da Paciência, em Brumado, cerca de duzentos escravos metalur-

de 600 contos de réis, para “estabelecer na margem do Piracicaba altos fornos com a capacidade mínima de fundir, cada um, em 24 horas, duas toneladas de ferro e assentar aparelhos para o fabrico de aço e para adaptar o ferro e o aço aos uzos das outras industrias, segundo processos modernos”.

Esta lei parece ter sido o resultado de penosos e demorados esforços de Monlevade durante muitos anos, resultado que não lhe foi dado usufruir.

João Monlevade foi o nune tutelar, a alma e a fôrça da magnífica tentativa da grande siderurgia no Brasil, superando as dificuldades do meio, vencendo galhardamente a maior delas que era a pobreza das comunicações do seu tempo. Só êle, então, era capaz de insuflar energias, retemperar entusiasmos, criar dedicações entre os auxiliares, escravos ou livres, mantendo a estupenda realidade dos seus fornos a fumegar durante meio século, a mais de duzentos quilómetros do litoral e das incipientes estradas de ferro. A prova disso é que a sua morte fêz paralizar todo o complexo e imponente conjunto industrial, só tentado novamente em 1891, ao influxo da illusória riqueza da inflação monetária, quando seu sobrinho Francisco Monlevade a incorporou á “Cia. Nacional de Forjas e Estaleiros”, de vida efêmera e difícil. (111)

gistas e agricultores, tropa de muares, gado e títulos da dvida pública.

No arquivo da Secretaria da Viação e Obras Públicas de Minas encontrei um requerimento de João de Monlevade Junior ao governo imperial, datado de 15 de agosto de 1888, pedindo licença e facilidade legais para trazer com destino á sua fazenda da Serra, no municipio de Santa Luzia do Carangola, cincoenta famílias de agricultores da Galliza espanhola. O requerimento traz despacho remetendo-o ao governo da Província, para ser informado, o que parece não se fêz, pois dele nada mais consta.

(111) O relatório apresentado pela diretoria da Companhia Forjas e Estaleiros, em 1892, dá conta das medidas

Só quando os trilhos da Central do Brasil, em 1932, possibilitaram o transporte fácil e barato, fundamental para indústria de tamanha complexidade, foi que a velha fazenda de João Monlevade refloriu novamente, ao influxo dos técnicos e capitais brasileiros e franco-belga-luxemburgueses da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, completando o grande sonho do velho pioneiro.

Em um decênio somente a energia e o entusiasmo de Louis Ensch e seus colaboradores operaram o milagre de derrubar a mata e levantar uma cidade ao

tomadas para a sua reorganização e consubstancia o programa de ação da primeira etapa do empreendimento, como a ida do engenheiro Francisco Monlevade aos Estados Unidos, com o fim de verificar os processos em uso naquele país, assim como adquirir o maquinário preciso.

É interessante ressaltar as possibilidades do empreendimento que êsse relatório apresenta, quando diz: "Por outro lado, tendo nós notado que além do consumo da produção local, o Estado de Minas Gerais importa anualmente para mais de 500.000 enxadas, enormes quantidades de machados, fouceas, ferraduras, cravos, etc., produtos êstes que na parte que é fabricada naquela zona pelos processos rudimentares já ali alimentam para acima de 50 pequenas fôrjas, entendemos que, dotando o nosso estabelecimento com maquinários para fabricar por processo mecânico, aperfeiçoado e econômico esse material, asseguramos á nossa usina o mais esplêndido futuro, pois que por sua posição no centro consumidor ela se tornaria naturalmente privilegiada contra a importação".

O processo de redução do minério observado nos Estados Unidos por Francisco Monlevade e adotado nas Forjas e Estaleiros foi o de *bloomery forge*, em vista das condições do minério da região.

E o fracasso desse empreendimento se deve ao mesmo motivo que levou á ruína a primitiva industria de João Antonio de Monlevade após a sua morte: o prolongamento das estradas de ferro Central do Brasil e Leopoldina, que atingiam em condições incontrastáveis para a produção estrangeira a zona de consumo da indústria local.

lado da velha fazenda de Monlevade, único edifício ali existente em 1932, dando trilhos de aço ao Brasil e à Bolívia, iniciando a nossa 'independência econômica pela única maneira possível em país de tamanha riqueza metalífera. (112)

(112) O dr. Louis Jaques Ensch faleceu no Luxemburgo, onde se encontrava com a família, a 9 de setembro de 1953. Nascido naquele grão-ducado em 25 de junho de 1895, era filho de Jean Pierre Ensch e d. Margarete Ensch.

Fêz todos os estudos no seu país natal, vindo a diplomar-se engenheiro-siderurgista pela Escola Politécnica de Aix-La-Chapelle, em 1920, iniciando logo a sua carreira na fábrica de aço da Usina de Burbach, pertencente à Arbed, designação pela qual é conhecido o consórcio siderúrgico luxemburguês "Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange".

Embora engenheiro diplomado, preferiu, ao ingressar na empresa, ocupar o lugar de contra-mestre, porque desta forma poderia desenvolver os seus conhecimentos práticos, adquiridos em estágios feitos em diversas usinas, quando estudante, e obter bases mais sólidas sobre a técnica e a prática da fabricação do aço.

Nas usinas Burbach, Louis Ensch fêz carreira rápida, aliada a uma grande vitalidade de espírito, ocupando o cargo de chefe de serviço, tornando-se responsável pelo trabalho de todos os altos fornos da grande siderúrgica luxemburguesa, cuja produção anual, naquela época, era de quinhentas mil toneladas.

Após se destacar como siderurgista no Velho Mundo, foi incumbido pela empresa de vir dirigir e reorganizar uma usina siderúrgica em Minas Gerais. Isto se deu em novembro de 1927. A usina siderúrgica era a de Sabará, fundada entre 1917 e 1919 por um grupo de capitalistas mineiros, sob a presidência do engenheiro Cristiano França Teixeira Guimarães, e que, a partir de 1921, passara ao *contrôle* da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, constituída com o capital inicial de 15 milhões de cruzeiros, logo elevado para 20 milhões, dos quais a maioria pertencia ao grupo belgo-luxemburguês.

Ao assumir o seu novo posto, o dr. Ensch encontrou a usina siderúrgica de Sabará em grandes dificuldades. Suas instalações compunham-se apenas de um alto-forno, um forno

Contemporâneas da Cia. Belgo-Mineira, trabalham em Minas as importantes emprêsas Cia. Ferro Brasileiro, incorporada por José Brandão ("o nosso siderurgista") e pela família Lodi; usina de Barão de Cocais, da família Hime; Rio Acima, da família Pedro Gianetti; o grande empreendimento de fabricação de aços finos em Acesita, ao pé das grandes jazidas metalíferas do médio rio Doce, afora usinas menores em Itaúna, Divinópolis, Cláudio, Itabira, etc.

A Cia. Vale do Rio Dôce, situada no quadrilátero ferrífero que tem como vértice as cidades de Belo Hori-

de aço e um laminadouro, com a capacidade de produção de cerca de 6 mil toneladas anuais. A indústria nascente não contava ainda com mercado consumidor, acumulando-se em grandes estoques os seus produtos, mesmo depois de uma paralisação de seis meses.

O consórcio belgo-luxemburguês, que passou a dirigir a usina de Sabará, era o primeiro grupo industrial estrangeiro, que vinha colaborar com os nacionais, para estabelecer as bases da indústria siderúrgica no Brasil.

Vencendo todas as dificuldades naturais numa indústria pioneira, o dr. Ensck, entre 1927 e 1934, reorganizou inteiramente e ampliou a antiga usina de Sabará, construindo outro alto-forno, dois fornos de aço, aumentando as instalações do laminadouro, elevando, assim, a sua capacidade para trinta mil toneladas anuais.

Ao fim de cinco anos a sua primeira tarefa estava brilhantemente cumprida. A usina de Sabará, consolidada na sua situação industrial e financeira, conseguindo, ao mesmo tempo, que toda a sua produção fôsse absorvida pelo mercado nacional.

O siderurgista luxemburguês já então se afeiçoara inteiramente ao país com o qual viera colaborar e, convicto das possibilidades industriais de Minas Gerais e do Brasil, lançou-se, em seguida, á concretização de um empreendimento que o viria consagrar, definitivamente, como um dos maiores siderurgistas que o nosso país já teve. Esse empreendimento foi a Usina de Monlevade, que êle proprio projetou e executou e que viria a se tornar, pelas suas características técnicas, como

zonte, Congonhas do Campo, Mariana e Itabira, tem a sua origem na doação que a Inglaterra, em 1947, fêz ao Brasil de todo o acervo da Itabira Iron, então ainda em mãos do grupo de Farquhar, no município de Itabira.

Recebida a doação, o govêrno brasileiro a transferiu à Cia. Vale do Rio Doce, que hoje exporta quase que só para os Estados Unidos tôda a sua vultosa produção de minério.

O manganês de Conselheiro Lafaiete é hoje extraído para alimentar os fornos de aço da Cia. Siderurgica Nacional, em Volta Redonda, depois de vários anos extrair minério para exportação estrangeira.

uma verdadeira universidade siderúrgica, tal tem sido o seu decisivo papel que tem exercido no processo da instalação definitiva da indústria moderna do aço em nosso país.

A usina de Monlevade, que é hoje a maior siderurgia a carvão vegetal do mundo, é desde há muito reputada como uma das indústrias siderúrgicas de mais alto padrão técnico e mais sólido planejamento econômico.

O dr. Louis Ensck era cavaleiro da Ordem da Coroa, da Bêrgica, oficial da ordem do Cruzeiro do Sul, do Brasil, comendador com coroa da Ordem do Mérito Civil e Militar Adolfo de Nassau, do Luxemburgo, comendador da Ordem de Leopoldo, da Bêlgica e comendador da Ordem da Coroa de Carvalho, do Luxemburgo.

Como João Antônio Monlevade, quis ser sepultado no cemitério dos escravos, junto à usina de São Miguel do Piracicaba.

VI

É ponto ainda controvertido na história de Minas a legitimidade do descobrimento dos diamantes. Joaquim Felício dos Santos, que tão bem e claramente estudou a questão em magníficos arquivos, nos dá sobre o assunto, nas suas "Memórias do Distrito Diamantino", apenas êste periodo de lacônica insuficiência: "Não se sabe ao certo qual o lugar em que fôra achado o primeiro diamante, atenta a variedade de tradições que há a respeito. Não é menos difícil dizer quem fôra o primeiro conhecedor dos diamantes entre nós. Uns querem que fôra Bernardo da Fonseca Lobo quem os descobrira e manifestara à Coroa. Outra tradição diz que um frade, cujo nome não se declara, tendo vindo ao Tejuco depois de ter estado em Goleonda, onde já se minerava o diamante, vendo os tentos de que se serviam os tijuquenses para marcar o jôgo, conheceu que eram diamantes; e que Bernardo, servindo desta descoberta, partira para Portugal para manifestá-la ao rei. Em remuneração deste serviço foi nomeado tabelião e capitão mor de Vila do Príncipe". (113)

Saint-Hilaire refere a mesma tradição com uma variante: "Bernardo da Fonseca Lobo foi quem primeiro descobriu diamantes no Sêrro do Frio, só obtendo em recompensa a patente de capitão-mor da Vila do Príncipe com a propriedade do officio de tabelião da mesma

(113) Op. cit. pág. 102.

Vila. Era a princípio ignorada a verdadeira natureza dos diamantes, achados por Lobo; viam com prazer brilhar essas lindas pedrinhas, das quais se serviam como de tentos para marcar o jôgo. Entretanto, um certo Ouvidor que havia residido nas Índias Orientais, reconhecendo que as pedras brilhantes do Sêro Frio eram diamantes, reuniu-as em grande número e partiu para Portugal". (114)

Mas, existe uma ordem régia de 7 de fevereiro de 1714 que complica ainda mais o problema, pois fala numa terceira pessoa que seria o descobridor dos diamantes em Minas. Esta ordem régia manda informar o requerimento de Silvestre Garcia do Amaral, que pretendia a mercê de um ofício como primeiro descobridor dessas gemas em terras do Brasil.

Veio êste requerimento acompanhado de duas provisões régias, constando da primeira, datada de 18 de janeiro de 1734, ser o referido Silvestre do Amaral o primeiro descobridor e não "um tal Bernardo da Fonseca Lobo que, atribuindo a si tal descoberta, impetrara e alcançara graças a mercês", e da segunda datada de 12 de abril de 1736, "que o tal Bernardo da Fonseca Lobo fôra premiado como tendo sido o primeiro descobridor de diamantes em Minas com o pôsto de capitão-mor da Vila do Príncipe durante sua vida, como o ofício de primeiro tabelião da mesma Vila, com cem mil réis de tença efetiva para duas irmãs e com o hábito de Cristo".

Nem Joaquim Felício, nem Saint-Hilaire, como se viu, fazem referência a Silvestre Garcia do Amaral, sendo que o viajante francês se refere a um Ouvidor a que realmente também se atribui a descoberta.

(114) "*Viagem pelo distrito dos diamantes*" — pág. 5.

Não bastando, entretanto, êsse “dossier” de tradições discordantes, vem Milliet de Saint Adolfe no seu “Dicionário Geográfico” afirmando que em 1725 Sebastião Lima do Prado descobriu o Rio Manso, tributário do Jequitinhonha, e achou nêles algumas pedras brancas, que depois reconheceu serem diamantes. Gerber, por sua vez, nas suas “Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais”, expõe a mesma versão, permanecendo, portanto, o problema no campo das hipóteses discordantes...

Em carta de 22 de julho de 1729, assinada pelo governador da Capitania, D. Lourenço de Almeida, e dirigida ao rei de Portugal, é transmitida a notícia do descobrimento de umas pedras brancas que pareciam diamantes e das quais enviava algumas amostras.

Já um pouco antes se sabia em Lisboa da existência de diamantes em Minas Gerais, pela remessa que por duas vezes delas foi feita para lá, daí resultando que, em vez de elogios e agradecimentos, recebeu D. Lourenço acerbas censuras “pelo atraso e negligência com que se houvera”, o que lhe foi notificado em carta régia de 8 de fevereiro de 1730. Esta carta acusava o recebimento da de 22 de julho do ano anterior, com amostras de umas pedras brancas descobertas no Sêrro, que se supunham ser diamantes, dando a razão de não ter participado há mais tempo desta notícia, apesar de correr ela há alguns anos na Capitania. E, em resposta, se lhe estranha não ter dado conta de negócio tão importante, havendo sido feitas nas frotas várias remessas com a certeza de serem diamantes; declarou que as minas destas pedras, que sem dúvida alguma são diamantes, são de propriedade régia, etc. e ordena que, tomando as mais individuais informações

dos sítios em que se acham, aplique aquelas providências que julgar convenientes para promover o descobrimento delas, do que dará conta para se providenciar a respeito definitivamente.”

Como se poderá inferir dos termos desta carta-régia, o descobrimento do diamante em Minas é muito anterior a 1729, data mais ou menos aceita por alguns historiadores mineiros.

A carta do rei não fala, entretanto, no grande reboliço que provocou na Côrte do Sr. D. João V a notícia dessa descoberta, e Pereira da Silva nos relata, na sua “História da Fundação do Império Brasileiro”, o que então se passou ali por êsse auspicioso motivo:

“O descobrimento do diamante, topázio e pedras preciosas que começou a efetuar em 1727 a 1728, acrescentou o júbilo da côrte de D. João V, e deu motivo às festas esplêndidas que em Lisboa e no reino todo se celebram “te deums” e procissões inumeráveis que extasiaram o povo português, por quadrarem à sua religiosidade. Para Roma remeteu o govêrno as primeiras amostras que lhe foram enviadas. Ações de graças solenes se deram ao Todo Poderoso na capital do mundo católico. O Santo Padre e os cardiais felicitaram ao rei de Portugal. Cumprimentaram-no todos os monarcas da Europa. Não se ocuparam os povos da terra com outro objeto e noticia. Dir-se-ia que se descobrira cousa que devia regenerar e felicitar o universo”. (115)

Parece, porém, que data de Azeredo Coutinho, em 1646, o encontro do primeiro diamante em Minas Gerais. Depois, de 1714 em diante, quando Francisco Machado da Silveira e sua mulher Violante de Souza

(115) Op. cit. — B. L. Garnier, editor. Rio — 1864. — pág. 25 — I.

encontraram uns diamantes encravados numas trempes de cristal do seu fogão, o govêrno da Metrópole resolveu examinar sèriamente a possibilidade da exploração dessa riqueza.

Em 1724, Nicolau Gonçalves Fiuza e Manoel Nogueira Passos, a caminho da missa no Tejuco, encontraram umas pedras que, examinadas por Felipe Santiago, foram identificadas como diamante. E êste ourives, juntando uma porção delas, levou-as à Bahia, onde foram vendidas por 8.000 cruzados.

Por esta época é que Bernardo da Fonseca Lobo, na sua lavra aurífera de Morrinhos, encontrou as pedras que mais tarde iriam incendiar a cobiça do frade misterioso que se hospedara em sua casa.

Já então a Coroa, tendo certeza da existência da gema no Tejuco, enviou para lá o Dr. Antonio Ferreira do Vale e Melo que, desde 1727 até 1729, explorou clandestinamente com Fonseca Lobo as jazidas tejuicanas.

“Não tardou — escreve Contreiras Rodrigues — a afluência de diamantes ao Reino, de forma que, temendo-se a desvalorização do produto, D. Lourenço de Almeida, capitão-general das Minas Gerais, por Portaria de 2 de dezembro de 1729, declarou nulas as cartas das datas de terras diamantíferas”.

Apesar de uma série de óbices criados pela Coroa para evitar a desvalorização, pode-se calcular a corrida de aventureiros sôbre o Tejuco com a simples observação de que, começando em 1728 a lavra diamantina, já em 1733 contavam-se 40.000 pessoas ocupadas no garimpo.

A legislação que regulou a extração diamantina em Minas, na era colonial, pode ser conhecida segundo o resumo de Contreiras Rodrigues assim concebido: depois da Portaria de 2 de dezembro de 1729, que

declarou nulas as datas doadas em terras diamantíferas, foi publicado o ato legislativo de 1731, que mandava fechar quase tôdas as lavras. Em 30 de outubro de 1733 uma carta-régia regula as bases da exploração. Em 24 de dezembro de 1734 é publicado o alvará, pelo qual se declara pertencentes à Coroa as minas de diamantes. Em 12 de julho de 1771 e 2 de agosto do mesmo ano sai o "Livro da Capa Verde", completado pelos alvarás de 23 de maio de 1772 e 21 de julho do ano seguinte, que determinam a exploração dos diamantes diretamente pela Coroa. Em 19 de maio de 1803 volta-se ao antigo regime de exploração por particulares, sendo a Real Fazenda o único comprador. Este alvará foi revogado em 1808, continuando a Real Extração até 1832, quando foi decretada a liberdade de exploração.

Parecia efetivamente que os deuses queriam compensar Portugal pela perda da Índia, porque coincidiu a descoberta do diamante com o auge do esplendor aurífero nas Gerais. Era entontecedora aquela riqueza espantosa, agora acrescida do diamante finíssimo, que as serranias de Minas derramavam a mancheias nas arcas reais.

Toda pedra de certo número de quilates para cima pertencia pessoalmente ao rei, e o número dêsses diamantes era tão grande que, apesar de todo o delirante esbanjamento de D. João V, réplica pretensiosa de Luís XIV na lôbrega Versalhes que era Lisboa daquele tempo, ainda permitia a D. João VI oferecer a Napoleão I, com a velada intenção de comprar-lhe a buenvolência, um diamante que o embaixador dos Estados Unidos avaliou em um milhão de dólares...

Mas, o odioso privilégio que se arrogava ao rei de possuir as melhores pedras era freqüentemente fraudado em Minas.

Uma carta-régia de 13 de agosto de 1783 trata do furto de um grande diamante verificado no arraial do Tejuco, e de que o "Almanaque de Minas", de 1865, dá ligeiras notícias, interessantes entretanto para um fato que grande repercussão deve ter tido no tempo, a ponto de movimentar el-rei e o Conselho Ultramarino...

A notícia do "Almanaque" diz assim: "No correr do ano de 1736 um prêto achou no arraial uma pedra luminosa com o pêso de 26 oitavas e a vendeu por pouca cousa a um garimpeiro, que suspeitando ser diamante, a conduziu para a Côrte (sic) e aí a negociou com Manoel Rodrigues Nunes, que mandou-a examinar por ourives, que a partiu pelo meio e disse que não era diamante, mas pedra de muito valor. Tinha ela a forma de um ôvo. Um primo da senhora de Manoel Rodrigues Nunes, Antonio José de Banhos Mota, hábil conhecedor de pedras, vendo-a, reconheceu ser diamante e para logo fêz tenção de roubá-la, como de fato o fêz, tirando-a da gaveta de uma cômoda onde a mulher de Nunes a tinha guardado; sendo porém isto observado por uma escrava e um filho de Nunes, denunciaram o fato. Por carta-régia de 13 de agosto de 1738 foi recomendado ao Ouvidor Geral da capitania do Rio de Janeiro a averiguação deste negócio; deve, pois, constar nos arquivos da cidade do Rio de Janeiro o seu desfecho".

O desfecho, entretanto, de tão complicado negócio, não ficou averiguado, mas a referida carta-régia esclarece alguns dos seus desvãos, como se vê: "Faço saber a vós João Soares Tavares, ouvidor geral da capitania do Rio de Janeiro que Manoel Rodrigues Nunes me fez a petição, de que com esta se vos remete a cópia assinada pelo secretário do meu Conselho Ultra-

marino, em que refere que vindo-lhe das minas um diamante bruto, que pesava vinte e seis oitavas e ao depois se dividiram em duas partes, como vereis da certidão, de que também se vos remete cópia, um primo de sua mulher, chamado Antonio José de Banhos Mota, lhe roubara de sua casa, como se inferiu dos indícios que apontava, e de lho haverem visto na sua mão uma negra chamada Violante, escrava do suplicante, e um filho seu por nome Manoel Nascentes Pinto, pedindo-lhe fôsse servido mandar que pudessem ser legais testemunhas do furto do dito diamante a dita escrava e o filho do suplicante, e com o que eles jurassem, e as mais pessoas sobre pública voz e fama e circumstancias expedidas fosse o suplicado preso ao segredo e nele se lhe fizesse as perguntas necessárias até confessar o furto e entregar o dito diamante pelas confrontações declaradas na sobredita certidão ou disser o que lhe fizera e aonde para, perdoando-lhe o delito, por que o não acuzava, e só pretendia a restituição da dita pedra para ficar no meu real tesouro, remunerando ao suplicante com o que fôsse servido”.

Nada mais se encontra sôbre o ocorrido, tudo levando a crer que o ladrão da pedra não a tenha devolvido ao legítimo dono, se é legítimo dono quem compra “por pouca cousa” uma gema que, mesmo naquele tempo, valeria milhões de cruzados...

Os diamantes eram, realmente, uma descoberta importantíssima para os interesses portugueses no Brasil. Eschwege, no seu “Pluto brasiliensis”, calcula, tendo em vista documentos oficiais, que a quantidade de diamantes extraídos em Minas até o ano de 1822 foi de 265.60 e 3/4 de oitavas e assevera que os clandestina-

mente tirados importavam, pelo menos, em igual quantidade. (116)

Eram riquezas alucinantes para um país que andava com as finanças combalidas como Portugal, e foi quando iniciou a quadra de martírios e terrores para os povos do Distrito Diamantino. Joaquim Felício dos Santos nos conta detalhadamente a história dos abusos e tirania que sofreram os mineiros pela insancionável ganância da Metrópole, e na alma dos diamantinenses ficou gravado para sempre o sulco de sofrimentos que por quase um século os martirizou.

As devassas, os confiscos e as extorsões de toda a ordem asfixiavam as almas, que viviam sob o terror das denúncias e das perseguições. O Distrito Diamantino era demarcado e isolado do resto da Capitania por um policiamento severíssimo, e a mais leve suspeita de contrabando ou sonegação de diamante era punida com um rigor que ia do confisco das pedras e dos bens até a prisão em Lisboa e à fôrca.

Tantos sofrimentos criariam a revolta surda contra a Metrópole voraz, que se manifestaria no dia em que foi extinto o privilégio da Real Extração, quando, embriagados de satisfação e alegria, os tijuquenses queimaram em praça pública o famigerado "Livro da capa

116) O volume da produção de diamantes em Minas Gerais, desde o seu descobrimento até 1.900, segundo o cálculo de Pandiá Calógeras, é o seguinte:

Período dos Contratos (1.740-1.771)	1.666.559	quilates
Real Extração (1.772-1.828)	1.319.192	"
Período de liberdade (1.828-1.900) ..	16.000.000	"
Total	18.985.751	"

verde" — o código policial que oprimia com as suas determinações o povo do Distrito Diamantino. (117)

Mas, a êsse tempo, as arcas do real erário já tinham sido várias vezes abarrotadas e esvaziadas de milhões de quilates de gemas arrancadas com lágrimas e desespero aos mineiros escorchados. A riqueza que extraíram em Minas chegava para cometer os mais delirantes disparates, e Portugal apresentava aos olhos da Europa um fausto e um desperdício que faziam lembrar os dias áureos da côrte francesa dos últimos Luíses. (118)

(117) J. P. Xavier da Veiga — op. cit. III — 201. Augusto de Lima Junior (*História dos Diamantes nas Minas Gerais*, Edições Dois Mundos — 1945) estuda brilhante e concludentemente a história do diamante em Minas, à luz de rara documentação extraída dos arquivos portugueses.

(118) Depois de liberada a exploração do diamante em Minas, aberto o Distrito Diamantino à iniciativa particular por uma legislação mais liberal após a Independência, a extração da gema preciosa movimentou capitais nacionais e estrangeiros, que durante muito tempo, e ainda hoje com algum proveito, revolve as entranhas da extensa bacia do rio Jequitinhonha e adjacências.

Em meados do século passado essa exploração ainda se mantinha num ritmo compensador, até que as grandes jazidas da África do Sul viessem empolgar as atenções do mundo, entrando em declínio as explorações do Brasil, da Índia e outras regiões do globo.

Kimberley passou a ser, concomitantemente com o oeste americano e o Alasca com relação ao ouro aluviônico, a Meca das ambições e das fantasias rutilantes, incendiando até a imaginação dos romancistas. Rider Haggard escrevia o famoso romance que *Eça de Queirós* tão superiormente traduziu com o título de "As Minas de Salomão", e todo aventureiro afrontava os mares em busca da nova Golconda.

Em pouco tempo, tal era o borbotão de gemas que aflorava do chão adusto de Kimberley, os mercados do mundo estavam abarrotados de diamantes e o seu preço caía a cifras nunca atingidas.

A 1 de janeiro de 1740 começou a vigorar o regime de contratos relativos à extração dos diamantes. Foi pelo prazo de quatro anos (a findar em 31 de dezembro de 1743), sendo contratadores-arrematantes João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva.

Foi por essa época que uns homens rudes e decididos de Diamantina escreveram uma página de rara energia, que lembra o que mais tarde fariam os pecuaristas de Uberaba, partindo para a Índia em busca do zebú. Alguns compradores de diamantes, entre eles Josefino Vieira Machado, posteriormente barão de Gualcui, Sebastião Rabelo, José Ferreira Rabelo, depois barão do Serro, José Bento Melo e Serafim Moreira da Silva, possuidores de grandes partidas de pedras nas quais estavam invertidos todos os seus haveres, resolveram partir para a Europa, a jogar uma cartada definitiva, com o fim de vendê-las diretamente nos mercados compradores.

Eram homens inteligentes e ativos, mas forçosamente canhestros e talvez sem maiores recursos intelectuais para a aventura. Não se intimidaram, entretanto.

Depois de longa e penosa viagem de Diamantina à Corte, embarcaram no primeiro navio com destino à Europa, conduzindo a preciosa carga.

Lá os esperava uma desilusão amaríssima. O diamante não tinha valor e Londres, Paris, Amsterdão não lhes ofereceram preço por mais ínfimo. Era a ruína total e completa para alguns dêles. Agora só restava regressar com o precioso fardo de inutilidades. João Bento de Melo, não tendo forças para suportar a ruína, sepultou no oceano o seu desespero. Os demais chegaram a Diamantina e conseguiram depois refazer sua fortuna.

Josefino Vieira Machado, barão de Gualcui, era avô do eminente mineiro Francisco Sá, e foi homem de largo prestígio na região. Foi um dos precursores da exploração comercial da navegação dos rios das Velhas e São Francisco e um dos fundadores do "Jequitinhonha", jornal de grande ascendência na imprensa brasileira do seu tempo. Agraciado com o título de barão do Gualcui, segundo notas que me forneceu o dr. Sóter Couto, este título representava apenas um prêmio às suas qualidades morais e aos serviços prestados à sua comunidade, porque fortuna não possuía.

Aos contratadores foi facultado minerar com o número de 600 escravos, cujos nomes deviam ser lançados em um livro destinado a êsse fim, e por cada um dêles pagariam a taxa anual (capitação) de . . . 230\$000. Êste contrato foi renovado em 1743 para vigorar de 1744 a 1747.

Coube o terceiro contrato a Felisberto Caldeira Brant, cujo drama é bem conhecido de todos.

J. Lúcio de Azevedo revela sôbre este personagem algumas informações pouco conhecidas, quando escreve: — “A tradição de bondade do arrematante parece enganosa. Ou êle era por índole negligente, ou lhe conviria fechar os olhos às alheias transgressões para não lhes descobrirem as próprias”. E continua: — “Além dos gastos, avolumados pela faustosa existência do contratador, e pelo subôrno dos funcionários que encobriam os abusos, havia o empate, pelo valor das pedras em depósito, representando avultadas somas”. Para não depreciar o mercado, fôra estabelecido nesse contrato que os diamantes a êle pertencentes só se venderiam quando acabado os remanescentes do período anterior. Nessa época achava-se Caldeira em débito de 594 contos por impostos e adiantamentos, com a fazenda real; mais 449 em Lisboa, com várias pessoas, por empréstimos sôbre o penhor de diamantes; e chegava a frota com saques no valor de 300 contos, que não puderam ser pagos. No Brasil declarava Caldeira a sua insolvência, pretendendo, para explicar, haverem-lhe subtraído dos cofres pedrarias no valor de 200 mil cruzados. Este roubo nunca se pôde provar, e pela dolosa falência e conhecidas transgressões, foi o arrematante preso e remetido para o Reino, perdendo todos os bens”. (119)

(119) “O marquês de Pombal e sua época”, — págs. 108-9).

Esses Caldeiras Brant não possuíam fama de gente pacífica e coroaável. Eram quatro irmãos, cujo espírito de indisciplina talvez fôsse mais do tempo que dos homens, e já tinham anteriormente se desavindo com o ouvidor do Rio das Mortes, conforme se vê por um alvará de 24 de junho de 1731, pelo qual el-rei D. João V, referindo-se a uma carta de d. Lourenço de Almeida, datada de 20 de outubro do ano anterior, comunicava que, sôbre os tiros que se deram no ouvidor Antônio Cunha e Silveira, “sendo culpados neste malefício Felisberto Caldeira Brant e seu irmão Joaquim Caldeira”, recomendava ao vice-rei da Bahia, para onde foram remetidos os réus, que os mesmos fossem sentenciados com brevidade e sumariamente, “conforme o merecimento da sua culpa”, dando-lhe conta da sentença que contra êles se proferisse na Relação; e, “no caso que os juízes entendam que estes réos estejam em pena de morte, lhe mandem pôr as cabeças no lugar do delito”... (120)

Aires de Casal, que escrevia em princípios do século seguinte, anota meio confusamente que os Caldeiras reuniram grande fortuna e que “A opulência (diz-se) animou-os a perpetrar crimes, que os levaram ao Limoeiro, onde finaram seus dias, deixando seus bens entregues a um Confisco Real”. E o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, em suas “Memórias sobre a Capitania de Minas”, escreve que os quatro irmãos Felizberto, Conrado, Sebastião e Joaquim eram sócios no contrato de diamantes. “Arguidos de gra-

(120) “*Rev. do Arquivo Público Mineiro*” — Ano IV — pág. 812.

ves crimes, de que afinal se innocentaram, mal se poderão aproveitar do fruto da sua arrematação". (121)

Arrematou o quarto contrato, por seis anos (1753 a 1758), o referido João Fernandes de Oliveira, tocando-lhe também o quinto, de sociedade com o seu filho, desembargador João Fernandes de Oliveira. O sexto e último contrato, por vêzes prorrogado, foi dado ao mesmo desembargador e durou até 31 de dezembro de 1771.

Alguns anos havia falecera em Lisboa o velho João Fernandes de Oliveira — louco, paupérrimo e endividado, depois de ter esbanjado uma imensa fortuna.

A seu filho homônimo coube melhor sorte, tendo sabido acumular enorme riqueza. Não obstante o luxo em que vivia e as grandes somas que empregou subornando autoridades, a começar pelo conde de Valadares, governador da Capitania, a sua fortuna era ao tempo da sua morte a maior de todo o império português.

Quando foi ao Tejuco para prendê-lo secretamente, o conde de Valadares, segundo Camilo no seu "Perfil do Marquês de Pombal", aceitou do opulento desembargador "o valor de quinhentos mil cruzados em folhetas de belíssimo ouro, empregando para isso meios muito pouco dignos. É verdade que por semelhantes modos haviam todos os mais governadores praticado o mesmo, locupletando-se"...

O regime de contrato na mineração dos diamantes, resultando ruinoso para os interesses de Portugal, deu causa a que se tentasse o processo de exploração por

(121) Idem, ano VI, 833. O pai desses potentados, Ambrósio Caldeira Brant, foi um dos chefes "emboabas" implicados na tragédia do "Capão da Traição", na guerra de 1709.

conta da Coroa, que se chamou Real Extração, em 12 de julho de 1771, regulado em 2 de agosto do mesmo ano pelo regimento chamado no Tejuco o "Livro da Capa Verde".

Código minucioso e severo, êsse regimento, como a Bastilha, se tornou injustamente o símbolo da tirania, e foi queimado festivamente em praça pública quando chegou ao Tejuco a notícia da Independência do Brasil.

A Real Extração, depois de ter sido dirigida durante cinquenta anos por varios intendentés, uns compreensivos e humanos e outros imbuidos do mais ferrenho despotismo, foi extinta em 1832. A 8 de outubro de 1896 a Delegacia dos Terrenos Diamantinos passou a receber os impostos dos lotes arrendados, sendo extinta por sua vez em 31 de outubro de 1923 e incorporada desde 1935 ao Ministério da Agricultura.

De 1772 a 1828, período da Real Extração, produziram-se, segundo Sôter Couto apurou em livros daquela repartição, 1.319.192 quilates, ou sejam 597.152 gramas. Valendo Cr\$ 180,00 o quilate, teremos Cr\$ 537.437.980, sem computar o contrabando que o A. calcula em 30%.

As épocas de fastígio e de crise por que tem passado a indústria extrativa do diamante em Minas se explicam pelo trabalho irracional levado a efeito nos tempos coloniais na lavra das jazidas. A ignorância técnica e a avidez dos contratantes soterraram jazidas riquíssimas, impossibilitando os trabalhos posteriores em extensas regiões. O mesmo se pode dizer quanto ao ouro, chegando entendidos a afirmar que as riquezas enterradas por êsse motivo podem ser computadas no dôbro das riquezas entregues à circulação.

Liberada a exploração em 1832, inumeras companhias nacionais e estrangeiras se formaram no correr

do século para a extração diamantífera da região, não se faziendo na exploração individual, à qual dão o nome de "garimpo".

Em 1897 organizaram-se na França as companhias "Boa Vista" e "Diamantina", com lavras em Boa Vista e Rio Paraúna, presididas por Luís Resende, com capital realizado de Cr\$ 1.282.000, chegando as ações de 100 francos a valer 5.000. Durante seus 60 anos de operações tem passado por várias transformações e tem sido dirigida por franceses, inglêses, cubanos e brasileiros. Transformada em Cia. Brasileira Diamantina em 18 de agosto de 1918, sob a presidência de Paulo de Frontin e assistência técnica de Draper e Estanislau Brusque, teve o seu capital aumentado para Cr\$ 3.000.000.

Em 1907 instalava-se em Lagoa Sêca a "Pittsburg Brazilian Dreading Co.", com o capital de Cr\$ 1.500.000, e sede em Pittsburg, que lançou a primeira draga na América do Sul para a exploração do diamante.

No ano seguinte a "Diamond King Mining Co." se instalava com o capital de Cr\$ 1.000.000 e sede em Wellsville, dirigida por W. O. Taylor, que inaugurou em junho de 1908 uma draga no Rio Jequitinhonha.

Em seguida vêm "Datas Diamond & Gold Co.", de Oil City, com o capital de Cr\$ 6.000.000; a "Brazilian Diamond Mining Co.", de Boston, com o capital de Cr\$ 3.000.000; a "Premier Sopa Diamond Mining Co.", de Pittsburg, com o capital de Cr\$ 3.000.000; a "Bay Stat Diamond Co.", de Boston, capital de Cr\$ 3.000.000; a "Lavra do Mato Mining Co.", de Oil City, capital de Cr\$ 3.000.000; a "Sopa Diamond Mine Lmtd."; a "Chicago Brazilian Diamond Co."; a "Brazilian Diamond Gold and Developing Co."; a "Bra-

silian Diamond and Exploration Co. Ld.”; a “Casca-lho Sindicato”; a “Brazilian Diamond Placer Co.”, com capital de Cr\$ 500.000,00 cada uma.

O alvo da maioria dessas companhias era apenas o jôgo da bolsa, o que muito concorreu para o descrédito e a desvalorização das lavras brasileiras.

Em 1909 formou-se a “Brazilian Dredging Co.”, em Nova Iorque, com \$ 1.000.000,00 de capital. Foi o mais poderoso sindicato organizado para exploração de jazidas diamantíferas no Brasil, representado por William G. Mayer e T. Wynne, tendo como presidente Jesse R. Grant, filho do ex-presidente Grant. Willian Mayer se notabilizou (em Diamantina pelas suas estroinices, dilapidando em pouco tempo todo o capital da companhia...

Apesar de atualmente trabalharem em Diamantina três companhias a “Brasileira Diamantina”, a “Minas da Serrinha”, esta com capitais americanos sob a direção de J. Rees MacCarthy, e a “Machado Limited”, em Maria Nunes, dirigida por Viana do Castelo até o seu falecimento, a indústria extrativa do vale do Jequitinhonha é uma das maiores do Estado, produzindo mais de Cr\$ 2.000.000,00 mensais, razão por que Diamantina não conhece períodos de decadência como em outras cidades coloniais de Minas.

Foi em 1806 que se encontraram os maiores diamantes em Diamantina, nas lavras do Currealinho, hoje Extração: um com 70 quilates, e dois nas lavras do Pavão, um com 63 quilates e outro com 34. Nas lavras da Rapadura encontrou-se um de 408 grãos, e na Boa Vista, o mais recente, colhido em 27 de outubro de 1935, pertencente à Cia. Brasileira Diamantífera, pesando 50 quilates. Foi batizado com o nome de “Conde de Frontin”, em homenagem ao diretor da companhia.

Os altos e baixos que têm caracterizado a vida da indústria extrativa do diamante no vale do Jequitinhonha embaraçam freqüentemente o seu desenvolvimento desde os tempos da Independência. Mesmo assim, existiam em 1903 19 lapidações em Diamantina, onde trabalhavam 400 a 500 quilates por mês. (122)

As lavras diamantinas da Nova Lorena, região de Abaeté, foram descobertas ao tempo em que atingiam a sua produção máxíma as jazidas do Tejuco.

De exploração talvez menos rendosa, o governo colonial não lhe deu a atenção que dispensava ao vale do Jequitinhonha, sem contudo deixar de fazê-las examinar por Vieira Couto e Eschwege, que estudaram também as jazidas de galena da região.

Descoberto o diamante por foragidos do Distrito Diamantino e criminosos egressos de Sabará e Vila Rica, estas jazidas, como as da Bagagem, no Triângulo Mineiro, produziram no correr dos anos excelentes e famosas gemas, que hoje opulentam o tesouro do rei da Inglaterra, do rajá de Baroda e dos judeus norte-americanos de Nova Iorque. Em 1853, por exemplo, encontrava-se na Bagagem, hoje Estrêla do Sul, a famosa pedra "Estrêla do Sul". "Perfeitamente translúcido, como informa Augusto de Lima Júnior, (123) sem côr, era êsse diamante originariamente um dodecaedro rômboico com faces cúbicas, pesando 261.88 quilates. Foi vendido na época por quarenta mil libras esterlinas. Sua lapidação foi feita em Amsterdão, resultando um brilhante perfeito com o peso reduzido a 18,8 quilates, tendo sido comprado pelo rajá de Baroda na Índia. Outra maravilhosa pedra também encontrada na Baga-

(122) Ms. de Sóter Couto, "*Vultos e Fatos de Diamantina*".

(123) Augusto de Lima Junior, op. cit., 229.

gem em 1854 foi a conhecida por "English Dresden", com o peso de 119 e meio quilates. Deu depois de lapidada um brilhante de 76 e meio quilates, tendo sido adquirida também pelo rajá de Baroda. Da Bagagem ainda foi a pedra de 250 quilates adquirida pelo quedita do Egito, que a vendeu em 1880 para o mercado de Londres. Só em 1939 foi esta pedra conhecida, ostentando cor branca perfeita e fulgor intenso, pesando o brilhante 106,75 quilates.

Da região da Bagagem temos ainda o "Estrêla de Minas", encontrado em 1911, com o peso de 177,3 quilates; o "Minas Gerais" com 172,5 quilates, encontrado em Coromandel em 1937; o "Presidente Vargas", achado no rio Santo Antônio em Coromandel, em 13 de agosto de 1938, pesando 726,6 quilates de uma água puríssima.

Em 1929, no Rio Abaeté, encontrou-se o "Cruzeiro do Sul", com 118 quilates, e em 1939 o "Coromandel", com 400,65 quilates; mais recentemente o "Darcy Vargas", com 460 quilates.

VII

DA fibra que virtualiza o homem em presença do meio hostil e ignoto nas serranias mineiras, fala com agudeza Oliveira Lima, quando traça esta síntese feliz:

“A população que fundou Minas Gerais — diz êle — (faço alusão à do comêço, a que abriu o caminho da região aos demais imigrantes) era uma população já nacional pelo nascimento, e houvera recebido como preciosa herança a completa adaptação ao meio brasileiro, que compreendia desde os alimentos indígenas — o milho, a banana, a farinha de mandioca — até a rêde para repouso e as armas de guerra, o arco e a flexa, até as melancólicas criações imaginativas da vida animal e da vida sobrenatural. Eram homens de músculos de ferro e jarretes de aço, que, para chegarem até alí, haviam sofrido rudes privações, mas que não eram tão passíveis de lamentações como os colonos das primitivas doações, pois contavam então atrás de si dois séculos de civilização local.

Assim é que dispunham de elementos de êxito que haviam faltado aos seus antecessores dos primeiros tempos, os senhores feudais, improvisados para a defesa da possessão contra as incursões estrangeiras, e seus vassallos fiéis ou rebeldes. Êsses elementos compreendiam as culturas aclimadas, muitas das quais haviam sido introduzidas pelos jesuítas, agentes por excelência, no século XVI, do desenvolvimento e da moralidade da co-

lônia. O coqueiro, por exemplo, que se tornou inseparável de nossa paisagem, é uma árvore importada. Foram também frutos da influência dos jesuítas os hábitos transformados de maneira a garantir mais êxito dos empreendimentos perigosos dirigidos para o desconhecido; os animais de trabalho, cavalos e bois, e os que serviam para a alimentação, galinhas e patos, que não existiam no Brasil anterior à época histórica". (124)

Essa gente, produto do cruzamento do índio com o negro, é que faria o desbravamento da Colônia em busca do ouro — povoando-a e cruzando-a em todos os quadrantes. Vendo a cegueira dessa infrene cobiça, já Antônio Vieira previa a fome e a derrocada, quando lamentava: "No mesmo dia haveis de começar a ser feitores e não senhores de tôda a vossa fazenda. Não havia de ser vosso o vosso escravo, nem vossa a vossa canoa, nem vosso o vosso carro e o vosso boi, senão para manter e servir com êle. A roça haviam-vol-a de tomar de aposentadoria para os oficiais das minas, o canavial havia de ficar no mato; os que o cultivassem haviam de ir para as minas e vós mesmos não haveis de ser vossos, porque vos haviam de apenar para o que tivésseis ou não préstimos; e só os vossos engenhos haviam de ter muito que moer, porque vós e vossos filhos haviam de ser moídos"...

Daí o êxodo de uma população numerosa e faminta quando o ouro começou a faltar nas jazidas revolvidas. O mesmo Oliveira Lima expõe o contraste, quando escreve:

"A riqueza de Minas Gerais — riqueza tôda aparente e improdutiva, pelo menos em relação à colônia e nas condições em que foi explorada — foi bem passageira. Durou quando muito um século. Falo, bem

entendido, da riqueza produzida pelas minas. Quando a Córte portuguesa chegou ao Brasil, no comêço do século XIX, o espetáculo que oferecia a Capitania do ouro estava longe de ser o mesmo que oferecia no século XVIII. Em 1750 calcula-se que 80.000 pessoas, isto é, um têtço da população, se ocupavam das minas. Por ocasião da Independência, em 1822, êsse número descera para 5.000. A produção do ouro que, até 1820, segundo os cálculos de von Eschwege, se elevava a mais de 945.000 quilogramas, havia de tal maneira diminuído que em 1819 o quinto rendeu sômente 105 quilogramas.

O mesmo se tinha dado em relação aos diamantes, que atraíram uma população de 40.000 aventureiros para o distrito de Minas, onde estas pedras foram achadas em tão grande proporção que o preço do diamante baixou na Europa, de três quartos. E, para manter seus proventos, o govêrno português foi forçado a transformar sua vigilância em espionagem e castigar severamente as fraudes, a elevar de 40\$000 para 240\$000 o imposto *per capita*, e, em seguida criar o monopólio do Estado. Este monopólio foi, afinal, cercado pelo marquês de Pombal de tantos rigores e exigências, que a exploração dos diamantes passou de livre a subjugada, e não conheceu mais prosperidade". (125)

Mas, de toda essa inconsideração, restaria uma série de elementos cósmicos e humanos que seriam as bases de uma civilização estável e palpitante de vida, berço de um complexo econômico e social do qual nasceria a pujança da nossa presente realidade. O ouro e o diamante atrairiam para as Gerais, numa seleção impiedosa, os elementos mais aptos a enfrentar os rudes trabalhos de desbravamento e exploração, preparando moral e economicamente o surto de novas atividades,

como a agro-pastoril e a industrial, quando se esgotassem os depósitos aluviônicos. (126)

A abundância de ouro possibilitou o florescimento das artes plásticas e a arquitetura, imprimindo no nosso barroco um cunho peculiar e inconfundível, em que não é das menores características a solução técnica encontrada na pedra-sabão pela genialidade de Antonio Francisco Lisboa e seus discípulos.

Ouro Prêto, Mariana, Congonhas do Campo, Sabará, São João del-Rei, Tiradentes ostentam uma obra deveras notável em arquitetura religiosa, nascida da emulação das ordens terceiras, e mesmo a arquitetura civil tem espécimes de real merecimento como a antiga cadeia, a Casa dos Contos e o Palácio dos Governadores, para só falar de Ouro Prêto.

(126) Montesquieu, no "Espírito das Leis", em 1748, já chamava a atenção da Europa para a influência do ouro brasileiro na economia ocidental, principalmente nos países do norte europeu, e Adam Smith chegou a admitir que no seu tempo quase todo o ouro amodado da Inglaterra provinha das jazidas brasileiras.

Nas praças comerciais de Cornwall e Devon ou em todo o ocidente da Inglaterra não corria outra moeda senão a portuguêsa, de ouro do Brasil.

Werner Sombart afirmava que foi o nosso ouro o responsável pelo aparecimento de uma nova figura social na economia moderna — o "homem econômico".

O surto cafeeiro do vale do Paraíba não teve outra origem senão as reservas de capitais acumulados no Rio de Janeiro, meio século antes.

Segundo Eusébio Paulo de Oliveira, o surto das companhias inglêsas foi devido à adoção do padrão-ouro pela Inglaterra, em 1816, quando esta nação colhia os frutos do tratado de Methwen. Até então todos os países adotavam o padrão bi-metálico (ouro e prata) e só em 1873 os Estados Unidos desmonetizavam a prata para adotar em 1900 o padrão-ouro. Finalmente: "Com o ouro do Brasil pagou em Roma as bulas que criaram as novas dioceses do Brasil, e, entre estas, a *Condor lucis*, de 1745, pela qual o papa Ben-

Desde 1730 os entalhadores e marceneiros de Minas rastream a transformação operada nas artes portuguesas pela opulência aurífera da Colônia, e o mobiliário e os balaústres das igrejas e residências particulares da Capitania apresentam um acervo de verdadeiras obras de mestre.

A pintura, principalmente religiosa, teve em Ataíde e seus irmãos, em José Soares de Araujo, João Gonçalves da Rocha, Bernardo Pires da Silva, Antônio Vieira Servas, Antonio de Caldas, Francisco Xavier Carneiro, João Lopes Maciel, representantes seguros de uma geração que completaria com brilho a obra dos "mestres de risco" da Colônia e da Capitania.

A música sacra teve por esse tempo cultores dos mais notáveis, como José Joaquim Emerico e Lobo de Mesquita, no Tejuco, e Marcos Coelho Neto e Francisco Gomes da Rocha, em Vila Rica, cujas partituras ainda são hoje executadas nas cerimônias litúrgicas.

O esplendor das igrejas baianas tem por sua vez a origem no ouro das Gerais, cuja extração exigia o

dito XIV erigia as duas dioceses de São Paulo e Mariana e as prelaturas de Goiás e Cuiabá, isto é, pela qual a Santa Sé sancionava solenemente a expansão bandeirante para o sul e oeste, antes que a Espanha, pelo tratado de Madri-reconhecesse o fato consumado.

Com o ouro pagou a colonização de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul por alguns milhares de casais açorianos... "O ouro permitiu-lhe formar o escol de engenheiros, astrônomos e cartógrafos, que durante o seu reinado e no seguinte iriam fortificar e cartografar, não só as costas, mas as fronteiras terrestres do Brasil", medidas que prepararam o advento do tratado de Madri. "Com o ouro renovou ou fundou praças e fortalezas, ao longo de toda a costa do Brasil".... "Com o ouro enfim, recrutou na Itália, Alemanha e Suíça as dezenas de engenheiros geógrafos, astrônomos e cartógrafos que haviam de realizar no terreno o tratado negociado em 1750". (Jaime Cortesão — op. cit. — I — págs. 66 e 67).

consumo de milhares de cabeças de gado anualmente. Esse gado vinha das excelentes pastagens do médio São Francisco e essa riqueza, somada ao contrabando do ouro, é que explica a figura de um Manuel Nunes Viana, potentado que regia um feudo quase do tamanho da Europa e que chegou a ditar condições de paz à Coroa na luta contra os paulistas em 1709.

A verdade dos fatos concretos ao longo de três séculos de história não concorda com as conclusões do polígrafo pernambucano. A riqueza das Minas Gerais, cuja abundância era bem real e não lendária como afirma em vários passos do seu trabalho, deixou na Capitania o germe de uma civilização originalíssima, passando o excedente dessa riqueza às mãos de Portugal, e destas para as arcas da Santa Sé, a quem proporcionou os esplendores litúrgicos, as suntuosidades artísticas e a expansão da sua influência a todos os quadrantes do planêta, quem não se havia refeito do rude golpe do cisma de Lutero; e para os cofres da Inglaterra, que com ela criaria o seu estupendo poder industrial, e por este os primores da civilização contemporânea do Ocidente, culminada na maior centúria da história humana que é o século XIX. E foi sobretudo o poderoso alicerce econômico sobre o qual se edificou uma nação forte e generosa, ceileiro e esperança de um mundo conturbado que as disparidades sociais ensopam de sangue neste século decisivo da história da humanidade...

★

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRAFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., A RUA
CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO,
PARA A
CAMPANHIA EDITORA NACIONAL
EM 1957

★

BRASILIANA

SÉRIE 5.^a

da Biblioteca Pedagógica

Brasileira

A 5.^a série, que figura na B. P. B. com o título de "Brasiliana", é a mais vasta e completa coleção e sistematização, que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta série compõe-se de ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil; de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, etc.); de reedições de obras raras e de notório interesse e de traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros.

Todos os que se dedicavam a estudos sobre o Brasil eram unânimes em reconhecer as grandes dificuldades criadas, para as suas investigações, pela raridade de obras de informações e de consultas, muitas já esgotadas, outras por traduzir, quase todas dispersas. A C. E. N. propôs-se a coligir estas obras, reeditá-las ou traduzi-las e a promover e estimular a produção deste gênero, reunindo, em uma série, não só os livros clássicos e os novos trabalhos sobre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentário. A aceitação pública que granjeou desde logo a "Brasiliana" veio provar a utilidade e o alcance desta iniciativa de coordenação e de sistematização de estudos e de pesquisas sobre assuntos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos.

Mais de 290 volumes publicados.



Edições da

Companhia Editora Nacional

Rua dos Gusmões, 639 — SÃO PAULO

O OURO DAS GERAIS

E A CIVILIZAÇÃO DA CAPITANIA

JOÃO DORNAS FILHO

Este livro não é uma história das Minas Gerais, mas um estudo amplo, em novos moldes, da contribuição mineira para a formação econômica do Brasil. Por mais que possa parecer estranho, historiadores houve que negaram a influência do ouro no desenvolvimento econômico de nossa terra.

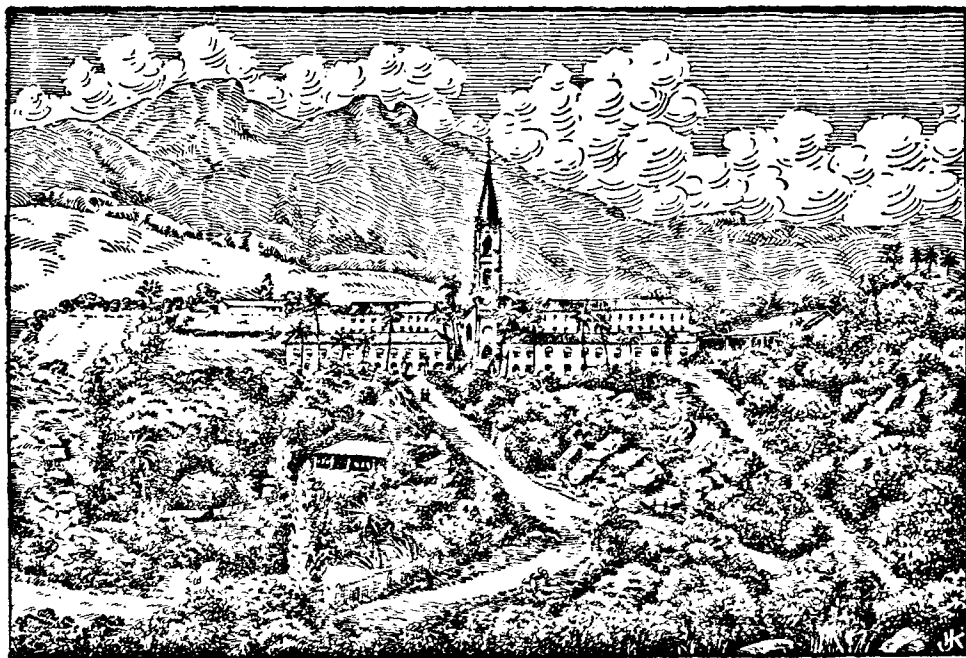
O autor do presente estudo, conhecedor como poucos de sua terra, reivindica para os mineiros não só uma influência fundamental na transformação brasileira neste ciclo econômico, mas ainda em importantes fases que se seguiram, como a conquista e povoamento do vale do Paraíba e do norte e oeste de S. Paulo, criando o quarto ciclo da riqueza do Brasil — o do café.

Há excelentes contribuições para o estudo da criação do gado vacum e cavalariço, bem como das origens da indústria manufatureira e da siderurgia em Minas Gerais, investigações sobre seus pioneiros e seu desenvolvimento atual.

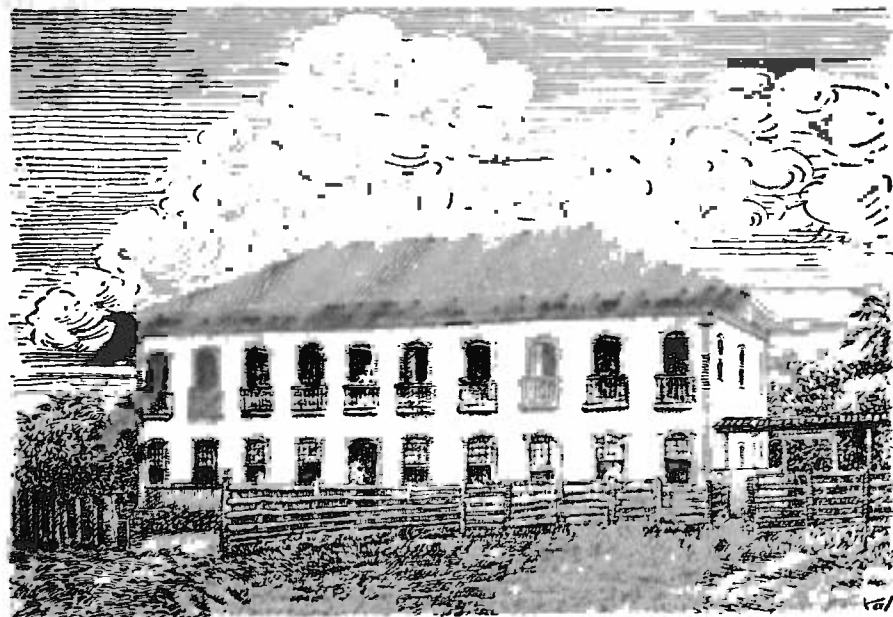
Quase todos os aspectos da evolução econômica de Minas são aqui estudados através das mais reputadas fontes e dos mais importantes viajantes. Longe de não ter influído nem sequer na economia brasileira, como quer Oliveira Lima, o ouro das Minas Gerais deixou na capitania o germe de uma civilização original, sustentou a côrte portuguesa em momento decisivo da história lusitana, contribuiu grandemente para a manutenção da Santa Sé abalada materialmente com a crise da Reforma, e forneceu os elementos principais com que a Inglaterra ergueu o seu imenso poder industrial. Foi, assim, uma das correntes formadoras da civilização ocidental no século XIX.



EDIÇÃO DA
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
SÃO PAULO



O Colégio do Caraça em 1860.



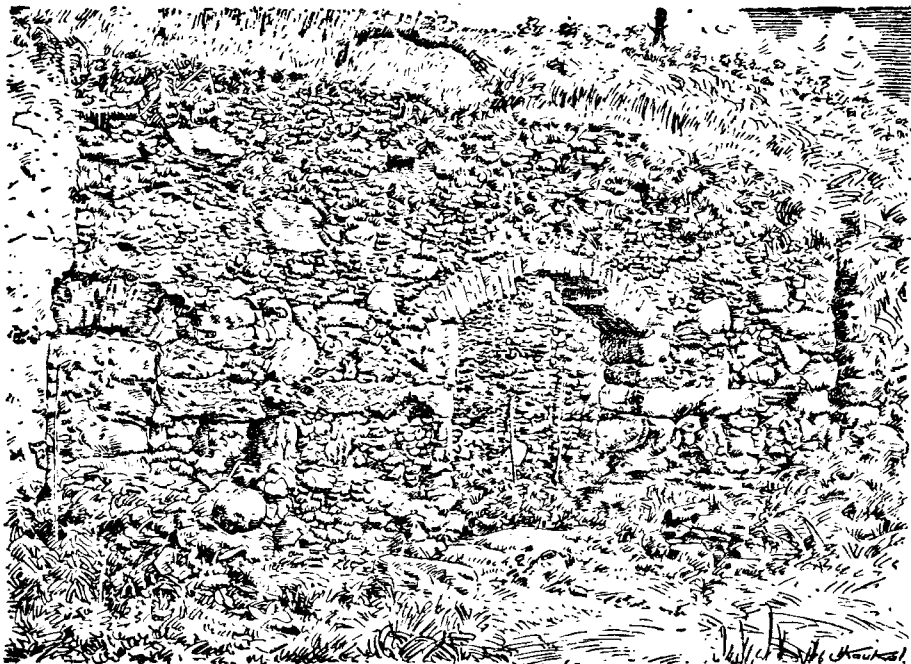
A fazenda de Santo Antônio, em Esmeraldas (Minas). Estado atual. Foi característica pelo regime patriarcal de produção, pois só comprava o sal para a dieta e o chumbo e a pólvora para a defesa e a caça. Foi construída em 1810 pelo visconde de Caeté, que nela residiu intermitentemente e nela deixou uma considerável biblioteca, hoje desaparecida. Posteriormente pertenceu ao comendador Manoel Pereira de Melo Viana, que ali faleceu em 1896. No município de Esmeraldas (antigo Santa Quitéria), ainda existiram mais dois estabelecimentos agrícolas desse tipo — a fazenda da Serra Negra, pertencente a D. Felipa Santiago e hoje extinta, e a da Verêda, também construída pelo visconde de Caeté.



O Intendente Câmara.



BARÃO VON ESCHWEGE.



● Ruínas do forno de Eschwege, nas proximidades de Congonhas do Campo. Este forno produziu, entre 1813 e 1820, mais de 8.000 arrôbas de ferro, dando sempre lucros aos acionistas da "Patriótica".



O solar de João de Monlevade, construído em 1818 e carinhosamente consevado pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Por provisão do bispado de Mariana, datada de 9 de maio de 1887, foi concedida para êste solar uma capela com pia batismal.



João de Monlevade ao chegar ao Brasil. É tradição da família, a cujo arquivo pertence este retrato, desenhado pelo próprio João de Monlevade.



João de Monlevade, depois de casado e radicado definitivamente em São Miguel do Piracicaba. (Arquivo da família Tomanick de Monlevade.)



O túmulo de Monlevade